



Entre o passado e o presente,  
entre a casa e a rua:

Tempos e espaços na  
cidade de São Paulo de  
fins do Império

Fraya Frehse

São Paulo, dezembro de 1999

Dissertação de Mestrado em Antropologia Social apresentada à  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo,  
sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lilia Katri Moritz Schwarcz .

Foto de capa  
**Eise von Bölow, Brasilianische Strasse, São Paulo, 1895**  
(Instituto Martius-Staden)

# Resumo

Este estudo se propõe apreender como a sociedade paulistana percebe em seu cotidiano o processo histórico que vivencia - e ajuda a consolidar - na cidade de São Paulo, na segunda metade do século XIX. Neste momento, e em especial a partir da década de 1870, aceleram-se na cidade transformações socioeconômicas, urbanísticas, físicas e demográficas, no bojo da prosperidade crescente das exportações do café do interior paulista e à crise final da escravidão no país.

E as pessoas, nesse universo urbano fortemente pautado por concepções socioculturais escravistas e rurais? Relações de sociabilidade hierarquizadas, que davam sentido a um dia-a-dia cujo eixo central de referências era a casa patriarcal, começam a conviver, de maneira cada vez mais intensa, com outras, de caráter contratual e pautadas na racionalidade do capital. Estas se difundem na cidade mediadas, em boa parte, pela introdução de novas mercadorias e modernos equipamentos de infra-estrutura urbana; pela abertura de bairros e loteamentos num território definitivamente alcançado pela especulação imobiliária.

Levando em consideração que o espaço da rua constitui um cenário que reflete de maneira privilegiada o processo histórico mais abrangente em curso, concentrei-me nas representações sociais sobre a rua produzidas naquele momento. Busquei especificamente as concepções de espaço de uma nova personagem que vai sendo constituída na cidade, à medida mesmo em que avança o processo de urbanização paulistano de fins do XIX: o transeunte.

Com base numa série de documentos por meio dos quais essa gama difusa de indivíduos expressa as vicissitudes de seu cotidiano - de transeuntes - pelas ruas (jornais diários, atas da Câmara Municipal; fotografias), concentrei-me nos relatos destes a respeito de atividades sociais antigas (despejos de dejetos fecais e lixo, banhos nos logradouros públicos, a criação de animais, o comércio ambulante, as festas populares etc.) e modernas (em particular, a implantação e funcionamento dos novos serviços de infra-estrutura urbana) que coexistem nas ruas paulistanas naquele momento. Essas falas revelaram noções sociais de espaço relativas, respectivamente, às antigas e modernas características de uma rua que abriga, num intervalo de tempo de vinte anos, ações, relações e representações de idades tão distintas.

Eis o que me permitiu acessar, ao final, as representações sobre o passado e o presente - sobre o tempo histórico, na São Paulo de fins do Império. Em meio a essa trajetória, vieram à tona também peculiaridades no modo como é percebido socialmente o espaço público paulistano, em gestação naquelas décadas.

# Abstract

This study intends to show how the São Paulo society perceives, in its everyday life, the historical process which it helps to constitute in the city in the second half of the nineteenth century. From that time on and especially from the decade of 1870 on, socio-economic, urbanistic, physical and demographic changes are accelerated, in a context of slavery's final crisis in the country and of growth of prosperity caused by the increasing of coffee export from the interior of the State of São Paulo.

And what of people, in this urban universe heavily marked by rural and slavish sociocultural conceptions? Hierarchical relationships which gave meaning to a day-to-day life whose central reference was the patriarchal household start to coexist in a more intense manner with others, characterized by rationality of capital. These relationships spread out through the city mediated by the introduction of new merchandise and modern equipment for the urban infra-structure, by the opening up of new boroughs, housing lots or estates in land definitively reached by estate speculation.

Taking into consideration that the street area constitutes a scenario which reflects in a privileged manner the historical process in course, I concentrated on the social representations about this space, brought about in those times. I sought specifically for the conceptions of a new social actor who is being constituted in the city, along with the advance of the process of "paulistano" urbanization of the second half of the century: the pedestrian.

Based on a series of documents in which these individuals express the vicissitudes of their - pedestrian - everyday life through the streets (daily newspapers, minutes of the Municipal Parliament, photographs), I concentrated on the write-ups of these people about old social activities (the throwing out of litter and sewage on the streets, bathing in public places, animal rearing, peddling, popular festivals etc.) and modern ones (in particular the introduction and operation of the new infra-structure services) which coexist in the streets of São Paulo in those days. These discourses revealed social conceptions of space related, respectively, to the old and modern characteristics of a street area which concentrates, in an interval of twenty years, actions, relationships and representations of different ages.

This aspect led me to find out, at last, the social representations about past and present - about historic time, in São Paulo at the end of the Empire. The research also showed certain peculiarities in the way in which public space, brought about in the city in those decades, is perceived by society.

## Errata

Local	Onde se lê	Leia-se
Resumo, linha 8	e à crise	e em meio à crise
Abstract, linha 7	context of of slavery's	context of slavery's
Abstract, linha 25	through	in
p. 8, linha 35	desta ter-lhe	desta lhe ter
p. 9, linha 1	transporte	transporte público
p. 10, linha 17	respostas que, comuns	respostas comuns
p. 10, linha 26	"distinctíssimas senhoras"	"senhoras distinctíssimas"
p. 13, linha 16	é o de compreender	é compreender
p. 13, nota 5, linha 3	cafeeira.	cafeeira paulistas.
p. 13, nota 5, linha 4	família:	família na cidade de São Paulo das décadas de 1850 e 1860:
p. 14, nota 6, linha 14	, , mimeo	, mimeo
p. 15, nota 7, linha 2	agentes não dessa	agentes dessa
p. 16, nota 10		ir para a p. 15
p. 17, nota 11		ir para a p. 16
p. 18, linha 13	nas festas (...), na presença (...)	das festas (...), da presença (...)
p. 18, linhas 19-20	espaço e – portanto – de tempo socialmente	espaço socialmente
p. 20, linhas 16-17	refere-se a incorreções relativas à	refere-se à
p. 28, linha 3	oferece: "a festa de igreja, o mercado, a escola, o carnaval"	oferace ("a festa de igreja, o mercado, a escola, o carnaval")
p. 30, linhas 16-17	peculiaridades da sua vida urbana	peculiaridades da vida urbana paulistana
p. 31, linha 17	e <i>Raízes</i>	e de <i>Raízes</i>
p. 32, nota 43		ir para a p. 31
p. 34, linha 10	<i>brazilianista</i> , Richard Morse,	<i>brazilianista</i> Richard Morse
p. 34, linha 19	então devem-se	então se devem
p. 36, linha 29	documentais (papéis	documentais (de papéis
p. 37, nota 61		ir para a p. 36
p. 44, linha 4	co o	com o
p. 44, linha 8	em "el ementos	em "elementos
p. 48, linha 25	mobilidade social fortemente	mobilidade fortemente
p. 49, linha 14	Florestan	Fernandes
p. 50, linha 1	de dedicarem-se	de se dedicarem
p. 50, linha 20	o seu dia-a-dia nas	o dia-a-dia dessas mulheres nas
p. 51, linha 6	Florestan	Fernandes
p. 51, linha 10	Florestan	Fernandes
p. 52, nota 106		ir para a p. 51
p. 53, linha 4	uma delas	um deles
p. 54, linha 21	e transformar	e de transformar
p. 54, linha 24	de um	de "um
p. 56, linha 24	consideradas	tematizadas
p. 60, linha 4	marcado pelo	marcado tanto pelo
p. 63, nota 129		ir para a p. 62
p. 66, nota 133, linha 1	de Martin, os	de Jules Martin e de Fernando de Albuquerque reproduzido anteriormente, os
p. 66, linha 11	se transforma em ponto	se toma ponto
p. 77, nota 158		ir para a p. 76
p. 78, linha 3	largo de São Bento	largo do Rosário*
p. 79, linha 2	socioeconômicas que	socioeconômicas, que
p. 82, linha 16	compare-a	a compare
p. 84, nota 172		ir para a p. 83
p. 84, nota 173, linha 2	ressaltar aqui a	relembrar aqui que a

p. 84, nota, 173, linha 4	deixa	permite
p. 86, nota 181, linha 8	Ponte Grande	Ponte Grande*
p. 87, linha 11	NO	No
p. 88, linha 20	durante	durante
p. 89, linha 5	e esgoto	e de esgoto
p. 95, linha 18	fudo	fundo
p. 99, linha 26	Há também	Mas há também
p. 100, linha 24	, isso para não falar da presença dos	, dos
p. 103, linha 14	Tesouro <i>Provincial</i>	Tesouro Provincial
p. 103, linha 22	Tesouro <i>Provincial</i>	Tesouro Provincial
p. 103, linha 27	deverim	deveriam
p. 108, linhas 13-14	quando o assunto é o	quando são assunto o
p. 109, linha 2	complexas	complicadas
p. 109, nota 248, linha 7	naquele contingente	naquele continente
p. 109, linha 22	transeunte e que	transeunte que
p. 111, linha 22	dia a dia	dia-a-dia
p. 114, linha 7	pauistanos	paulistanos
p. 114, linha 7	lixo - os	lixo, os
p. 114, linha 8	servidas" depositando	servidas", depositando
p. 114, linha 9	lobo – na	lobo, na
p. 114, linha 12	por	de
p. 14, linha 24	;	,
p. 115, linha 8	do	daquele
p. 116, linha 18	desses	dos
p. 116, linha 22	reiteram concepções	reiteram essas concepções
p. 121, linha 2	porque	que
p. 125, linha 28	delas	as
p. 126, linha 3	jornais"	jornais
p. 126, nota 291, linha 1	1886 colhidos por	1886 por
p. 130, linha 5	presta como cenário	presta a cenário
p. 130, linha 8	inclusive, a	inclusive a
p. 130, linha 11	Christi:	Christi,
p. 130, linha 29	dilemas desse cenário vivenciados	dilemas vivenciados
p. 133, linha 12	levando em	levando-se em
p. 137, linha 14	deveria	deveriam
p. 144, linha 23	assignantes	assignantes
p. 145, linha 3	Ponte Grande	Ponte Grande*
p. 148, linha 7	por	para
p. 148, linhas 21-22	na fonte	, nas fontes,
p. 148, linha 27	enquanto	como
p. 149, linha 1	Gas & Co.	Gas & Co.
p. 151, linha 34	lâmpioes tornam	lâmpioes, tornam
p. 151, linha 34	riscos, com	riscos com
p. 158, linha 15	novo se	novo transeunte se
p. 158, linha 23	específicas	específicos
p. 158, linha 25	constantes	constante
p. 162, linhas 9-10	urbanos, introduzidos	urbanos introduzidos
p. 163, linha 6	indivíduos, coexistem	indivíduos coexistem
p. 163, linha 10	exercer	exercerem
p. 170, linha 10	deve, por um lado, ao	deve basicamente ao
p. 198	ponte Grande	Ponte Grande
p. 198	ponte Pequena	Ponte Pequena

*Às minhas avós e aos meus avós,  
Que me ensinaram  
A amar História.*

*À minha mãe e ao meu pai,  
Que me ensinaram  
A amar São Paulo.*

*À minha irmã e ao meu irmão,  
Pelo que vivemos juntos  
Nesta cidade.*

# Índice

<b>Agradecimentos</b>	<b>5</b>
<b>Introdução</b> <b>De “bonds”, senhoras, “conductores”</b> <b>e algumas questões</b>	<b>8</b>
<b>Parte I</b> <b>Tempos <i>desse</i> espaço</b>	
Notas preliminares	<b>23</b>
O estado da questão	<b>26</b>
Continuidade e ruptura	<b>56</b>
<b>Parte II</b> <b>Tempos <i>nesse</i> espaço</b>	
Da “varzea” ao “Collegio”, e pela “Paulicéa” toda	<b>62</b>
Um cotidiano de querelas e mazelas	<b>107</b>
Transeuntes paulistanos: sua alegria, seu choro	<b>157</b>
<b>Considerações Finais</b> <b>Do tempo ao espaço</b>	<b>167</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>171</b>
<b>Fontes</b>	<b>185</b>
<b>Acervos consultados e</b> <b>suas abreviaturas</b>	<b>196</b>
<b>Glossário dos “logradouros públicos”</b> <b>mencionados</b>	<b>197</b>

# Agradecimentos

Se, no começo desta pesquisa, a São Paulo de fins do Império era um universo no qual eu transitava ainda solitária, ao longo do tempo ela foi se povoando de gente; hoje “transita” por ela uma “multidão”. E não me refiro apenas aos paulistanos daquela época, que os documentos foram trazendo à tona. Falo de todos aqueles que, apoiando as minhas “andanças” por aquela cidade já tão distante, acabaram, de maneira mais ou menos direta, por adentrar esse mundo também. Com suas presenças, tornaram este trabalho ainda mais inesquecível.

Agradeço à minha orientadora, Lilia Katri Moritz Schwarcz, interlocutora atenta, leitora criteriosa, que me auxiliou muito na compreensão da complexa dinâmica paulistana de fins do XIX. Desde a graduação tem me animado a pensar as possibilidades de análise advindas do “encontro” entre Antropologia e História.

Além de dialogar comigo, colocou-me em contato com o grupo de seus orientandos, em reuniões para a discussão dos projetos de pesquisa de cada um de nós. Com estes colegas pude debater a minha pesquisa e aprender sobre ela, à medida em que íamos discutindo os respectivos trabalhos. Alessandra El Far, Fernando Frochtengarten, Florencia Ferrari, Heloísa Pires de Lima, Ilana Goldstein, João Batista Felix, Paula Miraglia, Paula Pinto e Silva, Stélio Marras, Valéria Mendonça de Macedo: a todos sou muito grata pelos comentários e sugestões.

Remeter-se a essas pessoas, todos alunos da graduação ou da pós-graduação da USP, não se faz sem lembrar de outros colegas, alguns mais, outros menos conhecidos, com os quais convivi durante esses últimos anos por ocasião das diversas disciplinas que cursei na Universidade: em especial, as amigas Maria Cecília Turatti e Luciana Gross. Todos contribuíram, mesmo sem sabê-lo, para que esta pesquisa avançasse e para que dificuldades teórico-metodológicas fossem sendo contornadas.

É fundamental considerar ainda os professores responsáveis por esses e outros cursos, com os quais tive possibilidade de conversar sobre o trabalho: Sylvia Caiuby Novaes, Roberto Cardoso de Oliveira, Márcio Silva,

Ana Lúcia Duarte Lanna, Willi Bolle, Nicolau Sevcenko, Paula Montero, Raquel Glezer.

À Banca de Qualificação, que contou com os professores Maria Odila Leite da Silva Dias e José de Souza Martins, devo preciosas sugestões de encaminhamento da problemática aqui analisada.

Em especial José de Souza Martins tornou-se um interlocutor privilegiado, ao longo desses anos. Desde a graduação tem me incentivado enormemente a pensar o cotidiano, a história, São Paulo. Suas “aulas de rua” pelo subúrbio e pelo centro da cidade se tornaram memoráveis; seus comentários e indicações em relação à pesquisa, fundamentais. Além de interlocutor, um grande amigo.

A pós-graduação foi me levando a conhecer ainda outros grandes amigos, que são presenças constantes neste trabalho: Etienne Samain, Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, Renato Janine Ribeiro, Armelle Jacquemot. Suas leituras cuidadosas, suas críticas construtivas foram fundamentais para o equacionamento dos inevitáveis impasses que iam surgindo no dia-a-dia com os dados de pesquisa.

Agradeço à FAPESP pelo auxílio financeiro e pelo fato de ter garantido que este trabalho fosse acompanhado, durante todo o tempo, por um criterioso parecerista. A este também sou grata: foram enriquecedores os seus comentários e sugestões bibliográficas.

Os documentos aqui analisados não fariam parte deste estudo sem o apoio incondicional que recebi dos funcionários dos vários arquivos nos quais trabalhei: o Arquivo do Estado, o Arquivo Histórico Municipal “Washington Luís”, o Museu Paulista da USP, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, o Museu da Imagem e do Som.

Os funcionários do Departamento de Antropologia - Ivanete, Rose, Soraya, Celso e Edinaldo - também colaboraram com o seu quinhão para este trabalho. Mariana e Paula, do Laboratório de Imagem e Som em Antropologia, deram-me as indicações necessárias para que eu reproduzisse as fotografias deste trabalho. Esta última, em especial, colocou-me em contato com Gianni Puzzo, que “scanneou” essas imagens.

Ao colecionador de cartões postais Monsenhor Jamil Nassif Abib sou grata por colocar à minha disposição grande parte das imagens que

aparecem neste trabalho. Além de fazer-me enveredar pelo mundo dos cartões postais, tornou-se um grande amigo.

Mas há de se agradecer a outras pessoas ainda, conhecidos de há anos, que já acompanhavam esta pesquisa quando ela era apenas um sonho. Morando perto ou longe, todos a viram crescer, contribuindo fortemente, por meio de seus comentários e de sua sensibilidade, para que se tornasse realidade. De perto, “testemunharam” tudo Jenny Zoila Baldiviezo Perez, Flávia Schilling, Gilberto de Carvalho, Renato Bezerra Pequeno. Em outro espaço, mas tão próximas, estiveram Uta Beyer, Mariana Kranich, Claudia Dauch, Yvonne Ypma, Wiebke von Schwerdtner, Frauke Yara Pingel.

Além dessas pessoas, lembro, com emoção, de outros amigos “antigos”: Nelma Akinaga, Vera Carneiro da Cunha, Dona Joana, Diva. E também de outros, estes recentes, que se revelaram juntamente com a minha paixão pela fotografia: Cláudia Gonçalves Jorge e Eduardo Millar, e todo o grupo Phora-de-Phoco.

E agora o mais difícil: agradecer à família. O “pessoal de Recife” leu, comentou e releu tudo, várias vezes, instigando-me sempre a novas idéias: minha avó Freya, minha tia e interlocutora fundamental Silke, meus tios e apoiadores incondicionais Angela e Hanns. O “pessoal de Recife em São Paulo” também “fez a sua parte”: Odete e André leram, ouviram, contribuíram. Minha tia Helga, por sua vez, é uma das responsáveis pelos livros antigos sobre São Paulo que possuo atualmente. Os agregados-irmãos e cunhados que foram vindo, ao longo do tempo - Bettina, Alexandre e Ronald - participaram intensamente também. Este último é o responsável pela diagramação deste texto.

Finalizo estes agradecimentos com uma ode à minha “família nuclear”: Mami, Papi, Eike e Dieter. Eles vivenciaram essa São Paulo das décadas finais do Império dia a dia comigo, de perto ou de longe. Conhecem cada linha escrita, cada hesitação, cada sorriso. E tudo ficou muito mais significativo.

## Introdução: De “bonds”, senhoras, “conductores” e algumas questões

Julho de 1889. Enquanto nas altas rodas da política nacional se discutem os futuros rumos republicanos do país, dentro do bonde à tração animal da linha n. 9, bairro de Santa Cecília, na *Imperial Cidade de São Paulo*, são outras as querelas. Pelo menos é o que permite intuir o noticiário cotidiano do jornal diário *A Província de São Paulo* do dia 27 de julho:

### Companhia de bonds

Temos, por vezes, ouvido reclamações a respeito da grosseria com que os empregados da companhia de bonds tratam os passageiros. Ainda agora chega-nos ao conhecimento um facto extremamente revoltante e que está a exigir do Superintendente da Companhia uma severa punição.

Trata-se de uma senhora distinctissima que se embarcou no *bond* n. 9, linha de Santa Cecília, levando consigo as suas filhinhas, certa de ter a quantia neccessaria para o pagamento das passagens [200 réis], pois recebera, pouco antes, de uma confeitaria, trocos em nickels.

Quando o conductor veio proceder á cobrança a senhora verificou que tinham-lhe cahido da algibeira as moedas de nickel, ficando-lhe apenas uma de duzentos réis e mais uma nota de 50\$000, que deu para pagamento das passagens.

Que havia então de fazer o homem?

Insultou-a grosseiramente, esquecendo-se, de que tratava com uma senhora.

Factos destes não se commentam, a punição que reclamam torna-se indispensavel não só para um exemplo aos demais empregados, o que é em proveito da Companhia, mas também como desaffronta ao publico que tem o direito de exigir dos empregados da Companhia maxima urbanidade.

A Companhia não póde de modo algum conservar em seu serviço um empregado que tão mal comprehende os seus deveres.

O conductor a que nos referimos trazia a chapa n. 24.

O autor da notícia está irado e, escrevendo a matéria no plural, torna cúmplices de sua indignação não apenas *A Província de São Paulo* enquanto instituição, mas também o público leitor. O “facto” é “revoltante”: o condutor do bonde teria “insultado” a “senhora” de maneira “grosseira”, depois desta ter-lhe dado como pagamento de algumas passagens de bonde de 200 réis uma nota de 50 mil-réis.

Ao leitor de hoje um relato como esse possivelmente não cause muito estranhamento. Quem já não presenciou alguma cena desse tipo ao tomar um ônibus, o metrô, o trem ou mesmo – em outro tempo ou outro espaço –

um bonde? Conviver num mundo povoado por meios de transporte, condutores e trocos realmente carrega consigo vicissitudes como as que tanto revoltaram o autor da notícia acima.

Significaria dizer que não há qualquer especificidade histórica nesta notícia, exceto o fato de que se trata de uma situação vivenciada num bonde de uma São Paulo bastante diferente da metrópole de hoje, já que menor, oitocentista e imperial?

Um leitor desconfiado poderia nesse momento redargüir que, mesmo que o acontecimento se assemelhe a outros, comuns também em nossa sociedade, não deixaria de causar estranhamento a contundência com que o autor do artigo incrimina o condutor. No que exatamente se constitui o insulto ninguém sabe. O que importa é que o conductor aparentemente teria se “esquecido” de que estava “tratando com uma senhora distinctíssima”. Isso por si só já contribui, aos olhos do jornalista de *A Província*, para a gravidade da ocorrência.

Assim, somos lançados no interior do complexo universo das normas de boa conduta vigentes na sociedade paulistana de fins da década de 1880. Trata-se de um contexto marcado de maneira indelével pelo regime escravocrata, estrutura socioeconômica e cultural que o acompanhou durante séculos e que foi oficialmente abolida pouco mais de um ano antes do incidente com a mulher e suas filhas na linha de Santa Cecília. Não se pode entender a especificidade que envolve a notícia acima sem considerar os padrões de relacionamento que pontilham as distâncias (e desigualdades) sociais entre um simples conductor e uma “senhora distinctíssima”, nessa São Paulo de fins do século XIX.

O que o condutor com efeito fez ou não à mulher é impossível saber, atualmente. Para aumentar ainda mais o mistério, no dia seguinte à publicação da notícia acima, a mesma *A Província* aparece com um segundo texto referente ao “facto revoltante”:

#### COMPANHIA DE BONDS

Como contestação á noticia que hontem demos, sob esta epigraphe, recebemos hoje o seguinte certificado:

“Os abaixo assignados, passageiros do carro n. 9 da Companhia Carris de Ferro, nas viagens das 4 horas da tarde de hontem declaram, que uma senhora, dando 50\$ para pagar duas passagens, pelo conductor chapa n.

24, lhe foi respondido que deixasse no despachante, porque não havia troco para essa quantia; e não foi maltratada como diz o jornal *A Província de São Paulo*, de hoje.

S. Paulo, 26 de Julho de 1889. – Paulo C. de S. Aranha – Domingos Francisco dos Santos – E. Rodrigues – Antonio Garcia Rondo – Domingos José Pinheiro”

- Em vista disto, apenas temos a dizer que a pessoa, nossa informante, o marido da senhora em questão, é um homem perfeitamente bem conceituado e que nos disse também ter sua esposa entrado em casa, chorando, sentida com os máus tratos que recebêra.

- O empregado n. 24 foi suspenso até averiguações do facto.

A situação torna-se ainda mais complexa. Quem tem razão? A mulher e seu marido, o cocheiro, os passageiros, *A Província*? Não importa. Afinal, só o que temos são “versões” a respeito do fato; nunca a “verdade” sobre este. Se elas pressupõem aquilo que o historiador Robert Darnton chama de “estrutura referencial”, ou seja, um conjunto de associações e respostas que, comuns àqueles que as lêem, não abdicam nunca do seu “caráter fabricado”<sup>1</sup>.

Há, por um lado, a versão do jornal, que assume como sua a imagem que o marido da “senhora”; “homem perfeitamente bem conceituado” lhe oferece do acontecimento. A versão que os passageiros formulam a respeito do fato, por outro lado, se passível de ser interpretada como “pró”-condutor, tampouco pode ser desvinculada de uma eventual conotação política, nesse contexto social marcado por “homens perfeitamente bem conceituados” e “distinctíssimas senhoras”. No mínimo um dos *assignados*, Paulo C. de Souza Aranha, é membro de uma abastada família de políticos liberais paulistas que, em conjunto com as famílias Souza Queiroz e Paes de Barros, é inimiga política histórica das famílias Prado, Penteadó, Pacheco Chaves, de tradição conservadora e atuantes no cenário municipal e provincial<sup>2</sup>.

O condutor, personagem que dá sentido a todas essas versões, é o único que não “fala”. E a “senhora”? Ela tampouco se manifesta de maneira explícita. Entretanto o faz indiretamente, por intermédio do relato que o marido oferece ao jornal. Assim, o silêncio dessa mulher se esvai. Cede

<sup>1</sup> Cf. Robert Darnton, *O Grande Massacre de Gatos. E outros episódios da História Cultural Francesa*, Rio de Janeiro, Graal, 1996 (or. ingl. 1984), p. 107.

<sup>2</sup> Cf. Maria Cecília Naclério Homem, *O Palacete Paulistano e Outras Formas Urbanas de Morar da Elite Cafeeira (1867-1918)*, São Paulo, Martins Fontes, 1996, p. 250.

lugar a um suposto “choro”, ato cuja dramaticidade por si só é pretexto para a produção de inúmeras outras versões a respeito da suposta “grosseria” de que teria sido vítima a “senhora distinctíssima”.

Essa multiplicidade de “versões” deixa reconhecer que o acontecimento em si é menos relevante do que os significados que as várias partes envolvidas lhe atribuem. Sempre referida ao contexto sociocultural que a produz, essa pleora de significados acaba por contribuir para transformar o acontecimento naquilo que lhe é dado como interpretação: em evento<sup>3</sup>.

Já que inúmeras são as interpretações a respeito do comportamento do condutor chapa nº 21, vários são os eventos que o seu modo de agir acaba desencadeando. Se para *A Província* do dia 27, o empregado “insultou” a mulher “grosseiramente”, aos olhos dos “abaixo assignados”, ela “não foi maltratada”. Apenas teria sido orientada a depositar o dinheiro relativo às passagens de bonde no “despachante” da Companhia. Essa afirmação leva o jornal a retrucar em tom emotivo, legitimado pelo caráter “perfeitamente bem conceituado” do marido da “senhora”: o ocorrido levou a mulher a voltar para casa “chorando, sentida com os máus tratos que recebera”.

A discrepância entre as “versões” produzidas em torno do acontecimento permite intuir a existência de especificidades socioculturais nas querelas de bonde que ocorrem na São Paulo daquelas décadas finais do século XIX.

Em especial a versão sobre o “choro” permite ainda afirmar mais: há uma forte carga de tensão e dramaticidade nessas peculiaridades. Se o jornal apela para esta imagem – apoiando-se ou não nas considerações do “marido” da tal mulher -, é porque ela tem um sentido para aquele contexto sociocultural. Mesmo que a mulher não tenha chorado, há uma “verdade” neste comportamento para as pessoas que lêem o jornal, para os passageiros “abaixo assignados” e mesmo para o condutor.

---

<sup>2</sup> Cf. Maria Cecília Naclério Homem, *O Palacete Paulistano e Outras Formas Urbanas de Morar da Elite Cafeeira (1867-1918)*, São Paulo, Martins Fontes, 1996, p. 250.

<sup>3</sup> Cf. Marshall Sahlins, *Ilhas de História*, Rio de Janeiro, Zahar, 1994 (or. ingl.: 1985), p. 15.

De que “verdade” se trata? Assumindo o conflito subjacente às notícias acima como porta de entrada para este estudo, a questão passa a ser entender o que levaria uma “senhora distinctíssima” a sair com suas filhas de uma confeitaria, a entrar num bonde e sentir-se tão injuriada pelo condutor a ponto de chegar chorando em casa pela sensação de maltrato. Além disso, trata-se de apreender a coexistência desta “verdade” produzida pelo marido da “senhora” com outra, que a desmente, atestada que é pelos passageiros “abaixo assignados”.

Parodiando Darnton – que, ao buscar entender o humor de operários na França setecentista, enxergava na incapacidade do pesquisador de entender uma piada um indício da distância que o separa do contexto sociocultural que visa compreender<sup>4</sup> -, o que importa aqui é entender não o riso, e sim, a tensão que subjaz ao choro e à contestação; menos a piada do que a seriedade que fundamenta o elogio e a crítica.

A questão formulada é bastante específica; refere-se em particular àquele cenário fugaz, montado e depois desmontado, dentro do bonde nº 9 da linha de Santa Cecília às 4 horas da tarde do dia 26 de julho de 1889. Respondê-la, no entanto, não se faz sem expandir o cenário, situando as personagens nele envolvidas no interior do contexto social paulistano daqueles anos.

Este é um mundo no qual são novidade tanto bondes quanto condutores, tanto “senhoras distinctíssimas” quanto “suas filhinhas” a freqüentarem as ruas. É só com a inauguração dos primeiros “carris de ferro”, em 1872, que passa a existir na cidade a figura do condutor – diríamos hoje “cobrador” - de bondes. O mesmo vale para transeuntes endinheirados como a senhora e as meninas que circulam por confeitarias e bondes com 50\$000 réis na algibeira.

Na São Paulo de antes da década de 1870 elas provavelmente não transitariam pelas ruas desacompanhadas. Imersas no universo recluso da casa patriarcal, só saíam às ruas em ocasiões especiais: em dia de missa, de procissão ou a caminho da casa de algum parente ou de um salão de baile. Senhoras ou senhoritas, o seu cotidiano se passaria, em geral, no

---

<sup>4</sup> Cf. Robert Darnton, *op. cit.*, p. 106.

interior dos velhos casarões coloniais, administrando ou aprimorando-se no controle das tarefas domésticas, levada a cabo pelos serviçais<sup>5</sup>.

O espaço da rua pertencia, efetivamente, aos grupos subalternos da sociedade paulistana. Num contexto urbano em que, a despeito da paulatina ampliação do setor de serviços e de manufatura, mantinham-se relevantes as atividades de produção e de distribuição de gêneros de primeira necessidade, os pequenos lavradores e quitandeiras, os tropeiros e carreiros - escravos ou forros eram presença obrigatória na área central.

Com base nessas características, é possível supor que as reações de revolta, contestação e choro produzidas em torno do fato ocorrido naquele bonde da linha de Santa Cecília, em julho de 1889, se relacionem de alguma forma com a dinâmica histórica mais ampla em curso na São Paulo daqueles anos. Mas de que forma? Seriam essas reações de fato isoladas ou diriam respeito a uma percepção social mais ampla?

No intuito de responder questões como essas, o objetivo básico deste estudo é o de compreender como a sociedade paulistana percebe o processo histórico que vivencia - e ajuda a construir - na cidade na segunda metade do século XIX.

Precisamente nesse momento, e em especial a partir da década de 1870, São Paulo torna-se palco para transformações socioeconômicas, urbanísticas, físicas e demográficas até então nunca vistas, em meio à prosperidade crescente da lavoura cafeeira do interior paulista e à crise final da escravidão no país.

Esse conjunto de fatores conflui para caracterizar a urbanização paulistana de fins do XIX. Ela implica uma alteração das funções dos espaços da cidade em favor de um maior controle e racionalização, de modo a assegurar para São Paulo o *status* de entreposto comercial e financeiro privilegiado para as relações entre a lavoura cafeeira paulista e o capital internacional.

---

<sup>5</sup> Ver, nesse sentido, as memórias de infância de Maria Paes de Barros, filha de abastada família de fazendeiros envolvidos na lavoura canavieira e depois cafeeira. Ela descreve, em especial, o seu dia-a-dia e o de sua mãe e irmãs no interior do sobrado da família: "a vida doméstica decorria suave e igual, somente alterada por fatores de ordem interna, sendo, por isso, mais intensa portas a dentro do que fora". Cf. Maria Paes de Barros, *No Tempo de Dantes*, 1946, esp. pp. 47-9 e 52-3.

E as pessoas, neste universo urbano até então fortemente pautado por concepções socioculturais escravistas e rurais? Relações de sociabilidade hierarquizadas que davam sentido a um dia-a-dia cujo eixo central de referências era a casa patriarcal começam a conviver de maneira cada vez mais intensa com outras, de caráter contratual e pautadas na racionalidade do capital. Estas se difundem na cidade mediadas, em boa parte, pelas novas mercadorias e pelos modernos equipamentos de infraestrutura urbana, pelas novas ruas e bairros que vão sendo rasgados por num território definitivamente alcançado pela especulação imobiliária.

Levando-se em consideração que as duas décadas finais do Império representam, nesse contexto, um momento em que essa nova ordem urbana se insinua, ao mesmo tempo em que as antigas relações e concepções patriarcais e escravistas, fadadas à desagregação, ainda se fazem bastante presentes, importa aqui concentrar-se nesse período. Entender como a sociedade paulistana lida com esta realidade histórica, como percebe as mudanças urbanas que vai ajudando a consolidar, é disso que se trata aqui especificamente. O que está em jogo, portanto, é a percepção do tempo em que se altera a própria história nesse espaço em transformação que é a cidade de São Paulo, nos anos finais do Império.

Isso implica debruçar-se sobre o cotidiano das pessoas na cidade<sup>6</sup>. É na escala de fatos imediatos e particulares do dia-a-dia - como o choro da “senhora distinctíssima” e a contestação dos passageiros “abaixo assignados” - que se apresenta aos indivíduos toda a complexidade dos

---

<sup>6</sup> Utilizo-me aqui da noção de “cotidiano” para diferenciar a dinâmica histórica aqui analisada daquela subsumida na categoria de “vida cotidiana”. Concebo, com José de Souza Martins, que a aplicabilidade sociológica desta noção implica a existência do processo histórico e das contradições que o reproduzem e que, portanto, produzem relações sociais que lhes dão sentido. Ora, se, como assinala o autor, ainda hoje em dia é impossível falar de “vida cotidiana” em relação ao contexto brasileiro, mais difícil ainda é, a meu ver, aplicar a noção para a compreensão do contexto paulistano das décadas de 1870 e 1880. Com base na fenomenologia de Alfred Schutz, afirma o autor em relação à sociedade brasileira atual: “a vida cotidiana é mero conjunto de fragmentos do que seria propriamente a vida cotidiana, fluindo invasivamente entre ‘mundos’ não cotidianos, demarcados por estilos cognitivos próprios e não-cotidianos, como o sonho, a fantasia, a religião, a credence, o jogo, o carnaval. A nossa rotina de vida é feita de sobressaltos, do vai-e-vem do cotidiano ao não cotidiano, ao mágico, ao religioso”. Cf. José de Souza Martins, “Apontamentos sobre vida cotidiana e História”, mimeo, 1997, esp. pp. 15-6. Sobre a noção de vida cotidiana de Alfred Schutz cf. “Transcendências e significados” in Alfred Schutz, *Fenomenologia e Relações Sociais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979 (or. ingl.: 1973).

grandes processos socioeconômicos e políticos em curso na cidade, na província e no país naquele momento<sup>7</sup>.

Para tanto, é fundamental considerar que ruas, becos, largos e várzeas compõem um cenário que reflete de maneira privilegiada o processo histórico mais abrangente em curso. Nesse sentido, uma maneira privilegiada de aproximar-se da percepção social do tempo é compreender como as pessoas na cidade vivenciam e percebem em seu cotidiano esses espaços – *lugares públicos*.

A noção que une tempo e espaço é a de representação social. Como bem assinala Emile Durkheim, nenhuma das duas categorias do entendimento existe desvinculada do contexto social que as produz e é por elas produzido<sup>8</sup>.

O acesso às representações sociais sobre o espaço e – conseqüentemente – sobre o tempo, na São Paulo das décadas de 1870 e 1880, depende de uma perspectiva teórico-metodológica adequada. Para tanto, cabe lembrar, com Edward Evans-Pritchard, que a percepção da passagem do tempo se dá em meio a atividades sociais distintas<sup>9</sup>. E mais: como bem complementa Roberto DaMatta, com base nesta constatação do antropólogo britânico, as atividades sociais que tornam perceptível a passagem do tempo ocorrem sempre em espaços distintos<sup>10</sup>.

Essas reflexões permitem entrever que o trânsito entre atividades sociais – e portanto - espaços diferenciados acaba por fornecer aos indivíduos o estranhamento necessário a fim de que estes percebam a

---

<sup>7</sup> Afinal, a história do cotidiano se define precisamente por fragmentos de ação cujos significados os agentes não dessa mesma história não conseguem captar imediatamente. Cf. José de Souza Martins, *Subúrbio. Vida Cotidiana e História no Subúrbio da Cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*, São Paulo/São Caetano do Sul, HUCITEC/Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992, p. 12.

<sup>8</sup> Advém daí o *status* sociológico das concepções de tempo e de espaço. Cf. Emile Durkheim, *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse*, Paris, Librairie, Félix Alcan, 1937 (1ª ed.: esp. pp. 18-22). Assumo aqui “representação social” tal como sintetizado por Lilia Moritz Schwarcz a partir de um diálogo com Durkheim (op. cit.) e E. Durkheim (“A dinâmica cultural na sociedade moderna”, 1977): “um fenômeno dinâmico, num processo permanente de reorganização, sendo simultaneamente condição e produto da prática social”. Cf. Lilia Moritz Schwarcz, *Retrato em Branco e Negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*, 1987, “Introdução”, nota 3.

<sup>9</sup> Cf. E. Evans-Pritchard, *Os Nuer*, São Paulo, Perspectiva, 1993 (or. ingl.: 1940), p. 115.

passagem do tempo. Ora, o contexto paulistano daqueles anos apresenta uma solução insuspeitada, corporificada numa nova personagem social que vai sendo construída socialmente à medida em que avança o processo de urbanização: o *transeunte*.

Dentre os seus representantes encontram-se a “senhora distintíssima”, “suas filhinhas” e os passageiros “abaixo assignados”, cujas querelas acompanhamos anteriormente. Mas também jornalistas indignados, como aquele que redigiu a notícia que abre este estudo, gente que morou ou mora na cidade. Alguns mais, outros menos conhecidos, suas representações cotidianas sobre as ruas paulistanas revelam menos sobre uma origem social específica, do que sobre uma determinada situação sociocultural existente na cidade, que é *de elite*.

Trata-se da contingência vivenciada, em princípio, por membros dos grupos política e economicamente mais importantes da cidade, que, se até aqueles anos viviam o seu cotidiano basicamente no ambiente social seletivo e relativamente recluso da casa patriarcal, passam a transitar com uma frequência cada vez maior pelo espaço da rua.

No bojo das mudanças históricas em curso no cenário paulistano, passam a andar de bonde, a contratar os modernos serviços de infraestrutura - e mesmo, a fazer parte da nascente “opinião pública” paulistana. Afinal, além de recorrerem à Câmara Municipal, passam a utilizar-se dos primeiros jornais diários da cidade para elogiarem ou reclamarem do cotidiano que vivenciam nas ruas da cidade<sup>11</sup>.

Mesmo que seja possível afirmar que a situação histórica que fundamenta a produção de representações “de transeunte” seja vivida, por excelência, pelos segmentos mais abastados da sociedade paulistana, ela não se restringe à “elite” enquanto grupo social.

De fato, refere-se a uma gama difusa e anônima de indivíduos, cuja característica distintiva é um modo de vivenciar o espaço da rua que se dá nos moldes da perspectiva gerada por uma situação sociocultural que

---

<sup>10</sup> Cf. Roberto DaMatta, “Espaço. Casa, rua e outro mundo: o caso do Brasil” (1984) in Roberto DaMatta, *A Casa & a Rua. Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil*, Rio de Janeiro, Rocco, 1997 (1ª ed.: 1985), p. 34.

caracteriza os segmentos mais abastados da sociedade paulistana. Isso implica, portanto, que sejam pessoas que, moradoras ou ex-moradoras, brasileiras ou não, tenham em algum momento de suas vidas tido – pelo menos em princípio - contato intenso com os referenciais socioculturais vigentes em São Paulo<sup>12</sup>.

Inserida nessa contingência histórica, essa personagem – que chamarei, para fins analíticos, de *novo transeunte* – se localiza, em princípio, numa situação transitória entre dois espaços: a casa e a rua. Pode-se atribuir a ele, pois, uma posição social privilegiada para perceber – “sentir”, como diz DaMatta - o tempo histórico em transformação à medida em que vai contribuindo para transformar esse mesmo tempo, na São Paulo dos anos finais do Império.

Essa perspectiva teórica-metodológica me conduziu a uma série de fontes de pesquisa por meio das quais esses indivíduos expressam as vicissitudes de seu cotidiano - de transeuntes – pelas ruas paulistanas da segunda metade do XIX. Realizei a leitura dia a dia de três jornais diários paulistanos que circularam em São Paulo entre 1870 e 1889: o *Correio Paulistano*, o *Diário de São Paulo* e *A Província de São Paulo*<sup>13</sup>.

Mas debrucei-me também sobre as atas da Câmara Municipal entre 1870 e 1889, e sobre o relato do viajante carioca Firmo de Albuquerque Diniz (que assina “Junius”) a respeito da cidade que visita em 1882, trinta anos depois de ter nela morado durante quatro anos, enquanto estudante da Faculdade de Direito do Largo São Francisco<sup>14</sup>. Cabe mencionar ainda as

---

<sup>11</sup> Cf. Florestan Fernandes, “Caracteres rurais e urbanos na formação e desenvolvimento da cidade de São Paulo” (1955) in Florestan Fernandes, *Mudanças Sociais no Brasil. Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*, São Paulo, Difel, 1960, p. 193.

<sup>12</sup> Nesse sentido, já estão excluídos de antemão os viajantes estrangeiros que apenas passam alguns dias ou semanas em São Paulo. Os seus relatos me servem como fontes indiretas, pelos dados históricos que oferecem.

<sup>13</sup> Concentrei-me nos jornais entre 1870 e 1889. Analisei o *Correio* e o *Diário* no intervalo entre 1870 e 1875. Neste último ano surge *A Província*, que foi incluída na amostra. Em relação ao intervalo entre 1876 e 1889, analisei o *Correio* e *A Província*, recorrendo ao *Diário Popular* (fundado em 1884) na falta de algum exemplar de um dos outros dois jornais.

<sup>14</sup> O texto de Junius é, em relação ao período aqui em estudo, o único relato de viajante disponível a respeito de um indivíduo que é ex-morador da cidade e que, portanto, em algum momento de sua vida teve – pelo menos em princípio - contato intenso com os referenciais socioculturais vigentes no espaço urbano paulistano.

fotografias que o também carioca Militão Augusto de Azevedo fez dos lugares públicos da cidade em dois momentos: 1862 e 1887<sup>15</sup>.

Para além de suas inegáveis diferenças tipológicas, o que une esses documentos todos é o fato de cada um deles conter opiniões de seus autores sobre o cotidiano que vivenciam nas ruas, contemporaneamente às mudanças que caracterizarão o processo de urbanização paulistano de fins do século XIX. Não foram constituídos a partir de uma lógica posterior ao momento histórico aqui estudado<sup>16</sup>.

Descrevendo ou fotografando os lugares públicos da cidade, os autores dessa documentação não deixam de ser, todos, transeuntes. Referem-se a antigas e modernas atividades sociais realizadas na rua. “Falam”, por um lado, do comércio ambulante, do depósito de lixo nos lugares públicos, nas festas populares, na presença dos animais nas ruas. Mas aludem, por outro lado, ao consumo dos modernos serviços de infraestrutura urbana, às festas de inauguração dessas novidades; discorrem sobre as companhias e os empregados por elas responsáveis.

Imersas nessa situação de transeuntes, essas vozes fornecem ao pesquisador, nas entrelinhas de relatos, de crônicas ou por meio do silêncio da imagem, preciosos indícios das concepções de espaço e – portanto - de tempo socialmente percebidas na cidade. À tematização de determinadas atividades realizadas nas ruas subjazem relações sociais e convicções específicas sobre o que seja o espaço – não apenas para aquele que “fala”, mas também para aqueles de quem se “fala”.

Nessa dinâmica, os novos transeuntes abordam também, e simultaneamente, o tempo, já que - retomando Evans-Pritchard - é “na

---

<sup>15</sup> Essas imagens se apresentam em dois álbuns. “São Paulo Antigo” contém vistas da cidade feitas no ano de 1862, quando Militão transferiu sua moradia para São Paulo. No “Album Comparativo da Cidade de São Paulo (1862-1887)”, por sua vez, algumas das fotografias de 1862 servem de base para o fotógrafo realizar, em 1887, todo um segundo conjunto de imagens, comparativas, dos mesmos ângulos flagrados nos anos 1860.

<sup>16</sup> Essa é a razão por que algumas fontes tradicionalmente utilizadas na historiografia paulistana oitocentista (em especial os relatos de memorialistas) me servem sobretudo como fontes indiretas, pelos dados históricos que fornecem sobre o cotidiano na cidade.

relação que uma atividade [social] mantém com as outras” que esta categoria se torna perceptível socialmente<sup>17</sup>.

Sendo mais específica, diria: trata-se do tempo do *fazer histórico*, questão básica que norteia este estudo. É necessário considerar que a cada uma dessas atividades correspondem realidades sociais com temporalidades diferentes e que podem ser apreendidas analiticamente. Como bem aponta Henri Lefebvre, a partir das reflexões de Karl Marx, os comportamentos, gestos, concepções e relações sociais percebidos na vida social possuem idades distintas, que coexistem no espaço<sup>18</sup>. Assim, por exemplo, o trânsito das quitandeiras pelas ruas traz à tona relações sociais e convicções remanescentes do passado colonial e rural paulistano. Os passeios de bonde e as querelas com os condutores, por sua vez, deixam intuir características da nova ordem social que se insinua numa cidade submetida a um intenso processo de transformações econômicas, urbanísticas, demográficas e físicas.

Mas como chegar aos espaços e tempos vivenciados pelos novos transeuntes, em especial, e pela sociedade como um todo, na São Paulo de fins do Império? O caminho é longo e não prescinde de um diálogo prévio com toda uma tradição de estudos que abordam, de maneira mais ou menos explícita, a dinâmica sociocultural que acompanha as mudanças urbanas paulistanas daqueles anos – no jargão sociológico: processo de urbanização.

Essa contextualização permitirá situar melhor as questões que nortearão a busca da percepção dos tempos *na* cidade. Trata-se de adentrar analiticamente São Paulo – e de uma maneira bastante pouco usual: convidando o leitor para um passeio imaginário pelas ruas da cidade, lado a lado com os novos transeuntes que, por meio das várias fontes documentais aqui analisadas, se manifestam sobre o seu cotidiano nas ruas paulistanas.

---

<sup>17</sup> Cf. Edward Evans-Pritchard, *op. cit.*, p. 115.

<sup>18</sup> “No interior da sociedade e no interior de cada um agita-se a efervescência dessa coexistência de modos, mundos, relações, concepções, que não são contemporâneos. Ou, a contemporaneidade da superfície não corresponde à idade do que coexiste”. Cf. José de Souza Martins, “As temporalidades da História na dialética de Lefebvre” in José de Souza Martins (org.). *Henri Lefebvre e o Retorno da Dialética*, São Paulo, HUCITEC, 1996, esp. pp. 20-3. Cf. também, entre outros, Henri Lefebvre, “Perspectivas da sociologia rural” (1953) in José de Souza Martins (org.) *Introdução Crítica à Sociologia Rural*, São Paulo, HUCITEC, 1986 (1ª ed.: 1981), esp. pp. 165-66.

À luz dos relatos dessas personagens sobre algumas antigas e modernas atividades sociais realizadas nos lugares públicos da cidade entre 1870 e 1889, chegarei à dinâmica de concepções de espaço relativas, respectivamente, às peculiaridades históricas e modernas da rua paulistana. Essa é a via primordial para acessar, ao final, as representações da sociedade paulistana sobre o passado e o presente - sobre o tempo histórico, em São Paulo.

Por fim, alguns avisos técnicos para facilitar a compreensão do trajeto argumentativo da dissertação. Optei por manter a grafia dos documentos analisados como estratégia para aproximar o leitor, tanto quanto possível, do universo sociocultural paulistano de fins do Império. Isso implica, entretanto, chamar atenção para o fato de que não raro aparecerão, ao longo deste texto, palavras grafadas de formas distintas, obedecendo ao padrão da época. Assim, por exemplo, a palavra “não” pode aparecer como “nam”; “civilização”, como “civilisação”; “sujeito”, como “sugeitos” etc. Apenas insiro a referência [sic] quando a incorreção refere-se a incorreções relativas à grafia da época.

Nos textos citados, os negritos e versaletes que aparecem, correspondem à grafia original dos documentos. Grifos meus, nesses casos, aparecem sublinhados. As palavras que nas fontes são ilegíveis vêm indicadas por \*\*.

Para fornecer ao leitor uma idéia aproximada dos espaços pelos quais as pessoas circulam em São Paulo entre as décadas de 1870 e 1880, elaborei um glossário que se encontra anexado na última página deste trabalho. Ele contém, em ordem alfabética, todas as referências espaciais paulistanas mencionadas ao longo deste estudo, cuja nomenclatura se alterou desde fins do Império. Elas, que vêm acompanhadas, ao longo da dissertação, de um asterisco, figuram no glossário com base em sua letra inicial. Nesse sentido, por exemplo, quando eu, no texto, mencionar “aterrado do Brás\*”, o leitor encontrará a denominação atual do local no item em que se agrupam as referências espaciais iniciadas pela letra “A”.

Há ainda uma segunda indicação para a consulta do glossário. Em finais do Império muitos locais da cidade contam com uma dupla denominação: a atual rua XV de Novembro, por exemplo, aparece na

documentação tanto como “rua do Rosário”, seu antigo nome, quanto como “rua da Imperatriz” – esta última, uma referência introduzida por ocasião da visita da família imperial a São Paulo, em 1846<sup>19</sup>. Considerando que esta peculiaridade poderia confundir o leitor, distingo *todos* os nomes por ordem alfabética. Dessa maneira, se permanecemos no exemplo da rua XV de Novembro, a sua antiga denominação pode ser encontrada no item “R”, tanto como “rua da Imperatriz” quanto como “rua do Rosário”.

---

<sup>19</sup> Cf. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, *A Dinâmica dos Nomes na Cidade de São Paulo (1554—1897)*. São Paulo, Annablume, 1997, p. 256.

parte I

**Tempos *desse* espaço**

## Notas preliminares

Debruçar-se sobre a questão de como a sociedade paulistana percebe o processo histórico que experiencia na cidade ao longo das décadas de 1870 e 1880 à medida que ele vai sendo por ela construído, implica apreender como é vivenciada e percebida socialmente a dinâmica de urbanização daqueles anos.

Para tanto, uma constatação preliminar: este processo de desenvolvimento urbano suscitou interpretações não apenas por parte da sociedade paulistana a ele contemporânea e que é objeto deste estudo. É uma temática que desencadeou a produção de abordagens *a posteriori*, elaboradas por personalidades dos mais diversos grupos sociais: de antigos estudantes da Academia de Direito do Largo São Francisco, que se dedicaram, em momentos específicos de suas vidas, ao memorialismo<sup>20</sup>, a velhas senhoras descendentes da antiga aristocracia açucareira e - posteriormente - cafeeira paulista<sup>21</sup>; de operários idosos e saudosos de suas infâncias<sup>22</sup> a acadêmicos (historiadores, geógrafos, sociólogos, antropólogos, economistas, arquitetos), concentrados em compreender o fenômeno urbano tanto em São Paulo quanto no Brasil como um todo.

Enquanto *corpus* bibliográfico com o qual o pesquisador, invariavelmente se defronta ao se propor adentrar os espaços da São Paulo de fins do Império, esse conjunto difuso e multifacetado de vozes se constitui de interpretações sobre o processo de urbanização em relação às quais o estudioso tem de situar a sua própria perspectiva teórica.

Caso contrário, é grande o risco de ele “comprar” de antemão qualquer esquema interpretativo, comprometendo, assim, a percepção do próprio problema de investigação e a pesquisa de fontes que realiza. A variedade de dados que os documentos oferecem ao olhar do investigador

---

<sup>20</sup> Para uma análise dos relatos memorialistas sobre São Paulo entre 1870 e 1920 cf. Ana Cláudia Fonseca Brefe, “A Cidade Inventada: A Paulicéia construída nos relatos memorialistas (1870-1920)”, Dissertação de Mestrado em História, IFCH-UNICAMP, 1993.

<sup>21</sup> Cf., em especial, Maria Paes de Barros, *op. cit.*: Maria da Glória Quartim de Moraes, *Reminiscências de uma Velha (1893-1916)*, São Paulo, 1995.

<sup>22</sup> Cf. Ecléa Bosí, *Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995 (1ª ed.: 1973).

acaba por ser “achatada”, em certa medida uniformizada, a fim de “caber” no interior de esquemas interpretativos assumidos *a priori*. O resultado, segundo Pierre Bourdieu, é que o próprio pesquisador se torna objeto dos problemas que assume como objeto de pesquisa<sup>23</sup>.

Se, como diz o sociólogo, essa questão teórico-metodológica constitui um desafio que se impõe a qualquer pesquisa, quando o objeto é a São Paulo das décadas de 1870 e 1880 a dificuldade é ainda maior. A perspectiva interpretativa que subjaz às diversas abordagens não raro se manifesta por meio dos dados históricos que o respectivo autor fornece ao leitor-pesquisador e dos quais este com freqüência se utiliza para contextualizar o seu próprio objeto de estudo.

Quando, por exemplo, uma autora como Maria Paes de Barros enfatiza que antes da década de 1870 as ruas paulistanas eram “silenciosas”, “tristes” e a vida nestas, pouco “intensa” (em contraposição com o período posterior), ela revela a *sua* visão sobre um espaço no qual praticamente nunca transitava, filha que era de uma abastada família de fazendeiros cujo dia-a-dia em São Paulo era marcado pela vida reclusa que levavam no interior da casa patriarcal<sup>24</sup>.

Se o pesquisador incorpora caracterizações como estas para derivar que as ruas da cidade antes da década de 1870 eram vazias e que nelas nada acontecia, corre o risco de assumir como realidade histórica sobre o espaço urbano paulistano um dado ao qual corresponde, na verdade, uma representação específica. Esta é, por definição, parcial, produto de um determinado contexto social vivenciado, na São Paulo das décadas de 1850 e 1860, por meninas como Maria Paes de Barros.

A fim de não cair nessa “armadilha” teórica, o mais indicado é estranhar a própria questão assumida como problema de pesquisa. Como aponta Bourdieu, cabe “fazer a história social da *emergência* desses problemas”<sup>25</sup>, ou seja, delimitar a minha questão teórica em meio às

<sup>23</sup> Cf. Pierre Bourdieu, “Introdução a uma sociologia reflexiva” (1987) in Pierre Bourdieu, *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989, esp. pp. 34-7.

<sup>24</sup> Cf. Maria Paes de Barros, *op. cit.*, pp. 12 e 47.

<sup>25</sup> Trata-se da história do “trabalho colectivo – freqüentemente realizado na concorrência e na luta – o qual foi necessário para dar a conhecer e fazer reconhecer estes problemas como *problemas legítimos*, confessáveis, publicáveis, públicos, oficiais”. Cf. Pierre Bourdieu, *op. cit.*, p. 37.

perspectivas teórico-metodológicas subjacentes aos relatos das mais diversas vozes que já se dedicaram – e interpretaram à sua maneira – o processo de urbanização por que a cidade passou naqueles anos.

Certamente não é o caso aqui de fazê-lo em relação a todas essas vozes, o que demandaria pesquisas específicas<sup>26</sup>. Melhor é concentrar a atenção na produção acadêmica, analisando-a a partir do recorte que visó aqui aprofundar e que diz respeito à percepção social do processo de urbanização paulistano das décadas de 1870 e 1880.

Todavia, ainda conhecemos poucas características deste processo. Para evitar incorrer no equívoco metodológico mencionado acima - de assumir como verdades históricas dados que ganham sentido em meio a representações específicas - minha opção é contextualizar a urbanização paulistana à medida em que acompanho a argumentação dos próprios autores com cuja produção acadêmica se trata de dialogar.

---

<sup>26</sup> Mencionei anteriormente um exemplo desse tipo de investigação – em relação aos memorialistas paulistanos da primeira metade do século XX. Cf. Ana Cláudia Fonseca Brefe, *op. cit.*

## O estado da questão

De um modo geral, têm sido empreendidos dois tipos de caracterização sobre a dinâmica sociocultural subjacente ao processo de urbanização paulistana de fins do XIX<sup>27</sup>. Enquanto alguns estudiosos enfatizam as transformações de hábitos, concepções e valores sociais na cidade, no bojo das mudanças econômicas, urbanísticas, demográficas e físicas engendradas na segunda metade do Oitocentos, outros ressaltam a persistência de antigos traços socioculturais, neste universo em transformação.

Discussões que se refiram, de alguma forma, à dinâmica sociocultural envolvida na urbanização paulistana nesse período engendram-se na metade dos anos 1930, como fragmento no interior de interpretações mais amplas sobre o Brasil publicadas naquele momento. Para autores como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, as cidades brasileiras oitocentistas configuram um cenário social privilegiado para a investigação das especificidades históricas do país.

Refiro-me, por um lado, ao estudo pioneiro de Freyre de 1936, sobre as transformações por que passa o modo de vida patriarcal frente ao desenvolvimento urbano ao longo do XIX - em especial no bojo da instalação da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808<sup>28</sup>. Por outro lado, há trechos do clássico *Raízes do Brasil* (também de 1936) em que Holanda busca caracterizar os efeitos sociais da expansão urbana no país naquele século<sup>29</sup>.

Freyre, em particular, não se concentra especificamente em São Paulo nem se preocupa com o período aqui em estudo. Entretanto, recorrendo a relatos de viajantes como Saint Hilaire e Alfredo d'Escragolle

---

<sup>27</sup> Vale considerar que quando me refiro aos estudos a seguir como trabalhos que enfocam a "dinâmica sociocultural" paulistana, não o faço pressupondo que seus autores se utilizem especificamente dessa categoria para apreender seus diversos objetos de pesquisa. Quero aludir apenas ao fato de que, de maneira direta ou indireta, os estudiosos acabam por centralizar seus interesses analíticos nas relações e concepções sociais que "acompanham" o processo de urbanização paulistano.

<sup>28</sup> Cf. Gilberto Freyre, *Sobrados e Mocambos. Decadência do Patriarcado Rural no Brasil*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1936.

Taunay, freqüentemente menciona o exemplo paulistano para apontar as especificidades culturais relacionadas com a decadência, nas cidades brasileiras do XIX, das relações intra-familiares e inter-raciais próximas e “harmônicas” que marcaram o “patriarcado rural”<sup>30</sup>.

Em especial no Rio de Janeiro, o momento é de “mudança na paisagem urbana”, com a chegada da família real portuguesa e a chamada abertura dos portos brasileiros ao comércio exterior (com a Inglaterra), em 1808. A cidade passa a receber, conseqüentemente, todo um rol de novas mercadorias, de valores e de hábitos europeus. Mas o mesmo ocorre também - como aponta Freyre - em São Paulo, sobretudo a partir do “esplendor da lavoura do café”, na segunda metade do XIX<sup>31</sup>.

Em meio a essa dinâmica, a rua torna-se objeto de regulamentações legais (“posturas”) de comportamentos e atividades sociais; mas também da implantação de serviços de infra-estrutura urbana. O que está em jogo, segundo Freyre, é “limitar os abusos do particular e da casa e de fixar a importância, a dignidade, os direitos da rua”<sup>32</sup>.

Assim, nos aproximamos do cernê da argumentação de Freyre sobre a dinâmica social subjacente à urbanização brasileira oitocentista. Às categorias “sobrado” e “mocambo” corresponde um processo de aumento das distâncias sociais entre “dominantes e dominados”, entre senhores e escravos. Ao mesmo tempo, dá-se um abalo na autoridade secular e em princípio inquestionável que o *pater familias* detém perante sua mulher, filhos e serviçais. O mundo patriarcal, que “acomoda” grupos sociais e “raças” diferentes em seu *locus* primordial, a “casa”, está fadado à ruína.

Freyre formula, entretanto, um segundo argumento. Se ganham força, no mundo urbano brasileiro, mercadorias, hábitos e valores europeus, em meio a novas formas de morar que separam - “antagonizam” mesmo - senhores de escravos, ocorre paralelamente o “re-brasileiramento” dessas transformações urbanas ao longo do XIX<sup>33</sup>.

---

<sup>29</sup> Cf. Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1984 (1ª ed.: 1936), esp. os capítulos 4 e 5, respectivamente “Herança rural” e “O homem cordial”.

<sup>30</sup> Gilberto Freyre, *op. cit.*, esp. pp. 14-6.

<sup>31</sup> *Idem, ibidem*, p. 206.

<sup>32</sup> *Idem, ibidem*, p. 18.

<sup>33</sup> *Idem, ibidem*, p. 333.

Seu espaço físico privilegiado de encenação: a rua e as “facilidades de comunicação entre as classes e de cruzamento entre as raças” que só este local oferece: “a festa de igreja, o mercado, a escola, o carnaval”. Ao mesmo tempo em que submetida a transformações urbanísticas e administrativas, voltadas a restringir os “abusos [que sofre] do particular e da casa patriarcal”, a rua é o espaço que contribui para, de maneira “verdadeiramente brasileira”, ir “atenuando os antagonismos de classe e de raça”<sup>34</sup> gerados pelo novo estilo de vida. De maneira indireta, pois, a “casa” mantém a sua “força” sobre “a formação social do brasileiro de cidade” durante todo o Oitocentos<sup>35</sup>.

Mesmo concentrando-se num período histórico anterior ao que me interessa neste trabalho, Freyre acaba por enfatizar características sociais da urbanização brasileira que se farão presentes em outros estudos sobre o tema, contemporâneos e posteriores ao seu. Um deles é *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda.

Interessado que está, em última instância, na viabilidade histórica do regime democrático no Brasil, o historiador aborda apenas de maneira esparsa os efeitos sociais ligados à expansão urbana no país ao longo do XIX. Ao aludir ao tema, contudo, ele, tal como Freyre, enfatiza como fatores importantes a vinda da corte portuguesa lado a lado com o “declínio da velha lavoura”. Em meio a estes acontecimentos, membros das famílias patriarcais de origem rural – “gente principal do país” – passam a morar nas cidades e a exercer ali cargos burocráticos, políticos e profissões liberais<sup>36</sup>.

Qual a característica social dessas cidades? Já que as “ocupações nitidamente citadinas” são exercidas por indivíduos que trazem consigo a “herança rural”, injetam-se nelas valores e concepções do mundo rural, próprias de uma “mentalidade” fortemente marcada pelo patriarcalismo<sup>37</sup>.

Mas Holanda não se restringe ao início do século XIX. Concebendo a abolição oficial do regime escravocrata (1888) como divisor de águas na história do país, busca, nas décadas que a antecedem, indícios de mudanças sociais que desembocam na chamada Lei Áurea. Assim, destaca,

---

<sup>34</sup> *Idem, ibidem*, p. 21.

<sup>35</sup> *Idem, ibidem*, pp. 17-21.

<sup>36</sup> Cf. Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.*, p. 50.

<sup>37</sup> *Idem, ibidem*.

em meados do século, uma série de “reformas” que têm lugar em particular no Rio de Janeiro, mas cujos efeitos na esfera nacional são intensos: a proibição do tráfico negreiro (1850); a criação de bancos e sociedades anônimas (1851); a primeira linha telegráfica no Rio de Janeiro (1852), as primeiras estradas de ferro do país, respectivamente entre o porto de Mauá e a estação de Fragoso (1854) e entre a Corte e a cidade de São Paulo (1855). Estas inovações se relacionam com o fenômeno que Holanda, num outro capítulo, chama de “desenvolvimento da urbanização” no país: ele “não resulta unicamente do crescimento das cidades, mas também, dos meios de comunicação, atraindo vastas áreas rurais para a esfera de influência das cidades”<sup>38</sup>.

Não se imagine, entretanto, que o processo se dê de maneira linear. Segundo o historiador, é inevitável o confronto entre a “mentalidade” patriarcal de origem rural e aquela mais propriamente “racional” - nos termos de Weber - vigente nas cidades. Vem daí a ênfase de Holanda no “desequilíbrio social” desencadeado no mundo urbano. A dificuldade de adaptação da família patriarcal aos novos padrões de relacionamento social – formais e impessoais – implícitos à vida urbana é uma marca do desenvolvimento urbano no Brasil.

O efeito dessa dinâmica que interessa ao autor ressaltar é que a gestão dos negócios públicos se dá em meio à tentativa constante, por parte dos seus administradores, de imporem à vida pública suas vontades particulares. Buscam fazer com que a “ordenação impessoal” característica do Estado burocrático ceda à “cordialidade” que relações sociais pessoais e próximas, próprias dos círculos restritos que historicamente caracterizaram a família patriarcal<sup>39</sup>.

Diferentemente de Freyre, o historiador não vislumbra, pois, na tensão social implícita ao processo de urbanização quaisquer mecanismos de “contemporização”. Nem a rua, nem o “caráter brasileiro” resolvem o dilema. De fato, o próprio confronto é a marca e o desafio histórico implícitos ao processo histórico e que cabe à sociedade brasileira pós-Abolição resolver.

---

<sup>38</sup> *Idem, ibidem*, p. 105.

<sup>39</sup> *Idem, ibidem*, pp. 106-07.

Mais do que retomar aqui todos os passos da argumentação de Holanda, importa reter que, se ele e Freyre diferem quanto aos equacionamentos políticos dados à temática da urbanização brasileira do XIX, ambos chamam atenção para o vigor com o qual a herança patriarcal incide sobre esse universo urbano em transformação. Nesse sentido, uma característica intrínseca à cidade brasileira daquele período seria a presença do rural nela – para além de todas as mudanças tecnológicas, econômicas e urbanísticas que marcam o seu crescimento. Trata-se de um rural que, corporificado na família patriarcal e espacializado na casa senhorial, embebe as relações sociais, econômicas e políticas construídas no mundo urbano.

Apenas dez anos mais tarde terão continuidade os estudos preocupados com a dimensão sociocultural do processo de urbanização paulistano da segunda metade do XIX; e, em particular, a partir da década de 1870. Mesmo não concentrado especificamente neste período histórico, e sim na São Paulo dos anos 1940, Florestan Fernandes, busca, já nos seus primeiros trabalhos acadêmicos, dissecar as peculiaridades da sua vida urbana<sup>40</sup>.

Ao focar as manifestações folclóricas que se fazem presentes nas brincadeiras infantis, nas cantigas, nas adivinhas paulistanas, o sociólogo reconhece que se está diante de manifestações, no presente da cidade, que remetem a padrões de relacionamento social fortemente referidos ao passado rural (e patriarcal) da sociedade brasileira. A “persistência” das adivinhas na “vida social urbana”, por exemplo, não pode ser desvincilhada do “passado de que se originam”<sup>41</sup>.

Essa perspectiva teórica sobre o caráter sociocultural da urbanização paulistana será aprofundada por Fernandes em trabalhos referentes à temática das relações raciais no Brasil, publicados desde meados da década de 1950<sup>42</sup>. Além disso, passará a ser considerada, a partir desse momento,

---

<sup>40</sup> Cf. Florestan Fernandes, “Aspectos mágicos do folclore paulistano”, *Sociologia*, vol. VI, n<sup>os</sup> 2 e 3, São Paulo, 1944; “As trocinhas do Bom Retiro”, separata da *Revista do Arquivo Municipal*, n<sup>o</sup> 113, São Paulo, 1947; “Cantigas de ninar paulistanas”, *Trópico*, ano 1, n<sup>o</sup> 1, São Paulo, 1952; “Contribuição para o estudo das adivinhas paulistanas”, separata da *Revista de História* n<sup>o</sup> 9, São Paulo, 1952.

<sup>41</sup> Florestan Fernandes, “Contribuição para o estudo das adivinhas paulistanas”, *op. cit.*, p. 154.

<sup>42</sup> Cf. entre outros Florestan Fernandes, “Do escravo ao cidadão” e “Cor e estrutura social em mudança” in Roger Bastide & Florestan Fernandes, *Relações Raciais entre Negros*

por outros autores, constituindo, a meu ver, as bases de um debate mais amplo sobre a temática, que se perpetuará até os anos 1990.

Antes de analisar os meandros desta discussão, é necessário esclarecer que a urbanização paulistana da segunda metade do XIX não é objeto de estudo apenas de autores preocupados, de maneira mais ou menos explícita, com a sua dimensão sociocultural.

Na mesma época em que são publicados os livros de Freyre e de Holanda, começam a aparecer uma série de outros estudos sobre a urbanização paulistana, todos eles inspirados no intrigante e instigante fenômeno de aceleração do crescimento demográfico e da expansão física vivenciado pela cidade, em particular desde os trinta anos finais do XIX. A problemática que fundamenta esses trabalhos é basicamente a busca de “causas”, “fatores históricos” – a terminologia aplicada varia de autor para autor – envolvidos nas transformações econômicas, urbanísticas, demográficas e físicas paulistanas.

Em 1935 – um ano antes, portanto, da publicação de *Sobrados e Mocambos e Raízes do Brasil* -, o historiador Caio Prado Júnior lança um artigo em que enfatiza o papel de circunstâncias geográficas a favorecerem a colonização e o posterior desenvolvimento urbano paulistano: o “sítio” se localiza num ponto do planalto a partir de onde se espraiam, em quase todas as direções, rios – ou seja, “vias naturais de comunicação”<sup>43</sup>.

No que diz respeito especificamente ao processo urbano vivenciado na segunda metade do século XIX, o autor conjuga o fator geográfico ao econômico. Remete-se à expansão da cultura cafeeira que, vinda das imediações da Corte, penetra no Vale do Paraíba paulista nas primeiras décadas do Oitocentos, atingindo, em torno dos anos 1850, a região central da província de São Paulo, o chamado “oeste paulista”.

Nesse movimento, o café acaba indiretamente por favorecer a cidade. Por um lado, porque o norte da província se articula à rede ferroviária difundida a partir da Corte, tendo São Paulo como local fundamental de

---

*e Brancos em São Paulo. Ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo*, São Paulo, UNESCO/Anhembi, 1955; e Florestan Fernandes, *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, São Paulo, EDUSP/DOMINUS, 1965.

passagem. Por outro, porque a penetração do café no oeste faz com que a cidade se torne passagem obrigatória para os produtos de exportação e importação, além de consolidar o papel que já tinha em relação ao interior: o de ser seu entreposto comercial primordial<sup>44</sup>.

Partindo de pressupostos e preocupações diversas das de Caio Prado Júnior, o também historiador Eurípedes Simões de Paula publica, um ano depois de “O fator geográfico...”, uma monografia clássica sobre os fatores que, segundo ele, explicam as transformações urbanas que a cidade atravessa a partir da década de 1870<sup>45</sup>. Sob a referência à “segunda fundação de São Paulo” esconde-se a ênfase no ano de 1872 como marco definidor das tendências do desenvolvimento da cidade desde então.

Recorrendo a relatos de viajantes, historiadores e memorialistas que vivenciaram a segunda metade do XIX em São Paulo, o autor retoma parte dos argumentos já presentes na formulação de Caio Prado Júnior. Só que procura, desse modo, caracterizar a confluência destes e de outros aspectos em relação precisamente ao ano de 1872. Neste momento se dá a inauguração da estrada de ferro Jundiaí-Campinas pela Companhia Paulista, cinco anos depois de entrar em operação a primeira linha férrea da província, entre Santos e Jundiaí. Além do papel da ferrovia, Simões de Paula assinala o início do funcionamento dos serviços de infra-estrutura na cidade (iluminação a gás, bondes a burros etc.).

Alguns meses depois de inaugurados estes equipamentos urbanos, em dezembro de 1872, o político João Theodoro Xavier de Mattos assume o governo da província de São Paulo. Este acontecimento é destacado pelo historiador como fundamental para o desenvolvimento paulistano a partir de então. O fato é que o presidente abre novas ruas e prolonga velhas estradas, alarga largos, retifica a Várzea do Carmo, reforma e cria jardins públicos etc.. Ou seja, realiza, durante os seus quase três anos de governo, toda uma série de reformas urbanas com o objetivo expresso de atrair

<sup>43</sup> Cf. Caio Prado Júnior, “O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo”, *Geografia* n° 3, 1935, p. 248.

<sup>44</sup> *Idem, ibidem*, p. 260.

<sup>45</sup> Cf. Eurípedes Simões de Paula, *Contribuição Monographica para o Estudo da Segunda Fundação de São Paulo*, São Paulo, 1936.

grandes fazendeiros e capitalistas do interior – e os investimentos destes – para a cidade<sup>46</sup>.

A partir de 1872 também se incrementam na província a colonização e a imigração, subsidiadas pela fundação da Associação de Colonização e Imigração (1871). Na esteira dessa dinâmica, que atrai para a cidade novos moradores, Simões de Paula menciona o aumento populacional, registrado comparativamente no censo de 1886<sup>47</sup>. Por fim, assinala a elevação das rendas provinciais, em decorrência de três fatores: a imigração, o café e o trabalho livre<sup>48</sup>.

Ao equacionar a problemática urbana nesses termos, o autor acaba por sintetizar os eixos determinantes da matriz explicativa que será freqüentemente reiterada a partir de então pela historiografia quando o tema for a urbanização de São Paulo. A década de 1870 torna-se marco privilegiado de periodização da evolução paulistana, e a fim de justificarem-no, os autores não raro se remetem a Simões de Paula<sup>49</sup>.

Num texto de 1941, Caio Prado Júnior volta a dedicar-se aos fatores geográficos envolvidos no processo de urbanização em São Paulo, só que desta vez em relação especificamente à década de 1940: uma “cidade moderna” que cresce sem parar em termos populacionais, apesar de situada numa região natural pouco favorável<sup>50</sup>. Como aponta a geógrafa Odete Seabra, numa revisão crítica dos artigos deste autor de 1935 e de 1941,

---

<sup>46</sup> Afirma João Theodoro no seu relatório final como presidente de província: “(...) A capital, engrandecida, circundada de atractivos e gosos, chamará a si os grandes proprietarios e capitalistas da Provincia, que nella formarão seus domicilios, ou temporarias e periodicas residencias. O commercio lucrará, ampliando seu consumo. As empresas se fundarão com os recursos vastos e accumulados de seus novos habitantes (...)”. Cf. *Relatorio apresentado à Assembléa Legislativa Provincial por João Theodoro Xavier de Mattos* em 14 de fevereiro de 1875.

<sup>47</sup> Nota o autor que, se em 1872 as freguesias da Sé, Santa Ifigênia, Consolação, São Bernardo, Penha, Ó e Brás contam com aproximadamente 26.040 habitantes, chegam ao ano de 1886 com 47.697. *Recenseamento Demográfico, Escolar e Agrícola-Zootécnico de São Paulo* (20 de setembro de 1934), citado por Eurípedes Simões de Paula, “A segunda fundação de São Paulo”, *Revista de História* n° 17, São Paulo, p. 174.

<sup>48</sup> *Idem, ibidem*, pp. 170-76.

<sup>49</sup> Cf. por exemplo Odilon Nogueira Mattos, “A cidade de São Paulo no século XIX”, *Revista de História*, n°s 21-22, ano VI, 1955; Suely Robles Reis de Queiroz, “São Paulo (1875-1975)”, *Revista de História*, vol. LIV, n° 108, ano 27, 1970; Benedito Lima de Toledo, *Prestes Maia e as Origens do Urbanismo Moderno em São Paulo*, São Paulo, Empresa das Artes, 1996; Raquel Rolnik, *A Cidade e a Lei. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*, São Paulo, FAPESP/Studio Nobel, 1997.

<sup>50</sup> Cf. Caio Prado Júnior, “Nova contribuição para o estudo geográfico da cidade de São Paulo”, *Estudos Brasileiros*, 3(7), São Paulo, 1941.

neste último trabalho os fatores naturais que tanto pesavam anteriormente ficam relegados a um segundo plano.

Mais importante é ressaltar que a cidade, localizando-se num “centro natural” de uma região mais abrangente, é palco também de convergência de outros aspectos, propriamente históricos<sup>51</sup>. Caio Prado Júnior ressaltava, além da industrialização e da ferrovia, um terceiro aspecto que também fora abordado por Simões de Paula: o papel da imigração.

Em meio a essa série de estudos preocupados com as redes de causalidade que explicam as transformações urbanas em curso na cidade a partir dos anos 1870, o historiador americano *brazilianista*, Richard Morse, formula, em 1950, uma argumentação original, registrada no primeiro trabalho que publica em português<sup>52</sup>. Logo no primeiro parágrafo o autor deixa entrever que a sua preocupação maior é debater com estudiosos que atribuem o desenvolvimento paulistano desde os anos 1870 a aspectos geográficos (a localização planaltina), econômicos (a expansão cafeeira), tecnológicos (as estradas de ferro), sociais (a imigração) ou mesmo à fórmula “bandeirismo + jeitinho”<sup>53</sup>.

A tese é uma só: as transformações urbanas que ocorrem a partir de então devem-se a uma completa transformação nas “formas de vida e [n]a escala dos valores dos paulistanos nas décadas que antecedem 1870”<sup>54</sup>. O antigo modo de vida, pautado na “família” e nos “padrões pessoais de lealdade”, abre espaço para influências ligadas, por um lado, a “elementos da cultura européia”, por outro, à “integração” da cidade no “cenário nacional em virtude de razões políticas, econômicas e tecnológicas”<sup>55</sup>.

Apoiando-se em relatos de viajantes e de memorialistas, Morse menciona como “catalisadores” dessas transformações culturais aspectos até então pouco considerados pela historiografia sobre a São Paulo oitocentista: a fundação da Academia de Direito do Largo São Francisco, em 1828; a chegada de estrangeiros, no bojo das primeiras experiências com

---

<sup>51</sup> Cf. Odete Seabra, “O campo da geografia”, *Cadernos de História de São Paulo* n° 1, São Paulo, 1992, pp. 16-7.

<sup>52</sup> Cf. Richard Morse, “Raízes oitocentistas da metrópole”, *Anais do Museu Paulista*, tomo XIV, São Paulo, 1950.

<sup>53</sup> *Idem, ibidem*, p. 455.

<sup>54</sup> *Idem, ibidem*, p. 456.

<sup>55</sup> *Idem, ibidem*, p. 474.

núcleos coloniais nos arredores da cidade e com a introdução de imigrantes nas fazendas da província; o surgimento da imprensa, também a partir dos anos 1820; as primeiras linhas férreas; as mudanças a que os legisladores submetem o conceito de “urbano”.

Com base nessas influências todas, a dinâmica urbana das décadas de 1870 e 1880 não seria mais do que a “cristalização” das “raízes oitocentistas” anteriores<sup>56</sup>.

Três anos depois do artigo clássico de Morse, também o francês Pierre Monbeig lança outro texto fundamental sobre a urbanização paulistana<sup>57</sup>. Em relação precisamente à segunda metade do XIX, o geógrafo elege um aspecto mencionado de forma subliminar por Simões de Paula e focalizado já por Freyre e Holanda em relação à realidade urbana brasileira do Oitocentos: a transferência de grandes fazendeiros do interior para a cidade.

Segundo Monbeig, em São Paulo esse movimento se dá com maior intensidade a partir da década de 1870. O fato é que essa “classe social em plena ascensão tinha necessidades novas”, que dizem respeito não apenas a um novo modo de morar – urbano – em detrimento da vida nas fazendas<sup>58</sup>. Elas acabam por acarretar também toda uma dinâmica comercial, administrativa e política que os grupos socialmente emergentes da sociedade agrária paulista consideram importante e que só em São Paulo podem concretizar.

Afinal, a cidade é capital administrativa da província e entreposto comercial e financeiro fundamental para as novas relações econômicas que – contando cada vez mais com a participação dos fazendeiros - se costuram a partir da década de 1870. É o que leva Monbeig a sintetizar que o crescimento de São Paulo nesses anos se deve à “urbanização da classe dominante”, ou seja, ao fato de que a cidade se transforma em “capital dos fazendeiros”<sup>59</sup>.

---

<sup>56</sup> *Idem, ibidem*, p. 479.

<sup>57</sup> Cf. Pierre Monbeig, *La Croissance de la Ville de São Paulo*, Grenoble, Institut et Revue de Géographie Alpine, 1953.

<sup>58</sup> *Idem, ibidem*, p. 27.

<sup>59</sup> *Idem, ibidem*, pp. 28.

À luz dessa digressão, fica claro que a historiografia paulistana concentrada no processo de urbanização das últimas três décadas do XIX, chega aos anos 1950 contando com uma gama mais variada de interpretações sobre os fatores que caracterizam o processo de transformações econômicas, urbanísticas e demográficas engendrado na cidade um século antes. E, com efeito, será possível rever estes aspectos em estudiosos que, a partir daqueles anos, dedicam-se à temática que me interessa de maneira específica.

Conforme mencionei anteriormente, penso ser nos anos 1950 que se institucionalizam as bases de um debate acadêmico sobre a dimensão sociocultural do desenvolvimento urbano paulistano da segunda metade do XIX.

Enquanto se publicam as primeiras reflexões de Fernandes sobre o folclore - em que o autor chama, entre outros, atenção para a “persistência” de hábitos e relações de sociabilidade do passado rural da cidade na suposta “metrópole” -, outros estudiosos ressaltam precisamente a *ruptura* engendrada em meio às transformações socioeconômicas, políticas, tecnológicas e urbanísticas, na São Paulo das últimas três décadas do XIX.

Esta tendência interpretativa ganha sentido, em especial, nos estudos realizados nos anos que antecedem ou são contemporâneos às celebrações do quarto centenário de fundação da cidade (1954). Neste contexto, não faltam publicações que, reconstituindo características arquitetônicas, urbanísticas, culturais ligadas ao dia-a-dia da população no decorrer dos quatro séculos anteriores, busquem ressaltar o “progresso” que marca as mudanças urbanas desde a década de 1870.

Dois exemplos clássicos dessa linha de interpretação são os estudos de Ernani da Silva Bruno, de 1953, e o de Odilon Nogueira Mattos, de 1955. Enquanto Bruno se propõe reconstituir, por meio de uma conjugação das mais diversas fontes documentais (papéis oficiais a relatos de viajantes, memórias e gravuras passando por jornais e almanaques), os quatro séculos de história paulistana<sup>60</sup>, Odilon, inspirado por este autor, realiza o mesmo, só que em especial para o século XIX<sup>61</sup>.

---

<sup>60</sup> Cf. Ernani da Silva Bruno, *História e Tradições da cidade de São Paulo* (vol. I: “Arraial de Sertanistas, 1554-1828”; vol. II: “Burgo de Estudantes, 1828-1872”; vol. III: “Metrópole

Trata-se, pois, de dois estudos que se assemelham bastante entre si - não só do ponto de vista metodológico, como também em termos teóricos. Em meio à quantidade de dados históricos que fornecem, em especial em relação ao vigor das mudanças econômicas, urbanísticas, demográficas, físicas em curso na cidade a partir de 1870, os autores acabam por preconizar, cada um à sua maneira, que em vinte anos se altera completamente a “mentalidade” da sociedade<sup>62</sup>. A síntese mais acabada desta tese, quem a fornece é o próprio Bruno, por meio da seqüência de títulos dos respectivos volumes que compõem a sua obra: o “sono colonial” que caracterizava o pequeno e pobre “arraial de sertanistas” desaparece frente à “impetuosidade” do “burgo de estudantes”, que, desde os anos 1870, cresce rapidamente, a fim de fazer São Paulo “conquistar a posição de metrópole do café”<sup>63</sup>.

A estrutura argumentativa de Bruno – retomada posteriormente por Mattos – deixa entrever uma associação imediata entre o ritmo de transformações urbanas e a dinâmica sociocultural. Ao “progresso material” corresponde uma mudança completa na “mentalidade”, que se torna “metropolitana”.

Essa forma de interpretação aparece também, mesmo que de maneira breve, no texto de Morse a que me referi acima. É certo que o autor não se preocupa precisamente com o que se opera na esfera das relações sociais e dos valores *durante* as décadas de 1870 e 1880. No entanto, em relação a este intervalo precisamente, preconiza uma “completa reorientação” das “maneiras e valores de S. Paulo”. O seu argumento central é que a “ausência de uma cultura profundamente enraizada deixou o caminho aberto para novas formas de vida”<sup>64</sup>.

---

do Café, 1872-1918” e “São Paulo de Agora, 1919-1954”), São Paulo, HUCITEC, 1983 (1ª ed.: 1953).

<sup>61</sup> Cf. Odilon Nogueira Mattos, “A cidade de São Paulo no século XIX”. *op. cit.*

<sup>62</sup> *Idem, ibidem*, p. 116.

<sup>63</sup> Cf. Ernani da Silva Bruno, *op. cit.*, respectivamente vol. II, pp. 455-6 e vol. III, p. 914. É importante ressaltar que, para qualificar a cidade como “burgo de estudantes”, Bruno recupera precisamente as considerações que Morse apresenta no artigo tematizado anteriormente.

<sup>64</sup> Cf. Richard Morse, “Raízes oitocentistas da metrópole”, *op. cit.*, pp. 475-76.

É na sua obra mais importante, publicada pela primeira vez em 1954, que Morse aprofunda esse ponto de vista<sup>65</sup>. Em seu enciclopédico livro, o autor se propõe contribuir para a caracterização do processo de desenvolvimento das grandes cidades latino-americanas desde o período colonial até a “Idade Moderna”, à luz do contexto paulistano (1554).

Segundo o historiador, o processo de urbanização das cidades americanas pode ser caracterizado por duas fases. A primeira, Morse chama de “centrífuga”. Ela recobre basicamente o período colonial, em que a cidade era mero apêndice do campo e não contava com qualquer autonomia em relação a este. Sucede a essa fase uma etapa “centrípeta”, que, se concretizada sobretudo a partir da década de 1940, é engendrada já em fins do XIX, quando se expandem as funções da cidade e esta começa a atrair grupos humanos do entorno rural<sup>66</sup>.

Apoiado numa quantidade vastíssima de documentos oficiais e não-oficiais, o autor retoma, com relação ao intervalo temporal que me interessa, o argumento já presente na análise de Simões de Paula: “por volta de 1870” ocorreria “a gênese da cidade como metrópole”<sup>67</sup>. Percebe-se, contudo, ao longo do texto, que a tese se aplica primordialmente à velocidade das mudanças nas esferas econômica, física, tecnológica, demográfica e da “vida intelectual”.

Quando o assunto é o que Morse chama de “a nova configuração da vida” – ou seja, “o que significava a urbanização (...) em termos de experiência, comportamento, e valores dos cidadãos” -, decresce bastante a contundência das transformações. Ao mesmo tempo em que ocorre a “desintegração” de “muitos dos antigos determinantes de classe” (velhas distâncias sociais vigentes no mundo escravista), falta à sociedade “uma ‘perspectiva urbana’ singular e integrada a que se referissem para censura ou para aprovação os padrões de comportamento, morais ou imorais”. Isso por menos que seja possível falar da “iniqüidade da cidade moderna”<sup>68</sup>.

---

<sup>65</sup> Cf. Richard Morse, *Formação Histórica de São Paulo (De comunidade à metrópole)*, São Paulo, Difel, 1970 (1ª ed.: 1954).

<sup>66</sup> *Idem, ibidem*, pp. 13-4.

<sup>67</sup> *Idem, ibidem*, p. 227.

<sup>68</sup> *Idem, ibidem*, respectivamente pp. 263 e 268.

As constatações levam o autor a concluir, com base na perspectiva de Allen Tate: “testemunhamos em suma a transição de uma sociedade regional com certas consonâncias universais, para uma sociedade cosmopolita de consonância inteiramente provinciana”<sup>69</sup>.

Esta caracterização traz de forma implícita a preocupação de Morse em matizar o descompasso entre o ritmo dos processos econômicos, políticos, demográficos, físicos, e aquele que marca as mudanças socioculturais do contexto de urbanização paulistana. Nesse sentido, o historiador acaba por relativizar a própria radicalidade da subtese contida no seu artigo de 1950, sobre uma “completa” mudança nas “formas de vida e a escala dos valores dos paulistanos” durante o século XIX.

A despeito desta conclusão, contudo, o que predomina, em *Formação Histórica...*, no que se refere à problemática sociocultural, é mesmo a ênfase na desagregação dos velhos padrões valorativos e de relacionamento social paralelamente à inexistência de novos referenciais. A ênfase reside, portanto, na ruptura em relação ao passado, e na dramaticidade que isso implica - para toda a sociedade: “o senso de perda não escapava aos homens da época”<sup>70</sup>.

É interessante notar que, na “Introdução” e no “Epílogo”, ambos escritos para a segunda edição brasileira da obra, publicada quinze anos mais tarde, Morse revê criticamente esta sua posição. A fim de entender a “reconsideração de alguns temas” (título do capítulo final daquela publicação), torna-se necessário, antes, acompanhar como avança, a partir da década de 1950, a discussão relativa à dimensão sociocultural da urbanização paulistana de fins do XIX.

É importante ressaltar que não só de odes à “mudança acelerada” e à “rapidez do crescimento da cidade” vive o debate acadêmico paulistano nos anos que antecedem o chamado “Quarto Centenário”. Com efeito, as Ciências Sociais paulistanas da época estão preocupadas sobretudo em destacar a coexistência de padrões rurais e urbanos no contexto brasileiro – e em particular paulistano – de fins do XIX.

---

<sup>69</sup> *Idem, ibidem*, pp. 254 ss, esp. pp. 268-69.

<sup>70</sup> *Idem, ibidem*, p. 269.

Em 1951, Antonio Candido publica, numa coletânea americana, um pequeno texto em que caracteriza “sociologicamente” a “família brasileira” sob a “perspectiva histórica”<sup>71</sup>. Obedece, nesse sentido, a uma orientação metodológica comum nas Ciências Sociais então praticadas na Universidade de São Paulo, e que, como visto anteriormente, subjaz também às pesquisas sobre o folclore realizadas por seu colega Florestan Fernandes.

Remetendo-se às tradições ibéricas da família patriarcal brasileira, Candido reconstitui a estrutura desta. Ela fundamenta-se num “núcleo legal” de pais e filhos e numa “periferia” de agregados e de escravos, sendo que esta última, conjuntamente com a esposa e os filhos, orbita em torno do domínio absoluto do *pater familias*. Partindo desse modelo de organização familiar, o autor estuda as mudanças estruturais por que passa a instituição ao longo dos séculos. O pressuposto do autor é de que “mudanças nas funções econômicas, nos modos de participação cultural e nos tipos de dominação e subordinação acarretam mudanças correspondentes em todas as relações do grupo familiar, fazendo emergir novas formas de solidariedade”<sup>72</sup>.

Essa perspectiva torna inevitável que o sociólogo, mesmo dedicando boa parte de seu texto à análise das vicissitudes da estrutura familiar no período colonial, repouse o seu olhar analítico sobre o início do século XIX. Retomando argumentos já presentes em Gilberto Freyre (a “evolução da economia, a vinda da família real portuguesa e a conseqüente abertura dos portos”), o autor ressalta – ainda com Freyre – a “desorganização estrutural” a que é submetida a família patriarcal ao longo do Oitocentos. “A urbanização é o fator decisivo na evolução da família”<sup>73</sup>.

Mas como se processa esta “desorganização” que marca a “evolução” da família desde então? Candido sintetiza sua tese: se o papel principal da família patriarcal brasileira durante o período colonial era econômico e político, ao longo do XIX engendra-se “uma série ininterrupta de restrições às funções econômicas e políticas da família e uma concentração cada vez

---

<sup>71</sup> Cf. Antonio Candido, “The Brazilian Family” in T. Lynn Smith, *Brazil – Portrait of Half a Continent*, New York, The Dryden Press, 1951.

<sup>72</sup> *Idem, ibidem*, p. 291.

<sup>73</sup> *Idem, ibidem*, p. 307.

maior desta em funções (a meu ver) mais específicas da família – procriação e a disciplinarização do impulso sexual”<sup>74</sup>.

No entanto, seria fundamental notar que num país como o Brasil, de “desenvolvimentos” desiguais, é possível encontrar, ainda nos anos 1950, grupos familiares de todos os tipos, apoiados, em grande parte, na preservação da economia de latifúndio: do “semipatriarcal ao grupo conjugal moderno desassociada de qualquer tradição”. E mais: a própria imigração, fator em princípio visto como inovador cultural, “freqüentemente contribui para a manutenção de antigos padrões, não apenas porque os imigrantes adotam traços semipatriarcais através do contato cultural, mas porque em vários casos eles carregam em si traços análogos”<sup>75</sup>

A análise deixa entrever a preocupação do autor em situar a problemática da família patriarcal *entre* o velho e o novo – para além da força (inegável e irremediável) deste mesmo novo, corporificado pela “urbanização”. Esta é uma perspectiva de interpretação sobre a urbanização brasileira que permeará toda a produção desta primeira geração de pesquisadores formados na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo.

Com relação precisamente à cidade de São Paulo de fins do XIX, é a Florestan Fernandes que caberá explicitar os meandros dessa chave interpretativa. Se a história da temática urbana já se fizera presente nos trabalhos deste autor sobre o folclore, é apenas quando ele se dedica à questão racial que a cidade da segunda metade do XIX se torna objeto específico de análise.

Os primeiros estudos de Fernandes a este respeito constituem os dois capítulos iniciais de uma pesquisa maior, realizada em conjunto com Roger Bastide, sobre o preconceito racial em São Paulo<sup>76</sup>. Reconhecendo que a compreensão das relações entre negros e brancos na cidade dos anos 1950 não se faz sem considerar a “história do negro”, o sociólogo inicia seu estudo buscando a “história da economia paulista”. A razão para tal reside no fato de que “durante um longo período de tempo” ambas as histórias se

---

<sup>74</sup> *Idem, ibidem* pp. 303-04

<sup>75</sup> *Idem, ibidem* pp. 305-06

confundiam, já que a economia paulista e nacional se baseavam na mão-de-obra escrava.

Este ponto de partida leva o autor a debruçar-se sobre a cidade, e sobre as mudanças socioeconômicas que esta foi atravessando desde a fundação da povoação até a década de 1940. No que se refere especificamente ao século XIX, Fernandes recupera, com a ajuda de relatos de viajantes e de outras análises históricas, o que, segundo ele, são os principais reflexos, na cidade, dos “progressos da agricultura” paulista, por meio da propagação da lavoura cafeeira em direção a oeste, no decorrer das primeiras décadas do Oitocentos.

O sociólogo destaca, baseando-se em considerações que Caio Prado Júnior faz num terceiro texto<sup>77</sup>, que, à medida que o porto de Santos se torna ponto fundamental para a exportação da produção vinda do interior da província, São Paulo “principia a desenvolver-se em um sentido urbano”<sup>78</sup>. A expansão das estradas de ferro; a ampliação do crédito agrícola por meio da criação dos primeiros bancos, da atuação de intermediários nos negócios cafeeiros e do crescimento do comércio; o aumento demográfico mediado pela chegada de imigrantes lado a lado com a crise final da escravidão: todos estes aspectos fazem parte do que Fernandes reitera mais adiante como sendo “a expansão da cidade em um sentido urbano”, e que se intensifica, em especial, no último quartel do XIX<sup>79</sup>.

O ponto crucial para o autor é que esse contexto não impede que São Paulo permaneça, “até o fim do século, uma sociedade rural que desempenhava, por circunstâncias peculiares, a função de centro comercial, bancário, intelectual e burocrático de uma Província estritamente agrícola”.

No intuito de corroborar o argumento, o sociólogo enfatiza a importância que continuam tendo, na cidade, as atividades agrícolas, fundamental fonte de renda para a maioria dos moradores das freguesias que circundam o núcleo citadino recoberto pela freguesia da Sé. O “centro ‘urbano’” se restringiria a apenas algumas ruas, onde, aliás, moram os

<sup>76</sup> Cf. Florestan Fernandes “Do escravo ao cidadão” e “Cor e estrutura social em mudança” in Roger Bastide & Florestan Fernandes, *op. cit.*

Caio Prado Júnior *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1949 (1ª ed. 1945), pp. 74-75.

<sup>77</sup> *Idem. ibidem*, p. 42.

<sup>78</sup> *Idem. ibidem*, p. 43.

grupos abastados da sociedade. A estrutura das “ocupações de alguma representação social” mantém-se organizada segundo critérios “estamentais” – e isso para além do irremediável processo de desorganização do trabalho escravo e de desintegração da ordem social escravocrata”<sup>80</sup>.

O argumento central sobre o caráter da urbanização paulistana de fins do XIX será detalhado num segundo texto do autor, apresentado num congresso internacional no mesmo ano de 1955. Trata-se de uma comunicação dedicada exclusivamente à temática do “desenvolvimento da cidade de São Paulo” e que depois é transformada em capítulo de livro<sup>81</sup>.

O objetivo é desenvolver, a partir do exemplo paulistano, conceitos aplicáveis à compreensão da urbanização de qualquer “grande cidade brasileira”<sup>82</sup>. Comparando a São Paulo do século XVI com o contexto “no presente” (anos 1950), Fernandes constata que a cidade “em menos de meio século transformou-se muito mais radicalmente que nos últimos três séculos anteriores”<sup>83</sup>. Isso vem acarretando uma inevitável “desorganização social”, que o autor explica por meio do modelo tönnesiano sobre a tensão constante entre os tipos ideais “comunidade” e “sociedade”: laços de solidariedade são substituídos por relações movidas pela racionalidade, concepções de mundo antagônicas criam “tensões emocionais e insatisfações morais”<sup>84</sup>.

Esse pano de fundo aponta, em princípio, para um fenômeno geral, comum também à “formação da sociedade burguesa na Europa”<sup>85</sup>. Com base nessa afirmação, Fernandes busca as especificidades da dinâmica social nas “grandes cidades brasileiras”. Estas “sofrem em maior escala os processos sociais que operam na sociedade brasileira. Nelas se evidenciam a significação e as conseqüências que se processaram com a desagregação da antiga ordem social escravocrata e senhorial”<sup>86</sup>.

<sup>80</sup> *Idem. ibide*, p. 43-8

<sup>81</sup> Cf. Flores an Fernandes “Carac eres rurais e urbanos na formação e desenvolvimer to da cidade de São Paulo” (1955) in Florestan Fernandes, *Mudanças Sociais no Brasil Aspectos do Desenvolvimento da Sociedade Brasileira* São Pa lo, Difel 1960

<sup>82</sup> *Idem ibidem* p. 179

<sup>83</sup> *Idem. ibidem*, p. 187.

<sup>84</sup> *Idem ibidem*

<sup>85</sup> *Idem ibidem*, p. 188

<sup>86</sup> *Ibidem*, p. 189

Seguindo o procedimento metodológico já aplicado em *Relações Raciais entre Negros e Brancos...*, o sociólogo se debruça sobre a história, na qual residem as peculiaridades que marcam a realidade urbana brasileira no presente. Com o objetivo de caracterizar em particular o desenvolvimento paulistano desde o XIX, o autor situa entre os “extremos” delimitados pelas “constelações estruturais” da “vila” do século XVI (em que predominariam os “elementos rurais”) e da “grande cidade” dos anos 1950 (pautada sobretudo em “elementos urbanos”) os padrões estruturais da urbanização paulistana do XIX.

Nesse sentido, afirma que se, apoiada na situação geográfica, a vila de São Paulo diversificou, ao longo do XVII e XVIII, suas funções econômicas e político-administrativas (de maneira a ser elevada à categoria de “cidade” em 1711 e à de “Imperial Cidade” em 1823), o fato é que chega ao século XIX permanecendo cultural e socialmente uma “vila-cidade [que] se confundia com o mundo rural adjacente, prevalecendo dentro dela um estilo de vida tradicionalista e conservador”<sup>87</sup>.

Esse panorama começa a se alterar, segundo Fernandes, a partir do segundo quartel do XIX. Diferentemente de outros autores – inclusive os acima mencionados –, o sociólogo não atribui ao “café” o papel de gênese do desenvolvimento urbano paulistano oitocentista. Para o autor, o fundamental é que nesse momento a cidade começa a ser alcançada pelos efeitos da dinâmica que integra a economia planáltina à “economia tropical”, vinculada ao mercado internacional em expansão. O açúcar e – posteriormente, sobretudo – o café são os gêneros de exploração e comercialização específicos para essa integração ao longo do XIX<sup>88</sup>.

Retomando argumentos já presentes na análise de *Relações Raciais entre Negros e Brancos...*, além de outros, abordados nos estudos acima, o

<sup>87</sup> *Ibidem*, p. 193.

<sup>88</sup> *Ibidem*. Este ponto de vista o autor aprofunda no “Apêndice” que anexa a um capítulo do livro: “Não foi o café que deu origem a este ou aquele efeito. O fator dinâmico, propriamente dito, está nas condições de sua elaboração em elemento básico de nossa economia tropical.” Cf. Florestan Fernandes, “Apêndice: O café na evolução de São Paulo” (1958) in Florestan Fernandes, *op. cit.*, pp. 246-7. Nesta interpretação, portanto, o café perde o papel quase mítico que possui em outras abordagens, nas quais se trata de ressaltar que o chamado “ouro verde” instaurou as transformações urbanas em curso na cidade de fins do XIX. Para Fernandes importa situá-lo como elemento explicativo entre outros no interior da dinâmica econômica mais ampla que insere São Paulo na dinâmica internacional capitalista.

sociólogo reitera o que considera os principais fatores econômicos, políticos e urbanísticos “estruturais” em jogo na cidade em particular a partir da segunda metade do XIX. Menciona, de maneira sintética, a multiplicação das atividades econômicas da cidade, que leva o “sistema artesanal” a abrir espaço para a pequena indústria de bens para o consumo local. Ao mesmo tempo, o comércio se torna mais complexo, engendrando novos negócios bancários, imobiliários, de importação de mercadorias estrangeiras, e de intermediação das exportações cafeeiras.

O autor destaca ainda a convergência, para o núcleo urbano, de atividades políticas e burocráticas, à medida em que os fazendeiros transferem residências permanentes para a cidade. Menciona o surgimento de meios de comunicação de “padrão urbano” (jornais diários e uma “opinião pública independente dos interesses senhoriais”). E assinala a “modernização dos caminhos antigos e a criação de novas estradas”, que possibilitam, ambas, o “contato dos moradores com o exterior”.

A São Paulo da segunda metade do XIX se caracteriza também, segundo Fernandes, pelo fato de que “os bairros adquirem feições particulares” e alteram “a configuração interna da cidade”. No interior dessa dinâmica político-econômica de crescente inserção da cidade no mercado internacional capitalista, o contingente populacional aumenta de maneira até então nunca vista. O número de escravos diminui, no bojo da crise final da escravidão. Ao mesmo tempo, cresce o afluxo de imigrantes à cidade, trazidos à província em meio à demanda cada vez maior de mão-de-obra para as fazendas do café. O resultado, segundo os censos populacionais a que se remete Fernandes, é um aumento populacional até então inédito.

Diante dessa conjugação de fatores políticos, econômicos e demográficos, como caracterizar o contexto social paulistano de fins do XIX? A tese já esboçada em *Relações Raciais entre Negros e Brancos...* volta à tona: “graças à escravidão e à mentalidade por ela produzida, por causa da herança cultural legada pelo regime escravocrata e senhorial, com a estabilidade de antigos costumes, a cidade ainda é semi-urbana”.

A ênfase no caráter “semi-urbano” explica-se, segundo o autor, pelo fato de coexistirem na São Paulo de fins do XIX, “dois estilos de vida, um rural e outro urbano”. Sua manifestação mais acabada se dá na esfera das

relações sociais: “a valorização social das ocupações segundo critérios estamentais, a importância atribuída à ascendência ou à cor da pele, a separação dos sexos e as gradações de prestígio associadas à idade, a dominação tradicional e gerontocrática, pelas tradições e uma espécie de evocação bucólica do passado heróico dos paulistas”<sup>89</sup>.

Como esse debate tem avançado, desde os anos 1950? Norteados pela perspectiva teórico-metodológica subjacente a estudos como os de Candido, Fernandes e Bastide, discípulos intelectuais desses sociólogos se empenharam, a partir de então, em buscar as especificidades históricas da sociedade em meio ao desenvolvimento capitalista num país periférico como o Brasil<sup>90</sup>. Abdicando de esquemas dualistas de interpretação – “tradicional” versus “moderno”, “atraso” versus “avanço” – concentram-se na peculiaridade social que brota da coexistência de tempos e ritmos históricos distintos<sup>91</sup>.

No contexto de efervescência que marca, pois, o cenário intelectual paulistano, sobretudo desde a década de 1950, ganha sentido a “reconsideração de temas” que Richard Morse empreende ao final de sua segunda edição brasileira de *Formação Histórica de São Paulo*.

Já na “Introdução” o autor anuncia: “ao escrever este livro houve um ponto vital que despertou a minha sensibilidade, mas que deixei algo inarticulado na redação: as configurações psicológicas e institucionais que resultam da interação entre as forças de industrialização e modernização com o *ethos* do mundo ibero-católico”<sup>92</sup>.

No “Epílogo” desenvolve o argumento, a partir de uma crítica a outros autores que se concentram exclusivamente na “mudança” e nos “processos” envolvidos na transição da “sociedade urbana” para um “*ethos* mais padronizado ou universal de industrialismo”. Ao focalizarem apenas a “mudança”, estes autores deixam de lado precisamente “a persistência do sistema de crenças e convicções, que não apenas influem nos padrões

<sup>89</sup> Cf. Florestan Fernandes “Caracteres rurais e urbanos na formação e desenvolvimento da cidade de São Paulo” in Florestan Fernandes *op. cit.* p. 194

<sup>90</sup> Cf. José de Souza Martins “Retratos de Florestan” (1995) in Florestan *Sociologia e Cor ciência Social no Brasil*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1998, p. 24

<sup>91</sup> Cf. *Idem* “A morte de Florestan Fernandes e a morte da memória” (1996) *op. cit.* p. 5.

<sup>92</sup> *Idem, ibidem* “Introdução” p. 21

'transitivos', mas podem determinar de maneira significativa os traços de uma futura sociedade mais completamente industrializada"<sup>93</sup>.

Percebe-se, portanto, que o autor se preocupa, neste momento, em ressaltar as especificidades culturais que, relacionadas com antigas "crenças e convicções", acabam por contribuir para as características da própria "futura sociedade". É certo que se refere especificamente à presença da "ética católica" no Brasil da década de 1960. No entanto, sua reflexão também pretende englobar o "Brasil urbano do século XX". Este, segundo o autor, é fortemente marcado por "sobrevivências pré-industriais: familiarismo, paternalismo, relações patrono-clientes, atitudes hierárquicas de deferência, fraco espírito de classe"<sup>94</sup>.

Acompanhar, mesmo que de maneira breve, o pensamento de Morse sobre a urbanização paulistana ao longo dos quase vinte anos que separam a primeira edição brasileira de *Formação Histórica...* da segunda, deixa reconhecer que, entre 1954 e 1968, o autor transita da tendência interpretativa que destaca a ruptura, para aquela que enfatiza a continuidade da dinâmica sociocultural.

O exemplo apresenta de maneira bem explícita o que caracteriza, em linhas gerais, essas duas concepções interpretativas. A primeira delas concentra-se na mudança, na transformação linear do passado em presente. A segunda, por sua vez, utilizando-se das mais diversas categorias – dependendo dos referenciais teóricos assumidos pelos respectivos autores ("sobrevivência", "permanência", "persistência") –, permite pensar que a dinâmica sociocultural opere segundo um ritmo próprio, norteadas que estão por antigas referências socioculturais – fortes presenças.

Dois anos depois da publicação da segunda edição do livro de Morse, Emília Viotti da Costa se preocupa, numa comunicação transformada posteriormente em capítulo de livro (este, dedicado, aliás, ao próprio Fernandes), em formular o que ela chama de "modelo de urbanização característico de áreas de economia colonial e periférica às quais não se

---

<sup>93</sup> *Idem, ibidem*, "Ecologia, sociedade, cultura: reconsideração de alguns temas" (1962), p. 404.

<sup>94</sup> *Idem, ibidem*, p. 407.

ajusta o modelo clássico”<sup>95</sup>. A tese é que as transformações econômicas, políticas, sociais e tecnológicas ocorridas no país na segunda metade do XIX “não foram de molde a alterar profundamente os padrões tradicionais de urbanização que se definiram no período colonial quando, com exceção dos principais portos exportadores, os núcleos urbanos tiveram escassa importância vivendo na órbita dos potentados rurais”<sup>96</sup>.

Esse argumento a leva a recuperar, na história urbana brasileira, aspectos econômicos, políticos e sociais já levantados por outros autores, relativos tanto ao período colonial quanto às transições representadas pela transferência da Corte Portuguesa ao Brasil e pelos fatores em jogo no mundo urbano da segunda metade do XIX: a proibição do tráfico negreiro e a - conseqüente - substituição do trabalho escravo pelo livre; a implantação das estradas de ferro e de infra-estrutura urbana nas cidades em que passam a morar os fazendeiros; as primeiras tentativas de industrialização aliadas à criação de um sistema de crédito, ao aumento populacional etc.<sup>97</sup>.

Esse pano de fundo permite a Viotti destacar, com base no exemplo paulistano, carioca e recifense, que a urbanização oitocentista é resultado, antes, das vicissitudes do mercado internacional do que da formação de um mercado interno. Já que o café é um produto tropical de forte apelo no mercado europeu e americano, acabará por acarretar, nas regiões por onde se expande ao longo do XIX, um mais acelerado desenvolvimento urbano.

Nessas condições o crescimento das cidades segue um padrão próprio, que escapa completamente ao modelo clássico: a “modernização” é “de fachada”<sup>98</sup>. Primeiramente, porque os padrões de relacionamento social propriamente rural, como as estruturas de mobilidade social fortemente marcadas pelo paternalismo e clientelismo, reproduzem-se na cidade, mesmo que sob novas formas. De fato, quem media os conflitos entre o mundo urbano e rural é o próprio patriarcalismo, que conecta “as ‘classes médias’ urbanas ao grande proprietário rural”<sup>99</sup>.

<sup>95</sup> C. Emilia Viotti da Costa *Urbanização no Brasil no século XIX* (1970) in *Da Monarquia à República. Momentos Decisivos* São Paulo: Editorial Grijalbo 1977

<sup>96</sup> *Idem. ibidem* p. 179.

<sup>97</sup> *Idem. ibidem* pp. 180-94

<sup>98</sup> *Idem. ibidem*, p. 204

<sup>99</sup> *Idem. ibidem* p. 207

Além disso, porque a urbanização não trouxe consigo uma verdadeira “revolução tecnológica e científica”. O país continua dependente em relação ao mercado mundial “pela importação de tecnologia necessária, existência de abundante mão-de-obra barata e debilidade de mercado interno”<sup>100</sup>.

Por tudo isso, a autora conclui que a combinação entre a “modernização” e a urbanização não altera o caráter “rural” do país como um todo. E isso apesar das novas formas de sociabilidade desenvolvidas no mundo urbano”<sup>101</sup>.

Ao enfatizar a permanência dos velhos padrões de relacionamento social, a despeito das transformações econômicas e tecnológicas engendradas em cidades como São Paulo na segunda metade do XIX, Viotti acaba por recuperar, em termos próprios, a tradição de estudos que conduz, a partir de perspectivas teórico-metodológicas diversas, de Freyre a Florestan passando por Sérgio Buarque. Para além de suas inegáveis diferenças, esses trabalhos todos são norteados por um pressuposto comum: o de que o “modelo” de urbanização brasileira obedeça a uma matriz estrutural própria, independente do “modelo clássico”, de forma que depende de referenciais outros – não “clássicos” – para ser apreendido.

Estes referenciais apontam todos para a persistência – mesmo que alterada - de velhos padrões assimétricos de sociabilidade e de relacionamento, próprios do mundo rural escravocrata e patriarcal brasileiro, a permearem o mundo urbano em expansão na segunda metade do XIX. Em meio às novas tecnologias, novas atividades econômicas e ocupações sociais – propriamente urbanas – em desenvolvimento naqueles anos, a história social obedece a um ritmo próprio, em que o “rural”, o “patriarcal”, o passado – dependendo da terminologia – são um dado que não se pode ignorar.

Esta perspectiva teórico-metodológica sobre o caráter da urbanização brasileira (e paulistana) da segunda metade do XIX contará com inúmeros desdobramentos analíticos a partir da década de 1970. Não se trata, contudo, de estudos sobre as transformações urbanas *stricto sensu*. São pesquisas que assumem essa interpretação antes como pressuposto, a fim

---

<sup>100</sup> *Ibidem*, p. 205

<sup>101</sup> *Ibidem*, p. 205

de dedicarem-se à reconstituição do cotidiano de diferentes grupos sociais na São Paulo oitocentista.

A historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias, discípula e assistente de Sérgio Buarque de Holanda, se dedicará ao cotidiano dos grupos subalternos pelas ruas da cidade, num trabalho precursor de toda uma linha de outras pesquisas. Concentra-se especificamente nas mulheres pobres, tendo em mente, para tanto, que o universo paulistano caracteriza-se por sua "urbanização incipiente"<sup>102</sup>.

Ressaltando as peculiaridades históricas que permeiam as atividades de subsistência dessas pessoas, no interior de um universo socioeconômico em transformação – submetido que está a determinações outras, em curso na esfera provincial, brasileira, mundial -, a autora aponta que as mudanças mais amplas em curso em São Paulo ao longo do século XIX não alteram substancialmente as condições de sobrevivência das mulheres pobres envolvidas na economia informal.

O que se dá, em especial a partir da década de 1870, é sobretudo uma repressão maior aos seus espaços de sobrevivência econômica. Esta se implementa por meio de regulamentações oficiais ("posturas") que prevêem fortes multas e impostos para as atividades que historicamente caracterizaram o seu dia-a-dia nas ruas da cidade. Além disso, no bojo do movimento que torna o espaço urbano paulistano objeto de especulação imobiliária e de intervenção urbanística, em especial a partir de meados do século, são demolidos muitos dos casebres em que essas mulheres vivem, para que se abram ou prolonguem ruas e se ampliem largos e praças.

Esse contexto leva a autora a sintetizar, em relação à experiência das mulheres pobres na São Paulo das décadas finais do Império: "o mesmo processo de inchação da pobreza, que as gerou, acabou finalmente por expulsá-las de seu espaço improvisado, nos bairros centrais da cidade, bem nos limites das virtualidades burguesas, entre a casa de ópera e as lojas comerciais"<sup>103</sup>. Ou seja: São Paulo se transforma fisicamente, ganha uma nova aparência, novos (e ricos) moradores, mas a dinâmica histórica que

---

<sup>102</sup> Em 1982, Maria Odila defende sua tese de livre-docência sobre a temática transformada dois anos mais tarde no livro *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995 (1ª ed., 1984), p. 13.  
*Idem, ibidem* p. 17

anima o cotidiano das mulheres pobres nas ruas da cidade mantém-se viva e operante.

No fim dos anos 1980, uma aluna de Maria Odila, Maria Cristina Cortez Wissenbach, dá continuidade à investigação histórica do cotidiano de grupos subalternos na São Paulo das décadas finais do Império<sup>104</sup>. Explora uma temática correlata à da autora de *Quotidiano e Poder*, a partir de um diálogo intenso com os trabalhos de Bastide e de Florestan sobre o caráter das relações escravocratas no ambiente pouco urbanizado da São Paulo oitocentista: o cotidiano de escravos e forros nas décadas finais da escravidão.

Para tanto, Maria Cristina assume, tal como Maria Odila – e Florestan e Bastide -, que o processo de urbanização paulistano das duas décadas finais do Império não altera em profundidade “a vida dos diversos grupos sociais”. Com base numa extensa pesquisa realizada com processos criminais, Wissenbach acaba por reiterar, em relação à urbanização paulistana da segunda metade do XIX, que há “persistências seculares na organização dos meios de sobrevivência daquelas camadas que permaneceram vinculadas à economia informal”<sup>105</sup>.

Quanto aos setores sociais dominantes da sociedade paulistana da segunda metade do XIX, a arquiteta Maria Cecília Naclério Homem analisa as especificidades do morar *chic* na cidade<sup>106</sup>. Seguindo a tradição freyriana de compreender os modos de vida e concepções de mundo dos grupos abastados à luz dos espaços físicos nos quais ganha sentido o cotidiano destes, a autora constata que, por mais que os “empresários do café” procurem, por meio do seu modo de morar, “eclipsar a civilização agrária”, são mal sucedidos em seu intento.

A permanência de relações sociais e concepções do passado se manifesta, entre outros, na própria arquitetura das casas. Representantes da “elite cafeeira” erguem modernos palacetes com materiais construtivos e com ornamentos no melhor estilo europeu, de uma Europa que visitam periodicamente. Porém, inserem nessas moradias cômodos que já havia nas

<sup>104</sup> Cf. Maria Cristina Cortez Wissenbach, *Sonhos Africanos, Vivências Ladinhas. Escravos e Forros em São Paulo (1850-1880)*, São Paulo, Hucitec, 1998.

<sup>105</sup> *Idem, ibidem*, p. 91.

chácaras e nas fazendas e que se destinavam aos “agregados”, componentes fundamentais da velha família patriarcal<sup>107</sup>...

Não se imagine, entretanto, que desde a década de 1950 só tenham surgido na historiografia paulistana estudos concentrados em enfatizar a continuidade de antigos padrões de relacionamento em meio às novas formas de sociabilidade costuradas na cidade. A análise das transformações nas festividades do carnaval na São Paulo da segunda metade do século XIX levam a socióloga Olga Moraes von Simson a argumentar em favor de fortes “mudanças socioculturais na vida urbana”<sup>108</sup>.

Acompanhando nos jornais o surgimento e a difusão do carnaval de tipo veneziano lado a lado com uma forte campanha por parte da imprensa contra o entrudo, velho ritual de origem portuguesa, a autora assinala que as décadas finais do Oitocentos são marcadas pela decadência deste e a institucionalização daquele.

À suposta linearidade da “evolução do carnaval na cidade” correspondem mudanças na própria “família” paulistana. São bem indicativas disso as transformações no papel que a “mulher” assume, nos respectivos festejos. Se, para o entrudo, ela “promovia, orientava e até mesmo podia participar do fabrico caseiro dos limões e laranjas de cheiro”, o carnaval veneziano é “a princípio restrito”, dele participando sobretudo homens e “mulheres que compunham o grupo das mundanas: atrizes e prostitutas”<sup>109</sup>.

Por outro lado, a “evolução” do carnaval torna visível, segundo a autora, transformações “na organização e nos costumes urbanos”. Enquanto o velho folguedo português é um ritual que “incluía a casa”, já que a família inteira participa dos preparativos e da comemoração, o carnaval veneziano se restringe à “rua”, por onde passam os cursos, e ao “comércio”, que fica responsável por fornecer aos foliões as fantasias e os utensílios para a festa<sup>110</sup>.

<sup>106</sup> Cf. Maria Cecília Nacério Homen: *O Palacete Paulistano e Outras Formas Urbanas de Morar da Elite Cafeeira (1867-1900)*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

<sup>107</sup> *Idem*, *ibidem* pp. 52-3.

<sup>108</sup> Cf. Olga Moraes von Simson, “A Burguesia se diverte no Reinado de Momó: Sessenta anos de evolução do carnaval na cidade de São Paulo”. Dissertação de Mestrado em Sociologia, FFLCH-USP, 1984.

<sup>109</sup> *Idem* *ibidem* p. 243.

<sup>110</sup> *Idem*, *ibidem* pp. 243-46.

Argumentando, com base na análise de uma manifestação festiva de rua, em favor das "mudanças socioculturais na vida urbana", o trabalho de von Simson será recuperado por outros autores concentrados na dinâmica social no espaço urbano brasileiro, em fins do XIX. Uma delas é a historiadora Ana Lúcia Duarte Lanna<sup>111</sup>.

Contra-pondo-se à tendência interpretativa subjacente em particular à análise de Viotti, essa autora enfatiza a "ruptura" que representa, para a vida urbana, a série de transformações tecnológicas e socioeconômicas engendradas na cidade de São Paulo (e também de Santos) a partir da década de 1870<sup>112</sup>.

A fim de corroborar sua tese, Lanna seleciona o "espaço público" como foco de análise para assinalar alguns parâmetros dessa mudança. Menciona a demolição de antigas igrejas coloniais, a repressão às antigas formas de comércio ambulante, a transformação de festas populares como o carnaval, a racionalização e repressão do espaço de moradia dos grupos subalternos da sociedade. Todas essas influências acabam por caracterizar um processo de "privatização do espaço público, de esvaziamento das ruas e de exclusão social"<sup>113</sup>.

Em outras palavras, para Lanna tudo muda, nesses anos finais do XIX nas cidades brasileiras, já que o processo de urbanização resulta, tal como na Europa, da "consolidação do mundo capitalista". A especificidade do Brasil reside no fato de que, no país, a "cidade moderna" "nasce" em meio à crise da escravidão.

Todavia, este aspecto não impede que a autora enfatize que o produto urbano desse processo histórico obedeça aos marcos do modelo europeu. A cidade brasileira – Santos e São Paulo em especial – vira o século como "cidade moderna, ou seja, historicamente constituída nos marcos de desenvolvimento da sociedade burguesa e capitalista"<sup>114</sup>.

<sup>111</sup> Cf. Ana Lúcia Duarte Lanna "Cidade colonial, cidade moderna no Brasil: pontos e contrapontos". São Paulo: mimeo, 1996 e *Uma Cidade na Transição. Santos: 1870-1913*. São Paulo/Santos: HUCITEC/Preritura Municipal de Santos, 1996.

<sup>112</sup> Cf. Ana Lúcia Duarte Lanna *Uma Cidade na Transição. Santos: 1870-1913*, 1996, p. 37.

<sup>113</sup> Cf. Ana Lúcia Duarte Lanna "Cidade colonial, cidade moderna no Brasil: pontos e contrapontos", 1996, pp. 9-14, esp. pp. 11-2.

<sup>114</sup> Cf. Ana Lúcia Duarte Lanna *Uma Cidade na Transição. Santos (1870-1913)*, 1996, p. 24.

Observada à luz de todo o panorama bibliográfico traçado anteriormente, a abordagem de Lanna traz consigo uma perspectiva bastante peculiar. Se ela pode ser incluída na corrente interpretativa que ressalta a “ruptura”, o fato é que assume, diferentemente de outros estudos dessa tradição, a cidade européia como parâmetro de comparação.

Concentrando-se nos efeitos da legislação sobre as vicissitudes da expansão urbana paulistana, a arquiteta Raquel Rolnik também acaba por argumentar em favor da ruptura que caracteriza o fenômeno em fins do XIX<sup>115</sup>. Um primeiro marco nesse sentido, e referido não apenas a São Paulo, mas a todas as cidades brasileiras, é a chamada “Lei de Terras” (1850), que confere à terra o *status* de mercadoria valorizada e de acesso restrito, garantido apenas por compra registrada e portanto, independente da ocupação de fato<sup>116</sup>.

No que se refere especificamente à São Paulo da segunda metade do XIX, a autora aponta, com base numa análise dos dois códigos de postura (leis municipais) produzidos respectivamente em 1875 e 1886, para o fato que subjaz a ambos – e que dialoga, em certa medida, com a política especulativa subjacente à Lei de Terras: a “preocupação com a fluidez do trânsito das ruas e o impedimento de outros usos”. Tudo isso no intuito de permitir uma circulação mais “rápida” de pessoas e de mercadorias pelo espaço e transformar a rua em “cenário para uma vida pública exclusiva” dos grupos mais abastados da sociedade<sup>117</sup>.

O resultado de toda essa dinâmica, segundo a autora, é que a cidade chega ao fim do século XIX dotada de um novo espaço público, limpo, exclusivo e onde impera a respeitabilidade burguesa<sup>118</sup>. Paralelamente a este movimento, que transforma a rua em espaço exclusivo dos grupos abastados da sociedade, há um segundo, referido à casa: “a privatização da vida pública burguesa”, por meio das mudanças territoriais do espaço doméstico<sup>119</sup>.

<sup>115</sup> Cf. Raquel Rolnik, *A Cidade e a Lei: Legislação política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: FAPESP/Studio Nobel, 1997.

<sup>116</sup> Sobre os efeitos da lei sobre o desenvolvimento urbano no Brasil cf. Raquel Rolnik, *op. cit.*, p. 25.

<sup>117</sup> *Idem*, *ibidem* respectivamente pp. 32 e 35.

<sup>118</sup> *Idem*, *ibidem* p. 34.

<sup>119</sup> *Idem*, *ibidem* p. 35.

Em suma: o que está em jogo, também aqui, é a transformação e, sobretudo, a contundência da transformação. Esta faz com que na “virada do século”, o espaço público real (e não apenas aquele que a legislação prevê) se defina tanto por uma aparência *física* específica, quanto por uma apropriação sociocultural definida: a “exclusividade” e a “respeitabilidade burguesa”.

Percebe-se que a discussão em torno da urbanização paulistana da segunda metade do XIX – e em especial, das décadas de 1870 e 1880 - chega à década de 1990 fortemente referida à ruptura em relação ao passado colonial, patriarcal e escravista. Se contemplados no interior da série de estudos que vimos acompanhando até agora, estes trabalhos acabam por recuperar abordagens da década de 1950, cujo exemplo mais acabado se encontra em Morse.

# Continuidade e ruptura

Levantados esses aspectos, é possível notar que há uma questão perpassando todas as abordagens: é o tempo do fazer histórico, a historicidade da sociedade estudada. Está em jogo como a sociedade lida com o mundo que ela mesmo cria à medida em que é por ele criada.

No que se refere à São Paulo da segunda metade do XIX, a quantidade de transformações econômicas, tecnológicas, físicas e demográficas engendradas num curtíssimo espaço de tempo é o ponto de partida para todo um longo debate que, como vimos, se estende já há décadas. Alguns especialistas enfatizam a continuidade de antigas relações sociais e concepções, enquanto o ambiente físico, as relações políticas e econômicas adquirem nova forma. Outros, por sua vez, chamam atenção para a ruptura, para a mudança, para o novo: novo tempo, novos espaços, novas relações sociais, uma nova cidade.

Como aponta Claude Lévi-Strauss, as diferenças de enfoque sobre a historicidade de uma determinada “cultura” dependem menos das “propriedades intrínsecas” desta do que da “situação em que nos encontramos em relação a elas [as propriedades], do número e da diversidade de nossos interesses, que nelas empenhamos”<sup>120</sup>. Se as propriedades possuem “significação” para aquele que as avalia de fora, a história dessa cultura lhe parece acelerada, “cumulativa”; caso contrário, a impressão evocada será a de uma “história estacionária”.

Considerar o “estado da questão” aqui analisada sob essa perspectiva, permite pensar as “propriedades” paulistanas consideradas significativas por cada uma das duas correntes interpretativas consideradas anteriormente. Dessa maneira, acaba por facilitar que eu situe a minha própria perspectiva em meio a estas.

Se o foco analítico do respectivo autor recai sobre a dinâmica de relações sociais que anima o cenário urbano, vem à tona o peso com o qual as raízes escravistas e patriarcais brasileiras incidem sobre a realidade

---

<sup>120</sup> Cf. Claude Lévi-Strauss, *Raça e História*, in Claude Lévi-Strauss, *Antropologia Estrutural II*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976 (orig. fr., 1971), p. 345.

paulistana de fins do século XIX. O que caracteriza essa história é, portanto, uma relativa lentidão.

Encarando, ao contrário, dados econômicos, urbanísticos, políticos, geográficos e demográficos como significativos, o especialista é levado a movimentar-se numa escala de tempo que o leva a ressaltar em especial as mudanças ocorridas no contexto urbano num brevíssimo intervalo temporal. Velocidade, rapidez, ruptura são os marcos dessas abordagens.

Quanto a este estudo especificamente, o seu foco primordial de análise é o cotidiano das pessoas nas ruas de São Paulo, ao longo das décadas de 1870 e 1880. Obedecendo aos relatos por excelência difusos e parciais que a documentação fornece a respeito dessa multiplicidade de pedestres, visa-se buscar o que fragmentos de representações sociais revelam sobre o modo como a sociedade percebe o tempo histórico.

Essa preocupação com a história do cotidiano me conduz automaticamente a uma dimensão de tempo que é a das circunstâncias; distinta, portanto, daquela que define os chamados "grandes processos históricos"<sup>121</sup>.

Em certa medida é para esse desencontro de tempos que os estudos da chamada primeira tendência interpretativa apontam - mesmo que indiretamente, já que o seu objeto de análise primordial não é o cotidiano. Ao assinalarem a força dos antigos padrões de relacionamento social e socioeconômico num momento em que tantas outras mudanças estão acontecendo, esses autores abrem espaço para que se pense que a história das relações sociais, das concepções e crenças dos indivíduos não obedece ao ritmo das mudanças econômicas, urbanísticas, políticas, tecnológicas, físicas e demográficas engendradas em São Paulo a partir da segunda metade do XIX.

Enfatizando, a partir de perspectivas teóricas distintas, a presença da "herança rural", esses estudos oferecem ainda um segundo ponto de diálogo com este trabalho. Enfocar a dimensão sociocultural do cotidiano das pessoas nas ruas paulistanas, implica considerar não apenas que a esfera das relações sociais obedeça a temporalidades distintas daquelas que marcam os processos históricos.

---

<sup>121</sup> Cf. José de Souza Martins. *Subúrbio*. 1992, pp. 12-3

Torna-se imperativo também observar que essa esfera mesma é marcada pela coexistência de outras temporalidades: do passado e do presente. Em relação ao cenário urbano brasileiro de fins do XIX, é inevitável falar de “desagregação social” (Holanda), de “desorganização estrutural” (Candido), de “desintegração final da ordem social herdada do passado” (Fernandes), no momento mesmo em que antigos padrões de relacionamento são invariavelmente postos à prova pelas novas relações sociais engendradas em meio ao processo de urbanização. Entretanto, é possível falar ao mesmo tempo numa persistente presença do velho mundo a dar sentido à vida social nas cidades.

A questão que esses estudos deixam em aberto e que inspira esta análise se refere, em particular, a como as pessoas em seu dia-a-dia, na São Paulo das décadas de 1870 e 1880, vivenciam e percebem essa coexistência de tempos históricos. Isso implica automaticamente buscar as soluções inventivas que vão formulando, ao longo do tempo, para esse dilema. Elas se costuram em meio à interação diacrônica entre as contingência da ação e a constância da convenção<sup>122</sup>.

No intuito de apreender essas especificidades, o *locus* primordial de análise deve ser a rua paulistana, durante as décadas de 1870 e 1880. É este o espaço e o tempo em que, numa frequência cada dia maior, mais gente diferente passa a conviver, no bojo das transformações urbanas que alcançam São Paulo na segunda metade do século XIX.

Há escravos, sempre menos numerosos à medida em que avança a crise da escravidão, e no entanto, fortemente presentes nas ruas da cidade pela multiplicidade de atividades que exercem e que se relacionam em boa parte com o abastecimento da casa senhorial, em parte com a auto-subsistência<sup>123</sup>. Mas existem também homens e mulheres livres pobres, que continuam, como há tempos imemoriais, a apelar para a economia informal,

---

<sup>122</sup> Cf Marshall Sahlins, *op cit* p 7

<sup>123</sup> Cf Roger Bastide, ‘Estudos Afro-Brasileiros. O cerimonial da polidez’ *Revista do Arquivo Municipal*. nº 98 São Paulo, 1946. Florestan Fernandes ‘Do escravo ao cidadão’ e ‘Cor e estrutura social em mudança’ in Roger Bastide & Florestan Fernandes *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo*, 1955 Maria Cristina Cortez Wissenbach *op.cit*

esta concretizada em boa parte nas ruas da cidade, por meio do comércio ambulante de criações e de gêneros de roça<sup>124</sup>.

Andam pelas ruas ex-escravos, fugidos ou libertos do cativo das fazendas, que tendem a afluir para os centros urbanos buscando afastar-se do trabalho rural. Há imigrantes - sobretudo italianos pobres de origem rural – que, tendo trabalhado inicialmente na lavoura cafeeira, buscam na capital ocupações alternativas. Esse movimento se dá sobretudo a partir de 1886, quando passa a ocorrer a chamada “grande imigração”, levada a cabo pela recém-fundada Sociedade Promotora da Imigração e subvencionada integralmente pelos cofres públicos<sup>125</sup>.

Existe ainda toda uma variedade de outras personagens que, se até então, permaneciam a maior parte de suas vidas no domínio seletivo de casas e salões, agora saem, mais freqüentemente, às ruas. São novos transeuntes.

Nos relatos que fornecem ao pesquisador sobre o seu dia-a-dia nas ruas da cidade daquele momento histórico, essas personagens vão trazendo à tona o seu estranhamento em relação às novas relações sociais e modos de vida que se infiltram no espaço urbano, à medida em que demonstram o que sentem em relação à velha ordem social em desagregação. Para “falarem” do tempo, referem-se ao espaço e oferecem, assim, elementos para que se pense que ruas paulistanas são essas, produzidas socialmente nas últimas duas décadas do período imperial.

Com base nesse aspecto metodológico, as possibilidades de interlocução teórica deste estudo se ampliam para além da noção de tempo. Englobam, também, o espaço da rua, permitindo refletir sobre as vicissitudes ligadas à noção de “espaço público” quando referida à São Paulo do período aqui em estudo.

Enquanto conceito, o termo define-se por seu contraponto – o “espaço privado” –, gestado historicamente na Europa desde o século XV, no bojo da

---

<sup>124</sup> Cf. Maria Odila Leite da Silva Dias, *op. cit.*

<sup>125</sup> Cf. entre outros Paula Beiguelman, *Formação do Povo no Complexo Cafeeiro – Aspectos Políticos*, São Paulo, Pioneira, 1977 (1ª ed. 1958); Maria Inez Borges Pinto, “Condiciona e Sobrevivência: A vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890 a 1914)”, Tese de Doutorado em História, FFLOH-USP, 1984.

constituição da idéia de “vida privada”<sup>126</sup>. Esta se caracteriza por uma forma de vida, de sociabilidade e de mentalidade constituída em torno de grupos restritos (a família e, em especial, o indivíduo), em contraposição à sociabilidade das ruas; ou seja, o espaço público marcado pelo anonimato da convivência entre grupos diversos quanto pela presença do Estado moderno<sup>127</sup>.

Em relação a São Paulo especificamente, Raquel Rolnik e outros têm apontado para o modo como o Estado vai se fazendo presente na realidade urbana ao longo do XIX – em especial, desde meados do século -, contribuindo, com o seu quinhão, para a constituição do “espaço público” na cidade<sup>128</sup>. É também esse o momento em que, como vimos, diversificam-se os grupos sociais que convivem nas ruas paulistanas. São, todos, transeuntes.

Nesse sentido, o período aqui estudado é de constituição de um espaço público na cidade. Mas quais as suas características? Estas obedeceriam os padrões formulados por Lanna (“esvaziamento da rua”) e, de forma similar, por Rolnik (“novo espaço público, limpo, exclusivo e onde impera a respeitabilidade burguesa”)?

✓ Ao concentrar-se na maneira como a sociedade paulistana percebe o processo histórico que vivencia nas décadas de 1870 e 1880, este estudo pode contribuir para compreender como as pessoas vivenciam a própria dinâmica de constituição do espaço público em São Paulo.

Para tanto, o melhor agora é buscar o novo transeunte nas ruas em que vivencia o passado e o presente. Aprender a sua visão de mundo é aproximar-se dos tempos e espaços da sociedade paulistana da época. A opção aqui é seguir os seus passos – de transeunte – pelas ruas da cidade. Que tal acompanhá-lo num passeio?

<sup>126</sup> Cf. Phillipe Aries: “Por uma história da vida privada” (1983) in Philli, pe Aries & Roger Chartier (orgs.) *História da Vida Privada Da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

<sup>127</sup> *Idem. ibidem.* esp. pp. 16-18.

<sup>128</sup> Cf. Raquel Rolnik, op. cit. p. 28ss. cf. também Janice Theodoro da Silva: *São Paulo 1554-1888. Discurso Ideológico e Organização Espacial*. São Paulo: Ed. Moderna, 1984 pp. 166ss.

parte II

**Tempos *nesse* espaço**

## Da “varzea “ ao “Collegio“, e pela “Paulicéa” toda

O passeio para o qual convido o leitor é bastante peculiar: é imaginário. Em primeiro lugar porque, se obviamente nem eu nem o leitor vivenciamos concretamente a São Paulo oitocentista, trata-se aqui de nos juntarmos imaginariamente para que eu o conduza por alguns lugares públicos da cidade, narrando-lhe no caminho o que os novos transeuntes, também companheiros deste passeio, relatam – por meio dos jornais, das atas da Câmara Municipal e de fotografias - do seu cotidiano nas ruas da cidade<sup>129</sup>. Já que são os relatos dessas personagens que interessa ressaltar, são eles os *nossos colegas, companheiros* primordiais deste passeio.

Além disso, o passeio é imaginário porque une na sincronia de um trajeto aleatório por ruas, becos, largos e várzeas da cidade a diacronia das atividades sociais cotidianas que, ocorrendo no espaço urbano paulistano, alimentam e dão sentido às representações desses pedestres.

Em meio à linearidade aparentemente atemporal do percurso, cabe “parar” com os “colegas de passeio” em alguns locais para, nestes, recuperar primeiramente relatos e fotografias referentes a antigas e novas atividades sociais que, segundo os novos transeuntes, ocorrem especificamente nesses logradouros públicos. Num segundo momento, é possível concentrar-se especificamente nos discursos produzidos a respeito das atividades onde quer que estas, aos olhos dos passeantes, sejam realizadas.

Em outras palavras, o espaço físico percorrido imaginariamente no passeio restringe-se a uma porta de entrada para a apreensão de uma gama mais ampla de falas sobre outros espaços da cidade. Estes, de maneira indireta, participam, do passeio, por mais que a “caminhada” *stricto sensu* se dê por um trajeto espacial definido.

Permanece em aberto que falas recuperar. Partindo do pressuposto de que esta recuperação nunca será completa, selecionei, para fins

analíticos, um conjunto de atividades que, na São Paulo das décadas de 1870 e 1880, podem ser consideradas “antigas” e outras que passam a ter lugar precisamente naqueles anos. Como definir, no entanto, o que é “antigo” e o que é “novo”?

Considerando que, como indica Lefebvre, coexistem num mesmo espaço físico várias temporalidades, nada é mais indicado do que datar as relações sociais – o que, aliás, sugere o próprio autor como segundo procedimento analítico do seu método “regressivo-progressivo”<sup>130</sup>.

À luz das atividades que os relatos de jornais e atas da Câmara foram me fornecendo, e que fui cotejando com os dados históricos contidos na bibliografia historiográfica sobre São Paulo e o Brasil coloniais e imperiais, distingi, para fins analíticos, atividades originadas num momento anterior a 1870 daquelas que surgem contemporaneamente ao período aqui em estudo<sup>131</sup>:

Antigas atividades sociais	Modernas atividades sociais
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Depósito de dejetos fecais e domésticos nos logradouros públicos</li> <li>• Banhos e lavagem de roupas nas várzeas dos rios da cidade</li> <li>• Criação de animais em logradouros públicos</li> <li>• Presença de animais e de utensílios ligados ao comércio de animais nas ruas da cidade</li> <li>• Festas populares (religiosas e cívicas)</li> <li>• Comércio ambulante de gêneros de roça e de animais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instalação dos novos serviços de infra-estrutura urbana nas ruas da cidade durante o período</li> <li>• Festas de inauguração dos respectivos serviços introduzidos nas ruas da cidade durante o período</li> <li>• Funcionamento dos respectivos serviços de infra-estrutura urbana nas ruas da cidade durante o período</li> <li>• Consumo dos novos serviços de infra-estrutura urbana: andar de bonde; contratar os serviços de água e esgoto canalizados; a iluminação a gás</li> </ul>

<sup>129</sup> Quando as fotografias apresentadas se referirem ao álbum de Militão de 1862 virão indicadas por #; se tiradas do “Album Comparativo”, serão sucedidas por ##.

<sup>130</sup> Partindo do pressuposto de que coexistem num mesmo “local de pesquisa” várias temporalidades, Lefebvre preconiza que a compreensão da dinâmica entre estas depende de três procedimentos específicos. Depois de descrever, por meio da “observação participante”, o local de pesquisa, cabe ao pesquisador “datar” a realidade descrita, a fim de, num terceiro momento, apreender as “modificações desta ou daquela estrutura previamente datada, causadas pelo desenvolvimento ulterior (interno ou externo) e por sua subordinação às estruturas de conjunto”. Cf. Henri Lefebvre, “Perspectivas da Sociologia Rural” (1953) in José de Souza Martins, *Introdução Crítica à Sociologia Rural*, 1986 (1ª ed.: 1981), p. 173.

<sup>131</sup> O seguinte quadro só tem função didática. Não ignoro que não se pode diferenciar tão dicotomicamente entre “antigas” e “modernas” atividades sociais. Um bom exemplo nesse sentido são as festas de inauguração dos diferentes serviços urbanos. Obviamente já as havia muito antes de 1870. A fim de construir uma amostra de dados de pesquisa, restrinjo-me, neste estudo, às festas que ocorrem “durante o período” estudado.

Sob a fluidez das categorias esconde-se toda uma variedade de relatos registrados na documentação cujos fundamentos históricos caberá, ao longo do passeio, explicitar. Situar essas “falas” em meio ao contexto histórico com o qual dialogam: esta é a dinâmica que animará este passeio.

Não circularemos por toda a cidade, impossível pelas próprias dimensões da área que administrativamente define a capital, na segunda metade do XIX. Freguesias semi-rurais e rurais se espalham pelos quatro cantos do planalto a partir do núcleo urbano central da povoação, situado na estreita colina margeada pelos rios Tamanduateí e Anhangabaú.

Dada a extensão da paisagem, cabe restringir o trajeto do passeio a ruas, largos das freguesias centrais da cidade: à Sé, que engloba a colina onde se constituiu o núcleo citadino, e a trechos de Santa Ifigênia, Consolação e Brás lindeiros à área do centro.



Fonte: Benedito Lima Toledo, 1996<sup>132</sup>

Esse tipo de referência diz respeito a Benedito Lima de Toledo, *op. cit.*

O ponto de partida é a várzea do Carmo, em particular o trecho atravessado pelo aterrado do Brás\* [1]<sup>133</sup>. Ele é a estrada que conduz da freguesia do Brás à ponte do Carmo, uma das portas de entrada da cidade. No início da década de 1870, esse caminho é tido por alguns – por exemplo, por um jornalista do *Diário de São Paulo* - como o “mais frequentado que temos”<sup>134</sup>.

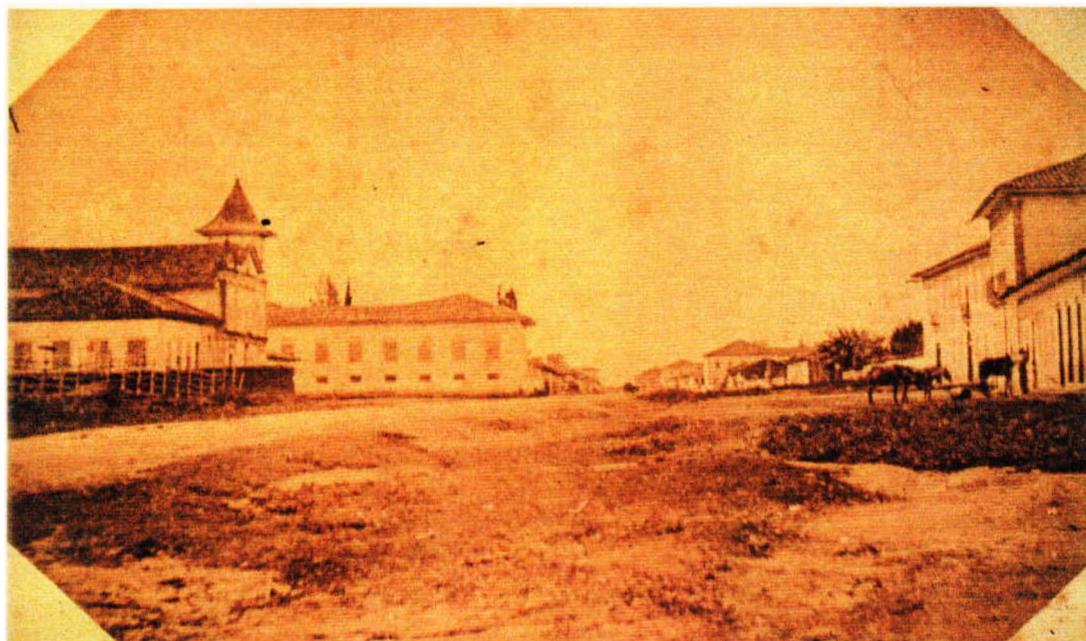


"Bairro, Aterrado e Rua do Braz", 1887. (CJNA) ##

Essa opinião a respeito do aterrado só tende a se tornar mais e mais comum nos jornais paulistanos à medida em que o Brás se transforma em importante entreposto de circulação de pessoas e de mercadorias. Isso acontece em especial a partir de fins da década de 1860. Desde o momento em que começa a operar a estrada de ferro Santos-Jundiaí (1867), a freguesia se transforma em ponto de parada obrigatória para os trens que sobem e descem a Serra do Mar em direção a Santos.

<sup>133</sup> Números como este indicam, no mapa de Martin, os locais em que “paramos” ao longo do passeio

<sup>1</sup> Cf “Aterrado do Carmo”. *Diário de São Paulo*, 11 de fevereiro de 1873.



Largo e Rua do Brás". 1862 (CJNA) ##

Dez anos depois, essa movimentação apenas tende a se exacerbar. Em 1877 é inaugurada, também no Brás, a estação ferroviária do Norte, ponto de partida e chegada de trens que fazem a conexão com a Corte<sup>135</sup>. Isso intensifica significativamente o trânsito de carros e carroças pela várzea<sup>136</sup>, que agora conta também com uma linha de bondes a burro a percorrer o aterrado do Gasômetro\*, situado ao norte do aterrado do Brás\*, onde nos encontramos parados agora.

É por este caminho mesmo que podemos partir para o passeio, contemplando a silhueta da cidade ao longe, a torre do convento do Carmo à esquerda, a da velha igreja do Colégio, à direita, e uma ladeira íngreme mais à frente, que temos de subir se quisermos chegar à “cidade”.

<sup>5</sup> Ver no mapa anterior o desenho do edifício da estação do Norte (18 – V)

<sup>6</sup> Cf. 'As chuvas e a camara municipal' *A Provincia de São Paulo* 31 de janeiro de 1877.



“São Paulo do lado da vargem do Carmo”, 1887 (MP) ##

Nem bem começamos a andar, e já algumas das vozes dos transeuntes que se escondem por detrás das notícias publicadas no jornal *Correio Paulistano* exclamam, enfezadas:

Crescem na cidade os casos de tifo e febres semelhantes (...) De onde vem isto, bem se sabe, não é de nosso belo clima, é das imundícies que infectam a cidade até nas ruas principaes, e principalmente nas varzeas do Tamanduateí e Anhangabaú, que por consentimento tacito da camara, da policia e da higiene, estão constituídas em esterquilínios, aonde se faz noite por noite o despejo da cidade, quando não é nas proprias *boccas de lobo* e *sargetas* das ruas<sup>137</sup>.

O fato é que as várzeas da cidade (a do rio Tietê, chamada de “várzea da Ponte Grande”, e a do Carmo) são lugares costumeiros de despejo dos materiais fecais e das águas servidas, produzidas no interior dos domicílios, oficinas e estabelecimentos comerciais da cidade. É por isso que quando, numa carta ao *Diario de São Paulo*, um conjunto de leitores que assina sob o pseudônimo de “Muitos indignados” reclama dos despejos feitos especificamente nas ruas da cidade, aponta como alternativa para o

<sup>1</sup> Cf. “Hygiene” *Correio Paulistano*, 18 de maio de 1870

escoamento dos dejetos as varzeas, que são lugares “mais apropriados a isso”<sup>138</sup>.

Mas o que torna esses locais tão indicados? Em relação à várzea do Carmo particularmente, no início da década de 1870 ela é considerada, pelo menos pelos engenheiros responsáveis pela instalação da iluminação pública a gás na cidade, um lugar “distante do centro da população”<sup>139</sup>. Tanto que é por isso, segundo o *Diario*, que a várzea foi escolhida para abrigar o Gasômetro, usina de produção da iluminação pública a gás. É possível imaginar que essa característica explique também por que a várzea se transformou em depósito de lixo privilegiado da cidade.

É necessário ressaltar, contudo, que não é toda a área que costuma receber os detritos da cidade. O local ao qual os moradores recorrem com maior frequência é precisamente o aterrado do Brás\*, por onde nos encontramos caminhando.

Levando em consideração esse costume da população, a municipalidade envida todos os esforços para definir “um ponto determinado na varzêa do Carmo para só ahi serem feitos os despejos da Cidade, e não como até agora ao lado do aterrado que vai para o gazometro”<sup>140</sup>. Em 1873, por exemplo, o fiscal João Antonio de Azevedo manda “collocar na varzêa [sic] do Carmo um páu para signal indicativo do ponto determinado onde se devem fazer os despejos da limpeza da Cidade”<sup>141</sup>.

Independentemente das medidas tomadas pelo poder público, o fato é que, mesmo muitos anos depois, a situação do aterrado não deixará de ser percebida, por nossos companheiros de passeio, como um “abuso”:

Chamamos a atenção do sr. fiscal para o abuso que se está dando de despejar-se o lixo na varzea do Carmo, sem atenção ao lugar indicado para esse fim, de forma que o entulho tem impedido a correnteza das aguas e produz exhalações desagradaveis e que podem trazer serias consequencias. (...)”<sup>142</sup>.

<sup>138</sup> Cf. Muitos indignados, “A quem competir”. *Diario de São Paulo*, 16 de dezembro de 1873.

<sup>139</sup> Cf. “Illuminação a Gaz”. *Diario de São Paulo*, 2 de dezembro de 1870.

<sup>140</sup> Cf. Sessão de 9 de janeiro de 1873. *Atas da Camara Municipal da Cidade de São Paulo* (1873), vol. 59, 1948.

<sup>141</sup> Cf. Sessão de 21 de maio de 1873. *Atas da Camara Municipal da Cidade de São Paulo* (1873), vol. 59.

<sup>142</sup> Cf. “Varzea do Carmo”. *A Provincia de São Paulo*, 26 de agosto de 1885.

O “local indicado para esse fim” fica “no fundo da varzea do Carmo do lado esquerdo do aterrado do Gazometro\*<sup>143</sup>. Distante do aterrado do Brás\* - depósito costumeiro de lixo -, encontra-se mais longínquo ainda do centro da cidade. E isso num momento em que a população tende a se espalhar com intensidade cada vez maior para fora da colina central, acompanhando – ao mesmo tempo em que define - o movimento de expansão física da São Paulo das décadas finais do Império rumo a outros bairros da cidade (em especial Santa Ifigênia, Consolação e Brás)<sup>144</sup>:

População por bairros	1872	1886
Sé	9.223	12.821
Santa Ifigênia	4.459	11.900
Consolação	3.357	8.296
Brás	2.308	5.998
São Bernardo	2.787	3.667
Ó	2.023	2.750
Penha	1.883	2.283
Total	26.040	47.715

Nesse contexto, para os moradores que se adensam pelas áreas cada vez mais distantes da cidade, depositar os detritos no “local indicado” tende a tornar-se bem mais difícil do que se morassem no centro.

Mas há também um segundo aspecto a ser considerado, definitivo para aqueles moradores que não despejam o lixo pessoalmente, e sim, por meio de terceiros, em geral escravos. Não podemos esquecer que as décadas de 1870 e 1880 são marcadas pela crise final do regime escravocrata no país. A quem ficará o encargo da tarefa de escoamento dos detritos domésticos em condições tão adversas? É precisamente a essa problemática que aludem os editores de *A Província*, num editorial de 1879:

Queremos fallar da remoção diaria de lixo, principalmente das casas situadas no centro da cidade.

<sup>143</sup> Cf. “Deposito de lixo”. *Correio Paulistano*, 3 de junho de 1883.

<sup>144</sup> Cf. *Recenseamento Demográfico, Escolar e Agrícola-Zootécnico de São Paulo* (20 de setembro de 1934), citado por Eurípedes Simões de Paula, “A segunda fundação de São Paulo (da pequena cidade à grande metrópole de hoje)”, *op. cit.*, p. 174

Exige a municipalidade que se faça tal despejo em lugar determinado da varzea, mas só que não conhece as actuaes difficuldades, criadas por falta de serventuarios, poderá acreditar que a maioria dos habitantes possa fazer essa remoção com a conveniente regularidade<sup>145</sup>.

Num contexto como esse, muitos anos depois daquela primeira notícia do *Correio* que inaugurou o nosso passeio, o *Diario Popular* de uma São Paulo já republicana é levado a publicar mais um reclamo contra as já antigas *immundicies* da várzea:

(...) Assim, as pessoas que chegam diariamente de fóra, pela Estrada de Ferro do Norte, e têm de transitar por aquella varzea são, desde logo, bafejadas por exhalações que não têm necessariamente o cheiro de rosas<sup>146</sup>.

O objeto da crítica, entre a primeira e esta última notícia, mantém-se inalterado, a despeito da diferença temporal entre elas: a antiga atividade, socialmente definida, de depositar lixo na várzea do Carmo.

Mas não só na várzea. Segundo o nosso primeiro colega de passeio, muitas pessoas nem chegam a ir até este local; esvaziam os barris repletos de *aguas servidas* e de *materiaes fecaes* “nas próprias bocas de lobo e sargetas das ruas”.

Isso num momento em que quem transita com cada vez mais freqüência pelas ruas são também pessoas que até então viviam reclusas nos velhos sobrados patriarcais: entre outros, “respeitaveis senhoras”. Precisamente este fato torna ainda mais contundente a crítica que “Uma das victimas” formula sobre os despejos que, na ladeira do Porto Geral\*, são feitos por

(...) certos individuos sem educação, especialmente os criados dos hoteis proximos, [que] vão alli fazer o despejo de todas as immundices [sic]; de modo que o transito por essa ladeira vae-se tornando quase impossivel.

<sup>145</sup> Cf. “Melhoramentos municipaes”. *A Provincia de São Paulo*, 25 de janeiro de 1879. É importante ressaltar que a categoria “serventuarios” é aplicada comumente para designar os funcionários do que hoje chamaríamos “baixo escalão” do poder público ou das então recém-instaladas empresas de serviços urbanos. No caso desta notícia, entretanto, penso que ela designe especificamente os escravos domésticos, responsáveis primordiais pela remoção de lixo, já que a cidade não conta, em 1879, com um serviço público relativo a esta atividade. Além disso, não há qualquer referência nos documentos de que a Câmara Municipal vivencie, nesse momento, uma falta de “serventuários”.

<sup>146</sup> Cf. “Hygiene Publica”. *Diario Popular*, 12 de dezembro de 1889.

Actualmente uma respeitavel senhora está gravemente enferma, e os medicos declararam que se acha envenenada por miasmas deleterios. (...) <sup>147</sup>.

“Individuos sem educação”: esse é apenas um dos atributos depreciativos que figuram na documentação em relação àqueles que realizam ou mandam realizar os despejos. Dois anos antes desta notícia, “Um que nada ganha com a enfermidade” recorre a *A Provincia* para criticar “um recalcitrante” briguento que insiste em que seus escravos joguem “aguas sujas” na rua Direita, onde moram muitas das personalidades mais influentes da vida econômica e política da cidade <sup>148</sup>. Ainda no fim da década de 1870, o mesmo jornal volta a reclamar das casas das travessas da Boa Vista e do Rosário, que “fazem da rua seu quintal” <sup>149</sup>.



“Rua da Imperatriz (antiga Rua do Rosário, lado da Igreja)”, 1887. (CJNA) ##

<sup>147</sup> Cf. Uma das victimas, “Ao exm. sr. dr. chefe de policia” *A Provincia de São Paulo*, 18 de julho de 1877.

<sup>148</sup> Cf. Um que nada ganha com a enfermidade “Aceio das ruas”. *A Provincia de São Paulo*, 14 de dezembro de 1875.

<sup>149</sup> Cf. “Reclamação”. *A Provincia de São Paulo*, 13 de abril de 1879.

Para além da multiplicidade de exemplos, as críticas àquilo que 55 moradores do largo do Riachuelo\* chamam, num requerimento enviado à Câmara, de “abusivo costume de lançarem-se agoas servidas, lixos e materiaes fecaes que affectam todas as cazas com grande perigo da salubridade publica e encommodo dos moradores”<sup>150</sup> mantêm-se ríspidas e constantes nos jornais e nos ofícios enviados à edilidade, ao longo de todo o período aqui em estudo.

Quem garante o tom enfezado são os novos transeuntes que circulam pelas ruas e os moradores das casas paulatinamente mais adensadas do centro valorizado e, portanto, urbanizado da cidade. Os primeiros, ao vislumbrarem os dejetos, freqüentemente reagem ariscos:

Ruas – Pede-se aos fiscaes da camara municipal o favor de passarem pelo becco chamado *das Minas\**. Hontem, os despejos de materiaes fecaes ali forão feitos como sempre. Os transeuntes, ao passarem por elle, voltavão a cara para outro lado, dizendo ‘malditos fecaes!’. (...) <sup>151</sup>.

Alguns moradores, ao perceberem, bem próximo, um vizinho “incommodo”, tampouco deixam de se manifestar:

Vizinhança incommoda - Os moradores da rua de S. João (todo o quarteirão compreendido entre a rua do Ypiranga e a casa que outr’ora serviu de hospicio de alienados) queixão-se, e com toda a razão, do vizinho que lhes fica por traz, que, possuindo um grande quintal com immensa plantação de capim, sua, para estrunhal-o, das fezes de refinação de assucar e outras materias putridas, cujo máo cheiro penetra por todas aquellas habitações, causando um incommodo perenne aos que ali residem, de modo tal, que nem mesmo com portas e janellas fechadas podem evitar o máo cheiro. Convém que o respectivo fiscal veja isso, de modo a evitar a continuação do martyrio em que vivem as pessoas que têm a infelicidade de vizinhar com o plantador de capim.

Se não formos attendidos, o que não é de esperar, veremos o que fazer<sup>152</sup>...

Mas voltemos ao aterrado do Brás\*. Já estamos bem próximos da colina e, se forçarmos a vista para a direita, é possível divisar lá longe a torre

<sup>150</sup> Cf. Sessão de 6 de março de 1873. *Atas da Camara Municipal da Cidade de São Paulo* (1873), vol. 59.

<sup>151</sup> Cf. “Ruas”. *Diario de São Paulo*, 10 de março de 1871.

<sup>152</sup> Cf. “Vizinhança incommoda”. *Diario de São Paulo*, 16 de janeiro de 1872. Este relato é permeado por uma variação na voz do emissor (entre a 3ª pessoa do plural e a 1ª pessoa do singular) que denota que o jornalista possivelmente seja um dos tais “moradores da rua de São João”.

do mosteiro de São Bento e a ladeira do Porto Geral, ao pé da qual se estendem casebres, às margens do Tamanduateí.



“Porto Geral, vendo-se a ladeira e a travessa do Porto Geral”. ( Fonte: Benedito Lima de Toledo, 1996)

É precisamente das margens do rio que vêm os gritos que podemos ouvir agora que estamos quase em cima da ponte do Carmo. Só que ecoam do lado esquerdo do aterrado [2]. São meninos e homens tomando banho no rio nus, costumé este também bastante antigo na cidade, evocado com nostalgia por velhos memorialistas, reprimido com vigor pela Câmara no mínimo desde a década de 1860<sup>153</sup>. Em relação ao fato, o noticiário do *Correio Paulistano* é cáustico:

<sup>153</sup> Cf. respectivamente J.L. de Almeida Nogueira, *A Academia de São Paulo (Tradições e Reminiscências – Estudantes, Estudantões, Estudantadas)*, vol. IV, e *Atas da Câmara Municipal da Cidade de São Paulo* (1864), citados por Ernani da Silva Bruno, *op.cit.*, vol. II, p. 798

Em respeito á moralidade publica - Communicam-nos que alguns individuos desabusados, entre elles algumas praças de linha, costumam ir banhar-se em pleno dia no rio Tamanduatehy nas proximidades da rua do Conde d'Eu. Ora estando esta rua actualmente bastante frequentada, acontece que muitas pessoas decentes e mesmo familias sentem-se em posição embaraçosa ao toparem com semelhante espectáculo muito improprio de uma cidade civilisada (...)<sup>154</sup>.

A notícia revela o embate entre dois modos diferentes de uso do espaço urbano: um deles, já tradicional numa cidade onde a área do rio, segundo viajantes e cronistas, se destinava em boa parte às excursões, caçadas e banhos dos estudantes e à faina diária das lavadeiras<sup>155</sup>. O outro uso é novo na cidade, originado a partir do momento em que a parte sul do morro do Carmo se urbaniza e faz, por meio de novas ruas como a do Conde d'Eu\*, com que “actualmente” “mesmo familias” circulem por ela indo ou vindo da área central da cidade.

Aí entra em cena nos relatos uma nova categoria: a “moralidade publica” que deve vigorar nas ruas, largos e várzeas de uma cidade que se pretende “civilizada”. É por isso que a denúncia contra os “banhistas” nunca abandona completamente nem os relatos dos fiscais à Câmara Municipal nem o noticiário dos jornais:

Banhistas - Ante-hontem, ás 2 horas da tarde, alguns individuos banhavam-se, em trages [sic] de Adão, no rio Tamanduatehy, em frente á rua do Hospicio e passeavam pela gramma da varzea, sem que houvesse policia para fazer respeitar a moralidade publica. (...)<sup>156</sup>.

Apesar de tantos pedestres reclamarem, deixemos os “banhistas” nadando em paz, e subamos finalmente a íngreme ladeira do Carmo em direção ao coração da cidade.

<sup>154</sup> Cf. *Correio Paulistano*. 12 de junho de 1876.

<sup>155</sup> Cf. entre outros Alfredo Moreira Pinto, *A Cidade de São Paulo em 1900*, Coleção Paulística, vol. 14, São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado S. A., 1979 (1ª ed.: 1900) e Silva Jardim, *Memorias e Viagens. Campanha de um propagandista (1887-1890)*, Lisboa, Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1891, p. 70.

<sup>156</sup> Cf. *A Provincia de São Paulo*, 12 de maio de 1888.



“Ladeira do Carmo e Aterrado do Braz”, 1862. (CJNA) #

À medida que vamos nos aproximando do alto, já bem perto do convento, é possível vislumbrar, à esquerda, animais pastando nos taludes do morro e mesmo no largo do Carmo [3]: vacas e bezerros<sup>157</sup>. Esta é outra atividade comum no espaço urbano paulistano: a criação de animais nas ruas e praças.

Ela mantém-se fundamental num perímetro urbano cujo abastecimento de gêneros permanece fortemente vinculado à pequena economia de subsistência praticada, sempre que possível, nos quintais dos casebres ou nas poucas chácaras ainda remanescentes na área central<sup>158</sup>. Isso a despeito da entrada cada vez mais intensa de produtos cultivados no entorno rural mais longínquo e transportados ao centro pelo vapor dos trens.

Notando que dentre os animais que pastam nas escarpas esverdeadas do morro encontram-se também muares, um dos nossos colegas passeantes recorre ao noticiário de *A Província* para ironizar:

<sup>157</sup> Cf. respectivamente “Largo do Carmo”. *Diário de São Paulo*, 2 de fevereiro de 1872; “Multas”. *Correio Paulistano*, 28 de fevereiro de 1886.

Quem pôde, pôde - Pedem-nos a publicação do seguinte:

"No dia 16, pelas nove horas da manhã, duas bestas estragavam com a maior tranquilidade deste mundo o 5o. talude do morro do Carmo. Nada aconteceu aos privilegiados quadrupedes. Pudéra, pois se elles estavam sem cangalha!..."<sup>159</sup>.

No discurso, o pastar, que depende de o animal estar desprovido de cangalhas, transforma-se em "estragar", perdendo qualquer legitimidade moral enquanto atividade passível de ser aceita no ambiente urbano paulistano. É patente a crítica à condescendência do poder público, que deixa "nada acontecer" aos "privilegiados quadrupedes", apesar de reiterar constantemente, em editais e mesmo nos recentes códigos de postura, leis já antigas contra "animais quaisquer vagando soltos pelas ruas"<sup>160</sup>.



'Largo do Capim"', 1862. (CJNA) #

Mais do que a presença específica de burros no Carmo, o que sobressai, nas queixas acima expostas, é o controle dos locais pelos quais

<sup>158</sup> Cf. Janice Theodoro da Silva, *op. cit.*, esp. pp. 131-32.

<sup>159</sup> Cf. "Quem pôde, pôde". *A Província de São Paulo*, 13 de outubro de 1875.

<sup>160</sup> A postura aparece em sua forma mais acabada no artigo 52 do Código de Posturas de 1875. Cf. Joaquim Manoel Gonçalves de Andrade, "Lei Provincial n. 62 - Código de Posturas da Camara Municipal da Imperial Cidade de S. Paulo". *Diário de São Paulo*, 1 de setembro de 1875.

estes e também outros animais devem circular, na cidade. Para permanecermos no exemplo dos muares: eles devem puxar bondes, mas não andar à solta, por exemplo, pelo largo de São Bento, como, segundo um transeunte, fazem em dezembro de 1889 os animais da Companhia Carris de Ferro:

Cocheira ao ar livre

Enviem-nos a seguinte reclamação:

"A Companhia de bonds deu agora em fazer do largo do Rosario cocheira para os seus animaes. Não haverá meio de acabar com tão incommoda assembléa?"<sup>161</sup>

Ao mesmo tempo em que indivíduos se queixam, de certa forma se vêem fadados a conviver de maneira absolutamente intensa com essa fauna toda. Vivem numa cidade que, submetida a um processo de expansão física e de especulação imobiliária até então ímpar, vai transformando em bairros antigas áreas rurais. Naqueles anos, a chácara do Barão de Itapetininga é loteada para vir a se tornar o bairro do Chá (1876). Empreendedores retalham a chácara do Bexiga, a fim de abrir nela as ruas do bairro da "Bella Vista" (1878), enquanto a velha chácara do Charpe desaparece em favor dos Campos Elísios (1879)<sup>162</sup>.

As pessoas que mudam para esses novos bairros passam a morar no interior de um cenário basicamente rural, que conta não apenas com animais, mas com as atividades socioeconômicas que só por meio desses animais podem ser realizadas.

Aos srs. fiscaes

Convicto da boa vontade que anima os srs. fiscaes e do zelo dos actuaes srs. vereadores, chamo a atenção dos mesmo para a numerosa quantidade de chiqueiros que existem nas diversas ruas do Morro do Chá.

Um terço das casas tem porcos no quintal!!

Parece que isto não é muito hygienico e que ha disposição a respeito.

Aguardamos as providencias a respeito e continuaremos, si não se tomarem medidas immediatas.

*Uma testemunha*<sup>163</sup>.

<sup>161</sup> Cf. "Cocheira ao ar livre". *A Província de São Paulo*, 30 de dezembro de 1889.

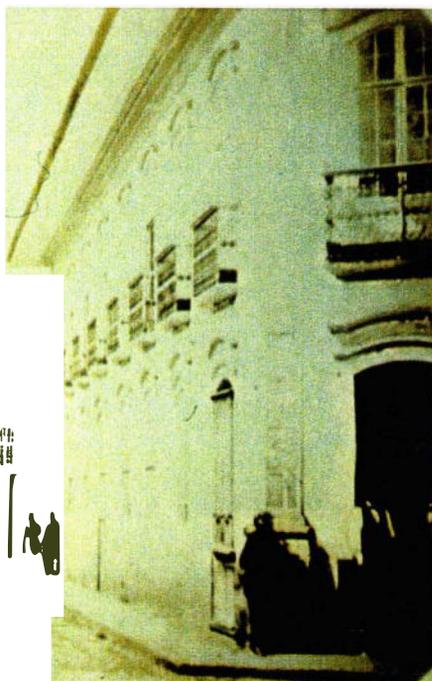
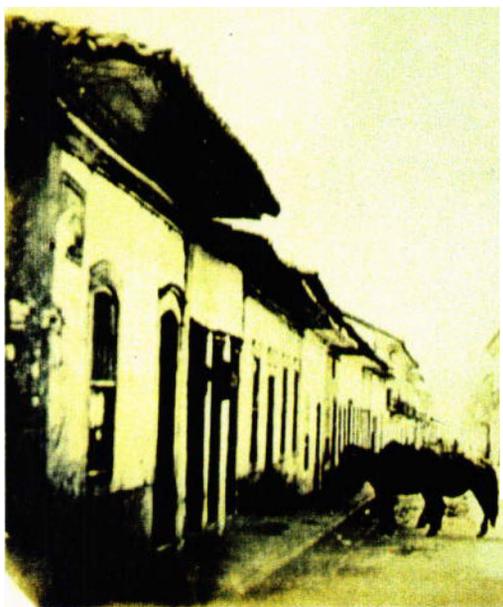
<sup>162</sup> Sobre a origem do Bexiga cf. Benedito Lima de Toledo, *Prestes Maia e as Origens do Urbanismo Moderno em São Paulo*, São Paulo, Empresa das Artes, 1996, p. 62. Sobre os outros bairros cf. Cândido Malta Campos Neto, "Os Rumos da Cidade: Urbanismo e Modernização em São Paulo", Tese de Doutorado, FAU-USP, 1999, p. 56.

<sup>163</sup> Cf. *A Província de São Paulo*, 20 de fevereiro de 1881.

Já que não raro a presença de animais em determinados locais da cidade se encontra ligada a atividades socioeconômicas, que só por meio deles podem se realizar, não é difícil imaginar que também elas sejam objetos indiretos de crítica dos novos transeuntes:

Aos srs. fiscaes - Pedem-nos a publicação do seguinte:

"Srs. redactores - Rogamos a vv. ss. o obsequio de chamar atenção da autoridade competente para o abuso de collocar-se sobre as calçadas couros de cargueiros, cangalhas, animaes, etc. Nos dias chuvosos em que certas ruas se tornam intransitaveis pela grande lama, que as tormenta, vem semelhante cousa a ser muitissimo inconveniente para os transeuntes, que são obrigados a emporcalhar-se com prejuizo [sic] da algibeira e da saude. Cumpra-se com as posturas, pelo amor de Deus!..."<sup>164</sup>



"Mosteiro de São Bento" [sic; Rua de São Bento], 1862. (CJNA) #

Couros, cangalhas, animais: todos esses são acessórios de trabalho fundamentais para os já seculares tropeiros envolvidos no transporte de tropas. Mas o são também para os cargueiros, que, tangendo bestas suas ou alheias, transportam para dentro do perímetro urbano muitas das

<sup>164</sup> Cf. *A Província de São Paulo*, 10 de abril de 1875.

mercadorias que nutrem o comércio local de víveres nos pequenos armazéns, na Praça do Mercado ou, de forma ambulante, pelas ruas. Num momento em que o que importa é transitar “sem prejuízo da saúde e da algibeira” pelas ruas da cidade, esses apetrechos deixam de ser reconhecidos como meios fundamentais de sobrevivência material dos indivíduos que deles vivem. A fala acima permite reconhecer o desprezo que ronda toda uma economia urbana ainda fortemente vinculada ao mundo rural e que – os couros e as cangalhas o atestam – continua a ser praticada no centro da cidade.

Mas é hora de continuarmos o nosso passeio. Voltemos ao largo do Carmo. As duas igrejas, a da Ordem Primeira e a da Ordem Terceira do Carmo, encontram-se diante de nós. E na frente de Militão, que as registra com sua câmera fotográfica em um momento no qual estão relegadas ao segundo plano, tomado que está o largo pelos carros de boi.



"Carmo", 1862. (CJNA) .:

A ocasião é propícia para um dos passeantes que nos acompanha pelas ruas, ignorando os dois templos coloniais, exclamar:

Ha ou não posturas, ou cousa que o valha, que proíba o estrondoso chiar de carros de bois dentro da cidade? É horroroso em certos dias estar-se em algumas ruas da capital, mesmo as mais centraes, onde a chiadeira dos taes carros dilacera os ouvidos. Providencias, srs. da edilidade. Onde estão os fiscaes?<sup>165</sup>

Volta à tona a questão dos animais pelas ruas da cidade. Só que aqui, mais do que os animais, o problema parece ser a “chiadeira” dos carros que os animais puxam. São veículos de eixo móvel cujo “chio” já é combatido pela edilidade no mínimo desde meados do século<sup>166</sup>.

Se estes veículos, meios privilegiados para o transporte de lenha para as casas e troncos para as serrarias<sup>167</sup>, não param de circular, ocorre que, à medida em que avança o processo de urbanização, eles tornam-se mais e mais odiados pelos novos transeuntes e, em particular, pelos ricos moradores da cidade. Os imponentes palacetes que estes últimos constroem nos bairros mais longínquos do centro - como a Consolação, os Campos Elísios - sobretudo a partir da década de 1880, não raro se situam nas antigas entradas da cidade, rotas obrigatórias desses velhos carros carregados da madeira conseguida nas matas que circundam o núcleo citadino.

Recebemos um cartão postal com o seguinte:

É uma vergonha que ainda hoje a gente não possa dormir ás 4 horas da madrugada por causa do infernal barulho dos carros de bois que entram na cidade. Todos os dias isto aconteceu na rua da Consolação, onde os carros passam diante da estação de policia, que, naturalmente, não se importa. reclamamos tambem contra a matilha de cães vadios que até parece fazer as delicias dos policiaes por causa dos *bonitos sustos* das pobres creanças atacadas por elles. Não será pregar no deserto?

*Muitos moradores da Consolação*<sup>168</sup>.

<sup>165</sup> Cf. *A Provincia de São Paulo*, 10 de abril de 1875.

<sup>166</sup> Cf. Atas da Câmara Municipal de São Paulo (1849), citadas por Ernani da Silva Bruno, *op. cit.*, vol. II, p. 602.

<sup>167</sup> Cf. Cássio Motta, *Cesário Motta e Seu Tempo*, São Paulo, Ind. Gráfica João Bentivegne, 1947, p. 26.

<sup>168</sup> Cf. *A Provincia de São Paulo*, 29 de março de 1888.

Agora é hora, porém, de deixar os carros e os bois de lado para definitivamente nos concentrarmos na beleza colonial do largo do Carmo. No início do período aqui estudado, são, primordialmente, as duas igrejas as grandes responsáveis pelo movimento de povo que toma o pátio aos sábados, quando há missa na Ordem Terceira<sup>169</sup>, mas, sobretudo, nos dias de novena e de festa religiosa. Durante estas últimas - relata um cronista do *Diário* - “a igreja ficava preta, e os que não podião ter o gosto de ver o seu nariz dentro, ficavão no alpendre”<sup>170</sup>.

Logo nos primeiros anos da década de 1870, o largo passa a atrair gente não mais apenas por causa das suas funções religiosas. Em outubro de 1872, transforma-se também na “estação de partida” da primeira linha de bondes a burro da cidade, que percorre o trecho entre o Carmo e a Estação da Luz. Perante o fascínio que a novidade exerce sobre a população no início desta atividade, não é difícil imaginar que um jornalista do *Diário de São Paulo*, “vendo a concurrencia de povo para o largo do Carmo”, compare-a com a “Semana Santa”, festividade esta cujo *glamour* devia muito às missas e procissões organizadas no Carmo<sup>171</sup>.

---

<sup>169</sup> Em suas memórias de infância, Maria da Glória Quartim de Moraes enfatiza que as elites da década de 1860 freqüentavam sobretudo as missas no Carmo. Cf. Maria da Glória Quartim de Moraes, *Reminiscências de uma velha (1893-1916)*, São Paulo, 1995, p. 18.

<sup>170</sup> Cf. O sr. Segismundo, “O sr. Segismundo”. *Diário de São Paulo*, 20 de julho de 1873.

<sup>171</sup> Cf. “Bonds”. *Diário de São Paulo*, 8 de outubro de 1872. Sobre as procissões do Carmo cf. entre outros Paulo Cursino de Moura, *São Paulo de Outrora (Evocações da Metrópole)*, São Paulo, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1980 (1ª ed.: 1932), esp. pp. 54-5.



"Rua do Carmo", 1862. (CJNA) #

De fato, aqui parados na frente da igreja do Carmo, é possível ver muitas pessoas no ponto de bondes situado na esquina entre a ladeira do Carmo e a rua da Boa Morte [4]. Remanescentes do entusiasmo que tomou conta do largo no momento de inauguração do serviço de bondes? Parece que não. Pelo menos é o que deixa entrever um leitor que envia cartas ao *Diário de São Paulo* assinando como "Salambô". Irônico, ele relata, numa dessas longas missivas ao "Sr. redactor", a respeito de

(...) um homem [que] aqui [no escritório do *Diário*] esteve dizendo que a historia dos *bonde* não é lá barato como se dizia, porque, morando elle no pateo de Santa Iphigenia, quando quer ir no jardim [da Luz] tem de dar com os ossos ao pateo de N. S. do Carmo; pelo que agora gasta mais sapato. E não é só esse, compadre, muita gente de gravata lavada não entra mesmo senão no pateo do Carmo. Já vê vmc. que por aqui tambem se vê coisinhas bem boas; eu como sou macaco velho, não me sento em galho secco: ninguém me embaça<sup>172</sup>.

É impossível saber se o número de pessoas que vemos aglomeradas no ponto do Carmo pode ser atribuído ao fato de os cocheiros de bonde não

obedecerem à regra de parar os veículos tão logo algum passageiro queira subir ou descer. Só o que temos é a opinião que “Salambô”, apoiando-se na suposta reclamação de um desconhecido “homem”, formula acerca dos primeiros tempos de funcionamento do serviço de bondes na cidade. E trata-se de uma visão eminentemente negativa.

Essa reclamação é apenas um prenúncio das milhares de outras que serão publicadas nos jornais e registradas nas atas da Câmara contra a Companhia Carris de Ferro ao longo das décadas de 1870 e 1880. Não seria exagero dizer que, quando o tema é o bonde na cidade, *apenas* se reclama – mesmo que não se negue nunca a importância da existência dos novos veículos na cidade.

Quem bem explicita essa complexa percepção a respeito do moderno serviço é um outro assíduo leitor do *Diário* que assina como “sr. Segismundo”. Sob o pseudônimo esconde-se alguém que, enviando cartas ao jornal, inicialmente polemiza com “Salambô”, mas depois passa a contar com exclusividade na publicação das longas missivas que escreve para o “sr. meu compadre” de Itú:

(...) E o que é certo, compadre, é que levava-se uma tarde inteira na Luz, que ficava escura de povo, só p'ra se ter o gostinho de voltar de *bonde*, como fiz muitas vezes, apesar de tão desbarrigado, mofino e jarurú. No domingo causava cobiça ir de *bonde* á Luz, compadre. O povo pretejava na ruas do compadre Silvado [rua do Carmo\*], querendo devorar os *bondes*; e eu já estava bem aboletadinho; depois, a coisa deu que fazer: quando entrava adiante, saía atraz; quando entrava atraz, saía adiante, até que na ultima investida foi parar o *bonde* na porta das freiras de Santa Thereza [convento de Santa Thereza, na rua do Carmo\*]. Ahi então, compadre, antes que o filho de meu pai dêsse com o focinho nas pedras, atirei-me de dentro e lá fui de *apé* p'ra o pateo de Palacio\* ver uma sege, ficando tudo com cara de asno e o *bonde* de roda quebrada envergonhado das seges dos cocheiros, que se puzerão a levar a gente a 200 rs... (...) <sup>173</sup>.

O “sr. Segismundo” deixa entrever que o entusiasmo da população em relação aos novos meios de transporte vê-se inevitavelmente fadado a

<sup>172</sup> Cf. Salambô, “Sobre o que vae pela Paulicéa - VIII”. *Diario de São Paulo*, 30 de outubro de 1872.

<sup>173</sup> Cf. O sr. Segismundo, “O sr. Segismundo”. *Diario de São Paulo*, 15 de dezembro de 1872. É importante ressaltar aqui a passagem de bonde custa 200 réis. Assim, quando nesta crônica o “sr. Segismundo” relata que os cocheiros das seges “se puzerão a levar a gente a 200 rs.” deixa intuir que estes, aproveitando-se do não-funcionamento do bonde, aumentaram o preço do seu serviço.

dividir espaço com outros sentimentos, definidos pelo temor, pela irritação – em suma: marcados pelo seu caráter negativo.

Já durante a fase de assentamento das primeiras linhas nas ruas da cidade não faltam nos jornais artigos como o do inspetor de obras públicas, Dr. Raposo, denunciando que os trilhos da rua do Comércio\* “só em pequeno pedaço foram collocados no centro”<sup>174</sup>. Para um leitor que assina “Ao Pinta Silva”, o problema maior é a rua de São Bento, onde “os bondes taparam os esgotos”, fazendo com que a água fique represada<sup>175</sup>.

Não se imagine, entretanto, que, ao longo do tempo e com a construção de novas linhas, o serviço de bondes se torne mais adorado. A implantação da linha do Brás em 1877, por exemplo, não se faz sem que “varios assinados” daquela freguesia reclamem à Câmara Municipal precisamente do contrário que reivindicava o Dr. Raposo. Pedestres que são, queixam-se

contra o modo por que a Companhia está assentando os trilhos na rua do Brás, (...) pedindo providencias para que os ditos trilhos sejam assentados não no centro da rua como se está fazendo, mas sim por um lado como convem ao transito publico<sup>176</sup>.

Tampouco as reclamações se restringem à fase de instalação das respectivas linhas. A etapa posterior e mais duradoura, de operação dos bondes pela cidade, também suscita queixas. A questão técnica é um aspecto comumente reiterado nos documentos. Tudo parece ser problema: as “condições dos freios dos carros”<sup>177</sup>; a braveza dos “bondes chucros, que fazem o diabo ahi por essas ruas”<sup>178</sup>; as luzes fronteiras dos bondes noturnos trocadas<sup>179</sup>; o “pessimo estado do material rodante”<sup>180</sup>.

<sup>174</sup> Dr. Raposo, inspetor das obras publicas, “Os bonds e o transito publico”. *Correio Paulistano*, 30 de agosto de 1872.

<sup>175</sup> Cf. Ao Pinta Silva, “Que caipóra!”. *Correio Paulistano*, 19 de novembro de 1872.

<sup>176</sup> Cf. Sessão de 18 de outubro de 1877. *Atas da Camara Municipal da Cidade de São Paulo* (1877), vol. 63, 1949.

<sup>177</sup> Cf. “A questão dos bonds”. *A Provincia de São Paulo*, 12 de janeiro de 1876.

<sup>178</sup> Cf. Um por muitos, “Os Bonds”. *Correio Paulistano*, 21 de abril de 1879.

<sup>179</sup> Cf. “É com o sr gerente dos bonds”. *A Provincia de São Paulo*, 15 de dezembro de 1884.

<sup>180</sup> Cf. \*\*\*, “Companhia Carris de Ferro de S. Paulo”. *A Provincia de São Paulo*, 16 de março de 1887.

Se críticas desse tipo são uma constante nos jornais e nas atas no decorrer de todo o período aqui em estudo, é possível perceber uma intensificação das queixas nos jornais em particular na década de 1880, à medida em que vai se adensando a malha de bondes que recobre a cidade<sup>181</sup>. Quanto mais bondes nas ruas, mais acidentes a pontilharem o dia-a-dia das pessoas nas ruas da cidade: descarrilhamentos, abalroamentos, atropelamentos<sup>182</sup>.

A documentação permite notar que se cristaliza nesse momento ainda uma terceira variação de crítica em relação ao serviço de bondes. “Salambô” já nos apresentou, anteriormente, as críticas de “um homem que veio aqui”. Porém, além desta, é possível perceber muitas outras falas. Não raro algum passageiro recorre à imprensa queixando-se de que

o bonde n. 10, que seguia da cidade para os Campos Elyseos, ao chegar perto da casa do sr. commendador Barros [o pai de Maria Paes de Barros], na rua da Constituição\* parou, e, apesar da reclamação dos passageiros que iam esperar o trem que então chegava, negaram-se conductor e cocheiro a ir para deante. Sob o pretexto de que estava parado o bond da linha, defronte da estação. Chegando o trem, os passageiros instaram para que fossem conduzidos até a estação. O conductor declarou, seccamente, que não ia, porque estava lá no longe um bond parado. Em vista d’isto os passageiros, que pagaram sua passagem para desembarcarem na estação, tiveram que ir a pé. Tome nota o sr. gerente como se serve o publico. O dever do conductor era levar o bond onde os passageiros tinham de aprear, e, depois, se não pudesse passar para diante que voltasse ao destino<sup>183</sup>.

Outras vezes, ainda, jornalistas aludem àquilo que chamam de

iniqüidade praticada para com os passageiros, que á noite transitam do Braz para a cidade. (...) Ao chegar à cocheira da praça do mercado, os passageiros do bonde são obrigados a deixal-os e subir a ladeira Municipal\* a pé, quando o ponto terminal da linha é no largo do Rozario\*<sup>184</sup>.

<sup>181</sup> Até 1877 há basicamente um eixo de linha entre o Carmo e a Estação da Luz, passando pela íngreme ladeira do Acu\*. A partir desse ano a Companhia instala duas rotas alternativas: uma linha do centro à Estação passando pela menos perigosa ladeira da rua da Constituição\*, e uma linha conectando o Brás ao largo do Rosário\* por meio da ladeira Municipal\*. No bojo da marcha urbanizadora em direção aos arrabaldes, inauguram-se, em 1879, o prolongamento de linha em direção à Ponte Pequena\* e em 1880 as linhas para o Chá, para a Consolação, Liberdade e Santa Cecília. Em agosto de 1882 é a vez dos bondes para a Moóca e para a Ponte Grande.

<sup>182</sup> Foi possível encontrar, nos jornais publicados entre 1872 e 1889, 61 notícias de acidentes de bondes, dentre as quais 56 referem-se à década de 1880.

<sup>183</sup> Cf. “Companhia de Bonds”. *A Provincia de São Paulo*, 6 de agosto de 1880.

<sup>184</sup> Cf. “Bonds e ruas”. *A Provincia de São Paulo*, 20 de abril de 1884.



'Rua da Imperatriz (Antiga do Rosario, lado do Pateo da Sé)', 1887. (CJNA) ##

Quanto aos profissionais que operam o serviço (em especial os cocheiros e cobradores), o que os caracteriza, aos olhos dos passageiros, é basicamente uma atitude: aquilo que *A Província*, num de seus editoriais, chama de "grosseria com que empregados na companhia de bonds tratam dos passageiros"<sup>185</sup>. As formas que essa "grosseria" assume nos relatos são as mais diversas. Já nas primeiras semanas de operação dos bonds pelas ruas, "Uma victima" aparece no *Correio* reclamando

Ao senhor director dos serviços de bonds, que advirta aos seus cocheiros ou conductores que sejam mais delicados nos avisos, que possam fazer aos passageiros, relativamente aos signaes, que estes têm o direito de dar para aquelles fazerem parar o carro. NO caso contrario, a cotinuarem esses senhores com as maneiras pouco delicadas com que sóem tratar-se homens sem educação, a empreza de bonds, que poderá ser de vantagem tanto para os emperezarios como para a população, ver-se-há na necessidade de fazer paradeiro ainda em seu começo (...)<sup>186</sup>.

Cf 'Companhia de bonds' *A Província de São Paulo* 27 de julho de 1889

C 'Uma victima' Ao director dos bonds *Correio Paulistano* 19 de outubro de 1872

Um mês mais tarde é a vez de “Muitas victimas” lamentarem “todos os indecentes despropositos com que mimoseiam os conductores as bestas, os collegas e as mulheres da vida alegre que vão encontrando pelo caminho”<sup>187</sup>.

Essa é a forma como se apresentam na cidade os novos relacionamentos sociais que vão se consolidando pela mediação dos modernos serviços de infra-estrutura urbana. O que não falta, com o passar dos anos, são queixas contra a “insolente grosseria” de um condutor em relação a “duas familias”<sup>188</sup> ou contra a sua “surdez” – já que “chamam-se, chamam-se, e nada!”<sup>189</sup>.

Além disso, reiteram-se nos jornais reclamos contra a condição estrangeira dos condutores; muitos deles italianos que desconheciam a cidade e seus hábitos<sup>190</sup>. Em momentos de maior tensão, há ainda senhoras como aquela “distinctissima” das primeiras páginas deste estudo, que se sentem diretamente “insultadas” pelo condutor do bonde<sup>191</sup>...

Qual o sentido dessas opiniões eminentemente negativas em relação a um serviço de infra-estrutura que, no dia de sua inauguração, foi celebrado festivamente pelo *Correio Paulistano* como “letra de confiança saccada contra esta cidade” em favor do “progresso” – a despeito do acidente ocorrido durante a viagem inaugural<sup>192</sup>? Ao mesmo tempo em que depreciada, trata-se de uma novidade que faz o “povo pretejar” na Luz, levando um leitor que assina “Beraldo da Purificação” a relatar com empolgação, logo nos dias de funcionamento do serviço:

a gente senta-se no carro no pateo do Carmo\*, do Collegio, ou onde nos dá no nariz, e em poucos minutos chega-se na estação, livre dos abalos com que nos revolvão as tripas os srs. cocheiros, parecendo querer fural-as, não lembrando-se que podia extravasar-se o conteúdo<sup>193</sup>?

<sup>187</sup> Cf. Muitas victimas, “Os cocheiros e os bonds”. *Correio Paulistano*, 11 de novembro de 1872.

<sup>188</sup> Cf. “Companhia de bonds”. *Correio Paulistano*, 4 de maio de 1879.

<sup>189</sup> Cf. “Os conductores de bonds”. *A Provincia de São Paulo*, 31 de março de 1886.

<sup>190</sup> Cf. “Companhia Carris de Ferro da capital”. *A Provincia de São Paulo*, 6 de julho de 1886.

<sup>191</sup> Cf. “Companhia de bonds”. *A Provincia de São Paulo*, 27 de julho de 1889.

<sup>192</sup> Cf. “Inauguração dos bonds”. *Correio Paulistano*, 3 de outubro de 1872.

<sup>193</sup> Cf. Beraldo da Purificação, “Illm. sr. compadre”. *Diario de São Paulo*, 8 de outubro de 1872.

A questão ganha em relevância levando-se em consideração que o teor negativo das opiniões se aplica, também, a outros serviços de infraestrutura urbana inaugurados nas ruas paulistanas da área central naqueles anos: a iluminação a gás (1872), o calçamento de paralelepípedos, que traz consigo novas bocas de lobo (1873), a canalização de água (1879) e esgoto (1883), os mictórios e quiosques (1883) e mesmo o ainda bastante raro e caro serviço de linhas telefônicas (1884)...

Aliás, por falar em “melhoramentos públicos”, continuando nosso passeio chegamos ao largo da Sé\* [5], onde se deu a inauguração oficial do primeiro deles, em março de 1872: a iluminação a *gaz hydrogeneo carbonado*, tanto em lugares públicos quanto para aqueles que *contractarem* o serviço – em casas particulares.

Sendo o largo da Sé historicamente conhecido como parada obrigatória de todas as procissões, devido ao fundamental papel simbólico exercido pela Matriz – posteriormente Catedral - da Sé desde os tempos coloniais, não é difícil imaginar o empenho político dos empresários da Companhia *Gas & Co.* em viabilizar ali a festa de inauguração do novo serviço.

É possível, mesmo, enxergar os postes de luz em volta do largo, os lampiões de braço presos às paredes fronteiras dos sobrados. Esses equipamentos se confundem com a paisagem pontuada por casas, armazéns e pelas carroças e carros de aluguel que, ao longo das décadas selecionadas, asseguram para o largo o papel de estacionamento primordial de veículos<sup>194</sup>.

<sup>194</sup> Cf. Affonso A. de Freitas, *Tradições e Reminiscências Paulistanas*, São Paulo, Monteiro Lobato & Cia., 1978 (1ª ed.: 1921), esp. pp. 100ss.



Largo da Sé e rua do Imperador' 1887 (CJNA) ##

Os memorialistas dizem que no dia da inauguração a Sé ficou toda iluminada<sup>195</sup>. Mas jornalistas do *Correio* que presenciaram o evento são mais pessimistas:

Iluminação a gaz - Anunciou-se que a iluminação geral dos bicos de gaz ante-hontem era inauguração do serviço. Parece que não. Foi experiencia e ao mesmo tempo festejo á volta do imperador. Hontem houve repetição, mas ainda com o character festivo, assim como annuncia-se para hoje a illuminação do Jardim [da Luz], se não chover, com musica etc. Como inauguração seria inaceitavel o serviço, pois havia muitos bicos de gaz (principalmente fóra das ruas principaes da cidade), dando menos luz que uma vela de sebo. (...) Experiencia ou inauguração, o que é certo é que ainda não é satisfactorio o serviço<sup>196</sup>.

As queixas em relação às vicissitudes dos novos serviços de infraestrutura urbana, sugestivamente chamados de “melhoramentos públicos”, voltam à tona em relação ao gás. Se não é a pouca luz o motivo da queixa, o problema levantado é a “luz ainda um tanto avermelhada”, “o cheiro nauseabundo que exalam os tubos” ou mesmo os “lâmpioes quebrados” e

<sup>19</sup> Cf. entre outros Antonio Egydio Marins *S. Paulo Antigo (1554-1900)*, vol. 2 São Paulo Francisco Alves 1912, p. 188

Cf. *Correio Paulistano*, 2 de abril de 1872

“combustores com luz deficiente”<sup>197</sup>. Esse contexto conduz um *assignante* do serviço, “H.D.”, a um apelo irônico, publicado em *A Província* seis anos depois de inaugurados os primeiros lampiões na Sé:

O gaz em S. Paulo

Pedimos a quem de direito competir as providencias necessarias a *obrigar* a Companhia de gaz d'esta cidade a *cumprir* o seu contracto, porquanto a iluminação n'estes ultimos dias, especialmente na noite de ante-hontem, foi tal que dous bicos a um metro e um mais proximo não dava para escrever, tal era o grau de intensidade da escuridão. (...) <sup>198</sup>.

Enquanto alguns não conseguem escrever em casa, outros não conseguem trabalhar nos escritórios...

Companhia de gaz - É necessario que o sr. gerente da Companhia de gaz tome de uma vez as devidas providencias para evitar que se repitam factos que muito desabonam a direcção dessa empreza. Hontem de noute vimo-nos em sérias dificuldades em nosso escriptorio Era tal a vacilação do gaz que impedia completamente o trabalho do jornal. Vendo-nos na impossibilidade immediata de substituir o systema de iluminação adaptado em nossa casa, se bem que os desleixos conhecidissimos da Companhia autorisem todo mundo á catar prevenido para estes casos, vendo-nos, pois, sem outro recurso chamamos por duas vezes para o escriptorio da empreza pedindo que nos mandassem um empregado arranjar o registro ou o que quer que era que assim nos transtornava o andamento de nossas occupações. Foi-nos respondido que não havia ferramenta alli áquella hora - pouco mais de seis horas - e que hoje viria alguém fazer o devido concerto. Às 7 e meia, diversos bicos de gaz do escriptorio da redacção e administração, fartos provavelmente de dar pessima luz, apagaram-se... E assim, ameaçados de escuridão completa em nossas officinas, ficaremos á disposição da Companhia até que ella se digne ter ferramenta para então mandar um empregado arranjar o que está desarranjado. (...) <sup>199</sup>.

Porém, não param aí as queixas. Além do funcionamento técnico dos equipamentos, outro ponto de discórdia são, tal como em relação aos bondes, as regras empregadas pela respectiva companhia para a instalação e operação do serviço de iluminação. Quanto ao assentamento de canos e postes, por exemplo, um morador da rua da Esperança\*, observando as obras feitas, reclama que “ficou tamanho espaço sem lampeão, quando para

<sup>197</sup> Cf. respectivamente Uma victima da fumaça, “Á companhia de gaz”. *Correio Paulistano*, 12 de maio de 1872; “Iluminação Pública”. *Diario de São Paulo*, 29 de março de 1873; “Iluminação Pública”. *A Província de São Paulo*, 31 de março de 1883.

<sup>198</sup> Cf. H. D., “O gaz em São Paulo”. *A Província de São Paulo*, 20 de setembro de 1878.

<sup>199</sup> Cf. “Companhia de gaz”. *A Província de São Paulo*, 25 de fevereiro de 1886.

baixo e para cima as distancias de um lampeão a outro são iguaes”<sup>200</sup>. O melhor modelo de instalação é aquele no qual se acredita...

Também as diretrizes que norteiam o funcionamento das novas instalações são motivo de crítica. Apelando para a ironia, o *Diario* atribui a escassez diária de iluminação na cidade a um “princípio de economia” aplicado pelos empresários da Companhia:

(...) Às 9 horas diminuem o gaz no registro; às 10 horas – a mesma operação; às 11, nova applicação do principio de economia – às 12 – a ultima demão no registro. E se mais mundo houvera lá chegara – disse um poeta (...)<sup>201</sup>.

Esse padrão de notícia, depreciando a “prática” da companhia quanto ao fornecimento de gás, reitera-se até o final da década de 1880, paralelamente a outros relatos que se referem especificamente ao sistema de cobrança adotado. Além do preço ser sempre considerado “exorbitante” – mesmo “vexatorio e arbitrario”<sup>202</sup> -, o preço “de mensalidade”, segundo alguns *assignantes*, aumentam “num *crecendo* pavoroso” para aqueles que não pagam imediatamente a conta de luz<sup>203</sup>.

Num contexto como esse, não é de se espantar que os empregados da *Gas & Co.*, em especial os apagadores de gás, sejam também alvo de ironia: são considerados “madrugões de arromba”. Se “às 4 horas da manhã.. já os lampeões estão apagados em larga zona da cidade inclusive”<sup>204</sup>...

Frente a considerações tão pessimistas, torna-se quase inevitável perguntar, antes de deixarmos a frente da Sé: será que nenhum dos novos serviços é percebido de maneira mais positiva? Quanto ao funcionamento técnico dos vários equipamentos, a resposta se mantém “não”. As bocas de lobo, sem grades, adotadas para o novo calçamento de paralelepípedos, são vistas como “thuribulos permanentes de repugnantes e envenenadas exalações”<sup>205</sup>.

<sup>200</sup> Cf. Um dessa rua, “Á companhia de illuminação da gaz”. *Diario de São Paulo*, 7 de abril de 1872.

<sup>201</sup> Cf. “Companhia do gaz”. *Diario de São Paulo*, 4 de junho de 1874.

<sup>202</sup> Cf. respectivamente “Sob o titulo ‘Gaz’”. *Diario de São Paulo*, 15 de agosto de 1875 e “Companhia de Gaz”. *A Provincia de São Paulo*, 22 de abril de 1885.

<sup>203</sup> Cf. “A Companhia do Gaz”. *A Provincia de São Paulo*, 11 de junho de 1885.

<sup>204</sup> Cf. “Serviço de gaz”. *A Provincia de São Paulo*, 15 de janeiro de 1878.

<sup>205</sup> Cf. “Hygiene ao avesso”. *A Provincia de São Paulo*, 10 de novembro de 1875.

Entre os velhos chafarizes instalados pela Câmara e aqueles implantados pela Companhia Cantareira parece não haver grande diferença, já que todos oscilam ocasionalmente entre a “falta d’água” e o fornecimento de “água putrida” – esta, saindo, por exemplo, do recém-construído chafariz do largo dos Guaianazes\*, “tem feito poças”<sup>206</sup>.

Quanto às primeiras linhas telefônicas, por exemplo, instaladas na cidade a partir de 1884, reiteram-se nos jornais queixas sobre linhas atravessadas e chamadas não atendidas<sup>207</sup>. Em relação aos mictórios, por sua vez, os fiscais apontam a necessidade de “serem melhorados os encanamentos que dão água” aos aparelhos<sup>208</sup>. Um ano mais tarde o vereador Baruel reitera, por outra via: “absolutamente não satisfasem as exigencias de semelhante serviço”<sup>209</sup>.

As regras segundo as quais operam os respectivos serviços também são, no geral, percebidas como negativas pelos nossos colegas de passeio. Em relação à instalação dos vários “melhoramentos”, a representação subjacente aos documentos é uma só, e quem a resume é um editorial de *A Província*.

As companhias e particulares fazem escavações, deslocam pedras, armam andaimes ou assentam trilhos e encanamentos, e não procedem convenientemente [sic] á reposição das cousas ao estado anterior; peioram tudo (...) Os fiscaes são culpados porque não obrigam os que escavam o leito das ruas ou deslocam as pedras a recompôr o calçamento ou aterrar os lugares abertos<sup>210</sup>.

A advertência dirige-se às companhias, que se isentam de qualquer responsabilidade pelo espaço urbano onde intervêm com suas picaretas, canos e trilhos. Mas também o poder público é alvo de ataque, já que, nos

<sup>206</sup> Cf. entre outros “Falta de água”. *A Província de São Paulo*, 8 de janeiro de 1876; “Companhia Cantareira”. *Correio Paulistano*, 26 de setembro de 1885; e “Com a camara”. *A Província de São Paulo*, 6 de janeiro de 1886.

<sup>207</sup> Cf. respectivamente “O telephone da Santa Casa”. *A Província de São Paulo*, 14 de novembro de 1885; e “Companhia Telephonica”. *A Província de São Paulo*, 10 de janeiro de 1886.

<sup>208</sup> Cf. Sessão de 15 de julho de 1885. *Atas da Camara Municipal da Cidade de São Paulo* (1886), vol. 71.

<sup>209</sup> Cf. Sessão de 11 de agosto de 1886. *Atas da Camara Municipal da Cidade de São Paulo* (1886), vol. 72.

<sup>210</sup> Cf. “Cousas municipaes”. *A Província de São Paulo*, 1 de junho de 1882.

contratos que firma com as respectivas empresas, deixa em aberto a questão da “reposição das cousas em seu estado anterior”.

A documentação permite reconhecer que o que se altera ao longo do tempo é antes a geografia da intervenção, do que a percepção de como esta se dá. Se no início da década de 1870, as queixas referem-se, sobretudo, às ruas do chamado Triângulo, local primeiro de realização das obras de iluminação, transporte, calçamento de paralelepípedos, já dez anos mais tarde as ruas dos bairros cada vez mais urbanizados e valorizados de Santa Ifigênia e da Consolação são foco de preocupação daqueles que enviam requerimentos à Câmara e registram suas queixas no jornal<sup>211</sup>.

Depois da conturbada fase de instalação, os serviços começam a funcionar na cidade - não sem que os passeantes que nos acompanham questionem o seu modo de operação.

Companhia Cantareira e Exgottos - Muitas reclamações se lavantam contra o modo por que os empregados da Cantareira procedem á limpeza nos exgottos da cidade. Esse serviço, que deve ser feito a horas tardias da noite, é, no entanto, feito quando ainda ha grande transito pelas ruas da capital<sup>212</sup>.

Nem mesmo os empregados desta empresa se mantêm ilesos de críticas. Em 1887, Luiz Sodi, proprietário da loja “Bazar do Povo”, pede

(...) ao muito digno sr. gerente dessa Companhia o obsequio de dar ao seu cobrador Manoel Joaquim da Costa e Silva, um manual de civilidade como é necessario para tratar com os contribuintes da companhia, como elles têm direito. O abaixo assignado, sendo sua familia composta apenas de duas pessoas e não havendo-se nada em casa tem sempre gasto 2.000 litros de agoa aproximadamente, acontecendo hoje que lhe fosse pelo dito cobrador apresentada a conta do consumo pelo mez de Fevereiro, marcando 5.000 litros gastos nesse mez, observou-lhe que devia haver engano, e por isso que só pagaria a dita conta depois que fosse novamente verificado o consumo por quem de direito; essa simples e justa reclamação feita aliás nos termos os mais cortezes longe de merecer a aquiescencia do dito serventuario do publico, a que era obrigado, atirou para o abaixo assignado a injuria de vêr-se atirar por uma janella dentro a conta e ouvir-se chamar de “cousa atôa”, bruto e mais outros epithetos, do uso do dito cobrador o qual aliás é já bem conhecido nesta capital como homem violento e mal educado. Pede-se, pois, ao sr. gerente queira pôr paradeiro a tão improprio procedimento de seu subordinado, esperando do cavalherismo que

<sup>211</sup> “Triângulo” é a denominação popular, originada nos tempos coloniais, para definir a área compreendida pelas sendas que ligavam as torres das igrejas do Carmo, de São Bento e de São Francisco entre si, configurando o coração da cidade.

<sup>212</sup> Cf. “Companhia Cantareira e Exgottos”. *A Provincia de São Paulo*, 24 de abril de 1889.

distingue o dito sr. gerente, attenderá a esta justa reclamação que aliás é o interesse da companhia que representa<sup>213</sup>...

É importante ressaltar que, apesar de todas essas apreciações desfavoráveis, não foi possível encontrar nos documentos nenhuma declaração a favor de que a iluminação da cidade volte a se dar exclusivamente com óleo de mamona, que os bondes ou os telefones sejam abolidos etc. Como visto por meio do exemplo dos bondes, os equipamentos podem até não funcionar, mas nem por isso exercem menos atração sobre a população.

Já as chamadas “experiências” – do gás, do bonde, do telefone etc. e as respectivas festas de inauguração são eventos sempre esperados e comemorados com “muitas pessoas”, “enorme concurrencia de povo”<sup>214</sup>. Um jornalista do *Correio Paulistano* sintetiza o seu entusiasmo por esses eventos numa matéria sobre o

Gazometro - Informam-nos de que hontem ao meio-dia deu-se o lançamento da primeira chapa de ferro, que deve formar o fudo do poço do gazometro para a iluminação a gaz desta capital. Á esse acto, que tornou-se importante, pelo grande numero de operarios que se achavam reunidos, e pela presença de muitas pessoas que concorreram a elle, juntou-se a cerimonia de entrega do matello [sic] com que foi batida a primeira cavilha da união das chapas. Logo publicamos uma descripção circunstanciada desta festa modesta, mas chea do esplendor que se espalha sobre todas as festas do povo - as festas industriaes<sup>215</sup>.

Sempre que possível, o “povo” continuará se esforçando para participar desse novo mundo de novidades da técnica. Quem bem fornece elementos para que se pense essa coexistência entre a negação e a aceitação dessas transformações tecnológicas é o “sr. Segismundo”:

<sup>213</sup> Cf. Luiz Sodi (Bazar do Povo), “Companhia Cantareira e Exgottos”. *A Provincia de São Paulo*, 9 de março de 1887.

<sup>214</sup> Sobre as experiências com a iluminação a gás, por exemplo, cf. Cf. “Festejos”. *Correio Paulistano*, 23 de janeiro de 1872; com relação ao bonde cf. “Bonds”. *Diario de São Paulo*, 22 de setembro 1872. Sobre as festas de inauguração do gás cf. “Iluminação a gaz”. *Correio Paulistano*, 2 de abril de 1872; sobre o bonde cf. “Bonds”. *Diario de São Paulo* e “Inauguração dos bonds”. *Correio Paulistano*, ambos de 3 de outubro de 1872.

<sup>215</sup> Cf. *Correio Paulistano*, 4 de junho de 1871.

(...) No sabbado, 5, houve as vesperas de São Benedicto, com luminaria, dois palanques de musica e tal e coisas. O frio era meio azangado e até chuva cahiu, o que fez não ir muito povaréo ás luminarias, p'ra o que é mesmo quéra esta gente d'aqui. Mas isto não é a coisa, a coisa feia foi n'um nadinha, quando os musicos assopravão seus estormentos delles, desandar o palanque e ir tudo pelo mundéo abaixo, valendo-lhes Deus não terem passado do chão. (...) <sup>216</sup>

Existe, dessa maneira, um reconhecimento tácito de que é irreversível o processo histórico em curso – que se manifesta no cotidiano das pessoas, por exemplo, por meio dos novos equipamentos urbanos.

Para tentar conter a indignação de nossos companheiros passeantes em relação aos “tempos modernos”, deixemos o “progresso” de lado para contemplar o largo da Sé\* com as duas velhas igrejas coloniais que emolduram a paisagem: a de São Pedro dos Clérigos\* e a da Sé\*, que é a catedral da cidade.



“Egreja e Largo da Sé (sem a 1ª eração)”, 1832/87. (CJNA) ##

<sup>216</sup> Cf. O sr. Segismundo, “O sr. Segismundo”. *Diário de São Paulo*, 20 de julho de 1373.

Os vidros das duas estão em parte trincados. O motivo, segundo o noticiário do *Diario de São Paulo*, é o seguinte:

Buscapés - Comunicação-nos:

“Ante-hontem á noite, contra as respectivas posturas, soltou-se pela cidade innumerous buscapés, dos quaes um, quebrando os vidros de uma das janellas da cathedral, *passeou* pela capella-mór, onde *descançou*, e no mesmo dia, um *buscapé de rabo*, solto no pateo da mesma igreja, quebrando tambem os vidros de uma das janellas de S. Pedro, foi estourar perto de um altar, onde tambem *descançou*, não estragando entretanto o dourado, ultimamente feito á custa de alguns padres. E não podia ter-se dado algum incendio ecclesiastico?

Ainda hontem continuou a soltura dos taes”<sup>217</sup>.

Numa cidade em que, cada vez mais “pés” andam pelas ruas, o lançamento de “buscapés”, costume antigo da população paulistana durante as festas juninas, passa a ser duramente criticado pelos novos transeuntes.

(...) Ninguem ignora os danos que podem causar o tal fogo chamado buscapé, e o qual é atirado a êsmo pelas ruas em certos dias, com gravissimo perigo dos transeuntes. Consta-nos que ainda ante-hontem causou ferimentos em uma menina no Pateo do Carmo\*, além de outro caso anterior succedido na rua do Commercio\*, em que uma senhora escapou de ficar muito maltratada. E uma brincadeira que dá sempre de si pessimas consequencias, e póde quando menos revelar certo espirito de crueldade. Da solicitude do digno sr. dr. chefe de policia esperamos providencias no sentido de evitar semelhante abuso. (...) <sup>218</sup>.

Já que o assunto é festa tradicional na cidade, “Muitos cidadãos” pedem a palavra para reclamar de outro velho ritual de origem portuguesa, comum durante os festejos de carnaval:

O entrudo

Sr. redactor - Possuidos de profundo pezar e mesmo de indignação vimos ás columnas do seu conceituado jornal, protestar em nome do bom senso do povo desta cidade, contra as inconveniencias praticadas por algumas pessoas que desgraçadamente entendem que o entrudo é um divertimento muito espirituoso. Essas pessoas nem ao menos calculam o mal que fazem despejando estupidamente agua sobre os tranzeuntes, quer sejam homens, quer sejam senhoras dignas de consideração. Ninguem ignora que neste tempo de calor anda-se continuamente suando e que portanto basta um pouco d’agua fria atirada sobre o corpo para que se apanhe uma febre violenta, talvez uma molestia para longos mezes.

<sup>217</sup> Cf. “Buscapés”. *Diario de São Paulo*, 14 de junho de 1872.

<sup>218</sup> Cf. “Buscapés”. *Correio Paulistano*, 11 de junho de 1874.

Além disto, nada ha mais grosseiro e destituído de espirito do que molhar-se o traje de uma pessoa que vai seu caminho e que se dá ao respeito em publico. Accresce ainda que o receio de ser victima do tal entrudo inibe muita gente de sahir á rua para cuidar de seus afazeres, como tambem embaraça a estada das familias pelas janellas, porque as senhoras não querem, e com toda a razão, expôr o rosto ás *pedradas* dos propugnadores das bolas de cêra chamadas laranginhas. (...) <sup>219</sup>.

A campanha contra esses dois rituais da tradição festiva brasileira é permanente nos jornais paulistanos durante os últimos vinte anos do período imperial. Como diz um jornalista do *Correio*, em relação ao entrudo, é necessário substituir esse “barbaro costume de jogar agua no proximo” por outro, “mais de accordo com a civilisação”<sup>220</sup> – no caso: pelo carnaval veneziano, baseado em desfiles de grupos carnavalescos previamente organizados<sup>221</sup>.

A despeito, no entanto, de toda a pressão por parte dos jornais e de proibições expressas do poder público<sup>222</sup>, o costume mantém-se vivo na cidade durante todo o período em estudo: para alegria de uns e desgosto de outros...

Por causa do entrudo - Ante-hontem houve grosso rolo na rua Direita por causa do jogo do entrudo. O animos exaltaram-se e da janella de um sobrado tiveram a infeliz idéa de atirarem para a rua copos e garrafas, que, só offenderam levemente a um pobre moço que por alli passava. A policia compareceu e deu as providencias necessarias. (...) <sup>223</sup>

Em outros momentos, a crítica se dirige aos ex-votos que enchem a velha igreja da freguesia da Penha, local da tradicional festa de mesmo nome, realizada anualmente em setembro. Assim, ironiza “Salambô”, que foi “um dia desses á Penha e vi suspensos na parede uma porção de milagres, que serão muito bons para o tempo de minha avó, mas que hoje...”<sup>224</sup>.

<sup>219</sup> Cf. Muitos cidadãos, “O entrudo”. *Correio Paulistano*, 27 de janeiro de 1875.

<sup>220</sup> Cf. “Entrudo”. *Correio Paulistano*, 29 de dezembro de 1875.

<sup>221</sup> A respeito das origens do carnaval veneziano em São Paulo ver Olga Moraes von Simson, *op. cit.*

<sup>222</sup> Consta do Código de Posturas de 1875: “Art. 179 – É completamente prohibido o jogo de entrudo. Os objectos para elle destinados, expostos á venda ou encontrados á vista nos lugares publicos, serão apprehendidos e logo inutilizados”. Cf. Joaquim Manoel Gonçalves de Andrade, “Codigo de Posturas da Camara Municipal da Imperial Cidade de S. Paulo”. *Diario de São Paulo*, 13 de setembro de 1875.

<sup>223</sup> Cf. *A Provincia de São Paulo*, 9 de março de 1886.

<sup>224</sup> Cf. “Salambô – Cartas – Sobre o que vai pela Paulicéa – IV”. *Diario de São Paulo*, 13 de outubro de 1872.

As opiniões negativas são veementes. Certamente, contudo, não se restringe a elas a percepção social das festas populares na cidade ao longo dos anos 1870 e 1880. A mesma realidade social que dá sentido a falas depreciativas como a de “Salambô”, subsidia também os longos e entusiasmados relatos que ocupam as páginas de jornais como *A Província* anualmente relatando sobre

#### Penha de França

(...) Elevou-se a 34.931 o numero de pessoas que passaram no trem da estrada de ferro do Norte com o fim de assistirem ás festas, rendendo por isso o trafego quantia superior a 17:000\$000.

Addicionando-se áquelle algarismo uns 4.000 romeiros que vieram [sic] de carro a cavallo e a pé, temos que só da capital nos visitaram durante as festividades seguramente trinta e nove a quarenta mil individuos. (...)

Foram escolhidos festeiros para o 1889, de Nossa Senhora da Penha, os srs. conselheiros A. Prado, Rodrigo Silva e as exmas. sras. do dr. João Bernardo e viuva Rego Freitas; do Espirito Santo, por sorte, o sr. Carlos Boemer. (...)

Estando nas festas o sr. presidente da camara municipal e alguns outros vereadores e observando estes a absoluta falta de agua que temos, comprometteram-se elles a trazer o encanamento da Cantareira, do Marco de Meia Legua. (...)<sup>225</sup>.

Se a festa da Penha é uma das mais movimentadas e famosas da cidade, não chega a impressionar a quantidade de pessoas que dela participam. Há também outras celebrações, religiosas e cívicas, que se mantêm atuantes na vida social paulistana no decorrer de todo o período imperial.

Aliás, o largo da Sé\*, onde nos encontramos ainda a passeio, é precisamente um dos locais mais agitados, nesses dias de grandes festividades municipais. A Catedral é o ponto final da procissão que anualmente conduz a imagem de Nossa Senhora da Penha daquela freguesia à cidade, passando pelo Brás<sup>226</sup>. É naquele templo também que têm início anualmente em janeiro as “Festas de S. Paulo, festividade religiosa e patria”<sup>227</sup>.

<sup>225</sup> Cf. “Penha de França”. *A Província de São Paulo*, 15 de setembro de 1888.

<sup>226</sup> Cf. “Declaração do chefe de policia”. *Correio Paulistano*, 10 de dezembro de 1873.

<sup>227</sup> Cf. “Festividade religiosa”. *Correio Paulistano*, 24 de janeiro de 1872.

Enquanto a “Festa das Dores de Nossa Senhora” e a do Carmo fazem a catedral se iluminar a gás<sup>228</sup>, a “Quarta-feira de Trevas” a torna palco de “lamentações, daquela cantiga tristonha, daquele canto final”<sup>229</sup>. A cada nova chegada do imperador e do bispo da diocese, o largo enche-se de bandas de música<sup>230</sup>. Mas também para os clássicos “Festejos de 11 de Agosto, dos estudantes da Academia de Direito, o local é ponto obrigatório de passagem<sup>231</sup>.

Percebe-se, por tudo isso, que festa de rua, na São Paulo de fins do Império, é um assunto complexo... Sobretudo porque não só se restringem ao largo da Sé as festividades. Continuando o nosso passeio, não é muito grande a distância que nos conduz a um local de festa tão fundamental quanto a Sé: o largo do Colégio\* [6], onde se situa o Palácio do Governo, instalado no prédio do antigo colégio dos jesuítas em torno do qual se deu a fundação da cidade.

A sisudez das funções a que se presta o edifício contrasta com a irreverência que toma conta do largo nos dias de festa e de labuta.

Não é difícil imaginar que, por seu papel simbólico fundamental, o largo seja parada obrigatória de quase todas as procissões religiosas, além de local de celebração de todas as festas cívicas. Quase mensalmente os jornais se enchem de notícias e crônicas sobre celebrações que ali ocorrem, em extensão àquelas que se dão na Sé: da Festa de Santa Rita de Cássia<sup>232</sup> aos festejos “pela notícia da publicação da lei criando relações”<sup>233</sup>; das várias cerimônias de recepção à família imperial<sup>234</sup> aos festejos de 11 de Agosto, isso para não falar da presença dos estudantes da Academia<sup>235</sup>. Mesmo a viagem inaugural dos bondes teve início ali<sup>236</sup>...

<sup>228</sup> “Festa”. *Correio Paulistano*, 3 de abril de 1873 e *Diário de São Paulo*, 25 de julho de 1873.

<sup>229</sup> Cf. O sr. Segismundo, “O sr. Segismundo”. *Diário de São Paulo*, 27 de abril de 1873.

<sup>230</sup> Cf. respectivamente “Viagem do Imperador”. *A Província de São Paulo*, 19 de agosto de 1875; “Festa de S. Paulo”. *Correio Paulistano*, 25 de janeiro de 1880.

<sup>231</sup> Cf. “Festejos de 11 de Agosto”. *A Província de São Paulo*, 8 de agosto de 1880.

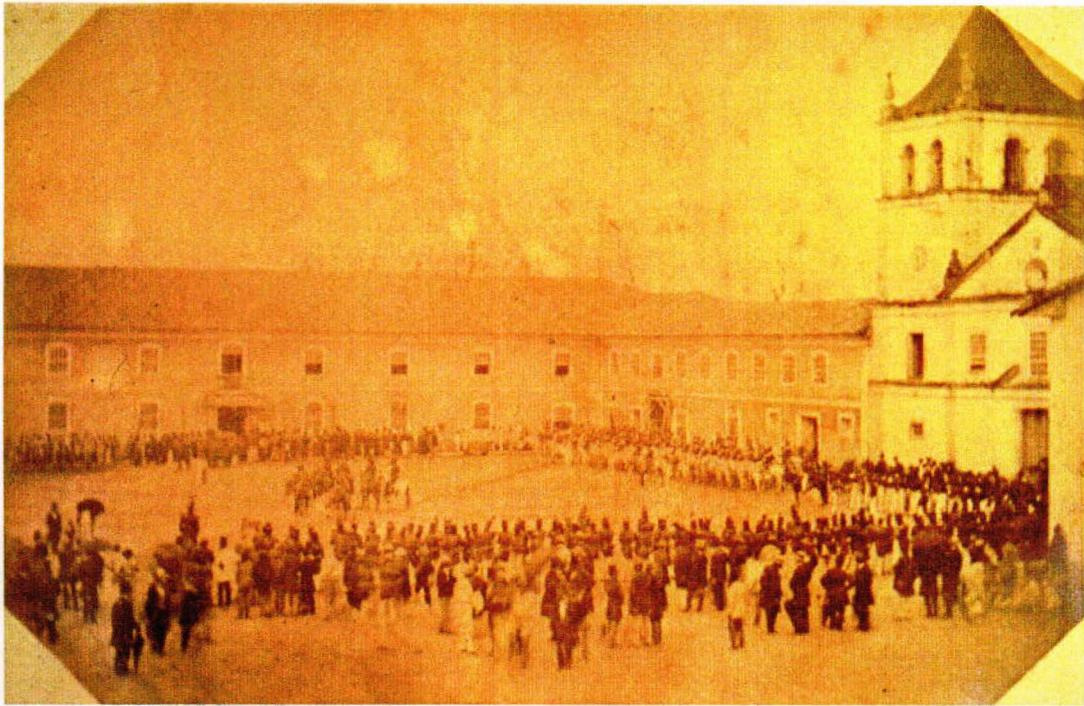
<sup>232</sup> Cf. “Festa”. *Correio Paulistano*, 22 de maio de 1877.

<sup>233</sup> A criação do Tribunal de Relações da Província, em 1873, deu à província mais autonomia financeira em relação ao Império. Cf. “Festejos”. *Diário de São Paulo*, 12 de agosto de 1873.

<sup>234</sup> Cf. “Viagem do Imperador”. *A Província de São Paulo*, 19 de agosto de 1875.

<sup>235</sup> Cf. “Festejos do dia 11 de Agosto”. *A Província de São Paulo*, 8 de agosto de 1880.

<sup>236</sup> Cf. “Bonds”. *Correio Paulistano*, 3 de outubro de 1872.



“Igreja e Convento do Collegio – Servindo de Palacio do Governo, Thesourarias Geral e Provincial, Assembléa Provincial, Collectorias e Correio (Edificação dos Jesuítas em 1673)”, 1862. (CJNA) ##

Ao mesmo tempo em que transeuntes elogiam e mesmo celebram em imagens fotográficas essas antigas atividades sociais que fazem parte do dia-a-dia do largo do Colégio\*, depreciam outras, e de maneira radical. Estas têm lugar, sobretudo, no fundo do pátio, na área da antiga rua das Casinhas\*, tradicional local do comércio ambulante de gêneros de roça e de animais na cidade. Ali se aglomeram, pelas calçadas, muitas quitandeiras, com seus tabuleiros de doces e carrinhos de verdura, muitos tropeiros e carroceiros.

Nem bem nos aproximamos daquela rua, o cronista “Salambô” começa a murmurar com sarcasmo:

(...) A rua das Casinhas das 7 às 9 horas da manhã, fica intransitável. Pelos passeios não se toma nada. Vê-se um homem num horrível torniquete:

Ou morrer debaixo das patas dos animaes das tropas e carros, que ali se agglomerão, ou dar com as ventas por sobre os taboleiros das quitandeiras, depois, bem entendido, de esmigalhar-se-lhes o craneo com o salto de um bom *Clark* ou de um legitimo *Kauer*. (...) <sup>237</sup>.

A referência aos caros sapatos da marca *Clark* e da *Kauer* é bastante emblemática do perfil de pedestre que “Salambô” atribui ao público leitor que desfruta de suas cartas, no *Diario*. Nessas décadas finais do Império, quando esses sapatos saem das casas e dos salões para as ruas da cidade, não deixam muito espaço para outros calçados – ou mesmo, para os pés descalços característicos de parte significativa da população paulistana que vive, entre outros, do pequeno comércio ambulante em ruas como a Casinhas\* <sup>238</sup>.

A dramaticidade é ainda maior, se se levar em consideração que, nessa sociedade, as assimetrias entre aqueles que servem e aqueles que são servidos exprime-se também no modo como circulam pelo espaço da rua juntos. Os “passeios” de que fala “Salambô” são apanágio dos senhores. Segundo as normas de boas condutas vigentes, o escravo deveria andar no meio da rua <sup>239</sup>.

Se personagens como o refinado Salambô criticam com palavras esses antigos usos das ruas do centro da cidade, o poder público os censura de forma tácita. A Praça do Mercado, inaugurada em 1867 às margens do Tamandateí na baixada da ladeira Municipal\*, é uma primeira medida política de porte no intuito de reorganizar o comércio local por meio de impostos e do controle dos produtos vendidos.

Mas o efeito é quase nulo. Quitandeiras, tropeiros e carreiros continuam espalhados pelas ruas centrais da cidade, dando vazão a observações depreciativas de indivíduos que, freqüentando o local, depois registram, em crônicas jornalísticas, as suas impressões negativas.

<sup>237</sup> Cf. Salambô, “Cartas – Sobre o que vai pela Paulicêa X”. *Diario de São Paulo*, 17 de novembro de 1872.

<sup>238</sup> Roger Bastide aponta para o fato de que os escravos em São Paulo andavam sempre descalços, sendo o sapato “a marca da alforria e do cativo e a primeira coisa comprada, depois da libertação; com os pés acostumados a andar descalços não podiam suportá-los, passeavam pelo menos levando-os na mão”. Cf. Roger Bastide, “Estudos afro-brasileiros. O cerimonial da polidez”, *Revista do Arquivo Municipal*, n. 98, São Paulo, 1946, pp. 92-3.

<sup>239</sup> Cf. Florestan Fernandes, “Cor e estrutura social em mudança” in Roger Bastide & Florestan Fernandes, op. cit., p. 107.

Mesmo as deliberações que a Câmara lança contra o comércio de gêneros na frente das casas da rua das Casinhas\*, em 1873, mantêm-se inócuas – se levamos em consideração a longa carta que um anônimo envia ao “Sr. Redactor” do *Correio* em 1876. Trata-se de uma enfática crítica à Câmara Municipal pela

(...) condescendencia com que [esta] deixa o grande numero de quitandeiros atravancar com taboleiros que são cercados pelos compradores, diversos lugares obstando completamente o transito publico em ruas já de si muito estreitas, deixando-se sem serventia a praça do mercado que é o lugar apropriado para tal commercio (...)<sup>240</sup>.

Com a demolição de boa parte da rua das Casinhas\* para a abertura do largo do Tesouro *Provincial* deliberada pelo presidente de província João Theodoro, as quitandeiras perdem o seu espaço primordial de comércio. Entretanto, nem por isso abandonam as imediações do local ou desaparecem das queixas de outros pedestres, alguns anos mais tarde...

À Camara Municipal

Chamamos a atenção da illustre corporação afim de providenciar a respeito da grande aglomeração de quitandeiras na rua das Casinhas, em frente ao edificio do Thesouro *Provincial*, tornando difficultoso o transito publico em certas horas da manhã. Ainda para maior mal, concorrem muitas carroças com verduras. (...)<sup>241</sup>.

Segundo o projeto original do novo prédio do Tesouro, as quitandeiras deveriam contar com um espaço próprio no interior do edifício. Seria o “Mercado de Verduras”. Com o fim do mandato do presidente, porém, essa idéia foi perdendo força, até desaparecer completamente. O prédio foi concluído, mas para abrigar apenas o Tesouro, até que este se transferisse para o edifício que o arquiteto Ramos de Azevedo começou a construir no largo do Colégio\*, em 1886.

As quitandeiras, entretanto, não se deixaram desanimar, permanecendo no largo em frente ao edifício. De maneira bem sintomática, esse local passa a figurar nos jornais e atas como “Mercadinho” - em

<sup>240</sup> Cf. “As ferias da camara municipal”. *Correio Paulistano*, 22 de janeiro de 1876.

<sup>241</sup> Cf. *A Provincia de São Paulo*, 25 de março de 1882.

contraposição ao Mercado situado ao pé da ladeira Municipal\* -, a partir de fins da década de 1870 .

O momento econômico, contudo, é de reformulação das rotas de abastecimento de gêneros do comércio local paulistano. A produção dos núcleos coloniais de Santana, Ipiranga, São Caetano e São Bernardo passa a afluir à cidade com intensidade cada vez maior. E não raro o transporte das mercadorias se faz pela linha do trem, o que transforma a Estação da Luz em ponto nodal de distribuição dessas mercadorias.

É por isso que, na década de 1880, os pedestres que nos acompanham em nosso passeio imaginário surpreendem vendedores de frutas e quitandas também em áreas mais longínquas do centro, vendendo e comprando “ovos, gallinhas” nas estradas - com ou sem “guias de estrada de ferro”<sup>242</sup>. Especificamente entre a Luz e o núcleo citadino, vai-se esboçando, para esses grupos, um local intermediário de sociabilidade: um dos novos *kiosques* instalados na ladeira do Acu\*.



Ladeira de São João 1887. (CJNA) ##

Não se imagine, entretanto, que todos acham o ponto de encontro interessante...

Reclamação - Na ladeira do Acu, onde está estacionado um kiosque, vê-se geralmente quitandeiras sentadas sobre o passeio com seus respectivos taboleiros de fructas, as quaes fazem com que a calçada fique ás vezes em estado immundo, como se alli fosse o despejo de lixo ou como se fosse o pateo do mercado. A calçada constantemente suja de cascas e bagaços de fructas, etc. obriga quasi sempre a não poder passar-se alli. Diversas pessoas tem se queixado já, e não são poucas as quaes por alli passando descuidadas têm sido victimas de escorregadellas e quasi vindo a cahir. Isto vae com vista aos srs. fiscaes, que deverão fazer valer as disposições das posturas<sup>243</sup>.

Se até o último quartel do século é a presença em especial das quitandeiras o motivo de discussões nos jornais e nas sessões da Câmara, a partir desse momento começam a ser os imigrantes, cada vez mais presentes no comércio ambulante, o pomo da discórdia.

#### Justa reclamação

Os negociantes de seccos e molhados, na sessão de 9 do corrente, representaram á camara municipal contra o abuso que de algum tempo a esta parte praticam alguns individuos, na sua maior parte italianos, vendendo pelas ruas da cidade e seus arrabaldes, generos da especialidade de suas casas de negocio. Sortindo-se desses generos na praça do mercado e em alguns armazens, estes individuos arrumaram-nos em carrocinhas e os offerecem á venda pelas ruas. (...)

*A justiça*<sup>244</sup>.

A reclamação de “A justiça” deixa entrever que são inúmeras as personagens e as razões políticas que suscitam a reclamação. O comércio ambulante, entretanto, continua acontecendo dia a dia, nas ruas da cidade...

Seguindo imaginariamente as quitandeiras, nosso passeio se estendeu para muito além do largo do Colégio\*, na colina central, rumo aos subúrbios pobres, onde essas mulheres tenderão a se aglomerar com o passar dos anos<sup>245</sup>.

Mas agora é necessário voltar ao centro, ao coração mesmo da cidade e lá fazer uma pausa – possivelmente tomando assento num dos bancos do recém-reformado jardim do largo do Palácio\*.

<sup>243</sup> Cf. *A Provincia de São Paulo*, 21 de julho de 1885.

<sup>244</sup> Cf. *Correio Paulistano*, 11 de maio de 1875.

<sup>245</sup> Cf. Maria Odila Leite da Silva Dias, *op.cit.*, p. 17.



"Palacio, Secretaria do Governo e Igreja do Collegio (Arrazamento de parte do Convento e reedificação em 1881 pelo Senador Florencio de Abreu, Ajardinamento em 1886 pelo Senador João Alfredo)", 1887. (CJNA) ##

**Enquanto alguns dos pedestres que nos acompanharam no passeio aproveitam o momento para despedir-se e partir pelas ruas afora - não sem soltar alguns outros impropérios em relação aos buracos, tabuleiros e carroças que vão encontrando pelo caminho - ,outros, ao contrário, decidem ficar ali mesmo no jardim, entretendo-se ao som da banda do corpo policial permanente, que toca no coreto.**

**A você, leitor, e a mim, a nós, cabe agora tomar distância do cenário, estranhá-lo para compreendê-lo.**

## Um cotidiano de querelas e mazelas

Como interpretar esse conjunto de reclamações entremeadas por elogios que figuram nos jornais paulistanos e nas atas da Câmara Municipal nas duas décadas finais do Império? Como, por outro lado, entender as imagens de Militão em meio a esse conjunto de relatos díspares, referentes a assuntos tão diversos quanto banhos na várzea e linhas telefônicas congestionadas?

No que se refere à primeira pergunta, é possível argumentar que, em princípio, não há nada de novo nessa confluência de relatos de jornal e anotações de atas. Já no século passado a imprensa se nutria de polêmicas para garantir o seu público leitor. Isso apesar de a maior parte dos seus rendimentos provir da publicidade (anúncios e classificados), que vinculava os leitores ao jornal por meio dos anúncios que os assinantes tinham direito de publicar “gratuitamente”<sup>246</sup>. O fato é que precisamente na segunda metade do XIX emergia como *locus* privilegiado para a constituição de uma “opinião pública” na cidade<sup>247</sup>.

Quanto às reclamações de moradores, de vereadores e de fiscais, expressas indiretamente nas atas da chamada “edilidade”, o que define esses discursos é precisamente a reivindicação de algo que, aos olhos do requerente, não se encontra no estado em que deveria estar. Vem daí boa parte do rigor da crítica que marca as discussões que têm lugar durante as sessões da Câmara Municipal já desde o seu surgimento, nos tempos coloniais.

Restringir-se a essas explicações, entretanto, não faria avançar em nada a compreensão da questão que norteia este estudo. Pelo contrário, levaria o pesquisador a abdicar de antemão das fontes de pesquisa e da análise, com base no argumento - a meu ver - simplista de que esses discursos todos obedecem a características funcionais intrínsecas aos próprios documentos.

---

<sup>246</sup> Cf. Lilia Moritz Schwarcz, *op. cit.*, p. 64.

<sup>247</sup> Cf. Florestan Fernandes, “Caracteres rurais e urbanos na formação e desenvolvimento da cidade de São Paulo” (1955) in Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 193.

Outra alternativa seria apelar para um possível viés político que permeia essas várias fontes textuais. Para cada queixa ou elogio que figura nos jornais ou é manifestado abertamente durante as sessões da Câmara Municipal (e simultaneamente registrado nas atas), há um ou mais endereçados.

As queixas mais ou menos explícitas contra antigas atividades sociais como a criação de animais nas ruas, o comércio ambulante pelas ruas e os tradicionais rituais festivos paulistanos (e brasileiros) permitem reconhecer dois alvos primordiais: por um lado, a população pouco “civilisada”. Por outro lado, a crítica vale ao poder público que, conivente com a “*barbarie*” da população, primária por não garantir uma determinada infra-estrutura, fundamental a uma cidade que se pretende – ou é - “civilisada”.

O poder público mantém-se foco de crítica também quando o assunto é o mau estado do calçamento recém-implantado, os lampiões defeituosos e os bondes que descarrilham. Só que, nestes casos, compartilha esse *status* com as companhias particulares responsáveis pelos serviços de infraestrutura urbana: enquanto estas não agem como deveriam agir, o governo não exige delas o que deveria exigir.

Interpretar os relatos entusiasmados nos jornais e nas atas sobre outras atividades sociais antigas (festas, em especial) ou modernas (a emoção de andar de bonde, de participar das festas de inauguração da iluminação a gás etc.) na chave política implica associar essas falas ao interesse do respectivo autor de promover-se por meio da promoção de outros. Nesse sentido, o elogio a determinadas festas populares, em detrimento de outras, seria um indicativo de que quem escreve tem interesses políticos específicos – possivelmente relacionados ao próprio festeiro que financia o evento.

Mesmo reconhecendo-se a existência de usos políticos nos documentos jornalísticos e oficiais, importa mais pensar que por trás dos jornais e das atas da Câmara há - houve – indivíduos de carne e osso imersos em seu dia-a-dia, na cidade. Este cotidiano não se restringe às posições políticas dessas pessoas em relação à empresa dos bondes, a esta ou aquela configuração de vereadores da Câmara Municipal, a este ou aquele interesse mais ou menos explícito em relação a tal ou qual festeiro.

O cotidiano é mais complexo. Implica a existência de gente de concepções e convicções distintas, envolvidas em complexas redes de sociabilidade, muitas destas, costuradas dia a dia no espaço que venho analisando mais de perto: a rua paulistana.

Dentre esses incontáveis tipos humanos, há indivíduos que, moradores ou não da cidade, *assignantes* ou não dos serviços de infraestrutura, reconhecem-se como “transeuntes” e, andando pela cidade, reclamam ou elogiam o mundo que vêem e vivenciam. Também flagram os logradouros públicos com suas câmeras para aprenderem a fotografar e, posteriormente, para ganhar dinheiro. Esse é o caso de Militão<sup>248</sup>.

Se contemplados sob o prisma do cotidiano, não apenas os relatos considerados ao longo do passeio, mas também as imagens deste carioca ganham uma nova conotação. Elas permitem reconhecer um indivíduo que, muito antes de ser aclamado pela posteridade como autor das únicas imagens fotográficas sobre a São Paulo das décadas de 1860 e 1880 – e, em especial, como alguém voltado a registrar em especial as transformações espaciais da cidade nesse ínterim<sup>249</sup> –, é um simples pedestre que circula pelas ruas da cidade.

É certo que não é tão simples assim. Carrega consigo um tripé e uma câmera fotográfica, objetos estes que, nesse momento, são ícones do misto de fascínio e de desconfiança que causam, nos seres humanos, as novidades da técnica. Não deixa, entretanto, de ser um transeunte e que,

<sup>248</sup> Chegando a cidade em 1862 como empregado da filial paulistana de um ateliê fotográfico carioca, ele usa as suas horas de folga para fazer exercícios de fotografia pelas ruas da cidade. O “Album Comparativo de 1887” por sua vez resulta da iniciativa de um fotógrafo já consagrado na cidade. De sua viagem a Europa empreendida em 1886 Militão retorna com a ideia de realizar vistas fotográficas de São Paulo para venda avulsa obedecendo a um padrão de atividade comercial bastante viável comercialmente naquele contexto. Vem daí as fotografias de 1887. Percebe, entretanto, o pouco mercado para as suas imagens, repensa o projeto e idealiza um álbum de vistas da cidade, só que comparativo, com base nas imagens de 1862. Dados biográficos sobre Militão encontram-se entre outros em Boris Kossoy “Militão de Azevedo” *op. cit.* p. 33-5 e Solange Ferraz de Lima & Vânia Carneiro de Carvalho “O fotógrafo Militão de Azevedo” in *Militão de Azevedo e a cidade de São Paulo* CD-ROM São Paulo: Museu Paulista – USP/Fundação Robertr. Marinho, 1998.

<sup>249</sup> Cf. Benedito Lima de Toledo “A Imperial Cidade de São Paulo vista por Militão” Boris Kossoy “Militão de Azevedo” e Carlos Lemos “A arquitetura que Militão de Azevedo fotografou em São Paulo” in Benedito Lima de Toledo *et alii*, *Album Comparativo da Cidade de São Paulo (1862-1887)*, Militão Augusto de Azevedo, São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, 1981. Cf. também Solange Ferraz de Lima e Vânia Carneiro de Carvalho “Representações urbanas: Militão Augusto de Azevedo e a

nessa condição, circula por ruas que conhece pouco ainda em 1862, recém-vindo do Rio de Janeiro e que, já em 1887, as flagra com toda a desenvoltura de um velho morador, para fazer o seu “Album Comparativo”.

É alguém que, segundo o também pedestre “sr. Segismundo”, é “boa prosa”<sup>250</sup> - talvez por conversar com quem quer que passe pela frente de sua casa, na rua do Rosário\*? Ou porque abre espaço em seu ateliê para fotografar gente de todos os estratos sociais<sup>251</sup>?

Inserido no cotidiano da cidade, Militão tira uma fotografia “significativa” do largo de São Bento em 1887 a partir da torre da igreja não tanto para registrar a “metamorfose urbana”<sup>252</sup>.



'Largo e Rua S~o Bento" 1887 (CJNA) ##

---

memoria visual da cidade de Sao Paulo *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* n 27 IPHAN 1998 p 114

<sup>250</sup> Cf. O sr. Segismundo 'O sr. Segismundo' *Diário de São Paulo* 4 de setembro de 1873

Cf. Solange Ferraz de Lima & Vânia Carneiro de Carvalho 'O fotógrafo Militão de Azevedo (link Retratos)' in *Militão de Azevedo e a cidade de São Paulo*, CD-ROM 1998

<sup>252</sup> Cf. Benedito Lima de Toledo 'A Imperial Cidade de São Paulo vista por Militão' in Benedito Lima de Toledo et alii *Album Comparativo da Cidade de São Paulo (1862-1887)* São Paulo: SMC Prefeitura do Município de São Paulo 1981 respectivamente pp 19 e 4-5

Na imagem do “Largo”, pode-se ver tudo menos o largo – diferentemente do que ocorre em outras imagens que o fotógrafo fez de largos, focalizando o espaço aberto<sup>253</sup>. Isso possivelmente se deva ao fato de que durante boa parte de 1887 o largo está em obras para a confecção de um jardim, que é inaugurado em setembro:

Largo de S. Bento – Inaugura-se hoje o jardim do largo de S. Bento. O jardim está feito com muito gosto e arte. No centro vê-se uma fonte de tamanho não pequeno, desenho d’um artista distinto, embora pouco conhecido – o sr. Serafim Corso. Esse trabalho é bastante para dár-nos uma idéa do grande merecimento do seu autor, mormente se attendermos a que elle não é especialista no genero. A inauguração, como dissemos, terá logar hoje, ao meio-dia, com toda a solemnidade<sup>254</sup>.

Em meio a circunstâncias cotidianas e aparentemente menores como esta que ganha sentido a tal fotografia do “largo” sem “largo”. Em torno delas deve ser procurado, portanto, o sentido das ações, relações e representações que animam as andanças de Militão e de outros pedestres pelas ruas da cidade.

Com base nessas considerações, é possível voltar aos relatos destacados ao longo do passeio imaginário. Reconhece-se que as atividades sociais que animam o dia a dia dos novos transeuntes suscitam nestes, respectivamente, um misto de opiniões negativas e positivas. Tudo depende do assunto em questão.

Essas personagens reivindicam ruas livres dos tabuleiros das quitadeiras e dos animais; reclamam dos buscapés e do entrudo, mas participam destes e de outros rituais festivos da cidade; queixam-se dos bondes, mas fazem de tudo para nestes andar; enfezam-se com as deliberações da companhia de gás, mas são assíduos *assignantes* do “melhoramento”.

Permanece em aberto o sentido dessa coexistência de opiniões positivas e negativas em relação às antigas e modernas atividades sociais realizadas nas ruas da cidade. A questão nos remete indiretamente às representações, à visão de mundo dessa sociedade.

<sup>253</sup> *Ibidem*, p. 19

<sup>254</sup> Cf. *A Província de São Paulo*, 25 de setembro de 1887

Antes de respondê-la, entretanto, há todo um trajeto argumentativo a seguir. Este se fundamenta na compreensão desse embate de opiniões em relação a cada uma das atividades separadamente.

O passeio revelou a permanência, na diacronia, das respectivas valorações em relação a cada uma das atividades. As falas críticas por exemplo, sobre o comércio de rua fundamentam-se nos mesmos argumentos – o “trânsito”, a “civilização” – ao longo de todo o período aqui em estudo. No que se refere aos modernos serviços, por sua vez, a problemática gira em torno de “funcionamento”, das regras, dos empregados. As variações que há referem-se, antes, à geografia e aos grupos sociais que fundamentam a formulação dos respectivos relatos.

Partindo dessa recorrência de argumentos em relação às diversas atividades, a questão passa ser entender o sentido de cada um desses argumentos, na cidade. Para tanto, é necessário considerar que eles têm em comum entre si a referência mais ou menos direta ao espaço da rua, que é, de fato, o substrato material onde ocorrem ou de onde tiram o seu sentido as diversas atividades. Assim, mesmo queixas ou odes às companhias particulares de equipamentos de infra-estrutura urbana remetem-se, de alguma forma, à rua. Essas empresas se apresentam e se difundem pela sociedade, prestando serviços que *a partir da rua* se infiltram - ou não - na casa.

A referência a esse espaço não é casual. A ela subjazem concepções específicas sobre ele. Entram em cena as representações sobre o espaço da rua. O argumento que fundamenta a queixa em relação a determinada atividade por parte do transeunte, nesse sentido, indicaria a percepção de que algo não ocorre onde deveria ocorrer.

Este exemplo esclarece que não se trata, de forma alguma, de concepções unívocas. Sob o “algo” que ocorre onde não deveria ocorrer ocultam-se outras noções.

Contemplar as falas dos novos transeuntes com base nessa dinâmica permite pressupor que aos argumentos por eles mencionados correspondem concepções de espaço específicas, às quais se contrapõem ou correspondem outras, socialmente compartilhadas. Assim, adentramos a

seara do embate entre representações sobre a rua, condição fundamental para a percepção do tempo, no contexto analisado.

Com base nesses aspectos, cabe aqui partir, respectivamente, das antigas e novas atividades referidas ao longo do passeio imaginário, para compreender como as representações dos transeuntes sobre o espaço dialogam com as concepções às quais estes se contrapõem ou que corroboram.

Para fins analíticos, importa analisar, num primeiro momento, esse desencontro de representações em relação às concepções mediadas pelas antigas atividades em curso nas ruas paulistanas. Num segundo momento, será a vez o novo mundo que se anuncia à cidade, naqueles anos.

## ***Novas velhas ruas***

O passeio imaginário da várzea do Carmo ao largo do Colégio\* apresentou uma série de atividades sociais já tradicionais na cidade e que dependem do espaço da *rua* para se realizar. Mas de uma *rua* que comporta vivências cotidianas e relações de sociabilidade bem específicas. Delas são emblemas os despejos e os banhos em logradouros públicos, o comércio ambulante de gêneros e de criações, os velhos rituais festivos etc.

Em outras palavras, cada uma destas antigas atividades opera como mediação para concepções específicas a respeito do espaço. É justamente com estas noções que os novos transeuntes dialogam indiretamente, ao criticarem ou elogiarem essas atividades, em nome da afirmação de representações próprias sobre a rua.

### **Despejos, detritos, pó: os dilemas de uma rua “hygienica”**

O início da caminhada, no aterrado do Brás\*, trouxe à tona o velho hábito paulistano de apelar para a várzea do Carmo\*, mas também para

ruas e becos da cidade, a fim de nelas depositar os dejetos das moradias, oficinas e estabelecimentos comerciais.

A atividade em si não é de forma alguma apanágio da São Paulo imperial. Com efeito, caracteriza a história social dos diferentes grupos humanos desprovidos do moderno invento da canalização doméstica de esgotos, que passa a se difundir na Europa sobretudo a partir de meados do XIX<sup>255</sup>. Assim, enquanto os paulistanos lutam contra o lixo - os “materiaes fecaes” e as “agoas servidas” depositando-os na várzea do Carmo e nas bocas de lobo - na França o dilema são os urinóis esvaziados nos becos e os poucos esgotos existentes despejados nos rios locais<sup>256</sup>.

A especificidade em São Paulo, nesse sentido, gira em torno dos locais escolhidos para o despejo e por quem os realiza primordialmente, numa sociedade escravocrata como a brasileira. Se o hábito se mantém vivo, ao longo das décadas de 1870 e 1880, a despeito de todos os esforços em contrário por parte do poder público e mesmo de formadores de opinião como a imprensa, é porque possui sentidos próprios para aquela sociedade.

Estes se ligam, primeiramente, a inegáveis fatores técnicos. A temática do saneamento encontra-se intimamente relacionada com a busca do modo mais cômodo e menos repreensível socialmente de escoar o esgoto e o lixo doméstico. O fato é que, em especial antes da instalação das primeiras canalizações de esgoto na cidade (1881), quem não possui quintal em casa, para nele abrir fossas para os materiais fecais e depositar os barris para as águas servidas para a evaporação<sup>257</sup>, conta com poucas alternativas para o escoamento dos dejetos; além dos logradouros públicos.

Os documentos revelam, aliás, que em busca de outras soluções que não o depósito direto em várzeas e ruas, com freqüência as pessoas acabam apelando para saídas bastante inventivas: depositam os dejetos nas bocas de lobo de maneira indireta, por meio das calhas das casas. Alguns desses encanamentos são subterrâneos, comunicando-se diretamente com

---

<sup>255</sup> Cf. François Beguin, 'As maquinarias inglesas do conforto' *Espaço & Debates* n.º 34, São Paulo, 1991 (or fr. 1977), esp. pp. 52-3.

<sup>256</sup> Cf. Eugen Weber, *França Fin-de-Siècle*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989 (or ingl: 1986), p. 76.

<sup>257</sup> Cf. WJH, "Companhia Cantareira e Esgotos" *A Província de São Paulo*, 30 de dezembro de 1882.

as bocas de lobo das ruas<sup>258</sup>. Permitem, dessa forma, o escoamento “discreto” dos dejetos<sup>259</sup>.

Nem mesmo a inauguração do serviço de esgotos, entre “a rua que parte da porteira da Estação da Luz até a Ponte Pequena\*”, em janeiro de 1883<sup>260</sup>, altera significativamente esse quadro de alternativas para a evacuação dos dejetos domésticos. Se o serviço de esgoto é gratuito para todas as moradias, pela água encanada - fundamental para o bom funcionamento do serviço – a população precisa pagar. O preço parece ser bem elevado, segundo atesta o presidente de província Barão de Guajara, num relatório de 1884<sup>261</sup>.

Nesse contexto, não é difícil imaginar que, uma vez instaladas as latrinas nas casas, os moradores utilizem-se delas, mesmo sem contar com a água necessária para escoamento dos detritos<sup>262</sup>. Ou que, desesperados com o odor que exalam os encanamentos entupidos pelos “materiaes fecaes em fermentação sem uma gota d’agua para destruil-as e encaminhal-as á grande veia do Tietê”<sup>263</sup>, esses indivíduos acabem mesmo preferindo apelar para o velho hábito de depositar o lixo doméstico e os esgotos em logradouros públicos.

No entanto, apenas a técnica não explica a persistência da antiga atividade social nas ruas e várzeas paulistanas. Se ela se mantém presente na cidade ao longo dos anos, isso se deve também (e talvez sobretudo) ao fato de que o espaço da rua, para além de todas as transformações urbanísticas e socioeconômicas que sofre, continua a ser concebido

<sup>258</sup> Cf. Sessão de 18 de janeiro de 1877. *Atas da Camara Municipal da Cidade de São Paulo* (1877), vol. 63, 1949.

<sup>259</sup> Em principio trata-se de um ‘crime perfeito’ mas que logo começa a ser perseguido pelos fiscaes. Assim é multado Fioriano Prochenili por “de sua casa [...] cenc que vai ter á rua de S. José\* quotidianamente aguas servidas”: o Padre Bruni e Antonio da Silva Paranhos, pelo mesmo motivo. Cf. respectivamente “Multa”, *Correio Paulistano* 6 de setembro de 1879; “Multas”, *Correio Paulistano* 6 de março de 1880 e “Multa”, *Correio Paulistano*, 12 de maio de 1880.

<sup>260</sup> Cf. “Esgotos”, *A Provincia de São Paulo*, 30 de janeiro de 1883.

<sup>261</sup> Quanto aos systemas postos em pratica para a distribuição d’agua nos domicilios, nenhum d’elles satisfaz as classes menos favorecidas de recursos por serem multidiscendiosas, quer o systema de pernas quer o de [...] até hoje empregados”. Cf. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial pelo Presidente da Provincia o Exm. Sr. Dr. Barão de [...] em 16 de janeiro de 1884*.

<sup>262</sup> Cf. Adolpho Augusto Pinto “Obras de esgotos”, *A Provincia de São Paulo*, 19 de novembro de 1882.

<sup>263</sup> Cf. “Cantareira e Esgotos – Hygiene”, *A Provincia de São Paulo*, 20 de dezembro de 1883.

socialmente como lugar residual, menor em relação à casa – e, por isso mesmo, privilegiado para receber os dejetos desta.

Isso vale inclusive para os indivíduos profissionalmente comprometidos com as transformações urbanísticas e tecnológicas em curso nas ruas paulistanas daquele momento. Nesse sentido, é bastante emblemático, por um lado, que em janeiro de 1877 sejam multados pelo despejo de águas servidas no rio Anhangabaú o preto Brazílio, *que trabalha para o conselheiro e ex-presidente de província Vicente Pires da Motta*, Antonio, escravo do então *inspetor de quarteirão da Consolação*; e Benedicto, escravo do então *vereador Araújo Costa*<sup>264</sup>.

Por outro lado, é curioso observar que em 1884 o próprio “contractante da limpeza” das ruas da cidade seja denunciado pelo vereador Ribeiro de Lima, por ter “mandado há dias enterrar um animal morto no meio da rua da Luz”<sup>265</sup>.

A questão é que, à medida em que as várzeas e ruas se tornam importantes locais de passagem das pessoas e de mercadorias que movimentam a cada vez mais complexa economia da cidade, torna-se fundamental, aos olhos desses novos transeuntes, que esses espaços sejam higienizados.

Movimentando-se no interior de um ideário segundo o qual o ar e a água são transmissores de doenças - por meio dos chamados miasmas, odores fétidos e pútridos<sup>266</sup> - essas personagens reiteram concepções por meio de suas falas. Enquanto “durante o passeio” alguns indivíduos assinalaram que as “immundicies” “infectam a cidade até nas ruas principaes”, insinuando a possibilidade de “desagradaveis consequencias”, outros expuseram claramente o que, segundo eles, resulta desse hábito: “uma respeitavel senhora está gravemente enferma”.

A concepção de espaço que parece ser preconizada é a de uma rua que permita uma circulação “saudavel” do pedestre. No bojo dessa dinâmica

<sup>264</sup> Cf. respectivamente “Multas”, *Correio Paulistano*, 4 de janeiro de 1877; “Multas”, *Correio Paulistano*, 6 de janeiro de 1877 e “Polícia urbana”, *Correio Paulistano*, 13 de janeiro de 1877.

<sup>265</sup> Cf. Sessão de 2 de abril de 1884. *Atas da Câmara Municipal da Cidade de São Paulo* (1884), vol. 70, 1951.

<sup>266</sup> Cf. Margareth Rago, *Do Cabaré ao Lar. A Utopia da Cidade Disciplinar. Brasil (1890-1930)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987 (1ª ed.: 1985), esp. pp. 167-68.

é que ganham sentido as inúmeras notícias de jornal contra o serviço de varrição existente nas principais ruas da cidade:

Várredura das ruas - Em vez de se proceder á limpeza das ruas na madrugada dos domingos, quando ainda os habitantes se acham recolhidos, costuma ser feito este serviço aos sabbados ás 8 horas da noite, justamente quando se precisa sahir de casa para o hygienico passeio. Ora, entre passear-se pelas ruas não estando ellas varridas, e andar-se com os pulmões transformados em verdadeiros depositos de pó, cremos que ninguém hesitará na escolha. (...) <sup>267</sup>.

A recorrência de referências a favor da “varrição das ruas” em “horas mais proprias”, bem como a um sistema de irrigação que dê conta de uma quantidade maior de ruas <sup>268</sup>, além da limpeza dos esgotos “a horas tardias da noite” <sup>269</sup>, são essas algumas das bandeiras desses novos transeuntes.

A elas subjaz uma clara associação entre a temática da higiene e a da importância da rua enquanto espaço de circulação. Essa equação corresponde ao modelo de “espaço público” defendido ideologicamente pelo poder público municipal, com base nos ideais de racionalização que alcançam a cidade *pari passu* com a inserção cada vez mais intensa da economia provincial no mercado capitalista internacional, na segunda metade do XIX <sup>270</sup>.

No entanto, não raro emerge do seio dessa mesma concepção higienizada sobre o espaço a contradição a ela intrínseca. Assim, acaba por reproduzir-se, mesmo que sobre bases diferentes, a concepção relativa à rua como espaço residual em relação à casa.

Acerca do quarto de dormir  
(*Revista Agricola Commercial*)

É bom lembrarmos que uma terça parte quasi de nossa vida inteira se passa no *somno*; por isso é de summa importancia e consideração olharmos pela natureza do ar que respiramos durante esse tempo e de como os quartos de dormir se devam tornar em habitações saudaveis. (...)

<sup>267</sup> Cf. *Correio Paulistano*, 5 de setembro de 1875, mas também “Justa reclamação”. *Correio Paulistano*, 21 de julho de 1877, “Limpeza das ruas”. *A Provincia de São Paulo*, 2 de fevereiro de 1873 “Limpeza das ruas”. *A Provincia de São Paulo*, 20 de agosto de 1885 “Limpeza urbana”. *A Provincia de São Paulo*, 31 de julho de 1887 “Varrimento de rua”. *A Provincia de São Paulo*, 24 de abril de 1889 e “Escrevem-nos”. *A Provincia de São Paulo*, 5 de outubro de 1889.

<sup>268</sup> Cf. Rangel Pestana, “A irrigação da cidade”. *A Provincia de São Paulo*, 3 de dezembro de 1885.

<sup>269</sup> Cf. “Companhia Cantareira e Exgottos”. *A Provincia de São Paulo*, 24 de abril de 1889  
<sup>270</sup> Cf. Janice Theodoro da Silva, *São Paulo, 1554-1880: Discurso ideológico e Organização Especial*. São Paulo: Ed. Moderna, 1984. esp. pp. 151 ss.

Triste cousa é que na maior parte das moradias se não achem *quartos* alguns de dormir, propriamente ditos, mas sómente *alcovas* sepultadas, no meio da casa, sem janellas, e em geral tão estreitas, e de tão mesquinhas dimensões, que uma vez cerradas as portas mal podem os desgraçados habitantes tomar folego! (...)

Um medico do meu conhecimento escreveu assim:

"(...) O sangue, em seu gyro pelas arterias e veias, absorve os restos das materias usadas no corpo, e que já não servem mais. (...). É pelo contacto do ar nos pulmões que se depuram estas impurezas mortíferas (...) este processo de purificar o sangue pelo ar nos pulmões, effectua-se dia e noite, e qualquer interrupção é summamente nociva á saude. Quando, pois, o oxigenio do ar no quarto de dormir fica adulterado com o acido carbonico, na mesma proporção, perde a faculdade de limpar o sangue".

Ora, se o quarto onde dormimos é tão pequeno e abafado que dentro em pouco tenhamos inspirado todo o ar puro que elle encerra, o que podem fazer os pulmões senão tornar a receber, segunda vez, o ar já contaminado e incapaz de produzir o benefico effeito da purificação do sangue? (...)

Depois de varrido o quarto, todos os seus moveis devem ser limpos da poeira; e será bom aqui lembrar que o 'bater' em qualquer objecto com um panno só faz que a poeira võe de um lugar para outro.

Note-se tambem que as palavras 'passar o panno', que tantas vezes tenho ouvido empregar para descrever essa operação, não são bem acolhidas.

Para bem *limpar* é preciso *esfregar* com um movimento de mão firme, rapido e regular, usando de um panno molle e bastante grande e ter o cuidado de o não sacudir senão fóra da janella ou da porta, afim de que a mesma poeira não torne a pousar sobre os moveis. (...) <sup>271</sup>

Em nome de um "quarto de dormir saudavel" justifica-se que a rua receba o pó da casa; pó este do qual os "transeuntes" acima reclamam por considerarem-no o problema maior para quem "precisa sahir de casa para um hygienico passeio". Dessa maneira, a moderna e "higiênica" concepção de espaço se perde em meio à reafirmação de outras – antigas – formas de se apropriar da rua cujos atores principais são os próprios pedestres que pela cidade circulam e que suas casas "higienizam", nesses anos.

### **"Trages de Adão" e "Evas em completa nudez": e a "moralidade publica"?**

Uma segunda atividade social já tradicional realizada nas ruas da cidade ao longo das décadas de 1870 e 1880 são os banhos "em trajes de Adão" – ou seja, em fraldas de camisa ou ceroulas<sup>272</sup> - à luz do dia e em pontos cada vez mais urbanizados do rio Tamanduateí. Observa-se, por

<sup>271</sup> Cf. *Correio Paulistano*, 10 de abril de 1877.

<sup>272</sup> Cf. Almeida Nogueira, citado por Ernani da Silva Bruno, *op. cit.*, vol. II, p. 660

meio dos documentos, que quem ali se diverte são homens, moços e meninos. Relembrando seus tempos de juventude na cidade em meados do XIX, ex-estudantes da Academia de Direito do largo São Francisco enfatizam ser este um dos divertimentos primordiais desses homens-moleques<sup>273</sup>.

Certamente tal fato parece ser verdadeiro para muitos outros indivíduos, que não apenas brincam naquele local. Numa cidade em que a falta de água nos chafarizes e represas de abastecimento é crônica, não raro o rio representa a única possibilidade de acesso a água de banho, água para a lavagem de roupas, de animais ou mesmo água de beber<sup>274</sup>.

Claro está, de qualquer forma, que até a década de 1870 as várzeas são espaços pouco freqüentados pelas abastadas "*familias*" dos velhos sobrados patriarcais e, portanto, pelas personagens que aqui venho acompanhando mais de perto. A razão para tal é simples: as encostas da colina central lindeiras aos rios pertencem em grande parte aos fundos de extensas chácaras.

---

<sup>273</sup> Cf. Spencer Vampré, *Memórias para a História da Academia de São Paulo* vol. II, São Paulo: Livraria Acadêmica Saraiva & Cia, 1924, p. 68.

<sup>274</sup> Em seu último relatório como presidente de província, Francisco Xavier Pinto Lima chama atenção para o fato de que o rio Tamanduateí é utilizado não apenas para a lavagem de pessoas, animais e roupas, mas também para o consumo. Cf. *Relatório com que o Exm. Presidente Dr. Francisco Xavier Pinto Lima passou a administração da Província ao Exm. Dr. João Theodoro Xavier* em 21 de dezembro de 1872.



Se a moralidade desses grupos não consegue penetrar nesses locais, não é difícil imaginar porque sejam concebidos como perigosos. As margens do rio Anhangabaú, em especial, são reconhecidas, pelo poder público, como lugares “onde se acoutam escravos”. Vem daí a recorrência de propostas como a do vereador Pacheco de Toledo à Câmara Municipal: “que esta Camara mande roçar as mattas virgens existentes quasi no centro da Freguezia de Santa Iphigenia no campo do Chá”<sup>275</sup>.

No momento em que “muitas pessoas decentes e mesmo familias” passam a morar mais próximas umas das outras e a transitar por ruas pelas quais antes não passavam, estas devem assumir uma moralidade de novo tipo: “*publica*”. Devem-se tornar espaços de pudor, de deferência; precisam – como diz Gilberto Freyre – ganhar em “dignidade e importância social”<sup>276</sup>.

Estão estabelecidas as bases do conflito. As relações de sociabilidade que se costumam na várzea – “em trajes de Adão” ou não – existem alheias às regras do mundo da casa patriarcal, mesmo em meio ao processo de urbanização. Isso vale tanto para os jovens estudantes de família, apenas mencionados pelo jornal na “grama da varzea”<sup>277</sup>, quanto para os pobres, brasileiros ou imigrantes, que freqüentam o local, além de outros chafarizes da cidade, e por isso mesmo são presos<sup>278</sup>. Ou seja, o espaço é percebido como um lugar distante das convenções sociais que a família patriarcal impõe.

Cabe ressaltar que essa concepção de espaço não se restringe à área dos rios. Se os jornais publicam, com freqüência, notícias críticas sobre a “immoralidade” que ocorre em locais como o Tanque do Bexiga\*, onde “a qualquer hora do dia” se banham “homens e moços e algumas vezes Evas em completa nudez”<sup>279</sup>, tais fatos ganham sentido porque várias pessoas recorrem também a tanques e chafarizes da cidade para se banharem. O Tanque do Bexiga\* se situa numa área relativamente erma, mas o chafariz

<sup>275</sup> Cf. *Atas da Câmara Municipal da Cidade de São Paulo* (1870), vol. 56, 1947.

<sup>276</sup> Cf. Gilberto Freyre, *Sobrados e Mocambos*, 1936, p. 17.

<sup>277</sup> Cf. “Banhistas”. *A Província de São Paulo*, 12 de maio de 1888.

<sup>278</sup> “Banho proibido – Foram recolhidos ao xadrez por estarem tomando banho em logradouro publico: Antonio da Silva, Joaquim Antonio de Souza e os menores italianos Leandro de Labotolho, Nicoláu de Labotolho, Domingos Rebotelho e Vioco [sic] Senciole. O italiano Gasparone Luiz tambem foi preso visto ter-se opposto nessa ocasião á prisão dos outros”. Cf. *A Província de São Paulo*, 30 de abril de 1885.

<sup>279</sup> Cf. “A moralidade dos banhos”. *A Província de São Paulo*, 20 de dezembro de 1878.

do Piques\* - onde, segundo *A Província*, “lavam-se indistinctamente cavallos, moleques, immundicies de toda a especie, a menor das quaes é a roupa suja”<sup>280</sup> – ocupa um local circundado por casas e sobrados...



“Paredão”[do Piques]\*, 1862 (CJNA) #

### “Os campos da Suíça” em plena “capital da Província”

Uma terceira atividade social, ressaltada durante o passeio, foi a criação de animais em ruas, largos e praças da cidade. É um costume de tempos imemoriais, numa cidade em que os limites entre o mundo rural e o urbano ainda na segunda metade do XIX não estão claramente definidos. Isto é, as chácaras semi-urbanizadas circundando o núcleo central, compartilhando um modo de vida urbano com um ambiente eminentemente rural.

Ao mesmo tempo em que a presença dos animais nas ruas centrais durante as duas décadas finais do Império revela a força de todo um modo

---

Cf. “O tanque do Bexiga”. *A Província de São Paulo*, 4 de maio de 1876

de subsistência socioeconômica, permite intuir que o centro da cidade continua a ser percebido como espaço profundamente vinculado ao mundo rural mais próximo, que o abastece de gêneros de roça e de concepções de mundo.

Reside nisso o problema dos novos transeuntes. As suas falas, a respeito da presença dos animais nas ruas, são cáusticas e evocam um espaço ideal que, urbano por excelência, tem que ser livre de resquícios de...

Cabras - Chame também, sr. redactor, a atenção de quem de direito fôr, sobre o immenso bando de cabra e cabritos que vagão pela cidade, incomodando a população e as casas de negocio, que precisam ter uma pessoa incumbida de vigiar os grandes e extraordinarios rebanhos de cabras que invadem, a toda hora, suas casas para comer. Parecem, pois, as nossas casas - os campos da Suissa.

Cousa extraordinaria! Nas cidades e villas do interior não se permitem cabras e cabritos pelas ruas, e mesmo pelos rocios, no passo que, na *capital da Provincia*, vêm-se nas ruas mais cabras do que pessoas, e, o que é mais, nas barbas dos fiscaes...<sup>281</sup>

Argumentos semelhantes vêm à tona quando são outros os animais e é outro o modo de criação:

Camara Municipal

Os moradores da travessa de Santa Cruz\* pedem á Camara Municipal o favor de mandar matar os formigueiros que existem no fundo da mesma travessa, no campo onde dizem ser da baroneza da Limeira!! Pois, os moradores e os proprietarios vêm-se no desgosto de não poderem ter plantaçaõ alguma. (...)

*Os moradores*<sup>282</sup>.

Mais do que um ideário voltado para o caráter urbano do espaço, o que essas reclamações trazem à tona é a afirmação social de seu contraponto, nas ruas da cidade.

<sup>281</sup> Cf. 'Cabras' *Diario de São Paulo* 7 de julho de 1872

<sup>282</sup> Cf. *A Provincia de São Paulo* 16 de setembro de 1883

## **Tabuleiros na cabeça e quitandas na calçada: em prol do “transito publico”**

A permanência dos animais no território urbano paulistano não pode ser desvencilhada de uma quarta atividade social comum nas ruas da cidade: o comércio ambulante dos pequenos lavradores, tropeiros e quitandeiras.

Utilizando-se dos animais como meio de transporte ou como produto de venda, esses grupos retomam diariamente, nas ruas centrais paulistanas, a sua faina de abastecer casas e estabelecimentos comerciais de gêneros de roça e de criação. Nesse movimento, acabam por fazer reviver, no coração urbano da cidade, o universo do campo.

Se todo esse cenário social se mantém montado ao longo dos últimos vinte anos do Império, a despeito da pressão do poder público - que, além de posturas, cria até espaços alternativos ao comércio, como a Praça de Mercado -, isso acontece, também, porque os moradores da cidade continuam percebendo a rua como *locus* primordial desse tipo de atividade. De alguma forma, parece ser este o espaço que dá conta de maneira mais acabada das funções residuais de abastecimento de gêneros e criações que a casa não (mais) é capaz ou se propõe a exercer.

Não se pode esquecer que o processo de urbanização tende a varrer lenta mas gradativamente do território urbano as chácaras rurais e semi-rurais. Ao mesmo tempo, faz desaparecer casas (e portanto quintais), que são engolidos por ruas novas; mais largas e longas. Nesse contexto, as atividades de subsistência - e mesmo de saneamento -, que sempre que possível eram realizadas dentro dos próprios quintais, passam a contar com espaços cada vez mais restritos<sup>283</sup>.

Logo, essas tarefas ficam relegadas às dimensões da rua, fazendo sentido tanto para quem delas sobrevive economicamente quanto para aqueles que consomem os produtos comercializados nos largos e ruelas.

Quanto aos indivíduos que trabalham nessas atividades de comércio ambulante, a rua é um espaço privilegiado para amalharem não só a sua

---

<sup>283</sup> Segundo o arquiteto Carlos Lemos os quintais "ofereciam mantimento e abrigavam criações; (...) servindo de depósito, despensa, galinheiro, privada, quarto para

sobrevivência material, mas também “social”; isso se levamos em consideração as teias de sociabilidade que costuram no tecido urbano por onde passam com seus tabuleiros e cangalhas. É nesse contexto que ganha sentido, por exemplo, a existência dos quiosques pelas ruas centrais paulistanas.

Obedecendo a um conceito de sociabilidade urbana importado das cidades européias, os chamados “cafés ambulantes” primeiro e, posteriormente, os “quiosques” se transformam em fundamental ponto de encontro de quitandeiras, soldados, pobres, já que instalados próximos aos locais de trabalho desses grupos. Enquanto as quitandeiras costumam freqüentar o quiosque da ladeira do Acu<sup>284</sup>, os “soldados de guarda” se divertem naquele estacionado “em frente a casa de detenção, na bella avenida da Luz\*”<sup>285</sup>.

Esses exemplos apresentam uma rua vivenciada e percebida como lugar no qual se pode ficar sem (precisar) necessariamente circular.

Diante dessa conjunção de fatores, não é difícil imaginar o pânico que causam a esses grupos sociais as sempre reiteradas medidas do poder público restringindo os seus espaços de circulação. Nestes momentos, a documentação abre espaço para quitandeiras que se solidarizam em favor de requerimentos que enviam à Câmara Municipal contra o “enchotamento” de que são vítimas<sup>286</sup>. Além delas, “pequenos lavradores”, “tropeiros” e vendedores de porcos (os chamados “marchantes”), por exemplo, escrevem cartas enraivecidas aos jornais contra as “disposições vexatorias e indignas de um povo civilizado” que a mesma Câmara lhes impõe<sup>287</sup>

É importante ressaltar ainda que essas já seculares ocupações socioeconômicas não se manteriam nos logradouros públicos durante as décadas de 1870 e 1880 se não fizessem sentido também para aqueles indivíduos que delas consomem. De quem se trata?

escravos e de cozinha”. Cf. Carlos Lemos. *Cozinhas, etc. Um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1974, p. 69

<sup>284</sup> Cf. “Reclamação”. *A Província de São Paulo*, 21 de julho de 1885

<sup>285</sup> Cf. Farmer. “Kiosques”. *Diário de São Paulo*, 9 de novembro de 1889

<sup>286</sup> Cf. Requerimento das “pretas livres”. Paula de Jordão, Antônia Maria das Dores, Maria da Conceição, Anna Maria da Silva por intermédio de Luis Gama em 30 de janeiro de 1873. Cf. “Papéis Avulsos” (1873); vol. 262, manuscrito

<sup>287</sup> Cf. \*\*\*. “O novo código de posturas e a guarda urbana”. *Correio Paulistano* 10 de outubro de 1876.

Os documentos fornecem poucas pistas: ao escrever em nome das quitadeiras, Luís Gama fala que “O povo está habituado a fazer as suas compras, todas as manhãs, naquele local [rua das Casinhas\*]<sup>288</sup>; os jornais” mencionam “compradores” nas ruas<sup>289</sup> e “famílias” na Praça do Mercado<sup>290</sup>. Numa sociedade em que o número de escravos é cada vez mais escasso, mesmo indivíduos que antes não iam às compras – abastadas “famílias” – são forçados a aglomerar-se com outros na frente dos tabuleiros de frutas e verduras semeados pelos passeios do largo do Tesouro<sup>291</sup>.

Mas há também quem freqüente esses locais por diversão. Pelo menos é o que deixa intuir um memorialista paulistano referindo-se à movimentação que ocorre diariamente no número 13 na rua das Casinhas\*, antes de 1873. É este o local onde mora a quitadeira Maria de tal, popularmente conhecida como Nha Maria Café, famosa pelas empanadas de farinha de milho com piquira ou lambari que vende a 20 réis – ou, com uma tijelinha de café, a 40. À noite, delicia os fregueses com cuscuz de bagre e camarão de água doce<sup>292</sup>.

Para que se tenha uma idéia de quão intrincadas são as relações sociais que dão sentido à permanência de grupos como as quitadeiras, por exemplo, basta lembrar que a própria Nhá Maria Café entrou na crônica política do Império. Durante o governo de João Theodoro, essa mulher parece ter sido membro ativa do grupo de conselheiros e protegidos do presidente, reunindo-se freqüentemente com estes no Palácio do Governo. Segundo memorialistas, dizia-se dela à boca pequena que era a pessoa

<sup>288</sup> Cf. “Requerimento das ‘pretas livres’ Paula de Jordão, Antônia Maria das Dores, Maria da Conceição, Anna Maria da Silva por intermedio de Luis Gama em 30 de janeiro de 1873. Cf. loc. cit.

<sup>289</sup> Cf. “As ferias da Camara Municipal”. *Correio Paulistano*, 22 de janeiro de 1876. “Obras municipais”. *A Provincia de São Paulo*, 22 de fevereiro de 1877.

<sup>290</sup> Cf. “A Praça do Mercado”. *A Provincia de São Paulo*, 6 de abril de 1882.

<sup>291</sup> Segundo os dados colhidos nos recenseamentos de 1872 e 1886 colhidos por Fernandes, existem em São Paulo em 1872 (excluidas as freguesias de Colina e Itapevicena) 31 385 habitantes, dos quais 3 828 escravos. Em 1886, por sua vez, de uma população de 47 697 pessoas (incluido o termo rural) apenas 593 seriam cativas. Cf. Florestan Fernandes, “Do escravo ao cidadão”, in Roger Bastide & Florestan Fernandes, *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo*, 1961, pp. 42-3.

<sup>292</sup> Cf. Antonio Egidio Martins, *op. cit.*, p. 147.

indicada “excepcionalmente para os casos muito graves”: “para empenho é Deus no ceu e nha Maria Café na terra”<sup>293</sup>.

Permanece em aberto para a historiografia que papel teria tido na decisão de João Theodoro de construir, a partir de 1874, um novo edifício para o Tesouro que englobaria no térreo um Mercado de Verduras<sup>294</sup>. O que se sabe é que para a construção foram desapropriados e demolidos vários dos prédios da rua das Casinhas\* (dentre os quais o da própria Maria Café), e que a obra passa a ser duramente criticada nos jornais – entre outros, pelo cronista “IB”:

Falta aos representantes da provincia um palacio; mas em compensação as quitandeiras vão tel-o!  
Está em obra para ellas sobre enormes arcos um casarão na rua do Rosario\*<sup>295</sup>.

Todas essas vagas referências, que permeiam o universo das relações entre quitandeiras, tropeiros, carreiros e outros grupos sociais não impedem que se reconheça a vitalidade desse persistente comércio de rua. Apoiados na freguesia que consome seus produtos, esses indivíduos mantêm-se presentes na cidade durante todo o período final do Império. Isso por mais que a sua atividade vá assumindo nesse íterim uma nova cara, mais estrangeira, dada a presença cada vez mais intensa dos imigrantes na cidade.

Os fatores atestam que o espaço da rua, submetido a uma compartimentalização crescente de suas funções de abastecimento<sup>296</sup>, não perde o seu papel de *locus* privilegiado para relações de sociabilidade fortemente referenciadas pelo mundo rural e pelas atividades socioeconômicas que este origina. Esse *locus* se refaz dia a dia, mesmo que o caminho do campo à cidade seja cada dia mais longo, cada dia mais difícil,

<sup>293</sup> Cf. Eugenio Egas, *Galeria dos Presidentes de São Paulo*, vol. I, São Paulo: Publicação do Estado de São Paulo comemorativa do 1º Centenário da Independência do Brasil, 1926, p. 480.

<sup>294</sup> Cf. Antonio Egydio Martins, *op.cit.*, p. 146.

<sup>295</sup> Cf. IB, “Treslencias”, *Provincia de São Paulo*, 7 de fevereiro de 1875.

<sup>296</sup> Se para o comércio de criações há a Praça do Mercado – para o de gêneros alimentícios deverá surgir em 1890 o Mercado de Verduras da Ladeira do Açu. Cf. Ernani da Silva Bruno, *op.cit.*, vol. III, respectivamente pp. 1132-133.

já que o cinturão verde de chácaras vai-se afastando do perímetro urbano, à medida em que avança a especulação imobiliária.

Brota do seio desta concepção de espaço ainda uma segunda. A rua pela qual circulam animais e se espalham tabuleiros pelas calçadas e em frente aos quiosques é um lugar no qual se *fica*. Não se circula – como querem os legisladores, com seus sizudos códigos de postura<sup>297</sup>.

Frente a esse panorama, vimos que os novos transeuntes só reclamam. É por isso que apóiam sem restrições a política de compartimentalização das funções do espaço urbano que vem sendo implementada pelo poder público municipal, já no mínimo desde meados do XIX. Os embates dizem respeito, antes, à política a ser adotada em relação a essa temática.

Nesse sentido, um bom exemplo é a polêmica que ocorre em torno do projeto do Mercado de Verduras de João Theodoro. A concepção de espaço subjacente à medida – a idéia de delimitar geograficamente a área de atuação de quitadeiras e verdureiros – não é questionada nos jornais. O debate político reacende-se, antes, em torno dos detalhes específicos do projeto: colocar as quitadeiras dentro do novo prédio, que abrigaria também o Tesouro Provincial e a Escola Normal? O editorial de *A Província* busca contornar delicadamente a questão:

(...)

Se a Camara quer respeitar um habito antigo, deve consentir que os vendedores de verduras fiquem nas arcadas do novo thesouro provincial e ás portas das casas fronteiras. Não o respeita certamente forçando-os a passarem para o prjectado mercado ao lado da csa do sr. dr. Candido Ribeiro.

(...)

Apezar de tratar-se de uma questão de verduras e quitadeiras, não levem a mal que liguemos importancia a ella (...) <sup>298</sup>.

<sup>297</sup> Cf. Raquel Rolnik op. cit., esp pp. 32-3.

<sup>298</sup> Cf. "Obras municipaes" *A Província de São Paulo*, 22 de fevereiro de 1877. Depois de longas discussões políticas o prédio foi concluído para sediar o Tesouro Provincial. A Escola Normal permaneceu na rua da Boa Morte até 1894 quando mudou para o

## Um misto de irreverência e de compenetração: depende da festa, depende da rua

Um último conjunto de antigas atividades sociais tematizado ao longo do passeio são as velhas festas populares brasileiras, realizadas desde os tempos coloniais e praticadas na cidade nesse contexto . Das mais variadas origens socioculturais e dotados de características lúdicas diversas, esses rituais foram uma constante durante todo o período imperial brasileiro. Instigaram viajantes de diferentes nacionalidades a registrarem, por meio de suas penas ou de seus pincéis, o misto de encanto e de indignação que sentiam em relação a esses eventos<sup>299</sup>.

Ao longo de todo o século XIX, mas, em especial, a partir da década de 1870, um número cada vez maior dessas festividades terá de conviver com sérias restrições legais em São Paulo, todas elas voltadas a racionalizar o uso do espaço da rua pela população nessas ocasiões. Assim, a irreverência de “mascarados” e “danças de negros”, que acompanham todas as procissões, passa a ser proibida no início dos anos 1830<sup>300</sup>. Os primeiros editais proibindo o entrudo surgem em meados da década de 1870<sup>301</sup>.

Além disso, o chefe de polícia lança, em 1878, um edital que incide frontalmente sobre a tradicional procissão de Nosso Senhor dos Passos pelas ruas paulistanas. O ritual, que originalmente previa a parada do cortejo na frente de nichos espalhados pelas principais ruas da cidade e o encontro da imagem do santo com a de Nossa Senhora das Dores nos Quatro Cantos – cruzamento entre as ruas São Bento e Direita -, começa a ser proibido nas ruas. Os chamados “Passos” são levados para dentro das igrejas, sendo que o encontro das imagens deve se dar no espaço mais amplo do largo do Colégio<sup>302</sup>.

---

Edifício Caetano de Campos, na Praça da República. Como já mencionado, o Mercado de Verduras só surgiu em 1890, na ladeira do Acu”

<sup>299</sup> Sobre as representações dos viajantes estrangeiros em relação às festas populares brasileiras durante o período imperial cf. Lilia Moritz Schwarcz & Valéria Macedo, “O Império das festas e as festas do Império” in Lilia Moritz Schwarcz, *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um Monarca nos Trópicos*, 1998, pp. 247-294.

Ermari da Silva Bruno, *op. cit.*, vol. II, pp. 754-55.

<sup>301</sup> C. Olga Moraes von Simson, *op. cit.*, esp. pp. 90-2.

<sup>302</sup> C. Antonio Egydio Martins, *op. cit.*, pp. 40-2.

Certamente o calendário de festas populares – religiosas e cívicas – do Império não se restringe apenas a esses rituais<sup>303</sup>. Mais do que retomar aqui as características de cada uma dessas festividades, vale chamar atenção para a contrapartida que esta forma de atividade encontra no próprio espaço da rua. Esta se presta como cenário para o qual confluem as mais diversas camadas sociais. Enquanto alguns sustentam os andores dos santos, outros carregam os tabuleiros com quitandas.

Nessas ocasiões, inclusive, a casa é submetida aos rituais da rua. Mesmo quem se encontra longe da multidão, participa. É o que deixa intuir a própria Maria Paes de Barros, ao descrever como a sua família comemora o *Corpus Christi*: por detrás das janelas da casa patriarcal: “Vinha afinal o aviso de que a procissão ia deixando a igreja. Chegavam-se todos às janelas: os senhores com suas famílias às do salão grande, as meninas às dos quartos, e às da cozinha, todo o pessoal de serviço: pagens, mucamas e crianças”<sup>304</sup>.

Enquanto as procissões religiosas fazem da rua um espaço de compenetração, os entrudos carnavalescos transformam-na em lugar de irreverência total. Essas duas realidades sociais convivem lado a lado, para além de toda a repressão que as limita.

O que se percebe é como o sentido dessas atividades não se perdeu para a população, a despeito de todas as restrições e eventuais transformações que sofram. É o que faz, por exemplo, o entrudo permanecer vivo – e ser depreciado – em jornais de 1881 e 1883<sup>305</sup>. Seguindo essa tendência também, se, por exemplo, a procissão dos Passos a partir de 1881 não pode contar mais com nichos nas ruas, a movimentação se transfere para a porta das igrejas, onde passa a se dar “a costumada e sempre concorrida visitaçã”<sup>306</sup>.

As opiniões dos novos transeuntes, em relação às festas, espelham bem os dilemas desse cenário vivenciados pela sociedade paulistana nesse momento. Depreciam de maneira veemente antigos folguedos populares

---

<sup>303</sup> Um calendário das festas religiosas populares e oficiais do Império encontra-se em Lilia Moritz Schwarcz & Valéria Mendonça de Macedo. ‘O Império das festas e as festas do Império’. *op. cit.*, pp. 292-94.

<sup>304</sup> Cf. Maria Paes de Barros. *op. cit.* p. 41.

<sup>305</sup> Cf. Olga Moraes von Simson. *op. cit.* pp. 129-30.

<sup>306</sup> Cf. ‘As festas de ante-hontem’. *A Província de São Paulo*, 14 de março de 1881.

como os buscapés e o entrudo. Como aponta Olga von Simson, a dicotomia entre as “manifestações culturais rústicas” e aquelas “branco-européias burguesas” é patente nos relatos jornalísticos sobre essas atividades sociais, já desde a década de 1850<sup>307</sup>.

Nova, entretanto, é a mediação que justifica e dá sentido a elas, no período aqui estudado. O problema é o “trânsito”. Como diziam “ao longo” do passeio “Muitos cidadãos”: uma vez que “os tranzeutes, quer sejam homens, quer sejam senhoras dignas de consideração” andam a pé pela rua “para cuidar de seus afazeres”, “basta um pouco d’água fria atirada sobre o corpo para que se apanhe uma febre violenta”; além da “grosseria” de “molhar-se o traje de uma pessoa que vai seu caminho e que se dá ao respeito em publico”<sup>308</sup>.

Simultaneamente a esse movimento de crítica, persiste, contudo, um entusiasmo em relação a outras festividades de rua. “Ao longo” do passeio foram mencionadas as festas da Semana Santa e a da Penha – além de muitas outras, sempre tematizadas nos jornais. De alguma forma, pois, permanece inevitável festejar...

## ***Velhas novas ruas***

Durante o passeio imaginário foi possível também chamar atenção para uma gama enorme de relatos - reproduzidos nos jornais e nas atas da Câmara Municipal -, a respeito dos inúmeros serviços de infra-estrutura urbana que chegam às ruas paulistanas a partir da década de 1870.

Para além da variedade de argumentos desenvolvidos em relação a cada um dos “melhoramentos”, assinalo que, tal como em relação às antigas atividades sociais realizadas em São Paulo, os modernos serviços também suscitam um misto de falas elogiosas e críticas. Enquanto algumas dessas “modernas” atividades sociais - as chamadas “experiências” e “festas de inauguração” - são motivo de elogio, a instalação dos respectivos

<sup>307</sup> Cf. Olga von Simson, *op. cit.*, p. 111

<sup>308</sup> Cf. Muitos cidadãos, “O entrudo”. *Correio Paulistano*, 27 de janeiro de 1875

equipamentos e o seu funcionamento, nas ruas da cidade, parecem só causar desgosto.

Cada uma dessas temáticas aponta para características específicas que a presença dos modernos equipamentos urbanos “demanda” do espaço da rua, mesmo que as situações se dêem em bondes, casas iluminadas pelo gás etc. O fato é que essas novidades chegam às casas mediadas por uma racionalidade e por relações de sociabilidade própria das ruas modernas.

Nesse sentido, novamente é possível falar de concepções de espaço. A simples existência dessas novidades modernas implica percepções sociais com as quais os novos transeuntes dialogarão indiretamente, em suas falas. As modernas atividades sociais mediam a elaboração das representações de espaço desses indivíduos.

### **Picaretas, canos e “reclamos”: nem sempre um “serviço bem dirigido”**

Entender as concepções de espaço subjacentes à presença dos vários equipamentos urbanos modernos em São Paulo das décadas de 1870 e 1880 implica considerar as vicissitudes econômicas do processo de urbanização já discutido na primeira parte deste estudo. Ele pode ser sintetizado por meio da fórmula tão enfaticamente abordada por Florestan Fernandes ao longo de toda a sua obra: a inserção do café enquanto gênero fundamental da economia tropical no interior de um mercado internacional capitalista em expansão<sup>309</sup>.

Essa dinâmica econômica implica, como contrapartida, a distribuição comercial, por parte dos países europeus e americanos, dos modernos produtos a países como o Brasil, a cidades como São Paulo, na segunda metade do XIX. Ela é parte integrante do fenômeno histórico de transformações tecnológicas e econômicas que, no jargão sociológico, recebe o nome de “modernização”<sup>310</sup>.

<sup>309</sup> Cf. Florestan Fernandes, “Apêndice: O café na evolução de São Paulo” (1958) in Florestan Fernandes, *Mudanças Sociais no Brasil*, 1960, p. 247.

Remeto-me aqui a Perry Anderson para quem “modernização” se refere ao processo econômico e tecnológico engendrado na Europa desde a Revolução Industrial da fins do século XVIII e que conta com duas fases: a primeira na virada do século XX, com a invenção de mercadorias condicionantes para o estabelecimento de uma sociedade de massas; a segunda depois do conflito mundial de 1939-45, com o surgimento da

As noções de espaço referentes a esse processo de modernização derivam do princípio de “racionalidade”. Trata-se da lógica que, em termos sócio-históricos, introduziu no cotidiano das pessoas a premência do cálculo e da ação voltada para o maior benefício pelo mínimo custo<sup>311</sup>.

Uma dessas noções de espaço é a categoria de “circulação”. Em nome da circulação mais ampla e “racional” de pessoas e de mercadorias pelo espaço é que ganham sentido os inúmeros “sistemas” – de transporte, de iluminação, de água, de esgoto – que passam a fazer parte do cotidiano das pessoas nas cidades submetidas ao processo de “modernização”, ao longo do XIX<sup>312</sup>.

Só se pode entender a iniciativa de implantação dos primeiros “sistemas” em ruas e casas da São Paulo levando em consideração esse ideário sobre o espaço. Ele é decisivo quando, em termos políticos e econômicos, importa transformar a cidade em entreposto comercial e financeiro principal da lavoura cafeeira na província. As noções de “racionalidade” (técnica) e de “circulação” (de capital, de influência política) permeiam o modo de funcionamento e as regras de operação das várias companhias particulares responsáveis pelos serviços. Assim, o que mais importa, para estas, é expandir-se pelo espaço físico paulistano com a maior velocidade e lucro possíveis. E sem restrições.

Com o propósito de garantir a melhor combinação possível entre o benefício máximo e o custo mínimo, as várias companhias particulares intervêm nos espaços da cidade munidas de engenheiros, estatísticas e plantas. Vale assentar postes de luz, trilhos de bonde e canos de água, segundo esquemas próprios de ação, pautados todos na lógica do capital<sup>313</sup>.

Frente a esse contexto, abundam na documentação notícias e mesmo requerimentos oficiais relativos às ruas atravancadas e esburacadas, por causa das respectivas obras. Isso por mais que não exista qualquer

---

microeletrônica e das conquistas aeroespaciais. Cf. Perry Anderson, ‘Modernidad y revolución’ (or Ingl. 1983), *Cuadernos del Sur* nº 4 1986.

<sup>311</sup> Cf. José de Souza Martins, ‘As hesitações do moderno e as contradições da modernidade no Brasil’, mimeo 1997, p. 2.

<sup>312</sup> Cf. Renato Ortiz, *Cultura e modernidade*, São Paulo, Brasiliense, 1991, esp. pp. 193-200.

<sup>313</sup> “Tratavam-se [sic] de investimentos que visavam o lucro. (...) Não visava[m] necessariamente à [sic] melhor funcionalidade da cidade”. Cf. Janice Theodoro da Silva, *op. cit.*, p. 168-69.

referência que negue a importância da implementação desses equipamentos na cidade.

É interessante notar, em meio a essas queixas todas, como alguns de seus autores as legitimam:

Bonds e ruas - Recebemos a seguinte reclamação:

Srs. redactores - A Companhia de Bonds está mandando remover os trilhos e dormentes de sua linha pelas nossas ruas. O serviço não é bem dirigido, porque a companhia entende que deve primeiramente remover uma rua inteira, para depois collocar os dormentes e os trilhos; d'este modo devem vv. comprehender que o transito publico muito soffre. Entendemos que o melhor mesmo é a companhia ir arranjando immediatamente a rua, á proporção que fôr fazendo os seus reparos. (...)<sup>314</sup>.

Para justificar que as obras da Companhia interceptam o trânsito, o autor desta reclamação parte do modo como, *aos olhos dele*, a empresa trabalha, a fim de sugerir como ela *deveria* trabalhar. Trata-se de uma tentativa de interferir, de forma *pessoal*, num espaço submetido a uma lógica outra, que opera de independentemente dos interesses de moradores e transeuntes.

Os esgotos e as ruas - Os moradores da rua da Boa-Vista queixam-se de que ha muitos dias não podem passar por essa rua carros de lenha, carroças de agua nem os vehiculos de transporte, em consequencia da má direcção dada aos trabalhos de assentamento dos canos de esgoto. Começou a obra a partir da ladeira do Porto Geral, em tres direcções: largo de S. Bento, rua da Imperatriz e largo do Rosario, exactamente as tres sahidas que aquella rua tem. Hoje está o transito interceptado por todos os tres lados, e os habitantes soffrendo com isso. Seria bom tambem que os trabalhos não tomassem a rua de lado a lado, como está acontecendo, pois até a entrada para muitas casas se torna difficil<sup>315</sup>.

Se as companhias Carris de Ferro e Cantareira intervieram ou não, nas ruas paulistanas, da maneira como os relatos descrevem, é impossível saber. Ambos os textos não são mais do que “versões” a respeito do modo como as empresas teriam agido.

Mais importante é chamar atenção para a reação de relativo “atordimento” que as obras suscitam no autor da notícia. Levam este a

<sup>314</sup> Cf. *A Provincia de São Paulo*, 7 de novembro de 1883

<sup>315</sup> Cf. *A Provincia de São Paulo*, 28 de setembro de 1881

criticar a companhia com base em alusões à maneira que *e/le* adotaria para uma melhor “direcção dos trabalhos”.

O dilema é que, ao mesmo tempo em que transeuntes, moradores, passageiros passam a ser *dependentes* das companhias – “o transito publico muito soffre”, as “nossas ruas” ficam interceptadas -, estas intervêm no espaço segundo sua própria racionalidade, *independentemente* das vontades destes. Na ótica das respectivas empresas, se para assentar trilhos, combustores e paralelepípedos for necessário interceptar ruas e largos, ou mesmo lançar terra na frente das casas da rua Direita<sup>316</sup> e derrubar as paredes de taipa do conhecido negociante Henrique Levy, na rua de São Bento<sup>317</sup>, isso será feito “custe-o-que-custar”. No interior dessa racionalidade há pouco espaço para paredes de taipa, carros de lenha, carroças de água e mesmo, moradores enfezados.

O que chamo de “aturdimento” advém precisamente do fato de que essa experiência de sujeição aos desígnios e à lógica de estranhos – e não raro estrangeiros – empreendedores, é histórica e antropológicamente nova na cidade. Não podemos esquecer que nem bem vinte anos antes desses relatos é que se inaugura, com a chegada da *São Paulo Railway*, a era das grandes empresas responsáveis pelos serviços de infra-estrutura na cidade, das quais a Carris de Ferro e a Cantareira – mencionadas nas queixas acima - são apenas alguns dos muitos exemplos.

Até aquele momento, a intervenção urbanística nos espaços da cidade dependia exclusivamente do poder público ou, na áreas mais distantes do centro da povoação, dos próprios moradores, que desde os tempos coloniais eram considerados responsáveis pela construção e conservação de pontes e estradas<sup>318</sup>.

Diante do esquema de atuação já definido, por parte das empresas, nada mais resta aos transeuntes a não ser remeter-se ao “sr. Redactor”, no intuito de sugerir o que seria um serviço mais “bem dirigido”. Em outros - raros - momentos, a documentação registra algumas iniciativas bem sucedidas de habitantes que buscam intervir pessoalmente no transcurso

---

<sup>316</sup> Cf. Ofício de vários moradores da rua Direita. Sessão de 5 de fevereiro de 1874. *Atas da Câmara Municipal da Cidade de São Paulo* (1874), vol. 60, 1948.

<sup>317</sup> Cf. “Companhia Cantareira e Esgotos”. *Correio Paulistano*, 21 de setembro de 1882.

<sup>318</sup> Cf. Janice Theodoro da Silva, *op. cit.*, esp. pp. 101-103.

das obras de implementação dos “melhoramentos”. Recorrendo a recursos financeiros particulares, com freqüência se cotizam em favor de interesses comuns...

Carnaval - Comunicação-nos o seguinte:

“Os moradores da rua Direita desta cidade, certos de que o congresso carnavalesco não passaria por ella, em consequencia de não se achar concluido até os Quatro-Cantos o calçamento a parallelepipedos, que ali se está fazendo, de fórma que ao menos chegasse aquelle lugar, resolverão dirigir-se aos trabalhadores offerecendo um premio se até domingo levassem aos Quatro-Cantos o dito calçamento, ao que annuirão elles por conhecerem o desgosto que causaria aos mesmos moradores da rua Direita a não passagem por aquella rua do congresso carnavalesco; e assim é que se achão trabalhando todo o dia, por terem-se compromettido dar até domingo prompta essa parte da rua.

Assim, pois, os respectivos moradores se cotisarão em duzentos e tantos mil réis, para gratificar aos bons trabalhadores, sendo também de agradecer a boa vontade que mostrou o empresario das obras para conseguir-se o desejado fim. Portanto, teremos o congresso carnavalesco na rua Direita, uma das mais importantes da capital”<sup>319</sup>.

Finalmente, um momento em que não se reclama do novo serviço de infra-estrutura, e sim, elogia-se a “boa vontade” do “empresario das obras”. Afinal, este profissional cedeu, juntamente com os seus “bons empregados”, à lógica das vontades dos moradores da rua Direita, onde se concentram, no início da década de 1870, os sobrados mais abastados da cidade.

É necessário ressaltar que este exemplo, de intervenção do *curso* de obras públicas, não deixa de figurar como exceção no interior do conjunto da documentação<sup>320</sup>. Na rotina de implementação dos “aformozeamentos” o que prevalece, nos jornais e nas atas, são pedestres que, percebendo dia a dia as transformações por que passam os espaços nos quais estão fadados a circular, apenas lamentam porque percebem que ela ocorre seguindo uma

---

<sup>319</sup> Cf. *Diário de São Paulo* 12 de fevereiro de 1874

<sup>320</sup> Bem mais comuns são iniciativas de moradores voltadas para que as empresas implementem os serviços nos bairros e ruas onde moram. Nesse sentido é bastante emblemático um “estudo” de *A Província de São Paulo* de 1881 sobre o “movimento geral e estado de prosperidade” da Companhia Carris de Ferro. Em determinado momento do texto os editores do jornal comentam: “Desde então [1878] a Companhia entrou em via de prosperidade, augmentando consideravelmente a extensão das unhas, sendo muitas vezes auxiliada por particulares directamente interessados em que os bonde passassem perto de suas propriedades. (o grifo é meu). Cf. *A Província de São Paulo*, 8 de abril de 1881

lógica própria, independente das vontades e sugestões das pessoas – de algumas pessoas...

Contemplar este exemplo à luz dos outros dois anteriores permite assinalar que, se os novos transeuntes almejam o “progresso”, representado por trilhos de bonde, canos de esgoto e mesmo o calçamento, a paralelepípedos, o fato é que, nas ruas, desejam-nos nos moldes de uma certa *personalidade*. Por um lado, a aparência da rua “civilizada” deve pautar-se na aceitação das sugestões pessoais de alguns que opinam em relação ao curso das obras públicas. Por outro lado, precisa comportar “prêmios” concedidos àqueles que corporificam a lógica deste mesmo “progresso”.

Percebe-se que a crítica à racionalidade que norteia a intervenção espacial das companhias particulares não deixa de apontar em direção à afirmação de racionalidades outras, tradicionais, em relação ao espaço da rua, que, aos olhos das personagens aqui analisadas, deveria continuar prevalecendo.

### **“Festas industriais” e outros lugares “civilizados”: de quem são?**

Entre a instalação e o funcionamento há uma etapa intermediária, sempre celebrada com muita pompa, já que cabe oficializar, nas ruas paulistanas, as diversas novidades modernas – e, portanto, a lógica do lucro que as norteia. Assim, a cidade começa a conviver com “experiências” e “festas de inauguração” dos diversos serviços urbanos. Nessas, não basta, porém, apenas a pompa; importa, sim, que haja a maior “concorrência de povo” possível.

Vem daí que as respectivas companhias e empreendedores acoplem tais eventos a datas importantes do calendário da cidade. Como vimos “ao longo” do passeio, a inauguração da iluminação pública a gás na cidade se dá no dia da “volta do imperador” de sua viagem à Europa. Mas não é a primeira vez que a *San Paulo Gas Co.* recorre a ocasiões festivas costumeiras da cidade para celebrar a iluminação a gás. Já em janeiro de 1872 ela transformava a festa do padroeiro da cidade e da província, em 25

de janeiro, em mote para na véspera iluminar o então Jardim Público\* com bicos de gaz”<sup>321</sup>.

Além de buscarem atrair o público por meio da data que escolhem para os diversos ensejos festivos, as companhias utilizam-se também de espaços da cidade de forte apelo simbólico para celebrarem as suas “festas industriais”. Considerado pelo presidente da província em 1871 “o único ponto de reunião e recreio para a população da capital”<sup>322</sup>, o Jardim Público\* é, por isso mesmo, local privilegiado para ensaios de iluminação em meio a árvores, plantas e estátuas de mármore.



“Jardim Publico (Reformado sob a presidencia do Dr. João Theodoro, 1874)” – 1887 ##

Em meio a esse contexto de festa, os novos transeuntes não deixam de se entusiasmar - sobretudo quando quem participa dos eventos são “pessoas gradas da capital”:

---

Cf. Festejos. Correio Paulistano 23 de janeiro de 1872

Cf. Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província Antonio da Costa Pinto Silva 5 de fevereiro de 1872

*Ante-hontem, ás dez horas* foi inaugurado o novo chafariz levantado no largo do Carmo.

A esse actto comparecêrão os senhores vereadores e muitas outras pessoas da capital.

O novo chafariz é de bronze e de um risco, ainda que simples, bonito e elegante<sup>323</sup>.

O problema, na verdade, surge quando, por ocasião dessas festividades modernas, os lugares públicos se tornam um cenário *de todos...*

Inauguração de bonds - Se os nossos avós tinham as festas do *Divino* e os *Sete de Setembro*, nós mais positivos deitamos luminarias e musicata, e fogos de artifício, para festejar linhas de bonds e estradas de ferro.

Ahi temos o exemplo na concorrida e barulhenta festança em que andou o bairro da Consolação nos ultimos tres dias, em applauso da inauguração do serviço de bonds, importante melhoramento que dá áquelle lado da cidade grande valimento. Nas noutes de sabbado e domingo teve o largo da Consolação brilhantes arcos de gaz, coretos para bandas de musica e grande concurso de povo. Na noute de segunda-feira bellissimo fogo de artifício do habil e conhecido artista Daniel, de Taubaté, e varias bandas de musica attrahiram ao Campo dos Curros grande multidão.

Tudo andou a contento, dando-se apenas o inconveniente de, por falta de actividade policial, serem os assistentes perturbados por maltas de garotos, que divertiam se [sic] em atirar pedradas, sendo as principaes victimas desta brincadeira selvagem as bandas de musica e os empregados da queima de fogos. Esses festejos foram realizados a espensas dos moradores do bairro<sup>324</sup>.

Há ainda outros exemplos, que confluem no que se refere à conotação negativa em relação à “selvageria” de “garotos” – ou mesmo, de “gente”, que pula as cercas do Jardim da Luz\* com o objetivo de participar das quermesses e “festas industriaes”<sup>325</sup>. Ou seja; o que deve valer para espaço da rua é que este se mantenha *exclusivo*, apesar de – ou pelo fato de ser - moderno.

Esse dilema se apresenta com todo o seu vigor quando o que está em pauta é o consumo dos modernos serviços de infra-estrutura. O relato crítico que “Um apreciador de bonds” envia ao *Correio Paulistano* logo nos primeiros dias de funcionamento dos veículos é bem significativo, nesse sentido:

<sup>323</sup> Cf. *Diario de São Paulo*, 27. de janeiro de 1875.

<sup>324</sup> Cf. *A Provincia de São Paulo*, 28 de abril de 1880.

<sup>325</sup> Cf. “Luz electrica”. *Correio Paulistano*, 23 de outubro de 1883.

Carris de ferro de S. Paulo - Chama-se a atenção do sr. dr. chefe de policia e dos srs. directores da respectiva companhia para o modo irregular e indigno de uma capital como esta, pelo qual é feito o serviço de bonds. As familias que entram nos bonds estão sugeitas a ouvirem palavras indecorosas e serem desrespeitadas como ainda hontem aconteceu no *bond* das 6 ½ horas da tarde. Além de muitos outros inconvenientes e irregularidades que tem o serviço, comparado com o da côrte, nota-se:

1o. A admissão de maior numero de pessoas do que as da lotação dos carros, chegando a conduzir quarenta e mais pessoas, quando a lotação é de vinte e poucas.

(...)

4o. O inconveniente de permittir-se a grande vozeria pelas ruas, desrespeitando-se até as pessoas que por ellas transitam.

(...)<sup>326</sup>.

A menção à “corte”, no inicio do texto, por si só é indicativa do perfil do passageiro: um senhor “viajado”, que transita pelos bondes com a mesma desenvoltura com que circula pelas ruas e percebe nesses locais a proximidade física que as “pessoas distintas” e “até mesmo familias” passam a vivenciar em relação a outras pessoas, a partir do momento em que começam a andar de bonde. O espaço da rua, nesses tempos modernos, define-se precisamente por comportar, potencialmente, indivíduos dos mais diversos grupos num mesmo ambiente.

Andar de bonde, nesse sentido, pode até ser em princípio apanágio de poucos, dado o preço elevado da passagem (200 réis) e a deliberação de que só pode entrar no veículo quem estiver calçado<sup>327</sup>. Porém, há “moleques” nos bondes; a deliberação contra os “descalços” não impede um “italiano” sem sapatos de insistir em embarcar num dos carris que vai para a Moóca<sup>328</sup>. E a banda de música do corpo policial de permanentes é

<sup>326</sup> Cf. *Correio Paulistano* 6 de outubro de 1872.

<sup>327</sup> A primeira deliberação exclui, *a priori*, os escravos, que num contexto sociocultural pautado por hierarquias escravistas que se expressam amplamente nas normas notidionas de conduta e na vestimenta, em geral, não possuem sapatos – como denota Bastide. O preço, por sua vez, deixa de fora uma boa parcela da população paulistana, numa época em que o dinheiro é pouco e os meios de vida, improvisados e intermitentes. Para que se tenha uma ideia do que significam 200 réis para a época, leve-se em consideração, com Maria Odila Leite da Silva Dias, que na segunda metade do século a arrecadação diária (“jornal”) das vendedoras ambulantes varia entre 250 e 350 réis, enquanto artesãos homens, carpinteiros, alfaiates e soldados recebem 600 réis por dia. Cf. respectivamente Roger Bastide, “Estudos afro-brasileiros. O cerimonial da polidez” *op.cit.* e Maria Odila Leite da Silva Dias, *op.cit.*

<sup>328</sup> Cf. “Bonds da Mooca” *A Província de São Paulo* 9 de março de 1866

presença constante nos carris, fato este que não raro é ironizado por cronistas como Salambô.

(...)

Ah! ahi vem um *bond*, vamos para a Luz.

Como não tem recebedor e não fizemos parar, podemos ir de *meia cara*, que é como faz muita gente boa.

Como está cheio! Aqui ha bem 60 pessoas, das quaes só 40 pagárão.

Está o *bond* cheio de *permanentes*, que, pelo menos aqui, justificação o nome; penso que seria mais simples que no dia 1º de cada mez, o sr. Riesemberesemberg [sic] fosse á thesouraria receber o pre\*\* desses senhores. (...) <sup>329</sup>.

Mesmo a rua que se vê de dentro do bonde não é freqüentada apenas por indivíduos como aqueles mencionados por “Um apreciador de bonds”: pedestres que se sentem desrespeitados pela “grande vozeria” das ruas.

Sob a “vozeria” oculta-se uma multiplicidade de tipos humanos. “Muitas vitimas” os chamam de “collegas” dos *conductores* de bonde e de “mulheres da vida alegre”. Porém, essas pessoas todas transitam pela rua à revelia das “pessoas decentes” de que fala “O apreciador dos bonds”. Ou seja, nos tempos que correm é incontornável conviver próximo a tipos humanos que, até então, se conhecia apenas de vista, de longe, não raro por detrás das janelas de rótula dos velhos sobrados coloniais.

Voltando ao “apreciador dos bonds”: como ele percebe a situação? Não é à toa que recorre ao “sr. dr. chefe de policia”. Além das “palavras indecorosas” dos cocheiros, os passageiros são forçados a conviver com uma lotação excessiva nos veículos em que viajam, muitos moleques, além de “grande vozeria pelas ruas”.

Mas não se imagine que as reclamações se restrinjam à relação de proximidade subjacente ao espaço mais amplo e multifacetado das ruas, largos e becos. Mesmo locais de público mais restrito, em princípio, como o Jardim da Luz, suscitam percepções negativas, por parte dos novos transeuntes. Enquanto alguns deles passeiam pelo Passeio Público\*, criticando “a sem cerimonia com que homens, mulheres e crianças

<sup>329</sup> Cf. Salambô, “Sobre o que vai pela Paulicéa – V” *Diario de São Paulo* 13 de outubro de 1872

devastarão as plantas que ali existem”<sup>330</sup>, outros, como Salambô, denunciam “os “moleques [que] pintão o que lhes parece nas estatuas de marmore do sr. Quartim”<sup>331</sup>.

Dessa maneira, vêm à tona representações que lembram àquelas produzidas em torno das impertinentes quitandeiras, dos *incommodos* animais e *desabusados* indivíduos que nadam no rio Tamanduateí. O teor da crítica permanece em todos os casos: trata-se de depreciar a proximidade física, lamentando a não-exclusividade dos espaços modernos pelos quais se transita.

### **Vicissitudes da técnica, novas regras: tantas esperas.**

Para os serviços funcionarem nas ruas da cidade mantém-se válida a lógica própria do capital corporificado pelas companhias. O cenário social paulistano ganha novas personagens, que realizam, em contato intenso com o público de usuários, as tarefas ligadas à execução dos serviços: cobradores (de bonde, de contas de água e de luz, de telefone), condutores de bonde, apagadores de lampião, entre tantos outros novos profissionais.

Como produtos que são da racionalidade técnica, os vários equipamentos de infra-estrutura estão intimamente submetidos a seus desígnios e vicissitudes. Os defeitos que oferecem são parte integrante do processo de modernização; os acidentes decorrentes desses defeitos, também.

Já que para a sociedade paulistana daqueles anos é inevitável modernizar-se, é inevitável, também, que ela passe a conviver mais intensamente com essa contraface da modernização, sempre presente, sempre lamentada. Certamente, esse é o aspecto determinante a explicar a quantidade de reclamações contra o “pessimo estado” seja do “material rodante” dos bondes, seja dos combustores de gás, seja das linhas telefônicas, seja dos chafarizes.

<sup>330</sup> Cf. “Jardim Público”. *Diário de São Paulo* 29 de setembro de 1872.

<sup>331</sup> Cf. Salambô “Cartas – Sobre o que vai pela Paulicéa IV”. *Diário de São Paulo*, 13 de outubro de 1872.

Se o argumento técnico se mantém irreduzível nos jornais, durante todo o período em estudo, as queixas não se restringem a ele. “Durante” o passeio, uma outra temática abordada – na verdade, a mais extensamente tematizada em relação aos serviços urbanos – diz respeito às regras segundo as quais operam as empresas. Não apenas o modo pelo qual é feita a implantação dos respectivos equipamentos (trilhos de bonde, postes de luz, canos, paralelepípedos, linhas de telefone etc.) é questionado, como também o seu funcionamento.

Para tanto, voltemos, ainda uma vez mais, ao “apreciador de bonds”, a fim de destacar outros pontos do longo relato que envia ao jornal:

( )

Além de muitos outros inconvenientes e irregularidades que tem o serviço, comparado com o da côrte, nota-se:

1o. A admissão de maior numero de pessoas do que as da lotação dos carros, chegando a conduzir quarenta e mais pessoas, quando a lotação é de vinte e poucas.

2o. O não trazerem os carros o competente cobrador, vendo-se os passageiros obrigados a estar por muito tempo parados, esperando que o conductor faça o troco ao passageiro que entra.

3o. Não trazerem os bonds da noite a competente luz, ficando por isso sujeitos a multa, como acontece com os carros da praça.

(...)

Se os srs. directores, de combinação com o sr. dr. chefe de policia não organisarem um regulamento igual ao da côrte, de modo a cohibir qualquer abuso, como se tem dado nestes ultimos dias, por certo que terão o desgosto de verem os carros percorrer a linha sem pessoas decentes ou então repletos de *moleques*. Não tenham os srs. directores tanta sêde de dinheiro, moralisem o serviço da linha e fiquem certos de que terão lucro. Esperamos, obter da policia meios energicos que façam cessar semelhante procedimento, prevenindo desde já qualquer futuro desastre ou desaguisado entre os passageiros, que tem educação e não queiram ver suas familias desrespeitadas. Se a companhia não tomar ao serio o que fica exposto asseguramo-lhes que esse entusiasmo manifestado nestes ultimos dias desaparecerá, sendo substituido pela nenhuma animação do publico sensato<sup>332</sup>.

É importante reter o caráter de “apreciador” que o autor da notícia se atribui. A qualificação deixa claro que se trata de alguém que, a despeito de todas as possíveis críticas que tenha em relação ao serviço, concebe os

---

<sup>332</sup> Cf. *Correio Paulistano*, 6 de outubro de 1872

equipamentos modernos de maneira positiva. Este aspecto não é de pouca importância, se se levar em consideração que à apreciação positiva do objeto se contrapõe a representação negativa da racionalidade própria que origina e dá sentido à existência dos bondes na cidade.

Esta lógica se apresenta, na queixa acima, por um novo ângulo. Segundo o “apreciador”, a questão básica em jogo, e que acaba por influir em todas as outras dimensões constituintes da presença dos bondes em São Paulo, é a “sêde de dinheiro” da Companhia Carris de Ferro. Em nome do lucro, a empresa não hesitaria em desencadear todos os outros “inconvenientes e irregularidades” que contribuem para a imagem de um serviço “irregular e indigno de uma capital como esta”: duplicaria a lotação dos bondes, não contrataria cobrador, não iluminaria os bondes à noite, aceitaria “moleques” como passageiros.

Esse panorama crítico permite entrever o reconhecimento, por parte daquele que escreve, de que a empresa age não para *alguns* apenas, já que a sua “sêde de dinheiro” iguala todos – inclusive “moleques e indecorosos cocheiros”. Percebe-se, que esta igualdade de todos perante a mercadoria - condição *sine qua non* para o desenvolvimento do capitalismo moderno - é a grande questão em pauta.

Isso não impressiona numa sociedade que nasceu e vive da desigualdade. Os “tempos modernos” colocam em xeque precisamente este ideal, por meio das relações sociais de novo tipo – pautadas em potenciais assignantes e passageiros - que a simples presença dos novos serviços urbanos acaba por mediar.

Companhia Carris de Ferro - Vejo-me forçado a inquirir desta Companhia, se ella se julga obrigada a cumprir o que publica em relação ao seu horario, ou se pôde á vontade, supprimir carros do horario quando lhe pareça. Domingo, ás 10 e 20 minutos da noite, cheguei no ponto (Terraço [Paulista, no largo do Rosário\*]) para esperar o *bond* das 10 e 35; passados 10 minutos desta hora indaguei o empregado que me disse estar o *bond* atrasado. Esperei. Ás 10 e 55 lembrou-se elle de dizer-me que em vista da grande demora, era de suppôr que o *bond* se tivesse recolhido á cocheira e que por conseguinte não havia mais *bond* para a Ponte Grande. Resolvia-me já a sahir quando chegou um outro empregado, que verificando ter o tal *bond* de viagem partido, (naturalmente por estar muito frio), fez-me o obsequio de dar um *bond* que veio de outra linha e que só pode partir ás 11 horas e 10 minutos. Cabe-me agradecer a delicadesa daquelle empregado e criticar a Companhia pelo seu desleixo e pouca attenção para com o publico: mesmo assim não commento o facto, mas peço

simplesmente á Companhia que faça publico, para bem de todos, se está supprimindo ou não o *bond* das 10 horas e 35 minutos da noite, para a Ponte Grande.

S. Paulo, 28 de Maio de 1888.

RODRIGO MONTEIRO DE BARROS<sup>333</sup>

O aspecto que transparece ao “esperar”, subjacente à reclamação acima, é a (inter)dependência social intrínseca ao funcionamento dos serviços modernos em qualquer contexto histórico. As pessoas passam a depender das vicissitudes da técnica e umas das outras pela mediação desta mesma técnica e dos produtos desta.

Trata-se de uma dependência específica, mediada pelos significados que indivíduos como o membro da abastada família paulistana Monteiro de Barros lhe atribuem. Numa sociedade em que, até a chegada da ferrovia na década de 1860, o ato de *esperar* era, sobretudo, mediado por relações diretas, *tête-à-tête*, com aqueles – geralmente subordinados – pelos quais se esperava, a imagem do indivíduo parado no ponto de bondes, solitário, submetido apenas à “delicadeza” de – socialmente inferiores - empregados que fornecem informações, quando “se lembram”, ganha uma aura de dramaticidade que certamente não teria na nossa sociedade.

À alteração repentina de horário dos bondes, fato em si reprovável aos olhos de qualquer “passageiro de bonde”, junte-se o ambiente sociocultural de distanciamento e de hierarquia no qual vive aquele distinto membro da abastada família Monteiro de Barros. O resultado: é maior ainda a “indelicadeza” de ver-se submisso às vontades da Companhia numa fria noite de outono paulistano.

Isso vale para o sentido literal do ato de “esperar”. Mas esse conta, com inúmeras outras manifestações, sempre criticadas pelas novas personagens que pelas ruas circulam. Abundam, assim, reclamações de passageiros de bonde quanto ao fato dos cocheiros ficarem estacionados com seus veículos à espera de determinados passageiros<sup>334</sup>, ou mesmo dando tempo para algum carroceiro acabar de descarregar sua mercadoria, atravancando a rua<sup>335</sup>.

<sup>333</sup> Cf. *A Província de São Paulo* 30 de maio de 1888

<sup>334</sup> Cf. “Os bondes”. *A Província de São Paulo* 2 de outubro de 1883

<sup>335</sup> Cf. respectivamente Ofício do Engenheiro Fiscal dos Trilhos Urbanos Augusto Francisco Gonçalves (30 de maio de 1873) *Papéis Avulsos* (1873), vol. 262. Horten., à 6 da

Além de serem forçados a aguardar outras pessoas, passageiros não raro têm de esperar pelos animais: ficam sentados nos bondes até que os “burros chucros”, que puxam os bondes, se amansem<sup>336</sup>. Mas há também outras queixas: de gente que fica parada tempos a fio na frente do aparelho telefônico até que consiga completar a tão almejada chamada<sup>337</sup> e daqueles indivíduos que esperam voltar a luz para poderem trabalhar na edição do exemplar do jornal *A Província* do dia seguinte<sup>338</sup>.

Enfim, a rua moderna define-se por colocar as pessoas numa situação de dependência em relação a outras (sejam elas a “Companhia” enquanto instituição ou os empregados desta). Essa dependência - implícita nesses vários atos de esperar – é lida como *submissão*.

Não que o cotidiano das pessoas na cidade fosse desprovido de vínculos de dependência. Num contexto social escravocrata como o brasileiro, a dependência ao escravo, mesmo que não reconhecida e confessada de maneira aberta, permeia o dia-a-dia da sociedade. Remetendo-se, em especial, à rotina das casas senhoriais, o arquiteto Lúcio Costa sintetiza tal idéia, numa imagem original:

A máquina brasileira de morar ao tempo da Colônia e do Império dependia dessa mistura de coisa, de bico e de gente que era o negro. (...) Era ele que fazia a casa funcionar: havia negro para tudo, desde negrinhos sempre à mão para recados, até negra velha, babá. O negro era esgoto, era água corrente, no quarto, quente e fria; era interruptor de luz e botão de campainha; o negro tapava goteira e subia vidraça pesada; era lavador automático, abanava que nem ventilador<sup>339</sup>.

O fato é que quando os indivíduos vêm-se sujeitos a uma lógica de agir com as pessoas e de lidar com o tempo e com o espaço que parece operar independentemente deles (pouco importando o grupo ou estamento ao qual pertencem), sentem-se afrontados em sua - aparente independência e, sobretudo, em sua - também aparente - insubordinação.

---

tarde”. *Correio Paulistano*, 21 de outubro de 1884; “É boal”. *A Província de São Paulo*, 26 de novembro de 1886; “Ao dr. chefe de policia”. *A Província de São Paulo*, 14 de março de 1888.

<sup>336</sup> Cf. Junius *op.cit.*, p. 35. “A Companhia Camis de Ferro de S. Paulo”. *A Província de São Paulo*, 16 de março de 1887.

<sup>337</sup> Cf. “O telephone da Santa Casa”. *A Província de São Paulo*, 11 de novembro de 1886.

<sup>338</sup> Cf. “Companhia de gaz”. *A Província de São Paulo*, 25 de fevereiro de 1886.

<sup>339</sup> Cf. Lúcio Costa. *Sobre a arquitetura*. Porto Alegre, Centro de estudos Universitários de Arquitetura, 1962, pp. 174-75 citado por Maria Cecília Nacário Homem, *op.cit.*, p. 34.

Há momentos em que essa percepção social negativa da submissão se apresenta de maneira explícita. Refiro-me a situações em que as pessoas são levadas a defrontar-se com deliberações expressas das empresas responsáveis pelos serviços urbanos.

Nesse sentido, os bondes oferecem ótimos exemplos. Além dos horários – já mencionados acima -, outro motivo de queixa são os trajetos aparentemente aleatórios adotados pela Companhia.

Bonds do Braz - Recebemos um cartão postal em que pedem-nos para reclamar, da companhia de bonds ou de quem competir, contra a iniquidade praticada para com os passageiros, que á noite transitam do Braz para a cidade.

O facto é o seguinte: Ao chegar á cocheira da praça do mercado, os passageiros do bonde são obrigados a deixal-os e subir a ladeira municipal a pé, quando o ponto terminal da linha é no largo do Rosario. É justo o pedido. O passageiro paga 200 rs. e 200 rs. custa a passagem do Braz até o largo do Rosario<sup>340</sup>.

O exemplo revela três lógicas distintas em choque: a da companhia, a dos passageiros e a dos editores do jornal. Sendo a ladeira Municipal\* muito íngreme para a subida dos burros que puxam os carris de ferro, a companhia, durante um certo período (em meados da década de 1880), apela para este mecanismo, a fim de garantir a sobrevivência dos animais e, portanto, do seu capital.

Porém, dispensar os burros de andar implica fazer outros andarem no lugar deles... É importante notar que o autor do cartão postal reclama, especificamente, do fato dos passageiros serem *obrigados a subir a ladeira a pé* – já que a questão do preço da passagem é abordada de forma complementar pelos editores do jornal. Este detalhe não é de pouca importância. Ele permite entrever que, enquanto *A Província* interpreta a situação segundo a racionalidade do capital – seria “justo” usufruir de um serviço pelo qual se pagou -, o passageiro, diferentemente do jornal e da Companhia, enfatiza precisamente a “iniquidade” que representa para os “passageiros do Braz” percorrer o trecho a pé.

O que levaria o autor anônimo a enfatizar precisamente este aspecto? Estamos falando de uma sociedade de senhores e escravos, para a qual o

---

<sup>340</sup> Cf. *A Província de São Paulo*, 20 de abril de 1884

“andar a pé” - sobretudo quando se é “obrigado” a tal – mantém-se como uma atividade pouco digna. Desde os tempos coloniais só quem pode obrigar a andar são os senhores, e quem tem de obedecer é o escravo. No momento em que surgem no cenário social empresas, como a Companhia Carris de Ferro, que “*obriga todos* a andarem a pé em nome de uma lógica outra, estrangeira, que ignora todas as velhas hierarquias sociais em jogo, a situação não deixa de causar, por aqueles que até então só andavam quando queriam (ou podiam), um grande estranhamento<sup>341</sup>.

Além de críticas às resoluções das respectivas empresas, figuram nos jornais inúmeras queixas contra os empregados que nelas trabalham em contato direto com o público de usuários dos respectivos serviços: em especial cocheiros e cobradores de bonde. Os atributos que perpassam essas falas são absolutamente depreciativos – “insolência”, “surdez”, “grosseria”.

Seriam esses indivíduos todos tão mal-educados assim? É difícil saber. Pouquíssimas são as informações presentes na documentação a respeito dos trabalhadores envolvidos nos serviços de infra-estrutura. Além de uma referência esparsa sobre um incêndio num quiosque causado por um cocheiro da companhia de bondes que, “associado” no negócio, “costumava todas as manhãs accender alli um fogareiro, em que fazia café, antes de recommençar o seu serviço”<sup>342</sup>, não há qualquer outra menção na fonte ao modo de vida desses novos tipos sociais.

Percebe-se, entretanto, que a presença dos imigrantes italianos ganha um certo destaque durante a década de 1880, no bojo do incremento da política de imigração, que passou a ser subvencionada pelos cofres públicos em 1884<sup>343</sup>. Eles passam a ser mencionados em função dos acidentes que sofrem enquanto trabalhadores da Companhia Cantareira<sup>344</sup>

<sup>341</sup> As vezes o estranhamento desemboca em revolta: alguns meses depois do reclamo acima, ao fim da festa da Penha, os passageiros de bonde ao serem informados de que os veículos não subiriam a ladeira Municipal dirigiram-se à estação central da companhia de bondes no Mercado e “quebraram tudo o que encontraram à mão, assomalhando os carros allí recolhidos”. Cf. “Depois da festa” *A Província de São Paulo*, 16 de setembro de 1884.

<sup>342</sup> Cf. “Incendio”. *A Província de São Paulo*, 8 de setembro de 1885.

<sup>343</sup> Cf. entre outros Paula Beiguelman, op. cit.; Michael Hali, “Italianos em São Paulo (1880-1920)”, *Anais do Museu Paulista* n.º 29, São Paulo, 1973; Maria Ignez Borges Pinto, op. cit.

<sup>344</sup> Cf. “O transitio dos bonds”. *Correio Paulistano*, 6 de outubro de 1882.

ou da Companhia Gas & Co.<sup>345</sup> Em outros momentos são depreciados, por se tornarem cocheiros e condutores de bonde, sem nem bem conhecerem a cidade<sup>346</sup>.

Entram em jogo novamente as velhas hierarquias sociais, por mais que seja não possível saber a origem social desses vários indivíduos. A partir das caracterizações que deles são feitas se percebe, subjacente ao indelével preconceito daqueles que os descrevem, que os empregados pertencem aos setores populares da população paulistana, ou, no mínimo, de gente que conhece bem o ambiente das ruas. É o que insinuam, indiretamente, “Muitas victimas”, ao criticarem...

#### Os cocheiros de bonds

Chamamos a atenção da policia e do digno snr. fiscal da companhia dos bonds da capital para o modo grosseiro e descomedida linguagem de alguns cocheiros dos mesmos. A se não tomarem serias providencias não se poderá dentro em pouco utilizar os bonds, sob pena de durante o trajecto ir ouvindo todos os indecentes despropositos com que mimoseiam os conductores as bestas, os collegas e as mulheres da vida alegre que vão encontrando pelo caminho. Isto é escandaloso, e o publico e especialmente as familias protestam contra tal vandalismo que afinal de contas reverte em prejuizo da empresa.

*Muitas victimas.*<sup>347</sup>

Independentemente da sua origem social, esses indivíduos são alçados ao *status* de prestadores de serviços – “serventuarios”, no linguajar da época - no momento em que começam a trabalhar para as companhias particulares. Tornam-se os fiéis representantes de sua lógica e, por seu próprio papel social – de cocheiros, cobradores etc. -, acabam por fazer com que os usuários dos serviços deles dependam.

Nesse sentido, se, por exemplo, o cocheiro demora muito tempo para cobrar o troco dos passageiros, todos têm de esperar. Ou se os condutores de bondes quiserem ignorar os chamados dos passageiros pelas ruas, não há como revidar<sup>348</sup>. Por fim: a partir do momento em que um deles decide não “dar entrada ao cidadão italiano Julio Prozi, artista (...) allegando que o

<sup>345</sup> Cf. ‘Asphyxia pelo ‘az’. *Correio Paulistano* 4 de dezembro de 1887

<sup>346</sup> Cf. *A Provincia de São Paulo*, 6 de julho de 1886

<sup>347</sup> Cf. *Correio Paulistano*. 11 de novembro de 1882

<sup>348</sup> Cf. ‘Os conductores de bonds’. *A Provincia de São Paulo* 31 de março de 1886

passageiro não estava decentemente vestido”, só o que resta é recorrer aos jornais contra o “conductor opinoso”<sup>349</sup>.

A relação social de dependência mostra sua face mais crua: os novos transeuntes paulistanos, que se consideram social e economicamente superiores aos empregados que trabalham para as companhias, vêem o seu circular pelo espaço da rua ser influenciado e coordenado de maneira direta por estes indivíduos.

Não surpreende que a percepção da situação seja dramática. Num contexto como esse, em que as desigualdades sociais encontram nos pequenos gestos cotidianos e nas “normas de boas maneiras” uma seara privilegiada de reiteração<sup>350</sup>, aos olhos dos novos *assignantes* e pedestres, determinadas ações dos empregados são *a priori* apreendidas como “grosserias”.

Apresentou-se Augusto Hants, queixando-se de que o cocheiro da companhia de bonds, chapa n. 10, não atendera ao pedido que o queixoso fizera para parar o *bond* que seguia com velocidade, dando em resultado cair e ser ferido no pé direito<sup>351</sup>.

É impossível saber se a queda se deu porque o cocheiro “não atendera ao pedido” do passageiro, já que só o que temos é uma versão do fato. Mas o que interessa é que Hants saltou do bonde desafiando, portanto, não apenas a “velocidade” da técnica, mas a relação social de dependência à qual estava condenado, como passageiro do veículo.

É importante assinalar que a percepção da dependência intrínseca às relações sociais “modernas” como submissão conta com uma terceira faceta. Esta se manifesta não quando se sabe de quem se reclama, mas precisamente no caso contrário...

Os taes – Continuação os ladrões em sua *laboriosa* missão.  
 Às duas horas da madrugada de hontem, um dos taes, bem audacioso, penetrou no interior da relojoaria do sr. Bamberg, á rua da Imperatriz, donde roubou alguns relógios de ouro, podendo ter conduzido todo o sortimento que alli existia, se não conhecesse que o havião presentido!  
 E assim foi, pois que, saindo o sr. Bamberg á janella, viu á porta de sua casa dous vizinhos que, tendo presentido *rato* na ratoeira, tratavão de

<sup>349</sup> Cf. “Conductor opinoso” *A Provincia de São Paulo*. 25 de janeiro de 1888

<sup>350</sup> Cf. Florestan Fernandes, “Cor e estrutura social em mudança”, *op.cit.* p. 106.

<sup>351</sup> Cf. “Apresentou-se Augusto Hants.” *A Provincia de São Paulo* 26 de novembro de 1887

segural-o, quando o dito Bamberg diz que a *ratazana* podia sair por uma das portas, que era facil abrir.

Dito e feito; abrindo-se repentinamente a porta, appareceu um braço, o do tal, que, de faca em punho, e não achando resistencia, correu pela rua fóra, em direcção á varzea do Carmo, sendo então perseguido por algumas pessoas que já se havião reunido, mas que, em summa, não conseguirão segural-o.

O ladrão é de fino quilate e audacioso.

Se não, vejão:

Na parede da casa do sr. Bamberg acha-se collocado um lampeão, e, contiguo a este, uma pequena fresta de 4 a 5 polegadas de altura, tapada com vidro, que dá para dentro da loja, e tão pequena, que ninguem podia prever que por alli pudesse passar um homem.

Entretanto, foi por ella que passou o ladrão, com o auxilio unicamente do braço do lampeão, pelo qual subira, necessariamente com o auxilio de alguma escada dos *apagadores dos lampeões*.

(...)<sup>352</sup>

Esta notícia, em princípio, poderia ser interpretada apenas como um relato irônico a respeito dos roubos que se avolumam na cidade entre as décadas de 1870 e 1880, e que justificam, inclusive, o aumento das notícias críticas sobre a presença de cães nas ruas da cidade: “A cidade está infestada de verdadeiras feras, em razão do prazer que se vae desenvolvendo de possuir cães, á titulo de guardas cazeiros”<sup>353</sup>.

Todavia, a problemática não se restringe a “os taes”. Para roubar, o “tal” utiliza-se da escada dos “apagadores dos lampeões”. Esse é o aspecto que mais parece chamar a atenção do jornalista, de forma que ele até o grifa no texto. Uma dura insinuação está sendo feita: o ladrão tem alguma relação com a companhia de gás, seja porque ele trabalha como apagador de lampião, seja porque conhece algum empregado do qual tomou emprestada a escada. Ninguém sabe...

Precisamente nisso reside o problema: ninguém sabe de nada. Os tempos modernos, com o seu serviço de gás e suas escadas de apagar lampiões tornam as pessoas vulneráveis a riscos, com os quais não contavam anteriormente. Agora, elas dependem da atuação diária dos empregados dessas companhias, que – no caso do gás - detêm não apenas

<sup>352</sup> Cf. *Diário de São Paulo*. 19 de dezembro de 1872

<sup>353</sup> Cf. ‘Cães bravios’. *Correio Paulistano* 29 de novembro de 1871. É curioso, aliás, observar que o próprio Junius enfatiza a questão da segurança ao visitar a cidade em 1882: ‘os ladrões andam por toda a parte e mostram-se de uma cusadia admiravel’. Cf. Firmo de Albuquerque Diniz (Junius), *Notas de viagem*, *op.cit.*, p. 45.

o poder de apagar a luz, como também, de fazer com suas escadas o que quiserem sem evocar maiores suspeitas.

A relação de dependência implícita às novidades modernas – dependência a tipos sociais como os apagadores de lampião ou a objetos, como as suas poderosas escadas – é percebida, por detrás dos muros da casa, como impotência. A dinâmica em curso nas ruas contamina este espaço tornando-o vulnerável às suas vicissitudes.

Nós a braços com a civilização - Decedidamente a velha capital dos paulistas civilisa-se! Já não somos o que d'antes eramos, nos idos tempos em que viviamos de porta aberta, com as chaves nas gavetas e confiando ingenua e honradamente em Deus e em todo o mundo. Hoje, depois que com todos os seus prós e contras, nos entrou a civilização em casa, fia mais fino: com as portas fechadas, com as chaves debaixo do travesseiro, e desconfiando seria e propositalmente de Deus e de todo o mundo, ainda assim *limpa-se* um cidadão, ao que parece, com uma facilidade enorme. Tudo isto vem a proposito de uma ladroeira de que foi victima ha dias o sr. Joaquim Carlos da Silveira, actual presidente em Casa Branca. Um atrevido, industrioso larapio apoderando-se de um cartão de visita d'esse cavalheiro, mandou-o á conhecida casa A.L. Garraux & Co. d'esta cidade, com o seguinte recado:

"Illm. sr. Mitchell. - Faz favor de mandar pelo portador um par de estatuetas de 30 a 35 centímetros de altura, de porcellana representando Ceres. Creio que o sr. me pediu 35\$000 por um par que eu ahi vi. - S. Paulo, 19 de dezembro de 1882".

E nas costas do cartão lia-se mais: *Rua do Barão de Itapetininga n. 31.*

A pessoa a quem era dirigido o cartão, conhecendo o sr. Silveira, não poz em duvida alguma e fez immediata entrega dos objectos pedidos.

Mal elle desconfiava da asneira que fazia, porque ante-hontem, apresentando ao sr. Silveira a conta, este lhe declarou ignorar absolutamente do que se tratava, e não haver nunca escripto semelhante bilhete, cuja lettra lhe era estranha.

Vê-se d'aqui a cara de ambos: a do nosso velho conhecido e bondoso Mr. Mitchell, reconhecendo-se, talvez pela primeira vez na sua vida, victima de um gatuno; e a do sr. Silveira, passando-lhe na consciencia o ter sido causa indirecta e involuntaria de um prejuizo a terceiros, e calculando que, com os restos dos cartões que tem tido, os srs. gatunos são capazes de se enriquecerem.

O que se não vê d'aqui é a cara do industrioso autor d'esta tramoia.

E é pena! Deve ter um sorriso magnificio, unico!

Meus senhores, que usem d'isso, acautellem os seus cartões.

Seguindo uma tática completamente diferente daquela utilizada pelo primeiro ladrão, também este "gatuno" conseguiu atingir o seu objetivo. Apesar das diferenças estratégicas, ambos se utilizaram de mediações sociais do mundo moderno para seus roubos. A escada dos apagadores é o objeto que media toda uma nova maneira das pessoas se relacionarem

entre si e submeterem-se umas às outras por intermédio dos serviços de infra-estrutura que uns prestam a outros. De maneira análoga, a *carte de visite* intermedia as relações comerciais entre negociantes como o sr. Mitchell, da elegante Casa Garraux, e não menos elegantes compradores, como o sr. Silveira.

Esse traço em comum justifica a reação irônica dos autores de ambos os textos, em relação não tanto aos indivíduos que cometeram os crimes, mas antes, às inglorias situações que “nós a braços com a civilização” vivenciamos na cidade. Num momento em que tantas são as (inter)dependências, não basta desconfiar “seria e propositalmente de Deus e de todo o mundo”. Existe uma dinâmica de transformações muito mais ampla em curso e que incide sobre os velhos mecanismos sociais que operam no interior das quatro paredes, tornando-os obsoletos: a porta fechada e a chave na gaveta não protegem mais.

O que estaria sendo afirmado por meio de tantas críticas contundentes às relações sociais de dependência às quais os indivíduos são submetidos na São Paulo das décadas de 1870 e 1880? Os tempos modernos colocam em xeque as antigas hierarquias: não só porque os velhos escravos estão desaparecendo, mas porque se percebe a existência de uma servidão de novo tipo - e desconhecida.

Num contexto como esse, a percepção da dependência, como submissão e impotência, aponta para uma afirmação do passado: naqueles tempos não se era submetido a abstratas “companhias” ou a reles e “subordinados” empregados. Ademais, tinha-se a possibilidade de decidir em quem se queria ou não confiar, e tinha-se pleno domínio sobre quem adentraria ou não o mundo da casa. Ao menos na esfera das representações, era assim que se redesenham os, agora, velhos tempos.

### **“Cousa atôa’, bruto e mais outros epítetos”: e a “civildade”?**

A lógica outra que se insinua aos transeuntes paulistanos por meio da proximidade física excessiva, da muita espera e da desconfiança que marcam as andanças destes pelo espaço da rua, carrega consigo uma

última dimensão, não menos dramática. É a subversão de antigas hierarquias.

Uma das searas privilegiadas para a observação dessa questão é a cobrança de contas relacionadas aos modernos serviços de infra-estrutura. Nestas ocasiões que o vigor dos novos vínculos sociais, estabelecidos na cidade, se apresenta com maior intensidade, já que coloca frente a frente a lógica do capital – corporificada na atuação do cobrador da conta – e todas as outras lógicas vigentes. Bem emblemático nesse sentido é o relato de Luís Sodi mencionado “ao longo do passeio”, e que vale aqui retomar, para fins analíticos:

#### Companhia Cantareira e Exgottos

Roga-se ao muito digno sr. gerente dessa Companhia o obsequio de dar ao seu cobrador Manoel Joaquim da Costa e Silva, um manual de civilidade como é necessario para tratar com os contribuintes da companhia, como elles têm direito. O abaixo assignado, sendo sua familia composta apenas de duas pessoas e não havendo-se nada em casa tem sempre gasto 2.000 litros de agoa aproximadamente, acontecendo hoje que lhe fosse pelo dito cobrador apresentada a conta do consumo pelo mez de Fevereiro, marcando 5.000 litros gastos nesse mez, observou-lhe que devia haver engano, e por isso que só pagaria a dita conta depois que fosse novamente verificado o consumo por quem de direito; essa simples e justa reclamação feita aliás nos termos os mais cortezes longe de merecer a aquiescencia do dito serventuario do publico, a que era obrigado, atirou para o abaixo assignado a injuria de vêr-se atirar por uma janella dentro a conta e ouvir-se chamar de “cousa atôa”, bruto e mais outros epithetos, do uso do dito cobrador o qual aliás é já bem conhecido nesta capital como homem violento e mal educado. Pede-se, pois, ao sr. gerente queira pôr paradeiro a tão improprio procedimento de seu subordinado, esperando do cavalherismo que distingue o dito sr. gerente, attenderá a esta justa reclamação que aliás é o interesse da companhia que representa.

S. Paulo, 8 de Março de 1887.

LUIZ SODI.

(Bazar do Povo)

Rua do Imperador n. 6 e Caixa d'Agua n. 2 (loja)<sup>354</sup>.

A queixa é indicativa dos desencontros vivenciados tanto pelos “serventuários”, que prestam os serviços, quanto pelos *assignantes* que os contratam. Se o cobrador foi “violento e mal educado” nunca saberemos. Patente é, que o fato de um “subordinado” atirar a conta pela janela da casa de um conhecido negociante da cidade é uma “injuria” sem tamanho - ainda

---

<sup>354</sup> Cf. *A Provincia de São Paulo*, 9 de março de 1887.

mais quando o gesto vem acompanhado por comentários desdenhosos sobre a reclamação do *assignante* frente à companhia.

A questão em pauta diz respeito às distâncias sociais: para onde fica relegada a *deferência* que marca o espaço da rua, num momento em que entra em cena uma lógica outra, terceira, contratual?

Explosões semelhantes de indignação vêm à tona quando o assunto é troco de bonde. O problema da ausência de troco é crônica durante todo o período estudado, tornando freqüentes cenas como a narrada por um *assignante* à *Provincia*:

Companhia Carris de Ferro - Escreve nos um nosso assignante pedindo a seguinte justa reclamação:

"A gerencia da Companhia de Bonds compete providenciar de modo a que os conductores andem providos de trocos, evitando assim as pernadas que os passageiros dão repetidas vezes, para irem ao Café de Java receber os seus trocos, ou coagidos a permanecerem no bond, até que o conductor encontre uma taverna que faça-lhe troco acontecendo muitas vezes que o passageiro tem de retroceder ao ponto destinado, não pequena distancia, facto esse que tem-se dado até com familias, sendo isso mais frequente na linha do Braz. É esta uma falta facil urgente de ser removida"<sup>355</sup>.

Diante do quadro social esboçado até agora não é difícil imaginar que a questão técnica envolvida na existência dos bondes na cidade – a falta de troco – venha imbuída de toda uma sobrecarga de significados de conotação eminentemente negativa, em relação ao serviço. A busca pelo troco implica, para o novo transeunte, não apenas ver-se "coagido" a esperar horas a fio dentro dos bondes, mas, sobretudo, ter de sujeitar-se a "pernadas" pelo largo do Rosário\*, onde se situa o ponto central dos bondes, em frente ao Café de Java.

Num contexto como esse não fica difícil imaginar a quantidade de desencontros que ocorrem a partir do momento em que quem dirige o bonde ou entrega a conta de luz é estrangeiro ou pertence a um *status* social inferior. São personagens que trazem consigo, além da falta de conhecimento da língua e da cidade, referências outras, por vezes desprovidas do caráter assimétrico implícito às relações sociais que se supõe numa sociedade escravocrata como a brasileira.

Companhia Carris de Ferro da capital – Presenciamos sabbado ultimo um facto interessante, para o qual chamamos a attenção do sr. dr. director-gerente da companhia Carris de Ferro da capital.

Estacionava no largo do rosario o *bond* n. 19, ás 8-50 da noite, cujo distico era *R. Aurora-Consolação*, e cujo conductor era italiano e o cocheiro tambem. Aproximou-se um individuo de côr preta e perguntou ao conductor:

- Vae ao Commercio da Luz?

- *Si*, respondeu o italiano.

Muito bem. D'ahi a pouco veiu um cidadão e perguntou:

- Passa pela Beneficencia?

- *Si*, repetiu o italiano.

O *bond* partiu, e ao passar em frente ao antigo palacio Episcopal, embarcou um cidadão inglez, que perguntou:

- Vae á Santa Cecilia?

- *Si*, respondeu imperturbavel o conductor.

Cedo, porém, começaram a apparecer as consequencias de tanta affirmacão contraria uma áoutra. O homem preto que queria ir ao Commercio da Luz, berrou deveras quando se viu logrado e obrigado a desembarcar na estação da Luz, tendo de ir a pé á Ponte Grande. Tambem ver-se codilhado em 200 rs. e ter que caminhar da rua da Estação á Ponte Grande, debaixo de uma chuva continua, confessemos que, com effeito, é horroroso.

Logo adiante o *bond*, que tinha de dobrar a rua Alegre, seguiu em direcção á Santa Cecilia. Os passageiros da Consolação reclamaram e tanto aturdiram o infeliz italiano, que este não teve outro recurso senão mudar os animaes e retroceder a marcha, tomando a rua Alegre.

Foi então a vez de revolucionar-se o inglez que queria ir á Santa Cecilia. Mas o italiano respeitou a maioria e o infeliz britannico teve que chorar os seus 200 rs. e apanhar a chuva que por meio d'elles quizera evitar.

O *bond* continuou a sua marcha, sempre sob a criteriosa direcção do conductor italiano. Elle tinha que seguir a rua Alegre até á Beneficencia, mas ao chegar á rua Episcopal o cocheiro entendeu dever seguir por alli, e se bem pensou, melhor o fez.

Foi então que romperam as reclamações de todcs aquelles que viram-se logrados. Mas, que fazer? Tiveram de imitar o inglez e sujeitar-se ás consequencias das *acertadas nomeações* da C.C. de Ferro da capital.

Levamos este facto ao conhecimento do sr. dr. director-gerente d'aquella companhia, e estamos certos que s. s. dará as providencias que o caso exige.

## Transeuntes paulistanos: sua alegria, seu choro

Recuperar as antigas e modernas atividades sociais tematizadas “durante” o passeio como mediações de noções sobre o espaço da rua acabou por trazer à tona um complexo panorama de representações sociais. Este repõe num outro patamar a questão que o “passeio” suscitou, referente ao sentido da coexistência de opiniões positivas e negativas em relação às diversas atividades realizadas nas ruas paulistanas.

Importa agora buscar o sentido desse conjunto de noções de espaço, que acaba por fornecer respostas sobre a percepção social em relação ao tempo histórico, na São Paulo das décadas finais do Império.

Foi possível perceber que, em relação a cada uma das atividades sociais embatem-se no mínimo duas concepções distintas que, para fins analíticos, vale aqui retomar de maneira sintética. Os despejos e o pó colocam em pauta o dilema entre a rua a ser higienizada, em contraposição a um espaço percebido e vivenciado como residual. Os banhos nos logradouros públicos remetem o pesquisador à questão da moralidade e da a-moralidade nestes locais; os animais, ao contraste “rural-urbano”; o comércio ambulante, a uma rua passível de ser notada como *locus* em que se fica e pelo qual se circula. As tradicionais festas populares, por sua vez, permitem pensar o embate entre irreverência e compenetração como marca desse espaço.

Isso no que se refere ao conjunto que chamei de antigas atividades sociais. Simultaneamente há, entretanto, outras categorias em pauta. Nesses casos, as representações sobre a rua são mediadas por concepções sobre o modo como intervêm e operam no espaço as mercadorias e equipamentos modernos, as empresas e os funcionários que por esses objetos e serviços são responsáveis. Em relação às várias atividades sociais relacionadas com esse novo mundo percebe-se um misto de fascínio e de estranhamento. Concepções de espaço pautadas nas noções de lucro e de contrato coexistem com outras, que contemplam dimensões contrapostas a essa lógica: a exclusividade, a independência, a personalidade, a deferência.

Diante desse quadro, cabe indagar sobre a coexistência dessa complexidade de representações.

Levando-se em consideração que as categorias de “higiene”, de “moral”, de “urbano”, de “civilização”, “circulação” relativas às atividades antigas vieram à tona por intermédio dos relatos de novos transeuntes, seria possível argumentar que essas concepções de espaço se ordenam em torno da matriz de oposições “antigo”-“moderno”. Todas essas falas não seriam mais do que tentativas de abolir o passado (não-higiênico, amoral, rural, colonial), em nome de um mundo novo, moderno.

Uma interpretação desse tipo pressupõe que a categoria novo transeunte designe um grupo social específico, passível de pronunciar-se de maneira unívoca – sempre pautada no ideário moderno – a respeito de todos os fatos que vivencia na cidade. Entretanto, um grupo social com essas características não existe, nesse contexto.

Em primeiro lugar, porque neste estudo a noção de novo se refere menos a um grupo ou a indivíduos específicos do que a uma personagem social caracterizada por representações sobre o espaço forjadas a partir de uma situação histórica nova na cidade – situação esta que, em última instância, diz respeito à sociedade paulistana como um todo. Num momento em que cada vez mais pessoas, de diferentes origens e condições sociais, saem às ruas torna-se imperativo conviver nesse espaço.

Além disso, porque mesmo que se busque, a título de hipótese, as falas de indivíduos específicas, passíveis de serem concebidos como novos transeuntes nos termos deste estudo, será inevitável deparar-se com um imaginário nem um pouco constantes em relação ao “antigo” ou ao “moderno”. As crônicas de um pseudônimo já bastante mencionado no decorrer deste estudo oferecem um bom exemplo, nesse sentido.

O “sr. Segismundo” escreve no *Diário de São Paulo* entre fins de 1872 e 1873, momento em que os bondes começam a circular e João Theodoro, a governar<sup>356</sup>. O que o caracteriza precisamente é sua condição de pedestre

<sup>356</sup> É importante ressaltar que o sr. Segismundo que figura no *Diário* nesses anos é uma recriação de Segismundo José das Flores personagem fictícia do jornalista e político Pedro Taquas de Almeida Alvim. Morto em 1870 este escritor publicou semanalmente durante a década de 1860 as “cartas de Segismundo” no jornal Cf. Afonso A. e Freitas *Tradições e Reminiscência. Paulistanas*, São Paulo. Governo do Estado. 1978 (1ª e . 1921) pp 78-9

que registra, em cartas ao “Sr. Redactor”, as impressões que colhe de seus passeios cotidianos pelas ruas da cidade. É por isso mesmo que seus relatos são verdadeiras etnografias dos espaços e tipos humanos da cidade.

A perspectiva de um estranhamento “típico” dos novos transeuntes, insinua-se por meio do perfil construído para o “sr. Segismundo”. Trata-se de um “caipira” do interior, que narra os passeios que faz pelas ruas da cidade ao seu “compadre Mandú, de Itú”, em longas cartas publicadas durante um ano inteiro no *Diário*.

Quando o assunto são as “modernas atividades sociais”, como o andar de bonde, a sensação de entusiasmo do narrador convive, lado a lado, com um certo aturdimento:

(...)ora, compadre, os taes carros do sr. *Rosembergue* [sic] são mesmo uns *quebra*... uma coisa de arregalar; se vmc. provasse uma vez, havia querer estar só grudado nelles.

Por isso ja não ha mais sapatos nos sapateiros: os negros têm comprado todos p’ra poderem entrar nos *bonde*.

Mas, compadre, uma coisa ainda não me entrou na cabeça: é que muita gente não entra em *bonde* senão no pateo de N. Senhora do Carmo (...)

Então, como hoje é Domingo, estamos nos preparando para os *bonde*, (...) não posso ir adiante.

Adeus (...) <sup>357</sup>.

Em outras ocasiões, a origem rural de “sr. Segismundo” não o impede de desferir ataques ferozes ao “atrazo” paulistano:

O sr. Segismundo

Illm. sr. meu compadre,

(...) Que atrazo, compadre, vai por aqui, na terra da *Independencia!* Pois se chegão, compadre, a escangalhar as arvores que os camaristas mandarão plantar! Se põe as pedras nos trilhos dos bonds só p’ra ter-se o gostinho de ver uma desgraça! Se quebrão-se rotulas e vidraças, as figuras, os chafarizes, as grades de ferro e até as cruces antigas, que devião ser conservadas e respeitadas! Ah! Compadre, uma coisa é ver e outra é soffrer e contar. Parece, compadre, que tudo volta p’ra atraz (...) <sup>358</sup>

Enquanto, em certos momentos, o jornalista reclama de determinadas características seculares do cotidiano das pessoas nas ruas paulistanas, em

<sup>357</sup> Cf. O sr. Segismundo, “O sr. Segismundo” *Diário de São Paulo*, 30 de outubro de 1872.

<sup>358</sup> Cf. sr. Segismundo, “O sr. Segismundo” *Diário de São Paulo*, 9 de fevereiro de 1873.

outros só o que o caipira pode fazer é participar e aplaudir. Isso ocorre, por exemplo, durante o carnaval:

(...) As ruas estavam que vmc. não podia atravessar de povo, que parecia formiga em correição; as janellas era só moçarada que nem se sabia p'ra que lado se havia de botar a enxergueira. As bandeiras de todas as côres estavam só voando com o vento; os palanques de musica e arcos de bambú com coqueiros tambem estiverão erguidos, aquelles nas ruas do sr. *Nheco* e do sr. Spinelli, e estes na rua do sr. Liborio, que de noite fazia um vistão por causa das tochas de papel franzido, que se penduravão dos bambús e dos coqueiros. Foi pena, compadre, que os de outras ruas não fizessem subscrição p'ra botar luminaria de tochas, e muito menos de gaz, como o sr. Salgado e o sr. Victorino, que desta vez estiverão mesmo entusiasmados e mostrarão 'ra que serve a cobreira delles. E foi por isso que a sua rua delles ficou que o povo dizia que era um Paris do defunto Napoleão; e era, compadre, pois fazia gosto se passear por alli, onde até de dia tocava musica em um palanque erguido na porta do *mussiú Levy*. (...) <sup>359</sup>.

Os relatos revelam um indivíduo dilacerado entre o velho e o novo mundo, entre o passado e o presente, entre o antigo e o moderno. Esse dilaceramento não se insinua apenas por meio das críticas e dos elogios do narrador aos fatos cotidianos que ocorrem nas ruas paulistanas.

Explicita-se por meio do próprio perfil de quem relata. Não deixa de ser surpreendente, a um leitor dos dias de hoje, que um “caipira” critique com tanta desenvoltura uma cidade “caipira”, em favor da “civilização”.

Essa questão ganha especial sentido se consideramos que quase quarenta anos depois do período aqui em estudo, precisamente no fim da primeira década do século XX, aparece na literatura, no ensaio político, na música e em outras expressões artísticas, uma “vitalização do estereótipo do caipira”<sup>360</sup>. Segundo José de Souza Martins, esta “figura social”, encarada ideologicamente como um “estranho” e desvinculado de todo e qualquer contexto – e, por isso mesmo, depreciado -, passa a figurar em textos e músicas, para veicular uma crítica ao mundo urbano<sup>361</sup>.

Nas crônicas produzidas nesse universo ainda fortemente rural da São Paulo da década de 1870, observa-se precisamente o mecanismo

<sup>359</sup> Cf. O sr. Segismundo “O sr. Segismundo”. *Diário de São Paulo*, 4 de março de 1873.

<sup>360</sup> Cf. José de Souza Martins. *Música sertaneja: a dissimulação na linguagem dos humilhados*. 1975, pp. 1-9ss.

<sup>361</sup> “O caráter degenerado a cidade surge ‘claramente quando o mais degenerado’ dos tipos hunano, o mais depreciado pode ver crítica e desfavoravelmente a cidade apontar o (ele que é ridículo) o caráter ridículo dos resiltados a urbanização. *Idem*, *ibidem* p. 134.

contrário: o “caipira” é a figura social utilizada para, em grande parte, elogiar o universo urbano e depreciar a cidade rural daquele momento.

Esse fenômeno certamente não se explica sem se considerar que, a despeito das transformações urbanas em curso na cidade nesse momento, o contexto paulistano mantém-se claramente referenciado pelo mundo rural. Este aspecto, por si só, torna atrativa qualquer personagem jornalística associada à vida da roça. Porém, há mais em jogo.

É a dilaceração entre o campo e a cidade, o rural e o urbano, o passado e o presente, o antigo e o moderno. Se ela se transforma em ficção por meio de um “caipira” civilizado como Segismundo, não deixa de ser sentida como realidade pela sociedade paulistana daquele momento histórico.

À luz dessa digressão fica claro que entender o sentido da coexistência das representações sobre o espaço depende de que se abduque de dicotomias rígidas. Mais vale entendê-las explorando todas as dimensões subjacentes ao seu caráter de “representação”.

Isso implica considerar que essas concepções dialogam entre si pela mediação de *ações* – no caso, atividades sociais – que, por sua vez, ocultam *relações* sociais.

Percebe-se, portanto, que esta noção carrega em si, implícita, dois outros níveis analíticos. Essas três dimensões dizem respeito àquilo que Malinowski, em sua obra maior, define como etapas metodológicas fundamentais da pesquisa antropológica: a dimensão dos “atos”, dos “imponderáveis da vida real” e do “espírito”<sup>362</sup>. Minha opção é seguir as indicações do antropólogo polonês, considerando-as separadamente, a fim de compreender a visão de mundo dessas novas personagens a respeito do espaço – e, também, do tempo – em São Paulo.

No que se refere à esfera das ações dos indivíduos, logo de início uma constatação: é impossível saber como as pessoas que, por meio dos jornais e das atas, formularam queixas ou elogios sobre suas vivências nas ruas paulistanas, relacionaram-se com aquilo que falaram, em seu cotidiano na cidade.

E no entanto, os relatos não afastam as vozes que elogiam e/ou reclamam do contexto social no qual estão inseridas e a respeito do qual formulam suas próprias opiniões. Produtores e produtos das representações que criam, os indivíduos que falam estão, antes de tudo, “emaranhados no próprio discurso que constituem”<sup>363</sup>. É nesse sentido que os relatos destacados no capítulo anterior, se são por vezes contundentes em relação à necessidade de censurar-se antigas atividades sociais, em outros momentos as enaltecem. O mesmo se aplica a “atos” modernos por excelência, como, por exemplo, os vários novos serviços urbanos, introduzidos na cidade.

A questão nos remete aos “imponderáveis da vida real”, condição metodológica *sine qua non* para que se compreenda o “espírito” destacado por Malinowski.

No caso aqui analisado, as noções de espaço produzidas pelos novos transeuntes oferecem uma perspectiva *metodológica* privilegiada de análise. Levando-se em consideração que as representações sociais produzem de maneira dinâmica o contexto de práticas que as produzem, não é difícil imaginar que a visão de mundo dessas personagens se nutra das contradições que marcam o contexto particular. Advém daí a originalidade desse feixe de representações encontradas.

Mas quais os termos desta originalidade? Entendê-los implica destrinchar o sentido das contradições presentes nessas concepções sobre o espaço. A elas subjazem princípios classificatórios específicos, que são intrínsecos a toda representação social<sup>364</sup>.

Para tanto, cabe aqui retomar as concepções, aparentemente ambíguas, produzidas sobre a higiene das ruas paulistanas. Quando o que está em pauta são os despejos nos becos e várzeas e o pó levantado pelos varredores de rua, só o que os novos transeuntes fazem é afirmar que na

<sup>362</sup> Cf. Bronislaw Malinowski, *Os Argonautas do Pacífico Ocidental. Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné – Melanésia*, São Paulo 1978 (or. ingl.: 1922) esp. pp. 27-32.

<sup>363</sup> Cf. Lilia Moritz Schwarcz, *Retrato em Branco e Negro*, 1987, p. 252.

<sup>364</sup> As classificações primitivas (...) são sistemas de noção, hierarquizadas. (...) Essas sistemas (...) têm um fim especulativo. Seu objeto não é facilitar a ação, mas tornar compreensíveis inteligíveis as relações existentes entre os seres”. Cf. Emile Durkheim & Marcel Mauss, Algumas formas primitivas de classificação (1902-03), in José Albertino Rodrigues (org.) *Sociologia. Durkheim*, 4ª ed., São Paulo: Atica, 1988, p. 197.

rua deve reinar a “limpeza”. Contudo, em favor desta mesma “limpeza”, só que aplicada ao “quarto de dormir” de “nossas casas”, justifica-se que a rua volte a ser o que a caracteriza historicamente: depósito dos resíduos (no caso: o pó) da casa<sup>365</sup>.

Este exemplo demonstra que opiniões críticas sobre as ações de *outros indivíduos*, coexistem com a aceitação e mesmo com o elogio daquilo que *se faz dia a dia* nas ruas da cidade. Em suma: há um “eles” e um “nós”; em jogo todo o tempo.

O “eles” engloba os infelizes “varredores” que levantam o pó ao exercer precisamente a atividade que visa aboli-lo. “Nós”, por sua vez, indica o consciencioso articulista da *Revista Commercial Agricola* e o leitor do *Correio Paulistano*, que contam, ambos, com todo o aval para livrar-se do mesmo pó jogando-o para fora da janela – e, portanto, na rua.

A diáde “nós”-“eles” denuncia as fortes clivagens sociais que marcam o contexto brasileiro nesses anos de crise final da escravidão. Essas assimetrias, aliás, estão presentes no modo como é utilizada, na documentação, a categoria “transeunte”. Se com freqüência a expressão aparece na documentação desprovida de qualquer caracterização mais precisa, a respeito de quem se trate especificamente; em outros momentos é complementada por atributos éticos (o “respeito”, a “dignidade”, a “distinção”) e estéticos (insinuados por meio de alusões à “roupa preta”, ao “chapéu alto de pello de seda”, à “bengala” e aos “sapatos Clark ou *Kauer*”). O que importa, para além dos atributos que os definem, é que quem os possui é “transeunte”, em contraposição a todas as outras personagens que circulam pelas ruas paulistanas; sejam elas quitandeiras, tropeiros, “molleques” ou cocheiros.

A existência dessas assimetrias permite concluir que, mais do que a respectiva atividade social – seja ela antiga ou moderna –, o que está em questão, na produção das várias noções de espaço nesse contexto, são as relações sociais fortemente hierarquizadas das quais as atividades são mediações. Vem daí que essas atividades sejam avaliadas por meio de

---

<sup>365</sup> Cf. “Acerca do quarto de dormir (*Revista Agricola Commercial*)” *Correio Paulistano* 1<sup>o</sup> de abril de 1877

concepções normativas específicas a respeito do que o “nós” pode e o “eles” não pode fazer.

Nesse momento, é importante lembrar a dimensão sociocultural do processo de urbanização paulistano já ressaltada por autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes e Emília Viotti da Costa. Em questão está o vigor com o qual as relações sociais escravistas e patriarcais atuam sobre a vida social nas cidades brasileiras, ao longo de todo o Oitocentos.

A questão passa a ser apreender como essas clivagens sociais se fazem presentes nas representações desses novos transeuntes sobre a rua. Ou, nos termos de Malinowski: como os “atos” e “imponderáveis” se apresentam ao “espírico”.

Para tanto, nada como recuperar um segundo exemplo, também marcado por esse tipo de contradição. Só que agora interessam não as antigas atividades sociais, e sim, os “tempos modernos” que o bonde anuncia para São Paulo.

Demonstrei que uma das falas mais emblemáticas nesse sentido é a de “Um apreciador dos bonds”. Ao mesmo tempo em que o autor preconiza o caráter moderno de uma rua agitada por bondes, recupera, em sua fala, dimensões antigas deste espaço: o distanciamento entre os estratos sociais; a deferência daqueles que servem (no caso, cocheiros e condutores) perante quem é servido; a independência que marca o transitar pela rua quando não se está sujeito às vicissitudes da técnica e do capital.

Novamente, é possível diferenciar “nós” e “eles”. “Nós” são os passageiros; “eles” são a companhia de bondes enquanto instituição, os seus empregados, a população e os cocheiros que causam “grande vozeria” pelas ruas.

A relação é tensa porque essas “modernas atividades sociais” colocam em xeque precisamente as clivagens que fomentam esta mesma relação. Qual o lugar das antigas distâncias sociais num espaço restrito como o bonde, em que todos são levados a conviver de forma tão próxima? Para onde ficam relegadas as antigas hierarquias se os cocheiros e condutores obedecem a uma outra lógica, alheia àquela que fundamenta as

relações entre senhores e serviçais? Como depender de indivíduos e objetos sobre os quais se exerce pouca ou nenhuma influência pessoal?

Ao abrir espaço para a formulação desses questionamentos, o exemplo de “Um apreciador dos bonds” permite reconhecer a dinâmica que infiltra as velhas clivagens sociais paulistanas (e brasileiras) nas representações sobre o espaço utilizado, percebido e representado pelos novos transeuntes. Diante desse tipo de situação, baseada numa lógica diversa, que o “nós” não domina, ganha sentido recuperar antigas noções de espaço, todas elas referidas precisamente às relações sociais fortemente hierarquizadas, que marcam o universo escravocrata e patriarcal paulistano (e brasileiro).

Eis que nos vemos lançados de volta às primeiras páginas deste estudo e aos dramas vivenciados por aquela “senhora distinctíssima”, dentro do bonde da linha nº 9, de Santa Cecília. Naquele momento tinha ficado em aberto o que teria levado a mulher a sentir-se tão insultada pelo condutor.

No âmbito dos códigos de conduta vigentes, a simples possibilidade do condutor responder à mulher que vá até o “despachante” para pagar o seu bilhete, figura como uma enorme ofensa. Como este indivíduo ousa dar a uma “senhora distinctíssima” uma ordem dessas; ordem esta que implica fazer a mulher locomover-se (eventualmente a pé) para a estação da companhia de bondes?

Percebe-se, por tudo isso, que a originalidade das representações dos novos transeuntes sobre a rua deve muito às convenções e marcas do passado paulistano. Nesse sentido, é possível falar numa dinâmica sociocultural moldada pela continuidade.

No entanto, é fundamental ainda ressaltar uma segunda dimensão que subjaz à visão de mundo desses novos transeuntes. Os exemplos acima, mas também todos os outros mencionados nos capítulos anteriores, deixam entrever que, se a clivagem social é o eixo básico que norteia as concepções sobre o espaço, essa faceta vai assumindo diferentes formas em dependência das circunstâncias cotidianas vinculadas às várias atividades sociais.

Aí entra em cena o tempo. Confrontadas com situações em que percebem como incômoda a moderna racionalidade do capital, as

personagens recorrem a todo um universo que recupera, com renovado vigor, as hierarquias sociais do passado que animam a sociedade paulistana daquele momento.

Frente às antigas atividades sociais, a decisão fica mais difícil. Os sonhos de “progresso” coexistem com circunstâncias em que o que vale é elogiar o passado, ainda tão presente. É nesses momentos que a matriz pautada nas assimetrias sociais atua com todo o seu vigor, definindo o tempo histórico a ser afirmado por meio do elogio e/ou da crítica.

E a experiência não se restringe aos transeuntes aqui analisados. É nova para todos: tanto para aqueles indivíduos aos quais o espaço da rua já pertencia quanto para os indivíduos que querem conquistá-lo. Inseridos nesse contexto e munidos, portanto, desses referenciais culturais, mesmo grupos sociais em princípio não reconhecidos como “transeuntes” têm de aprender a lidar com um mundo – e com hierarquias – em transição.

Percebe-se, portanto, que longe de obedecer a uma lógica que visa abolir o passado em nome do moderno ou vice-versa, o que se tem é uma complexa dinâmica que submete as categorias culturais fortemente pautadas nas hierarquias sociais, a novas situações cotidianas, oferecidas pelo próprio processo histórico em curso na cidade. Nos termos de Sahlins, diria que se faz perceptível de maneira privilegiada a dialética entre convenção e ação, entre estrutura e conjuntura.

No que se refere à percepção social do tempo histórico, o resultado dessa dinâmica não é *uma* resposta: o passado *ou* o presente, o rural *ou* o urbano, a continuidade *ou* a ruptura. A originalidade advém precisamente da coexistência desses termos todos, se contemplados numa escala de tempo peculiar – o cotidiano – durante um intervalo de tempo específico - vinte anos - num espaço também definido: a rua.

## Considerações finais: do tempo ao espaço

Centrar o foco de análise nessa série difusa de fragmentos de ação e de representação que animam o cotidiano de um conjunto também difuso de indivíduos na São Paulo das décadas de 1870 e 1880, acabou por lançar luz sobre uma história aparentemente desprovida de história. Isso se lembrarmos que as concepções sociais sobre o espaço se reiteram na documentação, durante os anos aqui analisados.

Trata-se de uma história sem história? Certamente não, e sim de uma história que segue um ritmo próprio. A pesquisa permitiu entrever que, para além de sua diversidade, esses fatos cotidianos remetem a temporalidades que se costumam numa escala distinta daquela que norteia e define os chamados grandes processos econômicos, políticos, demográficos em curso na cidade naquele momento.

Se essa é uma característica que vem à tona na análise de qualquer contexto, se apreendido com base na particularidade dos processos locais e imediatos<sup>366</sup>, a sociedade paulistana oitocentista apresenta especificidades na maneira como vai costurando essas temporalidades dia a dia, na cidade.

As peculiaridades do tempo dizem respeito às contradições da própria sociedade, que são as contradições da cultura e da história. Referem-se à força de ações, relações e representações pautadas nas hierarquias do universo escravocrata e patriarcal, num momento em que estas se vêem fadadas a uma certa desagregação, à medida em que se insinuam novas realidades, que anunciam rupturas evidentes.

Assim, reconhece-se que é na coexistência entre o antigo e o moderno, entre o passado e o presente, entre a continuidade e a ruptura que se situam e devem ser buscadas as singularidades da história paulistana daqueles anos em particular – e da história brasileira como um todo<sup>367</sup>.

<sup>366</sup> Cf. José de Souza Martins. *Subúrbio*. 1992. p. 12.

<sup>367</sup> Cf. Lilia Moritz Schwarcz et alii. "Considerações finais – Brasil, o tempo e o modo" in Lilia Moritz Schwarcz (org.), *História da Vida Privada no Brasil. II. Contractos da Intimidade Contemporânea*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998. p. 729.

É o que explica o questionamento que faço da concepção, de que a São Paulo submetida às transformações urbanas de fins do século XX possa ser considerada uma “cidade moderna, historicamente constituída nos marcos de desenvolvimento da sociedade burguesa e capitalista” – nos moldes da cidade européia<sup>368</sup>. Como aceitar essa caracterização se São Paulo possui uma outra história, bastante diferente daquela da “sociedade burguesa e capitalista” européia; se os dilemas socioculturais que vivencia, por exemplo, em relação aos modernos serviços urbanos se devem precisamente à ausência desses “marcos”?

O exemplo paulistano aqui estudado traz à tona a coexistência entre as “modernas mercadorias” e a ausência das relações sociais que a presença destes produtos supõe. É, aliás, o que impede conceituar a experiência social deste contexto como “modernidade”<sup>369</sup>.

Ao enfatizar esse aspecto, não quero afirmar que inexistam quaisquer semelhanças entre o processo de urbanização paulistano e aquele vivenciado em outras cidades. É óbvio que as semelhanças são muitas; mesmo porque o processo de formação do mercado capitalista internacional de fins do XIX traz consigo um vigor expansionista inegável. Países vão sendo dragados e expelidos do circuito de troca das economias centrais (européia e americana) em dependência do interesse que os seus gêneros de exportação possuem ou não para essas potências<sup>370</sup>.

Eis o contexto que leva o contemporâneo Euclides da Cunha a constatar: “Estamos condenados à civilização”<sup>371</sup>. Mas a uniformidade dessa “civilização” situa-se antes nas transformações econômicas e tecnológicas engendradas (“modernização”) do que na esfera sociocultural. Os modelos de ação modernizadora podem ser até copiados. Entretanto, a apropriação

<sup>368</sup> Cf. Ana Lúcia Diarte Lanina *op. cit.*, p. 24.

<sup>369</sup> O conceito sociológico de “modernidade”, ao mesmo tempo em que não pode se confundir com os objetos da modernização tampouco pode ser desvincilhado da racionalidade que criou a ética da multiplicação do capital; que introduziu na vida social e na moralidade até mesmo do homem comum o cálculo e a ação social calculada na relação de meios e fins; a reconstituição coletiva do sentido da ação; a sua compreensão como mediação da sociabilidade. Cf. José de Souza Martins, “As hesitações do moderno e as contradições da modernidade no Brasil” mimeo, 1997, p. 7.

<sup>370</sup> Para um panorama histórico geral do momento histórico entre meados do século XIX e início do XX cf. Eric Hobsbawm, *A Era do Capital (1850-1875)*, 1988 (or. ingl. 1982) e *A Era dos Impérios (1875-1914)*, 1992 (or. ingl. 1988).

<sup>371</sup> Cf. Euclides da Cunha, *Os Sertões*, 1995, p. 52.

sociocultural dessa cópia é – nos termos de Lilia Moritz Schwarcz - sempre original<sup>372</sup>

Em busca da percepção do tempo histórico na cidade, este estudo acabou por focalizar as ruas paulistanas de fins do Império. E mais: o modo como as pessoas na cidade vivem e percebem as transformações por que passam essas ruas, a partir daqueles anos.

Concluídos os “passeios” e “andanças”, fica claro que não só o tempo é específico, na imperial São Paulo, mas também o espaço. As “novas ruas” trazem consigo uma lógica outra, que pode até fascinar, mas causa temor ao mesmo tempo. Afinal, ela coloca em xeque as antigas hierarquias que davam sentido a um outro espaço – a casa – e a um outro tempo: o passado, presente numa ordem escravocrata em decadência.

Gestado historicamente em meio a esse dilema, o espaço público paulistano, constituído naqueles anos, terá como marco fundador o conflito. Dar sentido ao próprio cotidiano nessas ruas fundadas na tensão implica repor, por meio da resignificação, as antigas clivagens sociais. Elas ajudam a definir o que é certo ou errado, higiênico ou pútrido, moral ou amoral, “barbarie” ou “civilização”; quem deve ser ou não reconhecido socialmente como “transeunte”.

É interessante ressaltar que a História encontrará soluções para a tensão que marca o surgimento do espaço público em São Paulo. Se a década de 1870 engendrou o retalhamento e loteamento das antigas chácaras que circundavam o centro histórico, é nos anos 1880 e, sobretudo, com a República, que esses novos bairros se urbanizarão. Os seus nomes são um bom indicativo do caráter exclusivo que se pretendem: além de “Campos Elísios”, “Higienópolis”, “Aclimação” etc.

Com uma intensidade cada vez maior, os grupos abastados da sociedade paulistana transferirão suas moradias do centro para esses lugares. À área da colina ficam relegadas em especial as funções comerciais, administrativas e culturais.

<sup>372</sup> Apoiando-se em Marshall Sahlins (*op. cit.*, passim) a autora parte do fato de que as resignificações que a cultura sofre são múltiplas e originais dependendo da relação entre “estruturas” (convencão) e “conjunturas” (ação) a fim de preconiizar a “originalidade da cópia” das teorias científicas raciais européias no contexto institucional vivenciado pelos cientistas brasileiros na virada do século XX. Cf. Lilia Moritz Schwarcz, *O*

Ao mesmo tempo, novos mecanismos administrativos, institucionalizados com a mudança de regime, garantirão para o poder público municipal e estadual mais autonomia no que se aplica à intervenção urbanística. A área central da cidade passará por reformulações espaciais até então nunca vistas, que abolirão em definitivo do mapa muitas das antigas construções coloniais. Paralelamente, uma série de medidas legais serão levadas adiante em favor de um maior saneamento público<sup>373</sup>.

Se esse processo atenua, o fato é que não dissipa o conflito que marcará ao longo de todo o século XX a história do espaço público paulistano. Isso se deve, por um lado, ao próprio caráter *público* do espaço. É inevitável que cada vez mais pessoas transitem juntas pelas ruas dia a dia – para além de eventuais políticas que visem torná-lo um lugar “limpo, exclusivo e onde impera a respeitabilidade burguesa” (como quer Raquel Rolnik<sup>374</sup>), “esvaziando” outros usos (como enfatiza, de maneira similar, Ana Lúcia Duarte Lanna<sup>375</sup>).

Dotado dessa dinâmica, o espaço público paulistano acaba por trazer à tona as contradições da História, que são as contradições da cultura e da sociedade. Elas repõem-se sempre, mesmo que sobre outras bases, ressignificadas que são pelas contingências dessa mesma História.

Em busca dessas bases, nada melhor do que o tempo. E o espaço. Um passeio, o cotidiano. E transeuntes que ainda reclamam, aclamam, choram – apesar de não falarem mais.

---

*Espectáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 243-44

<sup>373</sup> Cf. Cândido Malta Campos Neto *op. cit.* pp. 68ss

<sup>374</sup> Cf. Raquel Rolnik, *op. cit.*, p. 34

<sup>375</sup> Cf. Ana Lúcia Duarte Lanna, *Cidade colonial: cidade moderna no Brasil*, 1997, pp. 11-2

## Bibliografia

- ALVIM, Zuleika. *Brava gente! Os italianos em São Paulo, 1870-1920*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- ANDERSON, Perry. "Modernidad y revolucion" (or. ingl.: 1983). *Cuadernos del Sur* nº 4, 1986.
- ANDRADE, Mario de. *Poesias Completas*. São Paulo, Círculo do Livro, 1976 (1ª ed.: 1922).
- ARAÚJO FILHO, J.R. de. "A população paulistana". In AZEVEDO, Aroldo de. *A Cidade de São Paulo*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1958.
- ARIÈS, Phillipe. "Por uma história da vida privada" (1983). In ARIÈS, Phillippe & CHARTIER, Roger (orgs.). *História da Vida Privada. Da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
- BAKHTIN, Mikhail. *La Cultura en la Edad Media y en el Renacimiento*. Barcelona, Barral, s.d.
- BARROS, Liliane Schrank Lehmann de & MOIZO, Rosana Pires Azanha. "Formação administrativa da cidade de São Paulo, 1554-1954". *Revista do Arquivo Municipal* nº 199, São Paulo, 1991.
- BARTHES, Roland. "Le message photographique". In BARTHES, Roland. *L'Obvie et l'Obtus*. Paris, Gallimard, 1982.
- BASTIDE, Roger. "Estudos Afro-brasileiros. O cerimonial da polidez". *Revista do Arquivo Municipal* nº 98, São Paulo, 1946.
- BASTOS, Sênia. "Na Paulicéia por Conta Própria (1870-1886)". São Paulo, Dissertação de Mestrado em História, PUC-SP, 1996.
- BEGUIN, François. "As maquinarias inglesas do conforto". *Espaço & Debates* nº 34, São Paulo, 1991 (or. fr.: 1977).
- BEIGUELMAN, Paula. *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro – Aspectos políticos*. São Paulo, Pioneira, 1977 (1ª ed.: 1968).
- BENJAMIN, Walter. *Passagenwerk*. 2 vols. Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag, 1983.
- \_\_\_\_\_ *Obras escolhidas I*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- \_\_\_\_\_ *Obras escolhidas III*. São Paulo, Brasiliense, 1994.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é Sólido desmancha no Ar*. São Paulo, Cia. das Letras, 1982.

BOLLE, Willi. *Fisiognomia da Metrópole Moderna*. São Paulo, EDUSP, 1994.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995 (1ª ed.: 1973).

BOURDIEU, Pierre et alii. *Un art moyen. Essai sur les Usages Sociaux de la Photographie*. Paris, Éditions du Minuit, 1961.

\_\_\_\_\_ “La maison ou le monde renversé”. In POUILLON, J. & MARANDA, P. *Echanges et Communications. Mélanges Offerts à Claude Lévi-Strauss à L'Occasion de son 60<sup>e</sup> Anniversaire*. Paris, La Haye, Ed. Mouton, 1970.

\_\_\_\_\_ “A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região” (1980). In BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa, Difel, 1989.

\_\_\_\_\_ “Introdução a uma sociologia reflexiva” (1987). In BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa, Difel, 1989.

• BRAUDEL, Fernand. “História e ciências sociais. A longa duração”. In BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo, Perspectiva, 1978 (or. fr.: 1969).

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. “A Cidade Inventada: A Paulicéia construída nos relatos memorialistas (1870-1920)”. Dissertação de Mestrado em História, IFCH-UNICAMP, 1993.

BRESCIANI, Maria Stella. (org.) *Imagens da Cidade: Séculos XIX e XX*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero/FAPESP, 1993.

BRUNO, Ernani da Silva. *História e Tradições da Cidade de São Paulo. Arraial de Sertanistas (1554-1828)*. São Paulo, HUCITEC, 1983 (1ª ed.: 1953).

\_\_\_\_\_ *História e Tradições da Cidade de São Paulo. Burgo de Estudantes (1828-1872)*. São Paulo, HUCITEC, 1983 (1ª ed.: 1953).

\_\_\_\_\_ *História e Tradições da Cidade de São Paulo. Metrópole do Café (1872-1918); São Paulo de Agora (1919-1954)*. São Paulo, HUCITEC, 1983 (1ª ed.: 1953).

CAMPOS NETO, Cândido Malta. “Os Rumos da Cidade: Urbanismo e modernização em São Paulo”. Tese de Doutorado, FAU-USP, 1999.

CANDIDO, Antônio. “The Brazilian Family”. In SMITH, T. Lynn. *Brazil – Portrait of Half a Continent*. New York, The Dryden Press, 1951.

CARDOSO, Fernando Henrique. “O café e a industrialização em São Paulo”. *Revista de História* nº 42, São Paulo, 1960.

- CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997 (1ª ed.: 1992).
- CASTRO, Ana Célia. *As Empresas Estrangeiras no Brasil (1860-1913)*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1979.
- CORBIN, Alain. "L'arithmétique des jours au XIXe siècle". In CORBIN, A. *Le temps, Le Désir et l'Horreur. Essais sur le dix-neuvième siècle*. Paris, Aubier, 1991.
- \_\_\_\_\_ *Saberes e Odores*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987 (or. fr.: 1983).
- COSTA, Emilia Viotti da. "Urbanização no Brasil no século XIX" (1970). In *Da Monarquia à República: Momentos decisivos*. São Paulo, Editorial Grijalbo, 1977.
- CRUZ, Heloisa de Faria. "Na Cidade, sobre a Cidade: Cultura letrada, periodismo e vida urbana. São Paulo, 1870-1914". Tese de Doutorado em História, FFLCH-USP, 1994.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões. Campanha de Canudos*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1995. (1ª ed.: 1902).
- DaMATTA, Roberto. *A Casa & a Rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro, Rocco, 1997 (1ª ed.: 1985).
- DARNTON, Robert. *O Grande Massacre de Gatos. E outros episódios da História Cultural Francesa*. Rio de Janeiro, Graal, 1986 (or. ingl.: 1984).
- DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. "Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano". s.d.
- \_\_\_\_\_ *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1995 (1ª ed.: 1984).
- DICK, Maria Vicentina de Paula. *A Dinâmica dos Nomes na Cidade de São Paulo (1554-1897)*. São Paulo, Annablume, 1997.
- DURHAM, Eunice. "A dinâmica cultural na sociedade moderna". *Ensaio de opinião* nº 4, Rio de Janeiro, 1977.
- DURKHEIM, Emile & MAUSS, Marcel. "Algumas formas primitivas de classificação" (1902-03). In RODRIGUES, José Albertino (org.), *Sociologia. Durkheim*. São Paulo, Ática, 1988.
- \_\_\_\_\_ DURKHEIM, Émile. *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse*. Paris, Librairie Félix Alcan, 1937 (1ª ed.: 1921).

ELIAS, Norbert. *Über den Prozess der Zivilisation*. 18<sup>a</sup>. edição. Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag, 1993 (1<sup>a</sup> ed.: 1933).

EVANS-PRITCHARD. E.E. "Anthropologie et l'histoire". In EVANS-PRITCHARD. E.E. *Les Anthropologues face à l'Histoire*. Paris, PUF, 1974 (or. ingl.: 1962).

\_\_\_\_\_ *Os Nuer*. São Paulo, Perspectiva, 1993 (or. ingl.: 1940).

4. FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro*. vol. I. São Paulo, Globo/EDUSP, 1975.

FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_ *Historiografia da Imigração para São Paulo*. São Paulo, Ed. Sumaré/FAPESP, 1991.

FERNANDES, Florestan. "Aspectos mágicos do folclore paulistano". *Sociologia*, vol. VI, n<sup>os</sup> 2 e 3, São Paulo, 1944.

\_\_\_\_\_ "As trocinhas do Bom Retiro". Separata da *Revista do Arquivo Municipal* n<sup>o</sup> 113, São Paulo, 1947.

\_\_\_\_\_ "Cantigas de ninar paulistanas". *Trópico*, ano 1, n<sup>o</sup> 1, São Paulo, 1952.

\_\_\_\_\_ "Contribuição para o estudo das adivinhas paulistanas". Separata da *Revista de História* n<sup>o</sup> 9, São Paulo, 1952.

\_\_\_\_\_ "Caracteres rurais e urbanos na formação e desenvolvimento da cidade de São Paulo" (1955). In FERNANDES, Florestan. *Mudanças Sociais no Brasil. Aspectos do Desenvolvimento da Sociedade Brasileira*, São Paulo, Difel, 1960.

"Cor e estrutura social em mudança" In BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan. *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo. Ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo*. São Paulo, UNESCO/Anhembi, 1955.

\_\_\_\_\_ "Do escravo ao cidadão" In BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan. *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo, Ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo*. São Paulo, UNESCO/Anhembi, 1955.

\_\_\_\_\_ "Apêndice: O café na evolução de São Paulo" (1958). In FERNANDES, Florestan. *Mudanças Sociais no Brasil. Aspectos do Desenvolvimento da Sociedade Brasileira*, São Paulo, Difel, 1960.

- \_\_\_\_\_ *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. 2 vols. São Paulo, EDUSP/DOMINUS, 1965.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo, Kairós, 1983 (1ª ed.: 1969).
- \_\_\_\_\_ "Sobre o conceito de tradição". *Cadernos do CERU*, nº 5, São Paulo, 1972.
- \_\_\_\_\_ "As idéias estão no lugar". *Cadernos de Debate*, nº 1, São Paulo, 1976.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Volume 1. 12ª edição. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1964 (1ª ed.: 1933).
- \_\_\_\_\_ *Sobrados e Mocambos. Decadência do patriarcado rural no Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1989 (or. ingl.: 1973).
- \_\_\_\_\_ *Local Knowledge: Further essays in interpretative anthropology*. New York, Basic Books, 1983.
- GELL, Alfred. *The Anthropology of Time. Cultural constructions of temporal maps and images*. United Kingdom, Berg, 1996 (1ª ed.: 1992).
- GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: O cotidiano de as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987 (or. ital.: 1976).
- GURVITCH, Georges. *La Multiplicité des Temps Sociaux*. Paris, CDU, 1958.
- HALL, Michael. "The Origins of Mass Immigration in Brazil, 1871-1914". Tese de Doutorado, Columbia University, 1969.
- \_\_\_\_\_ "Italianos em São Paulo (1880-1920)". *Anais do Museu Paulista* nº 29, São Paulo, 1979.
- HARDMAN, Francisco F. *Trem Fantasma. A modernidade na selva*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991 (1ª ed.: 1988).
- HOBBSAWM, Eric. *A Era do Capital (1850-1875)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988 (or. ingl.: 1982).
- \_\_\_\_\_ & RANGER, T. *Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- \_\_\_\_\_ *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992 (or. ingl.: 1988).
- HOLANDA, Sérgio B. de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1984 (1ª ed.: 1936).

- \_\_\_\_\_ "A Província de São Paulo" In HOLANDA, Sérgio Buarque de & FAUSTO, Boris (orgs.). *História Geral da Civilização Brasileira*, v. II (*O Brasil Monárquico*). São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1964.
- \_\_\_\_\_ *Livro dos Prefácios*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O Palacete Paulistano e Outras Formas Urbanas de Morar da Elite Cafeeira (1867-1918)*. São Paulo, Martins Fontes, 1996.
- KOSSOY, Boris. "O cartão postal". *Iris* nº 308, São Paulo, 1978.
- \_\_\_\_\_ *A Fotografia como Fonte Histórica: Introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado*. São Paulo, Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia de São Paulo, 1980.
- \_\_\_\_\_ "Militão de Azevedo". In TOLEDO, Benedito L. et alii. *Militão: São Paulo - Álbum Comparativo da Cidade de São Paulo (1862-1887)*. Prefeitura do Município de São Paulo, 1981.
- \_\_\_\_\_ *São Paulo, 1900*. São Paulo, CBPO, 1988.
- \_\_\_\_\_ *Realidades e Ficções na Trama Fotográfica*. São Paulo, Ateliê Editorial, 1999.
- KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- LAGO, Pedro Corrêa do. *Iconografia Paulistana do século XIX*. São Paulo, Metalivros, 1998.
- LANNA, Ana D. "Cidade colonial, cidade moderna no Brasil: Pontos e contrapontos". mimeo, 1996.
- \_\_\_\_\_ *Uma Cidade na Transição: Santos (1870-1913)*. São Paulo/Santos, HUCITEC/Prefeitura do Município de Santos, 1996.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A Cidade: Os Cantos e os Antros (Campinas: século XIX)*. São Paulo, EDUSP/Livraria da Vila, 1996.
- LE GOFF, Jacques. "Le temps de l'église et les temps du marchand". *Annales*, Paris, 1960.
- \_\_\_\_\_ "Les mentalités". In LE GOFF & NORA, Pierre (eds). *Faire de l'Histoire: Nouveaux objets*. Paris Gallimard, 1974
- LEFEBVRE, Henri. *Introdução à Modernidade: Prelúdios*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.
- \_\_\_\_\_ "Perspectivas de sociologia rural" In MARTINS, José de Souza (org.) *Introdução Crítica à Sociologia Rural*. São Paulo, HUCITEC, 1986.

LEMOS, Carlos A.C. *Cozinhas, etc.* São Paulo, Perspectiva, 1979.

\_\_\_\_\_ "A arquitetura que Militão de Azevedo fotografou em São Paulo". In TOLEDO, Benedito Lima de et alii. *Álbum Comparativo da Cidade de São Paulo (1862-1887). Militão Augusto de Azevedo.* São Paulo, Prefeitura do Município de São Paulo, 1981.

\_\_\_\_\_ "São Paulo em três tempos". In TOLEDO, Benedito Lima de et alii. *Álbum comparativo da cidade de 1862-1887-1914.* São Paulo, Casa Civil/Imprensa Oficial do Estado/Secretaria da Cultura, 1982.

\_\_\_\_\_ *Alvenaria Burguesa: Breve histórico da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico gerado pelo café.* São Paulo, Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_ "El estilo que nunca existió". In AMARAL, Aracy (org.). *Arquitectura Neocolonial.* São Paulo, Fundação Memorial, 1994.

\_\_\_\_\_ *Casa Paulista. História das moradias anteriores ao Eclétismo trazido pelo café.* São Paulo, EDUSP, 1999.

LEVI, Darrell E. *A Família Prado.* São Paulo, Cultura 70, 1977.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos.* São Paulo, Anhembi Ltda., 1957.

\_\_\_\_\_ "A gesta de Asdiwal". In LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural II.* Rio de Janeiro, 1973/1976.

\_\_\_\_\_ "Raça e História". In Lévi-Strauss, Claude. *Antropologia Estrutural II.* Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1976 (or. fr.: 1973).

\_\_\_\_\_ *Saudades de São Paulo.* São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

LIBANEO, Maria L.L. *A Invenção da Cidade de São Paulo.* São Paulo, PUC, 1989.

LIMA, Solange Ferraz de. "O circuito social da fotografia: Estudo de Caso II". In Fabris, Annateresa (org.) *Fotografia, Usos e Funções no Século XIX.* São Paulo, EDUSP, 1991.

\_\_\_\_\_ "São Paulo na Virada do Século: As imagens da Razão Urbana – A cidade nos álbuns fotográficos de 1887 a 1919". Dissertação de Mestrado em História, FFLCH-USP, 1995.

\_\_\_\_\_ & CARVALHO, Vânia Carneiro de. "Representações urbanas: Militão Augusto de Azevedo e a memória visual da cidade de São Paulo". *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* nº 27, IPHAN, 1998.

LIRA, José Tavares. "Mocambo e Cidade". Tese de Doutorado, FAU-USP, 1997.

LOVE, Joseph L. *São Paulo in the Brazilian Federation (1882-1930).* California, Stanford University Press, 1980.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. "O campo da antropologia". *Cadernos de História de São Paulo I*. Museu Paulista-USP, São Paulo, 1992.

\_\_\_\_\_ & TORRES, Lilian de Lucca (org.). *Na Metrópole. Textos de antropologia urbana*. São Paulo, EDUSP, 1996.

MALUF, Marina. *Ruídos da Memória*. São Paulo, Siciliano, 1995.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *A Cidade de São Paulo (Povoamento e população 1750-1850)*. São Paulo, Pioneira/EDUSP, 1973.

MARTIN-FUGIER, Anne. "Os ritos da vida privada burguesa". In ARIÈS, Philippe & DUBY, Georges. *História da Vida Privada IV. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995 (or. fr.: 1987).

MARTINS, José de Souza. *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*. São Paulo, Livraria Pioneira, 1973.

\_\_\_\_\_ MARTINS, José de Souza. "Música sertaneja: a dissimulação na linguagem dos humilhados" In MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo*. São Paulo, Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1975.

\_\_\_\_\_ "O café e a industrialização em São Paulo" (1977) In MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo, HUCITEC, 1996 (1ª ed.: 1979).

\_\_\_\_\_ *Subúrbio. Vida Cotidiana e História no Subúrbio da Cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. São Paulo, HUCITEC; São Caetano do Sul, Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992.

\_\_\_\_\_ *O Poder do Atraso. Ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo, HUCITEC, 1994.

\_\_\_\_\_ "Retratos de Florestan" (1995) e "A morte de Florestan Fernandes e a morte da memória" (1996). In MARTINS, José de Souza. *Florestan. Sociologia e Consciência Social no Brasil*. São Paulo, EDUSP/FAPESP, 1998.

\_\_\_\_\_ "As temporalidades da História na dialética de Lefebvre" in MARTINS, José de Souza Martins (org.). *Henri Lefebvre e o retorno da dialética*. São Paulo, HUCITEC, 1996

- \_\_\_\_\_ "Apontamentos sobre vida cotidiana e História (A propósito de um texto de Ronaldo Vainfas sobre 'História da vida privada: dilemas, paradigmas, escalas')". mimeo, 1997.

\_\_\_\_\_ "As hesitações do moderno e as contradições da modernidade no Brasil". mimeo, 1997.

- ⊗ MARX, Murillo. *Cidade Brasileira*. São Paulo, EDUSP, 1980.

\_\_\_\_\_ *Nosso Chão: Do sagrado ao profano*. São Paulo, EDUSP, 1994.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema*. São Paulo, HUCITEC, 1987.

MATTOS, Odilon Nogueira. "A cidade de São Paulo no século XIX". *Revista de História* n<sup>os</sup> 21-22, São Paulo, 1955.

\_\_\_\_\_ "A evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira". Tese de Doutorado em História, Escola de Sociologia e Política, 1973.

MELLO, Zélia Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza – São Paulo 1845-1895. Contribuição ao estudo da passagem da economia mercantil-escravista à economia exportadora capitalista*. São Paulo, HUCITEC, 1985.

*MEMÓRIA Paulistana*. Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, MIS, 1975.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. "Cultura e cidades". *Revista Brasileira de História* n<sup>os</sup> 8-9, São Paulo, 1985.

MESSINA, Giselle Beiguelman. "Deus é maquina". *Memória*, 5(19), São Paulo, 1989.

MEYER, Marlyse. *Folhetim: Uma história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

MILLIET, Sérgio. *Roteiro do Café e Outros Ensaio. Contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil*. São Paulo, Coleção Departamento de Cultura, 1941.

MONBEIG, Pierre. *La Croissance de la Ville de S. Paulo*. Grenoble, Institut et Révue de Géographie Alpine, 1953.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

MONTERO, Paula. "Modernidade e Cultura: Para uma Antropologia das Sociedades Complexas". Tese de Livre-Docência em Antropologia, FFLCH-USP, 1992.

MONTERO, Paula. "Dilemas da Modernidade no Mundo Contemporâneo". *Cadernos de Campo. Revista dos Alunos de Pós-Graduação em Antropologia da USP* n<sup>o</sup> 2, São Paulo, 1992.

MONTEZ, Maria Lucia. "As figuras do sagrado: entre o público e o privado". In SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da Vida Privada no Brasil*, vol. 4. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

MONTÓIA, Maria Edite Ribeiro. "Espaço Urbano e Política: São Paulo no século XIX". Dissertação de Mestrado em História, IFCH-UNICAMP, 1990.

MORAES, José Geral do Vinci de. "As sonoridades paulistanas: a MP na cidade de São Paulo. Final do século XIX e início do século XX". Dissertação de Mestrado em História, PUC-SP, 1989.

MORSE, Richard. "São Paulo – raízes oitocentistas da metrópole". *Anais do Museu Paulista*, tomo XIV, São Paulo, 1950.

\_\_\_\_\_. *Formação Histórica de São Paulo (De comunidade à metrópole)*. São Paulo, Difel, 1970 (or. ingl.: 1954).

MUNHÓS, Wilson Toledo. "Contratos, salários e paternalismo: o trabalho forçado em São Paulo na segunda metade do século XIX". Tese de Doutorado em História, FFLCH-USP, 1997.

MUNHOZ, Sidney José. "Cidade ao Averso: Desordem e progresso em São Paulo no limiar do séc. XX". Tese de Doutorado em História, FFLCH-USP, 1997.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Epoque Tropical*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993 (or. ingl.: 1987).

NOGUEIRA, Emília. "Alguns aspectos da influência francesa em São Paulo na segunda metade do século XIX". *Anais do Museu Paulista* 7(16), São Paulo, 1953.

NOVAES, Sylvia Caiuby (org.). *Habitações Indígenas*. São Paulo, Nobel/EDUSP, 1983.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. "As categorias do entendimento na Antropologia" In OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1988.

✎ ORTIZ, Renato. *Cultura e Modernidade*. São Paulo, Brasiliense, 1991.

PAOLI, Maria Célia. "São Paulo operária e suas imagens (1900-1940)". *Espaço & Debates* nº 33, São Paulo, 1991.

PARENTE, José Inacio & MONTE-MÓR, Patrícia. *Rio de Memórias*. Rio de Janeiro, Interior Produções Ltda., 1990.

PAULA, Eurípedes Simões de. *Contribuição Monographica para o Estudo da Segunda Fundação de São Paulo*. São Paulo, 1936.

\_\_\_\_\_. "A segunda fundação de São Paulo: da pequena cidade à metrópole de hoje". *Revista de História* nº 17, São Paulo, 1954.

*PAULICÉIAS Perdidas*. Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1991.

PEIRCE, Charles S. *Écrits sur le Signe: Rassemblés, traduits et commentés par Gérard Deledalle*. Paris, Éditions Du Seul, 1978.

- PERROT, Michelle. "A família triunfante". In ARIÈS, Philippe & DUBY, Georges. *História da Vida Privada IV. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A Lavoura Canavieira em São Paulo. Expansão e Declínio (1765-1851)*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.
- PINTO, Maria Inez Machado Borges. "Cotidiano e Sobrevivência. A vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890 a 1914". Tese de Doutorado em História, FFLCH-USP, 1984.
- PRADO JÚNIOR, Caio. "O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo". *Geografia* nº 3, São Paulo, 1935.
- \_\_\_\_\_ "Nova contribuição para o estudo geográfico da cidade de São Paulo". *Estudos Brasileiros*, ano 3, vol. 7, 1941.
- \_\_\_\_\_ *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1949 (1ª ed.: 1945).
- ☉ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. "O sitiante tradicional e a percepção do espaço". In QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Campesinato Brasileiro*. São Paulo, Ed. Vozes, 1973.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. "São Paulo (1875-1975)". *Revista de História*, vol. LIV, nº 108, São Paulo, 1975.
- ☾ RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: Utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- REIS, Nestor Goulart. *Aspectos da História da Engenharia Civil em São Paulo (1860-1960)*. São Paulo, CBPO, 1989.
- \_\_\_\_\_ *Campos Elíseos. A Casa e o Bairro. A tecnologia da construção civil em 1900*. Governo do Estado de São Paulo, Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, Departamento de Museus e Arquivos, s/d.
- \_\_\_\_\_ *São Paulo e Outras Cidades: Produção social e degradação dos espaços urbanos*. São Paulo, HUCITEC, 1994.
- \_\_\_\_\_ "Algumas Experiências Urbanísticas no início da República: 1890-1920". *Cadernos de Pesquisa do LAP*, jul-ago.1994.
- ROCHA, Oswaldo Porto. *A Era das Demolições: Cidade do Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro, UFF, 1983.
- ☾ ROLNIK, Raquel. *A Cidade e A Lei. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo, FAPESP/Studio Nobel, 1997.
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. "A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira (Um estudo sobre o desenvolvimento do grande capital em

São Paulo - 1850-1930)". São Paulo, Tese de Doutorado em Sociologia, FFLCH-USP, 1979.

SAHLINS, Marshall. *Historical Metaphors and Mythical Realities. Structure in the early history of the Sandwich Islands Kingdom*. Michigan, The University of Michigan Press, 1981.

\_\_\_\_\_ *Ilhas de História*. Rio de Janeiro, Zahar, 1990.

SAIA, Luís. *Morada Paulista*. São Paulo, Perspectiva, 1972.

SALLES, Iraci Galvão. 1986. *Trabalho, Progresso e a Sociedade Civilizada. O Partido Republicano Paulista e a política de mão-de-obra (1870-1889)*. São Paulo, HUCITEC, Instituto Nacional do Livro, Fundação Nacional Pró-Memória.

SAMAIN, Etienne. "Um retorno à 'Câmara Clara'. Roland Barthes e a Antropologia Visual". In SAMAIN, Etienne (org.). *Do Fotográfico*. São Paulo, HUCITEC/CNPq, 1998.

♠ SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo, HUCITEC, 1993.

SCHUTZ, Alfred. "Transcendências e significados". In SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e Relações Sociais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979 (or. ingl.: 1973).

\* SCHWARCZ, Lilia K.M. *Retrato em Branco e Negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_ *O Espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_ "Entre amigas: relações de boa vizinhança". *Revista da USP* n° 23, São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_ & MACEDO, Valéria Mendonça de. "O império das festas e as festas do império". In SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador. D. Pedro II, um Monarca nos Trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_ et alii. "Considerações finais – Brasil: o tempo e o modo". In SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da Vida Privada no Brasil. Contrastes da Intimidade Contemporânea*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo, Duas Cidades, 1992.

\_\_\_\_\_ *Que Horas são?* São Paulo, Companhia das Letras, 1997 (1ª ed.: 1987).

SEABRA, Odete. "O campo da geografia". *Cadernos de História de São Paulo* n° 1, São Paulo, 1992.

SENNETT, Richard. *El Declive del Hombre Público*. Barcelona, Edicions 62, 1978 (or. ingl.: 1974).

- SEVCENKO, Nicolau. "O cosmopolitismo pacifista da Belle Époque – uma utopia liberal". *Anais do Museu Paulista* nº 114, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Orfeu Extático na Metrópole*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- \_\_\_\_\_. "O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões de progresso" In SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. vol. III. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- \_\_\_\_\_. "O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso". In SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. vol. 3. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- SILVA, Janice Theodoro da. *São Paulo, 1554-1888. Discurso Ideológico e Organização Espacial*. São Paulo, Ed. Moderna, 1984.
- \_\_\_\_\_. "Rituais Urbanos". *Memória*, 5(19), São Paulo, 1993.
- SILVA, Regina Helena Alves da. "São Paulo: a invenção da metrópole". Tese de Doutorado em História, FFLCH-USP, 1997.
- SIMÕES JUNIOR, José Geraldo. "O setor público e as origens do urbanismo na cidade de São Paulo". *Espaço & Debates* nº 34, São Paulo, 1991.
- \_\_\_\_\_. "Anhangabaú – História e urbanismo". Tese de Doutorado, FAU-USP, 1995.
- SIMSON, Olga R.M. von. "A Burguesia se diverte no Reinado de Momo – Sessenta anos de evolução do carnaval na cidade de São Paulo (1855-1915)". Dissertação de Mestrado em Sociologia, FFLCH-USP, 1984.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1968.
- SMRECZSÁNYI, Tamás. "A Era dos Trustes e Cartéis". *História & Energia. A Chegada da Light*, nº 1. São Paulo, 1986.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- SOUZA, Edgard. *História da Light. Primeiros 50 anos*. São Paulo, Eletropaulo S.A., 1982.
- SOUZA, Nelson Mello e. *Modernidade: Desacertos de um Consenso*. São Paulo, Campinas, 1994.
- STIEL, Waldemar Corrêa. *História dos Transportes Coletivos em São Paulo*. São Paulo, EDUSP/McGraw-Hill do Brasil, 1978.
- SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de Letras: Literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

- THOMPSON, E. P. *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase. Estudos sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona, Ed. Crítica, 1979.
- TOLEDO, Benedito L. *São Paulo: Três Cidades em um Século*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1981.
- \_\_\_\_\_ "A Imperial Cidade de São Paulo vista por Militão". In TOLEDO, Benedito L. et alii. *Militão: São Paulo - Álbum Comparativo da Cidade de São Paulo (1862-1887)*. Prefeitura do Município de São Paulo, 1981.
- \_\_\_\_\_ "Victor Dubugras e as Atitudes de Inovação em Seu Tempo". Tese de Livre-Docência, FAU-USP, 1985.
- \_\_\_\_\_ *Prestes Maia e as Origens do Urbanismo Moderno em São Paulo*. São Paulo, Empresa das Artes, 1996.
- WEBER, Eugen. *França Fin-de-Siècle*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990 (or. ingl.: 1986).
- WILLIAMS, R. *O Campo e a Cidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990 (or. ingl.: 1973).
- WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos Africanos, Vivências Ladinhas: Escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo, HUCITEC, 1998.

# Fontes

## I. Fontes Impressas

### 1.1. Periódicos

*Correio Paulistano* (1870-1889; 1892;1900)

*Diário de São Paulo* (1870-1875)

*Província de São Paulo* (1875-1889)

### 1.2. Documentação Oficial

#### 1.2.1. Atas da Câmara Municipal

*Atas da Câmara Municipal da Cidade de São Paulo* (1870). São Paulo, Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, vol. 56, 1947.

*Atas da Câmara Municipal da Cidade de São Paulo* (1871). São Paulo, Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, vol. 57, 1947.

*Atas da Câmara Municipal da Cidade de São Paulo* (1872). São Paulo, Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, vol. 58, 1947.

*Atas da Câmara Municipal da Cidade de São Paulo* (1873). São Paulo, Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, vol. 59, 1948.

*Atas da Câmara Municipal da Cidade de São Paulo* (1874). São Paulo, Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, vol. 60, 1948.

*Atas da Câmara Municipal da Cidade de São Paulo* (1875). São Paulo, Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, vol. 61, 1948.

*Atas da Câmara Municipal da Cidade de São Paulo* (1876). São Paulo, Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, vol. 62, 1948.

*Atas da Câmara Municipal da Cidade de São Paulo* (1877). São Paulo, Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, vol. 63, 1949.

*Atas da Câmara Municipal da Cidade de São Paulo* (1878). São Paulo, Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, vol. 64, 1949.

*Atas da Câmara Municipal da Cidade de São Paulo* (1879). São Paulo, Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, vol. 65, 1949.

- Atas da Câmara Municipal da Cidade de São Paulo* (1880). São Paulo, Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, vol. 66, 1950.
- Atas da Câmara Municipal da Cidade de São Paulo* (1881). São Paulo, Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, vol. 67, 1950.
- Atas da Câmara Municipal da Cidade de São Paulo* (1882). São Paulo, Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, vol. 68, 1951.
- Atas da Câmara Municipal da Cidade de São Paulo* (1883). São Paulo, Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, vol. 69, 1951.
- Atas da Câmara Municipal da Cidade de São Paulo* (1884). São Paulo, Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, vol. 70, 1951.
- Atas da Câmara Municipal da Cidade de São Paulo* (1885). São Paulo, Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, vol. 71, 1951.
- Atas da Câmara Municipal da Cidade de São Paulo* (1886). São Paulo, Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, vol. 72, 1947.
- Atas da Câmara Municipal da Cidade de São Paulo* (1887). São Paulo, Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, vol. 73, 1947.
- Atas da Câmara Municipal da Cidade de São Paulo* (1888). São Paulo, Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, vol. 74, 1947.
- Atas da Câmara Municipal da Cidade de São Paulo* (1889). São Paulo, Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, vol. 75, 1947.

#### 1.2.2. Relatórios dos Presidentes da Província de São Paulo

*Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província de São Paulo ao Exm. Sr. Dr. Antonio Candido da Rocha no dia 02 de fevereiro de 1870.*

*Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província, o Exm. Sr. Dr. Antonio da Costa Pinto Silva, no dia 05 de fevereiro de 1871.*

*Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Antonio da Costa Pinto Silva passou a administração da Província de São Paulo para o Exm. Conselheiro Vicente Pires da Motta no dia 05 de novembro de 1871.*

*Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Vicente Pires da Motta passou a administração da Província de São Paulo para o Exm. Sr. Barão do Tieté no dia 29 de abril de 1871.*

*Relatório com que o Quinto Vice-Presidente Barão do Tieté passou a administração da Província de São Paulo para o Exm. Sr. Dr. José Fernandes da Costa Pereira no dia 30 de maio de 1871.*

*Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província, o Exm. Sr. Dr. José Fernandes da Costa Pereira Júnior, no dia 02 de fevereiro de 1872.*

*Relatório com que o Exm. Sr. Dr. José Fernandes da Costa Pereira Júnior passou a administração da Província de São Paulo para o Exm. Sr. Dr. Francisco Xavier Pinto Lima no dia 19 de junho de 1872.*

*Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Francisco Xavier Pinto Lima passou a administração da Província de São Paulo para o Exm. Sr. Dr. João Theodoro Xavier no dia 21 de dezembro de 1872.*

*Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província, o Exm. Sr. Dr. João Theodoro Xavier, no dia 05 de fevereiro de 1874.*

*Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província, o Exm. Sr. Dr. João Theodoro Xavier, no dia 14 de fevereiro de 1875.*

*Relatório com que o Quinto Vice-Presidente Monsenhor Joaquim Gonçalves de Andrade passou a administração da Província de São Paulo para o Exm. Sr. Dr. Sebastião José Pereira no dia 08 de junho de 1875.*

*Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província, o Exm. Sr. Dr. Sebastião José Pereira, no dia 02 de fevereiro de 1876.*

*Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província, o Exm. Sr. Dr. Sebastião José Pereira, no dia 02 de fevereiro de 1876.*

*Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Sebastião José Pereira passou a administração da Província de São Paulo para o Quinto Vice-Presidente Monsenhor Joaquim Gonçalves de Andrade no dia 18 de janeiro de 1878.*

*Relatório com que o Quinto Vice-Presidente Monsenhor Joaquim Gonçalves de Andrade e o Sexto Vice-Presidente Comendador A. de Aguiar Barros passaram a administração da Província de São Paulo para o Exm. Sr. Dr. João Baptista Pereira no dia 1 de fevereiro de 1878.*

*Relatório com que o Exm. Sr. Dr. João Baptista Pereira passou a administração da Província de São Paulo para o Segundo Vice-Presidente Barão de Três Rios no dia 07 de dezembro de 1878.*

*Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Segundo Vice-Presidente da Província, o Exm Sr. Dr. Barão de Três Rios, no dia 02 de fevereiro de 1879.*

*Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província, o Exm. Sr. Dr. Laurindo Abelardo de Brito, no dia 13 de janeiro de 1881.*

*Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Primeiro Vice-Presidente, o Conde de Três Rios, no dia 07 de janeiro de 1882.*

*Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Vice-Presidente Manoel Marcondes de Moura e Costa passou a administração da Província de São Paulo para o Conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão no dia 10 de abril de 1882.*

*Relatório com que o Visconde de Itú passou a administração da Província de São Paulo para o Barão de Guarujá no dia 18 de agosto de 1883.*

*Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente Barão de Guarujá no dia 16 de janeiro de 1884.*

*Relatório com que o Vice-Presidente Luiz Carlos d'Assumpção passou a administração da Província de São Paulo para o Exm. Sr. Dr. José Luiz de Almeida Couto no dia 04 de setembro de 1884.*

*Relatório com que o Vice-Presidente Luiz Carlos d'Assumpção Visconde de Itú passou a administração da Província de São Paulo para o Exm. Sr. Dr. José Luiz de Almeida Couto no dia 04 de setembro de 1884.*

*Relatório com que o Exm. Sr. Dr. José Luiz de Almeida Couto passou a administração da Província de São Paulo para o Primeiro Vice-Presidente Francisco Antonio de Souza Queiroz Filho no dia 18 de maio de 1885.*

*Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Francisco Antonio de Souza Queiroz Filho passou a administração da Província de São Paulo para o Vice-Presidente Elias Antonio Pacheco e Chaves, sld.*

*Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província, o Exm. Sr. Dr. João Alfredo Corrêa Oliveira, no dia 15 de fevereiro de 1886.*

*Relatório com que o Exm. Sr. Dr. João Alfredo Corrêa Oliveira passou a administração da Província de São Paulo para o Barão de Parnahyba no dia 26 de abril de 1886.*

*Relatório com que o Visconde de Parnahyba passou a administração da Província de São Paulo para o Exm. Sr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves no dia 19 de novembro de 1887.*

*Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província, o Exm. Sr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, no dia 10 de janeiro de 1888.*

### 1.3. Documentação não-oficial

ADAM, Paul. *Les Visages du Brésil*. Paris, Pierre Lafitte & Cie., 1914.

AGUDO, José. *Gente Rica. Cenas da Vida Paulistana*. São Paulo, Tipografia Editora O Pensamento, 1912.

ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. *Monografia do Município da Cidade de São Paulo*. São Paulo, Tipografia de Jorge Seckler. 1882.

ALVES, João Tomás de Melo (Hinckmar). *Cinco Anos numa Academia (1878-1882)*. São Paulo, Tipografia de Jorge Seckler, 1882.

AMARAL, Antônio Barreto do. *Dicionário da História de São Paulo*. São Paulo, 1980.

AMARAL, Edmundo. *Rótulas e Mantilhas: Evocações do Passado Paulista*. São Paulo, Tipografia Bancária, 1931.

AMERICANO, Jorge . *São Paulo naquele Tempo: 1895 - 1915*. São Paulo, Saraiva, 1957.

ANDRADE, Oswald. *Um Homem sem Profissão. Sob as Ordens de Mamãe*. São Paulo, Globo/Secretaria do Estado da Cultura, 1990 (1ª ed.: 1954).

ANDREWS, Christopher Columbus. *Brazil, its Condition and Prospects*. New York, D. Appleton & Co, 1887.

- ANGERAMI, Domingos & Fonseca, Antônio. *Guia do Estado de São Paulo*. São Paulo, Pocai e Weiss, 1912.
- ARAXÁ, Visconde de. *Reminiscências e Fantasia*. Vassouras, Tipografia do "Vassourense", 1883.
- ATRI, Alessandro D'. *Uomini e Cose del Brasile (Descrizione dei Viaggi Compiuti Negli Anni 1894-1895)* – Napoli, Tip. Asurelio Tocco, 1895-96.
- ATRI, Alessandro. *L'Etat de São Paulo et le Renouveau Economique de L'Europe*. Paris, Etienne Chiron, 1926.
- AZEVEDO, Vicente de Paulo Vicente de. "O roubo da Cruz Preta". *Revista do Brasil*, set. de 1919.
- BARROS, Maria Paes de. *No Tempo de Dantes*. São Paulo, Brasiliense, 1947.
- BERTARELLI, Ernesto. *Il Brasile Meridionale*. Roma, Tipografia Editrice Nazionale, 1914.
- BRANT, Cicero Arpino Caldeira (Ciro Arno). *Memórias dum Estudante (1885-1906)*. Sem indicação de editor, nem de data.
- BUENO, Francisco de Assis Vieira. (1830-1840). "A cidade de São Paulo. Recordações evocadas de memória". *Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes*. Campinas, Tipografia Livro Azul, ano II, nºs. 1, 2 e 3, 1903.
- BURHISHON, Joseph. *Le Brésil d'Aujourd'hui*. Paris, Perrin & Cie., 1910.
- CASABONA, Louis. *São Paulo du Brésil (notes d'un colon français)*. Paris, Librairie Orientale & Américaine, s/d.
- CELSO JR., Afonso. *Telas Sonantes*. São Paulo, Tipografia de Jorge Seckler, 1879.
- CLEMENCEAU, Georges. *Notes de Voyage dans l'Amerique du Sud Argentine, Uruguay, Brésil*. Paris, Hachette & Cie., 1911.
- CODMAN, John. *Ten Months in Brazil: with Notes on the Paraguayan War*. Edinburgh, Grant and Son, 1870.
- COSTA, Juan Solorzano y Cardoso. *El Estado de São Paulo*. São Paulo, Talleres Tipograficos del Diario Espanhol Nogueira, 1913.
- COSTA, Juan Solorzano y. *El Estado de São Paulo*. São Paulo, Talleres Tipograficos del Diario Espanhol, 1913.
- CUSANO, Alfredo. *Itália d'oltre Mare (Impressioni e Ricordi dei Miei Cinque Anni di Brasile)*. Milano, Enrico Reggiane, 1911.

- DENIS, Pierre . *O Brasil no Século XX*. Lisboa, José Bastos & Cia., s/d.
- DIAS, Artur. *O Brasil Atual*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1904.
- DOMVILLE-FIFE, Charles W. *The United States of Brazil*. London, Francis Griffiths, 1910.
- DUARTE, Paulo Alfeu J. de M. *Memórias*. São Paulo, Hucitec, 1977.
- EGAS, Eugenio. *Galeria dos Presidentes de São Paulo*. Vol I. São Paulo, Publicação Oficial do Estado de São Paulo Comemorativa do 1º Centenário da Independência do Brazil, 1926.
- FANUELE, Nicolau. *Il Brasile*. São Paulo, 1910.
- FERRERO, Gina Lombroso. *Nell'America Meridionale*. Milano, Fratelli Trees, 1908
- FLOREAL, Sílvio. *Ronda da Meia-noite. Vícios, Misérias e Esplendores da Cidade de São Paulo*. São Paulo, Tipografia Cupolo, 1925.
- FORREST, Archibald . *A Tour through South America*. London, Stanley Paul & Co. , 1913.
- FREITAS, Affonso A de. *Tradições e Reminiscências Paulistas*. São Paulo, Monteiro Lobato & Cia., 1978. (1ª ed.: 1921)
- GAFFRE, L.A. *Visions du Brésil*. Rio de Janeiro, Francisco Alves & Cia.; Paris, Aillaud Alves, 1912.
- GASPAR, Byron. *Fontes e Chafarizes de São Paulo*. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1970.
- JARDIM, Silva. *Memórias e Viagens. Campanha de um Propagandista (1887-1890)*. Lisboa, Tip. da Cia. Nacional Editora, 1891.
- JÚNIUS (Firmo de Albuquerque Diniz). *Em São Paulo – Notas de Viagem*. São Paulo, Dolivais Nunes Editor, 1883.
- KIDDER, Daniel P. O. & FLETCHER, James C. *O Brasil e os Brasileiros*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1840. (or.ingl.: 1857)
- KIDDER, Daniel. *Reminiscências de Viagens e Permanências no Brasil (Rio de Janeiro e Província de São Paulo) compreendendo Notas Históricas e Geográficas do Império e de Diversas Províncias*. São Paulo, Livraria Martins, 1940.
- KOENIGSWALD, Gustav. *São Paulo*. São Paulo, Des Manuscript Gedruckt, 1893.

- KOSERITZ, Carl von. *Imagens do Brasil*. São Paulo, Livraria Martins/Edusp, 1972.
- LAMBERG, Maurício. *O Brasil*. Rio de Janeiro, Editor Lombaerts, 1896.
- LATTEUX, Paul. *A Travers du Brésil*. Paris, Aiaud Alves e Cia., 1910.
- LLOYD, Reginald. *Impressões do Brasil no Século XX; sua História, seu Povo, Comércio, Indústrias e Recursos*. London, Lloyd's Greater Britain Publishing Co., 1913.
- LOMONACO, Alfonso. *Al Brasile*. Milano, Leonardo Vallardi, 1889.
- MACHADO, J. Alcântara. "Vida e morte do bandeirante". *Revista dos Tribunais*, São Paulo, 1929.
- MACHADO, J. Alcântara. *Brasílio Machado (1848-1919)*. Rio de Janeiro, José Olímpio. 1937.
- MAGALHÃES, Valentim. *Quadros e Contos*. São Paulo, Dolivais Nunes, 1882.
- MALAN, Giovanni Pietro. *Un Viaggio al Brasile*. Genova, Daí Tipi di Luigi Sambolino. 1885.
- MANOEL, Vitor . *São Paulo de Antigamente: Histórias Pitorescas de Suas Ruas*. São Paulo, 1898.
- MARC, Alfred. *Lé Brésil (Excursion à travers ses 20 provinces)*. Paris, Ed. de J.G. d'Argollo Ferrão, 1889.
- MARQUES, Cícero . *De Pastora a Rainha. (Memória)*. São Paulo, Edição da Rádio Panamericana, 1944.
- MARQUES, Cícero. *Tempos Passados...* São Paulo, Moema Editora, 1942.
- MARQUES, Gabriel. *Ruas e Tradições de São Paulo: Uma história em cada rua*. São Paulo, Conselho Estadual de Educação, 1966.
- MARQUES, Manuel Eufrázio de Azevedo. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1953. (1ª ed.: 1879)
- MARTIN, Jules et alii. *São Paulo Antigo e São Paulo Moderno: 1554-1904*. São Paulo, Ed. Vanorden & Cia., 1905.
- MARTINS, Antônio Egydio. *São Paulo Antigo (1554-1910)*. vol. 1. São Paulo, Livraria Francisco Alves & Co., 1912.
- MARTINS, Antônio Egydio. *São Paulo Antigo (1554-1910)*. vol. 2. São Paulo, Tipografia do Diário Oficial, 1912.

- MENEZES, Raimundo. *São Paulo de Nossos Avós*. São Paulo, Saraiva, 1969.
- MILANO, Miguel. *Os Fantasmas da São Paulo Antiga (Estudo Histórico-Literário da Cidade de São Paulo)*. São Paulo, Saraiva, 1949.
- MOTTA, Cássio. *Cesário Motta e Seu Tempo*. São Paulo, Ind. Gráfica João Bentivegne, 1947.
- MOURA, Paulo Cursino de. *São Paulo de Outrora: Evocações da Metrópole*. São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Ed. Itatiaia, 1980 (1ª ed.: 1932).
- NOGUEIRA, José Luiz de Almeida. *A Academia de São Paulo. Tradições e Reminiscências – Estudantes, Estudantões, Estudantadas*. São Paulo, Arcadas, 1953.
- NOGUEIRA, Paulo de Almeida Nogueira. *Minha Vida. Diário de 1893-1951*. São Paulo, 1955.
- OTÁVIO, Rodrigo (1883-1886). *Minhas Memórias dos Outros*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1934.
- SOUSA, Everardo Valim Pereira de. "Reminiscências acadêmicas". *Revista do Arquivo Municipal*, vol. XCIII, s/d
- PINTO, Adolpho Augusto. *História da Viação Pública de São Paulo*. São Paulo, Tipografia e Papelaria de Vanorden & Cia., 1903.
- PINTO, Adolpho Augusto. *A Transformação e o Embelezamento de São Paulo*. São Paulo, Tipografia Cardoso Filho & Cia., 1912.
- PINTO, Adolpho Augusto. *Minha Vida: Memórias de um Engenheiro Paulista*. São Paulo, Cons. Estadual de Cultura, 1969.
- PINTO, Alfredo Moreira. *A Cidade de São Paulo em 1900 (impressões de viagem)*. Coleção Paulística, vol. 14. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado S.A., 1979. (1ª ed.: 1900)
- PINTO, Manoel de Souza. *Terra Moça. Impressões Brasileiras*. Porto, Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1910.
- PRADO, Antônio de Almeida. *Crônica de Outrora*. São Paulo, Brasiliense, 1963.
- PRADO, Paulo da Silva. *Paulística: História de São Paulo*. São Paulo, Monteiro Lobato, 1925.
- QUARTIM, Maria da Glória (Dorotéia). *Reminiscências de uma Velha. 1893-1916*. São Paulo, 1995.

- RAFFARD, Henri . “Alguns dias na Paulicéia”. *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro*, vol. LV, II, 55 (2): 159-., 1893.
- RIBEIRO, José Jacyntho. *Chronologia Paulista*. São Paulo, 1899.
- RODRIGUES, Clóvis da Costa. *A Inventiva Brasileira*. Brasília, MEC/INL, vol II, 1973.
- SAMPAIO, Theodoro. *São Paulo no Século XIX e Outros Ciclos Históricos*. São Paulo/SCCT; Petrópolis, Vozes, 1978. (1ª ed.: 1897).
- SANT’ANNA, Nuto. *Metrópole*. São Paulo, Departamento de Cultura, 1950.
- SANT’ANNA, Nuto. *São Paulo Histórico (aspectos, lendas e costumes)*. São Paulo, Departamento de Cultura, 1937 a 1944.
- SCHMIDT, Afonso. *São Paulo de Meus Amores. Lembrança*. São Paulo, Brasiliense, 1954. (1ª ed.: 1946).
- SILVA LEME. *Genealogia Paulista*. São Paulo, Duprat & Comp., 1903-1905.
- TAUNAY, Visconde de. *Memórias*. São Paulo, Ed. Ypê. 1948.
- TAUNAY, Visconde de. *Viagens de Outrora*. São Paulo, Melhoramentos, 1921.
- TAUNAY, Alfredo d’Escragno. *Memórias do Visconde de Taunay*. São Paulo, Instituto Progresso Editorial S.A., 1946. (1ª ed.: 1890)
- TSCHUDI, Johann Jakob von. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo, Edusp, 1980. (1ª ed.: 1866).
- VALE, Paulo Antônio do. *Parnaso Acadêmico Paulistano*. São Paulo, Tipografia do Correio Paulistano, 1881.
- VAMPRÉ, Spencer. *Memória para a História da Academia de São Paulo. Vol 2*. São Paulo, Livraria Acadêmica, Saraiva & Cia., 1924.
- VARELA, Luís Nicolau Fagundes. *Contos e Fantasias*. São Paulo, Garraux, de Lailhacar & Cia., 1865.
- VINCENT, Frank . *Around and about South America*. New York, D. Appleton & Co., 1890.
- WALLE, Paul. *Au Pays da L’Or Rouge. L’Etat de São Paulo*. Paris, Augustin Challamel, 1921.
- WIENER, Charles. *333 Jours au Brésil*. Paris, Librairie Ch. Delagrave, 1921.
- WIENER, Charles. *Une Mission Commerciale au Brésil*. Paris, Société de Géographie Commerciale de Paris, 1868.

WRIGHT, Marie Robonson. *The New Brazil. Its Resources and Attractions. Historical Descriptive and Industrial*. Philadelphia, George Barrie & Son, 1901.

XIDIEH, Oswaldo. Elias. *Narrativas Pias Populares*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1967.

## II. Fontes Manuscritas

Papéis avulsos. Coleção de documentos manuscritos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo. vol. 262, com documentos do ano de 1873.

## III. Fontes iconográficas

AZEVEDO, Militão de Augusto de. Álbum "São Paulo Antigo" (1862). #

AZEVEDO, Militão de Augusto de. "Album Comparativo da Cidade de São Paulo (1862-1887)". ##

# Acervos consultados e suas abreviaturas

Arquivo do Estado de São Paulo (AESP)

Arquivo Histórico Municipal “Washington Luís” (AHM)

Biblioteca Municipal Mário de Andrade (BMMA)

Coleção Monsenhor Jamil Nassif Abib (CJNA)

Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo S.A. (DPH-E)

Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB)

Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP)

Museu da Imagem e do Som – São Paulo (MIS)

Museu Paulista da Universidade de São Paulo (MP)

# Glossário dos “Logradouros publicos” mencionados

## A

Denominação Local	Denominação Atual
aterrado do Braz	Avenida Rangel Pestana
aterrado do Gazometro	Rua do Gasômetro
avenida da Luz	Avenida Tiradentes

## B

Denominação Local	Denominação Atual
becco da Lapa ou Becco de São José	Rua Dr. Miguel Couto
becco das Minas	Rua das Flores
becco de São José ou Becco da Lapa	Rua Dr. Miguel Couto

## C

Denominação Local	Denominação Atual
commercio da Luz ou largo da Luz	Local em frente do Jardim da Luz, na atual Avenida Tiradentes

## I

Denominação Local	Denominação Atual
igreja de São Pedro dos Clérigos	Onde se situa atualmente o prédio da Caixa Econômica Federal, na Praça da Sé
igreja da Sé	Onde se situa atualmente a estátua a José de Anchieta, na parte inferior da Praça da Sé

## J

Denominação Local	Denominação Atual
Jardim Publico ou Passeio Publico	Jardim da Luz

## L

Denominação Local	Denominação Atual
ladeira do Acu	Ladeira de São João
ladeira Municipal	Ladeira General Carneiro
ladeira do Porto Geral	Ladeira Porto Geral
ladeira de Santo Antônio	Rua Dr. Falcão Filho
largo da Cadêa, de São Gonçalo ou Municipal	Praça João Mendes
largo da Luz ou Commercio da Luz	Local em frente do Jardim da Luz, na atual Avenida Tiradentes
largo da Misericórdia ou do Chafariz	Largo da Misericórdia
largo da Sé	Parte inferior e triangular da atual Praça da Sé (fronteira à atual Caixa Econômica Federal)
largo de ou do Palacio largo ou pateo do Collegio	Pátio do Colégio
largo de São Gonçalo, da Cadêa ou Municipal	Praça João Mendes
largo do Capim	Esquina entre ruas Jose Bonifacio e Senador Paulo Egidio
largo do Chafariz ou da Misericórdia	Largo da Misericórdia
largo do Colégio	Pátio do Colégio
largo do Teatro	Praça Dr. João Mendes; e várzea do Carmo (ou do Tamanduateí) – parque D. Pedro II
largo do Pelourinho	Largo Sete de Setembro
largo do Riachuelo	Onde se situa atualmente o Vale do Anhangabaú
largo do Rosário	Praça Antônio Prado
largo do Zunega	Largo do Paissandu

largo dos Curros ou Sete de Abril	Praça da República
largo dos Guaianazes	Praça Princesa Isabel
largo Municipal, da Cadêa ou de São Gonçalo	Praça João Mendes
largo Sete de Abril ou dos Curros	Praça da República

## M

Denominação Local	Denominação Atual
morro do Caaguaçu	Morro que cujo topo se situa atualmente a Avenida Paulista

## P

Denominação Local	Denominação Atual
Palácio do Governo	Onde se situa atualmente a Igreja do Colégio, no Pátio do Colégio
paredão do Carmo	encosta da atual Avenida Rangel Pestana
Passeio Publico ou Jardim Publico	Jardim da Luz
pátio do Carmo	Largo do Carmo
pátio de Palácio	Pátio do Colégio
Piques	Onde se situa atualmente o monumento da Ladeira da Memória construído por Victor Dubugras
ponte do Piques	Onde se situa atualmente a Praça das Bandeiras
ponte Grande	Ponte das Bandeiras
ponte Pequena	Onde se situa atualmente a estação Armênia do metrô

## R

Denominação Local	Denominação Atual
rua Alegre	Rua Brigadeiro Tobias
rua Conde d'Eu	Rua Glicério
rua da Cadêa	Praça João Mendes
rua da Caixa d'Água	Rua Barão de Paranapiacaba
rua da Constituição	Rua Senador Florêncio de Abreu
rua da Cruz Preta ou rua do Príncipe	Rua Quintino Bocaiúva
rua da do Príncipe ou da Cruz Preta	Rua Quintino Bocaiúva
rua da Esperança	Onde se situa atualmente a Praça da Sé
rua da Fundação	Rua Floriano Peixoto
rua da Palha	Rua Sete de Abril
rua das Casinhas ou Rua de Palacio	Rua Padre Manoel da Nóbrega
rua das Flores	Rua do Coronel Tamarindo – Rua Silveira Martins
rua de Palacio ou das Casinhas	Rua Padre Manoel da Nóbrega
rua de Santa Cruz	Onde se situa atualmente a Praça Carlos Gomes
rua de São José	Rua Líbero Badaró
rua do Carmo	Rua Roberto Simonsen
rua do Commercio	Rua Álvares Penteado
rua do Hospício	Rua Frederico Alvarenga
rua do Ouvidor	Rua José Bonifácio
rua do Paredão	Rua Cel. Xavier de Toledo
rua do Quartel	Rua Onze de Agosto
rua do Riachuelo	Onde se situa atualmente a Praça das Bandeiras
rua do Trem	Rua Anita Garibaldi
rua Municipal	Rua General Carneiro

## T

Denominação Local	Denominação Atual
tânque do Zunega	Onde se situa atualmente o Largo do Paissandu
tânque Reúno ou do Bexiga	Onde se situa atualmente o Reservatório da SABESP à rua 13 de Maio.
travessa do Quartel	Onde se situa atualmente a Praça da Sé